

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

O ANTIAMERICANISMO DE CÁTEDRA
Desenvolvimento e Nacionalismo no Brasil na década de 1950

Brasília, julho de 2012.

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

O ANTIAMERICANISMO DE CÁTEDRA
Desenvolvimento e Nacionalismo no Brasil na década de 1950

**Tese defendida como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Relações
Internacionais pelo Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de Brasília.**

Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Lessa

Brasília, julho de 2012.

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

O ANTIAMERICANISMO DE CÁTEDRA
Desenvolvimento e Nacionalismo no Brasil na década de 1950

**Tese defendida como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Relações
Internacionais pelo Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de Brasília.**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa (Orientador) _____

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida. _____

Prof. Dr. Eiiti Sato _____

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes _____

Prof. Dr. Pio Penna Filho _____

Profa.Dra. Tânia M. Pechir Manzur (Suplente) _____

Brasília, julho de 2012.

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Antônio Carlos Lessa de quem tenho o privilégio de receber orientações por mais de 10 anos.

A todos os Professores do Instituto de Relações Internacionais da UnB que direta ou indiretamente contribuem para meu aprendizado.

Aos funcionários das secretárias do Irel (graduação e pós-graduação) pela gentileza e disponibilidade.

Aos meus colegas de doutorado.

Ao CNPq pelo apoio.

Ao Paulo Roberto de Almeida pela generosidade e pelas dicas referentes aos arquivos nos EUA e no Brasil.

Ao professor Michael Weis que me acolheu nos EUA para agradável discussão sobre o tema.

A minha família pelo apoio e carinho.

A Raquel pelo companheirismo e cumplicidade.

Dedicatória

**Ao Joaquim,
pela ingenuidade renovadora e estimulante dos primeiros anos de vida.**

Epígrafe

*Eu só boto bebop no meu samba
Quando Tio Sam tocar um tamborim
Quando ele pegar
No pandeiro e no zabumba.
Quando ele aprender
Que o samba não é rumba.
Aí eu vou misturar
Miami com Copacabana.
Chiclete eu misturo com banana,
E o meu samba vai ficar assim:*

*Tururururururi bop-bebop-bebop
Tururururururi bop-bebop-bebop
Tururururururi bop-bebop-bebop
Eu quero ver a confusão*

*Tururururururi bop-bebop-bebop
Tururururururi bop-bebop-bebop
Tururururururi bop-bebop-bebop
Olha aí, o samba-rock, meu irmão*

*É, mas em compensação,
Eu quero ver um boogie-woogie
De pandeiro e violão.
Eu quero ver o Tio Sam
De frigideira
Numa batucada brasileira.*

Jackson do Pandeiro
Chiclete com Banana / 1959

*Our business here is not to know all things,
but those which concern our conduct.
If we can find out those measures whereby a rational creature,
put in that state which man is in the world,
may and ought to govern his opinions and actions depending thereon,
we need not be troubled that some other things escape our knowledge.*

John Locke
An Essay Concerning Human Understanding / 1695

Resumo

O Brasil dos anos 1950 vivia intenso debate relativo ao desenvolvimento. O país, ao modificar sua estrutura socioeconômica, discutia os caminhos de sua política exterior. O nacionalismo gerava críticas e simpatias aos modelos disponíveis de inserção internacional do Brasil. Os governos do período buscaram levar adiante o processo de industrialização, retirando o Brasil de sua condição periférica e de subdesenvolvimento. Mas, no caminho, havia os EUA. O mito da 'relação especial' com os poderosos vizinhos do norte havia se desfeito e a lógica da 'guerra-fria' impunha novas preocupações aos estadunidenses, que eram acusados de se esquecerem de seus históricos aliados continentais. Tal sentimento, alimentado pelo antiamericanismo difuso da sociedade brasileira, começa a seduzir setores burocráticos do Estado e parcelas conservadoras da sociedade, antes alinhados com os EUA. Através do 'antiamericanismo de cátedra', conceito formulado neste estudo, o discurso dos governantes do Brasil busca reavivar os termos da barganha vivida em outros momentos da história do país. Assim, através da análise desta 'cultura política' da sociedade brasileira, percebe-se importante variável na composição da Política Externa Brasileira do período.

Abstract

During the 1950s, Brazil experienced intense debates over the direction of development. Modifying its socioeconomic structure, the country sought to redefine its foreign policy. Nationalism generated both criticism and sympathy for different ways of achieving Brazil's insertion into the international system. The governments of the period sought to advance industrialization, removing Brazil from its status as a nation of the 'periphery,' of underdevelopment. But the United States got in the way and what had until then been a 'special relationship' with its powerful northern neighbor had been broken. The logic of the 'cold war' imposed new American concerns, and continental allies such as Brazil accused the U.S. of negligence. Fueled by widespread atavistic anti-Americanism among Brazilian society, that sentiment began to seduce bureaucratic sectors of the state and conservative parts of society, which had originally aligned with the United States unconditionally. The *Antiamericanismo de Cátedra* concept articulated throughout this study illustrates how some segments of the Brazilian government have sought to reestablish the special relationship with the US that the country enjoyed at other moments in its history. The work clearly illustrates that the 'political culture' of pro-Americanism/anti-Americanism constituted an important component of Brazil's Foreign Policy.

Agradecimentos.	4
Dedicatória.	5
Epígrafes.	6
Resumo.	7
Abstract.	8
Sumário.	9
Introdução.	10
Capítulo 1	Antiamericanismo, nacionalismo e Política Exterior. 21
1.1.	O antiamericanismo - levantamento teórico e tipologia. 21
1.2.	O debate nacionalista. 29
1.3.	O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). 35
1.4.	O Nacionalismo e a PEB. 41
Capítulo 2	O Antiamericanismo no Brasil em visão histórica. 47
2.1.	A genealogia do antiamericanismo no Brasil. 47
2.2.	A República Brasileira e o antiamericanismo. 49
2.3.	Da revolução de 1930 à PEI. 54
2.4.	Do golpe de 1964 ao governo de Lula da Silva. 61
Capítulo 3	De Dutra a JK. 68
3.1.	O governo do Marechal Dutra (1946-1951). 67
3.2.	O segundo Getúlio Vargas (1951-1954). 72
3.3.	O governo transitório (1954-1956). 79
3.4.	O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). 81
Capítulo 4	Os anos 1950 e o antiamericanismo. 86
4.1.	O ambiente explosivo. 86
4.2.	O 'antiamericanismo de cátedra' no Brasil dos anos 1950. 88
4.3.	A IV Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA. 92
4.4.	Pós-Conferência. 97
Capítulo 5	Dos Republicanos a Caracas. 112
5.1.	Os Republicanos no poder: esperança. 112
5.2.	Os Republicanos no poder: decepção. 121
5.3.	O novo Ministério no Brasil. 133
5.4.	Rumo a Caracas. 141
5.5.	O divisor de águas. 145
Capítulo 6	Depois de Vargas até Peixoto nos EUA. 151
6.1.	Pós-Vargas - os ajustes de Café Filho. 151
6.2.	A primeira Conferência de Ministros da Fazenda da América e suas consequências. 156
6.3.	Juscelino Kubitschek: buscando novos termos para negociar. 167
6.4.	Sai Muniz, entra Peixoto. 175
Capítulo 7	Novas manifestações do antiamericanismo no país. 182
7.1	Inflexões. 182
7.2.	Peixoto duvida das reais intenções dos EUA. 188
7.3.	OPA e a reação aos EUA. 197
7.4.	Anticlímax modesto e mofino: novos espaços para o 'antiamericanismo de cátedra'. 204
Conclusão.	211
Bibliografia.	217
Anexos.	226

Introdução

-E, se ignoramos o presente, que dizer do passado?

-Mas e a História?(...)

-A História é o mais belo romance anedótico que o homem vem compondo desde que aprendeu a escrever. Mas que tem o passado com a História? Toma dele fatos e personagens e os vai estilizando ao sabor da imaginação artística dos historiadores. Só isso.

-E os documentos da época? – insisti.

-Estilização parcial feita pelos interessados, apenas. Do presente, meu caro, e do passado, só podemos ter vagas sensações.

Monteiro Lobato

O presidente negro/1926

Esta tese expressará algumas ‘sensações’ relativas à trajetória das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos e contribuirá com o debate sobre as matrizes subjetivas do processo de formulação da política exterior. Para tanto, eleva-se a ‘cultura política’ como importante variável analítica e invoca-se o antiamericanismo no Brasil como preocupação central. A hipótese do trabalho versa sobre a medida e a influência desse sentimento reativo aos EUA para a resultante da política exterior do Brasil na conjuntura da década de 1950. Defende-se existir, neste período, a manifestação do ‘antiamericanismo de cátedra’; conceito formulado neste estudo para caracterizar forma específica de reação aos EUA que se instrumentaliza em setores do aparato burocrático do Estado e se alimenta de sentimento cultural atávico da sociedade brasileira.

Antes de se avançar na apresentação do cerne do argumento, declara-se que a confecção do conceito ‘antiamericanismo de cátedra’ fez-se sob a inspiração e para, de maneira modesta, homenagear o trabalho de José Guilherme Merquior. Diplomata e pensador que, ao analisar o pensamento de Foucault, escreve o livro ‘O niilismo de cátedra’, em 1985. Portanto, adequando-se o teor do conceito ao tema desta tese, verifica-se a aplicabilidade do elegante título da obra do finado diplomata para o estudo proposto por este trabalho.

Assim, deve-se ressaltar que o significado aqui atribuído à cátedra não pretende indicar seu sentido literal, ou seja, aquela que se refere apenas à academia e ao

grupo de intelectuais. De modo ampliado, a cátedra aqui será tomada também em seu sentido figurativo¹ que denota oratória e eloquência, pois quer dizer de um recurso utilizado por parcelas da sociedade brasileira que, historicamente, eram mais próximas dos valores e políticas defendidas pelas EUA.

Ainda relevante seria indicar que a denotação de cátedra que se conjuga a este conceito deseja refletir a conjugação entre parte da intelectualidade e o Estado. Fato que se verificava pela ainda incipiente formação da academia no Brasil e pela incompletude da formação de uma *intelligentsia* autônoma aos moldes europeus. Neste sentido, o conceito de ‘antiamericanismo de cátedra’ conjuga estas duas características da sociedade brasileira na década de 1950. Designa a manifestação retórica de parcela da sociedade brasileira que reagia aos posicionamentos dos EUA buscando reavivar a negociação dada a desimportância que julgavam marcar a posição do Brasil política exterior dos EUA do período.

Abordagem relevante, pois os Estados Unidos são uma estrela de primeira grandeza no horizonte da política exterior do Brasil republicano. Fato que se comprova pelo ainda vívido debate sobre o tema. Veja-se a declaração do ex-embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Abdenur², na qual declara haver “um elemento ideológico muito forte na política externa brasileira” e que “[a] ideia do Sul-Sul como eixo preponderante revela um antiamericanismo atrasado.” Ideias que foram rechaçadas pelo chanceler do governo Lula da Silva, Celso Amorim.³ Debate enriquecido com contribuições de acadêmicos e ex-chanceleres. Gibson Barbosa - ministro das Relações Exteriores no governo Médici – concordou com as opiniões de Abdenur.⁴ O economista Marcelo de Paiva Abreu, por sua vez, foi categórico em sua discordância com a política externa de Lula da Silva: “Além de enganosa, a reação instantânea do chanceler (Amorin) à entrevista (de Abdenur) foi deplorável. (...) Quanto à substância da política externa, os comentários do Embaixador Abdenur foram até comedidos”.⁵

¹ Ver <http://www.dicio.com.br/catedra/> consultado em 08/07/2012, 12h.

² VEJA, 07/02/2007.

³ O Estado de São Paulo, 11/02/2007.

⁴ Jornal do Brasil, 11/02/07.

⁵ O Estado de São Paulo, 12/02/2007.

Portanto, a discussão relativa ao papel dos EUA na política externa brasileira é tema longe de ser superado. Antes, devido à sua centenária centralidade no quadro de variáveis dos formuladores da política externa brasileira, o assunto sempre foi “objeto de considerável controvérsia interna”.⁶ Assim, o debate contemporâneo relativo ao possível antiamericanismo do governo Lula, não é fato inédito na PEB. Podemos observar na história republicana brasileira momentos de explícita argumentação pró e antiamericana, o que nos permite indagar pela ancestralidade e pelas condições de formação deste ‘sentimento’ nacional que ainda habita o imaginário brasileiro.

Para tanto, apesar de não descuidar da demonstração histórica do antiamericanismo, esta tese destaca que a década de 1950 foi período de exacerbações de manifestações de apoio e rejeição aos EUA. Justifica-se tal recorte temporal o fato de o Brasil estar vivendo duplo movimento: a busca do enquadramento na bipolaridade (que o aproximava dos EUA) e, simultaneamente, o reforço do sentimento nacional desenvolvimentista (que o colocava em rota de colisão com algumas ações estadunidenses). O debate produzido entre estas diferentes tendências cria rico material pró e contra os EUA.

Para que se possa estabelecer o argumento central da tese, torna-se necessário expor a história da relação bilateral Brasil-EUA, pois, conforme Bandeira⁷, a evolução dos dois Estados Nacionais guardou distinções que influenciariam nas respectivas posições e capacidades no sistema internacional. Os Estados Unidos foram, desde o começo, um país moderno e burguês. O Brasil, de modo contrário, conformou-se como Estado-império. No entanto, ambos possuíam algum grau de vontade de potência. O ‘Destino Manifesto’ embalou as justificativas de exportação moral e da expansão territorial dos Estados Unidos. No Brasil, defendeu-se que a grandeza territorial, já quase totalmente consolidada no momento colonial, deveria ser conjugada com a utilização das abundantes riquezas naturais para que, através do desenvolvimento econômico, o país adquirisse maior poder no sistema internacional.

⁶ SOUTO MAIOR, 2001, p. 57.

⁷ 2004.

Conseqüentemente, constroem-se dois polos de poder no continente americano, mesmo que assimétricos. Ao norte e ao sul, formam-se duas nações que deveriam se posicionar frente ao mundo e ao seu continente. Posições nem sempre coincidentes. Neste sentido, “since de mid-nineteenth century, Brazil’s interests have always conflicted with those of the great industrial powers, specially the United Kingdom and the United States”⁸ Assim, diferentes analistas comungam a centralidade das relações bilaterais entre o Brasil e os EUA para a Política Exterior do Brasil (PEB).

Moura⁹, Lafer¹⁰, Lima e Hirst¹¹, Pinheiro¹² e Vigevani e Ceppaluni¹³ consideram que os principais paradigmas republicanos da PEB decorrem da forma como se estabelecem os contatos com os Estados Unidos da América. O denominador comum de tais abordagens seria o grau de autonomia que o Brasil busca estabelecer em relação aos Estados Unidos. Moura propõe a ‘autonomia na dependência’, Lima e Hirst também utilizam o conceito da autonomia em suas análises. Recentemente, Vigevani e Cepaluni¹⁴ propuseram três adjetivos para o mesmo conceito: ‘autonomia pela distância’, ‘autonomia pela participação’ e ‘autonomia pela diversificação’.

Pinheiro¹⁵ faz síntese analítica dos distintos posicionamentos do Brasil em relação aos Estados Unidos da América até a década de 1990, identificando duas linhas básicas na PEB. O ‘americanismo’ que elege os Estados Unidos como o eixo de nossa política externa e percebe a proximidade com o governo daquele país como benéfica aos interesses nacionais brasileiros, pois contribuiria para adquirir maiores recursos de poder nas negociações. E o ‘globalismo’ que concebia a diversificação das relações exteriores do Brasil como importante fator para o aumento do poder de barganha do país, inclusive com os estadunidenses.

⁸ BANDEIRA, 2006, p.13.

⁹ 1980.

¹⁰ 1982.

¹¹ 1999.

¹² 2000.

¹³ 2007.

¹⁴ 2007.

¹⁵ 2000

Esses dois troncos paradigmáticos da PEB possuem manifestações que podem ser identificadas em diferentes momentos de nossa história. O ‘americanismo’ vige entre o início do século XX até a década de 1950 (mesmo levando-se em conta o período denominado de equidistância pragmática que se observa no primeiro governo de Getúlio Vargas), sobre breve interrupção, e retorna de 1964 até 1974. O ‘globalismo’ surge com a Política Externa Independente (PEI) entre os anos de 1961 e 1964, reaparecendo em 1974 com o governo Geisel para perder força no final da década dos 1980.¹⁶

Tal divisão paradigmática da PEB entre americanismo e globalismo pode ser refinada. Neste sentido, o americanismo é dividido entre pragmático e ideológico; e o globalismo entre grotiano e hobbesiano. O americanismo ideológico baseia-se em normativismo filosófico que concebe a convergência ideológica entre Estados Unidos e Brasil. O americanismo pragmático, de modo diverso, procura o aproveitamento das oportunidades mediante uma aliança instrumental.¹⁷

O globalismo, pregando a diversificação e aproveitamento pragmático de oportunidades no sistema internacional, tem suas origens na junção de três matrizes de pensamento: a crítica ao ‘americanismo’ feita pelos nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a concepção centro-periferia formulada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que buscava identidade econômica para os países latino americanos no cenário internacional e, finalmente, a teoria realista das Relações Internacionais que enxerga anarquia no sistema internacional que faz prevalecer o princípio da autoajuda na conduta dos Estados.¹⁸ O ‘globalismo’ é dividido em hobbesiano (que percebe o sistema internacional como anárquico) e grotiano (que sustenta ser a relação entre os Estados sujeita às regras e instituições que comporiam uma sociedade que imporia normas éticas de convivência, além daquelas da prudência realista).

¹⁶ PINHEIRO, 2000, pp. 308-9.

¹⁷ Idem, 307.

¹⁸ Idem, pp. 309-310.

Vigevani e Cepaluni ¹⁹, ao seu turno, entram no debate utilizando aparato conceitual da Análise de Política Externa (APE) e da abordagem construtivista (que privilegia as percepções dos atores envolvidos no processo decisório). Assim, para compreender o debate entre defensores e detratores da política exterior do governo Lula da Silva seria fundamental buscar os ‘mapas conceituais’ que alimentam tais concepções. Assim, argumentam pela existência das já citadas três autonomias: Distância, Participação e Diversificação.

Observa-se que em todos os estudos apresentados pouca atenção é dada aos fatores culturais como variável analítica da PEB. Ponto fundamental para proposição desta tese que defende a importância dos aspectos culturais para a formulação do conceito de ‘antiamericanismo de cátedra’. Neste sentido, aqui se advoga pela importância dos conceitos elaborados na Análise de Política Externa (APE) para o enriquecimento analítico da PEB. Para que se entenda o desenvolvimento desse campo de estudos e seus principais conceitos, vejamos breve apresentação das possibilidades analíticas da APE.

O campo de estudos da APE possui evolução própria no cenário das Relações Internacionais. Ele surge demonstrando crescente preocupação com os fatores cognitivos para que se percebam os resultados das políticas praticadas pelas nações. Conforme demonstrado em Hudson²⁰, a disciplina APE surge no final dos anos 1950 como uma subárea das Relações Internacionais. Havia, naquele período, uma insatisfação com as teorias realistas que concebiam o Estado como uma entidade una, indivisa, com comportamento baseado na ação racional em busca da maximização de ganhos no sistema internacional.

Neste período, dá-se início à agenda de pesquisa que promove a abertura da ‘caixa preta’ do Estado, criando-se consenso relativo à necessidade de se olhar ‘para baixo’ (below) para que se percebessem os mecanismos de formação das políticas postas em prática pelos Estados. Em outros termos, a metáfora da ‘bola de bilhar’ caía em descrédito e perdia força analítica. Consonante com tal agenda, pode-se observar que a abordagem tinha a preocupação de investigar a defasagem entre a

¹⁹ 2007.

²⁰ 2008.

complexidade da 'realidade' e a percepção que dela tinham os tomadores de decisão. Reclama-se, então, pelos aspectos subjetivos que levam, em última instância, às ações dos indivíduos no interior do Estado. Neste sentido, analisar o 'processo' de decisão passa a ser fundamental para o entendimento da resultante de política exterior de determinado país.

Nas obras fundacionais de Snyder ²¹; Sprout ²² e Rosenau ²³ estavam traçados os cursos iniciais de pesquisa que possibilitariam desdobramentos importantes para o desenvolvimento da disciplina. Conforme Hudson,

A mensagem desses três trabalhos foi poderosa em seu apelo para certos estudiosos: as particularidades dos seres humanos que fazem a política externa são fundamentais ao entendimento das escolhas políticas. Tais particularidades não devem permanecer como idiosincrasias indigestas, mas antes serem incorporadas como instâncias de categorias mais amplas da variação do processo de construção das teorias de médio alcance internacionais.²⁴

Pode-se, então, considerar que o processo de formulação da política exterior passa a ser visto como tão ou mais importante do que o resultado do processo. Conforma-se um quadro de estudos que concebe novas abordagens e ferramentas conceituais que consigam explicar o fenômeno da política exterior dos países. Para que se operacionalizasse tal abordagem, desenvolve-se grande produção conceitual e de modelos para a análise das dimensões subjetivas²⁵. Emergem os conceitos de 'ambiente psicológico', 'groupthink', 'percepções e falsas percepções', 'lições da história', 'imagens', 'sistemas de crenças', entre outros. Note-se que as 'percepções' dos tomadores de decisão assumem condição central nas explicações dos fenômenos da política exterior. De fato, a história da disciplina se confunde com a valorização das variáveis subjetivas, sendo fundamental observar e analisar como os tomadores de decisão conhecem sua realidade e 'definem' a situação por eles vivenciada.

Para tanto, ganha utilidade a distinção formulada pelo casal Sprout entre 'ambiente operacional' e 'ambiente psicológico'. Segundo eles, os fatores ambientais somente

²¹ 1954.

²² 1956.

²³ 1966.

²⁴ 2008, p.15.

²⁵ HERZ, 1994.

seriam impactantes no processo decisório se conhecidos e percebidos pelos tomadores de decisão. Assim, “o exame do ‘ambiente psicológico’, ou seja, imagens e ideias sobre o ambiente operacional tornou-se objeto legítimo dos estudos de política externa”.²⁶

Vale lembrar que esta agenda inicial de análise ainda estava centrada no tomador individual de decisões, sendo ele a unidade básica de análise. Fato que marcaria tais estudos com o traço do individualismo metodológico e contribuiria para marginalizar os elementos propriamente culturais. Carência que procurou ser superada por autores como Frankel²⁷, para quem o processo de decisão deveria ser inquirido através dos filtros de valores e informações que o compõem. Para ele, as ações decisórias são decorrência das deliberações da mente humana ao considerar diferentes opções. Também em Brecher²⁸ há a defesa das concepções dos filtros subjetivos dos tomadores de decisão. Segundo Herz, para aquele autor

o ambiente operacional - composto de elementos externos; que incluem o sistema global, subordinado e bilateral; e internos, abrangendo a capacidade militar e econômica, estrutura política, grupos de interesse e elites competitivas - afeta o resultado das decisões diretamente; porem só influencia as mesmas depois de filtradas pelas imagens e atitudes dos tomadores de decisão.²⁹

No tocante às ‘imagens’, citam-se os trabalhos de Boulding³⁰, que elabora o conceito de ‘estruturas de conhecimento subjetivas’, e Holsti³¹, que defende que as ‘imagens nacionais’ contribuem para organizar as percepções dos atores e se constituem como guias de comportamento, permitindo a classificação de objetivos e preferências.

O desafio analítico seria o desprender-se do modelo do ator racional e do individualismo metodológico, caminhando-se para a valorização dos aspectos societários. Debate que poderia levar à união de duas abordagens da análise do processo cognitivo: o processamento da informação e os objetivos e orientações dos atores. Sendo esses dois aspectos levados em conta, estaria completa a crítica ao

²⁶ HERZ, 1994, p.76.

²⁷ 1968.

²⁸ 1969 e 1972.

²⁹ 1994, p.76.

³⁰ 1961.

³¹ 1977.

modelo racional positivista do realismo, firmando-se novo entendimento da ação do ator que se orienta através de um complexo de crenças, objetivos e orientações. Assim, para que se explique o quadro cognitivo dos atores, torna-se imperioso analisar o contexto cultural. Para tanto, identifica-se a importância de Shultz ³² na superação desse problema. Ao defender o conceito de ‘conhecimento armazenado’, o autor abre a possibilidade de identificar as fontes do conhecimento dos atores em fatos vividos ou não.

Assim, o passo seguinte, seria delinear quais os conhecimentos relevantes para a política externa. Aqui chegamos à ‘cultura política’ de Verba e Pye ³³, conceito baseado na antropologia cultural e na psicologia, que defendem que apenas as orientações referentes à esfera política seriam relevantes para o estudo da política externa. Deste modo, podemos pensar em uma definição de ‘região cultural nacional’ orientada para o cenário internacional. Forma-se a ‘cultura internacional’ de determinado grupo, cultura essa baseada nos valores e crenças da nação do sistema internacional. Para que se operacionalizem os estudos da ‘cultura internacional de determinado país, poderíamos invocar: a doutrina oficial; os elementos tradicionais da cultura (história, *longue durée*); as normas internacionais (expectativas de comportamento).

Portanto, a hipótese desta tese, através junção da metodologia histórica com os princípios da APE, firma a convicção de que o ‘antiamericanismo’ foi e é um dos componentes da ‘cultura política internacional’ do Brasil. Sendo suas manifestações fatores influentes na formação dos ‘mapas mentais’ dos tomadores de decisão, ontem e hoje. Assim, sendo central a importância dos EUA para o Brasil, as distintas e variadas intensidades das manifestações de atração e repulsa entre ambos tornam-se variáveis relevantes para o entendimento da PEB. Defende Hirst que nos

últimos 200 anos, essa interação oscilou entre um diálogo amistoso e uma indiferença sutil. Ao mesmo tempo, a identidade americana em comum e os atributos de poder de ambas as nações – território, população e tamanho da economia – sempre constituíram fatores de atração mútua. ³⁴

³² 1967.

³³ 1965.

³⁴ 2009, p.19.

Diversidade de 'sentimentos' entre os dois maiores países da América que constitui, no Brasil, pelo menos duas matrizes de pensamento em seu corpo social: o americanismo e o antiamericanismo. É sobre a genealogia deste último que a presente tese argumenta para, posteriormente, propor o conceito de 'antiamericanismos de cátedra', forma peculiar com forte manifestação na década de 1950.

A referida genealogia será entendida como a busca das origens dos saberes e das possibilidades de emergência de práticas discursivas que se efetivam na sociedade brasileira em relação aos Estados Unidos. Como teoriza Foucault, a genealogia

escuta a história, prestando atenção a seus acasos e suas discontinuidades, pois se há algo a decifrar, algum segredo a desvendar, é que as coisas não têm essência, ou melhor, a suposta essência foi deliberadamente construída, a partir de situações específicas, contextualizadas histórica e socialmente.³⁵

Assim, o 'antiamericanismo de cátedra' é formatação discursiva emanada de arranjo histórico específico e reflete a competência de grupos de interesse do Brasil em sua vontade de impor 'verdades' e 'mentiras'. A efetividade de tal discurso poderá ser avaliada através da exposição histórica deste trabalho, que será balizado entre os primeiros movimentos do segundo governo de Getúlio Vargas e o final de 1959, durante o governo de Juscelino Kubistchek.

A argumentação apresentará, no primeiro capítulo, discussão relativa aos conceitos teóricos do 'antiamericanismo' e do nacionalismo. Posteriormente, tratar-se-á do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), aparato burocrático gestado no próprio Estado brasileiro e estridente propositor de valores reativos aos EUA. Apesar de ter-se clareza de que o ISEB não era o único lugar a emanar tais conceitos, o uso de seu exemplo é ilustrativo da manifestação do sentimento 'antiamericano' abrigado nas estruturas do próprio Estado.

Posteriormente, cuidaremos de apresentar a ancestralidade e atualidade do antiamericanismo no Brasil. Assim, o segundo capítulo apresentará discussão

³⁵ FAÉ, 2004, p.413.

relativa à genealogia do antiamericanismo no Brasil e fará, diacronicamente, a exposição das manifestações antiamericanas na república brasileira, de Deodoro a Lula da Silva. O terceiro capítulo está reservado à exposição histórica dos fatos econômicos, políticos e sociais do 'ambiente' temporal em análise, apresentando-se o 'espírito do tempo' da década de 1950, com seus antecedentes e legados.

Finalmente, nos capítulos 4, 5, 6 e 7, o processo de recrudescimento do sentimento de reação aos EUA será exposto através de forte ancoragem em documentação primária. 'Antiamericanismo de cátedra' que se estrutura e se manifesta com intensidade variada no período compreendido entre a IV Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, em 1951, e os últimos dias do ano de 1959, quando o governo de Juscelino Kubistchek dava sinais explícitos de desencanto com as negativas dos EUA em aceitarem a lógica de cooperação proposta pelos brasileiros. Por último, conclui-se pela importância das manifestações do 'antiamericanismo de cátedra' para a resultante da PEB do período. Política Exterior que adentraria a década dos 1960 defendendo maior independência no sistema internacional e, conseqüentemente, dos EUA.

Capítulo 1 - Antiamericanismo, nacionalismo e Política Exterior.

1.1. O Antiamericanismo - levantamento teórico e tipologia.

É um paradoxo: os Estados Unidos são às vezes mais detestados e reprovados, mesmo por seus próprios alinhados, depois do fim da Guerra Fria, do que o foram durante a mesma pelos partidários voluntários ou involuntários do comunismo.³⁶

REVEL

Conceitualmente, considera-se o antiamericanismo como “a psychological tendency to hold negative views of the United States and of American Society in general”³⁷.

Ainda, leva-se em conta que

[w]hen trying to define anti-Americanism it is necessary to acknowledge the fact that it takes many forms and has many different roots, depending on the historical background of each country, the different socioeconomic conditions and the diplomatic circumstances.³⁸

Keohane e Katzeinstein defendem que o antiamericanismo possui raízes que recuam ao século XVIII, mas que, desde o final da II Guerra Mundial, tal sentimento tem se espalhado por várias partes do mundo.³⁹ Para eles, o antiamericanismo teria componentes cognitivos, emocionais e normativos. Do ponto de vista cognitivo, devemos concebê-lo como um ‘schema’ que abriga uma estrutura cognitiva baseada em analogias, símbolos e narrativas que compõem sentido ao mundo. Sua função seria completar o significado das brechas deixadas pela insuficiência de informações disponíveis em dadas conjunturas.

Assim, “schemas make sense of attitudes so they can fit together”.⁴⁰ O componente emocional do antiamericanismo seria fundamental para a intensidade de sua manifestação, porém não se emprega muita ênfase a tal componente, pois os dados disponíveis não permitiriam muitas conclusões. Por fim, do ponto de vista normativo, a avaliação das ações dos EUA pode servir como um ‘criador de identidade’,

³⁶ REVEL, 2003:41

³⁷ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p.12.

³⁸ HOLLANDER, 1992.

³⁹ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p.9.

⁴⁰ Idem, 2007, p.13.

podendo servir tanto para aproximar como distanciar pessoas e grupos populacionais. As identidades, neste sentido, seriam normas sociais que, ao mesmo tempo, criam e regulam os atores e seus comportamentos.

Interessante derivação deste raciocínio seria que o antiamericanismo, assim como o nacionalismo, compõe-se de elementos de racionalidade instrumental e de construção social. Podendo-se considerar que em momentos de dificuldade para a constituição do 'self', o 'outro' seria um forte aglutinador social. "In brief, anti-Americanism can be a potent and useful stand-in for otherwise missing symbols of collective identity".⁴¹

Outras importantes características do fenômeno são sua complexidade e possibilidade de manifestar-se tanto individual como coletivamente. Sendo, em ambos os casos, fenômeno dinâmico, podendo mudar de intensidade com o tempo e fazendo com que as pessoas adaptem seus comportamentos conforme as necessidades. Assim, ao se modificarem as crenças e atitudes, as pessoas se tornam mais ou menos influenciáveis pelos fatores emocionais, normas ou 'schemas'. Este é um ponto central para a discussão relativa à atitude política, pois, já que as pessoas não possuem visões de mundo totalmente desenvolvidas e articuladas, a maneira como os problemas são percebidos torna-se fundamental para a resultante da ação a ser tomada.⁴²

Portanto, de modo a sumarizar as diversas possibilidades de manifestação e utilização política do antiamericanismo, Katzenstein e Keohane defendem que

[a]nti-Americanism views can exist in politically visible form over decades, or even centuries, as in the case of France. In political setting where anti-Americanism has been of a public discourse it operates as a collective frame that is readily deployed to mobilize people to take political actions. At other times, such views incubate for long periods out of sight, only to reappear in new forms to surprise of everyone. At still other times, anti-Americanism views can explode and disappear rapidly without leaving any traces. **In all such situations anti-Americanism views are often manipulated by political entrepreneurs for their own political benefits, top down. But they are also validated; bottom up, by popular conventions or memories that are not necessarily institutionalized.**⁴³ (grifos do autor).

⁴¹ Idem, 2007, p.13.

⁴² Idem, 2007, p.14.

⁴³ Idem, 2007, p.15.

O destaque na citação acima serve ao argumento que irá se desenhar nesta tese de que a manifestação do antiamericanismo no Brasil é manifestação social complexa e longeva. Ainda, dada sua complexidade, foi utilizada em muitos momentos em benefício de agendas políticas específicas buscando-se benefícios para determinados setores sociais. De modo particular, na conjuntura dos anos 1950, torna-se claro o invocar emocional e racional do antiamericanismo para que se estabeleça uma renovada barganha como os EUA.

Portanto, conforme se demonstrará neste trabalho, indicamos que se manifesta forma peculiar de reação aos EUA, aqui conceituado como '**antiamericanismo de cátedra**', pois baseado em forte retórica e circunscrito a grupos políticos que não pregavam modificação na estrutura societária do país. Antes, perpetuavam-se no poder com rearranjos constantes. Mas antes que se desenvolva todo o argumento do 'antiamericanismo de cátedra', vejamos as definições já defendidas por outros autores.

Katzenstein e Keohane propõem uma tipologia que permita a classificação das distintas formas do antiamericanismo no mundo. Para eles existem quatro manifestações básicas do fenômeno: liberal, social, nacionalista/soberano e radical.

A forma liberal de antiamericanismo pode parecer conceito contraditório, pois compartilha de grande parte das ideias do credo da sociedade estadunidense. No entanto, a crítica se estabelece exatamente por apontar os desvios desses mesmos ideais. Exemplar seria o apoio dos EUA a algumas ditaduras no mundo e o protecionismo exercido em prol de sua agricultura. Neste sentido, combate-se a 'hipocrisia' do discurso da política externa dos EUA que defende valores como democracia e liberdade de comércio, mas age de modo contrário conforme suas necessidades. Tal forma de antiamericanismo liberal seria "prevalent in the liberal societies of advanced industrialized countries, especially those colonized or influenced by great Britain".⁴⁴

⁴⁴ Idem, 2007, p.30.

Em sua forma social, o antiamericanismo baseia-se no conflito de valores em diferentes esferas da vida social que se relacionam com a ‘vida, a liberdade e a busca da felicidade’. Em síntese, o que se concebe como antiamericanismo social “derives from a set of political institutions that embed liberal values in a broader set of social arrangements that help define market processes and outcomes that are left more autonomous in the United States”⁴⁵. Tal pensamento tende a ser mais receptivo a programas sociais e mais combativo ao direcionamento político guiado pelas leis do mercado que privilegiam os ricos em detrimento dos pobres. Observam-se manifestações dessa modalidade de antiamericanismo em sociedades que possuem divergências relativas a temas como a pena de morte, a rede de seguridade social, a preferência pelas soluções multilaterais e a sanção de tratados internacionais.

Uma terceira forma identificada é caracterizada como nacional-soberana. Ela se concentra em dois valores principais: “the importance of not losing control over the terms by which polities are inserted in the world politics and the inherent importance and value of collective national identities”⁴⁶. Tal sentimento seria importante como forma de reação à intromissão dos EUA nos assuntos internos de outros estados. Neste momento, torna-se relevante a reflexão relativa ao nacionalismo, que se constitui como uma das mais importantes formas de identidade da política internacional contemporânea, pois representa um conjunto de valores compartilhados por dado conjunto social. O nacionalismo pode ser fonte de antiamericanismo quando é forte, pois fornece valores contrários positivos, e quando é fraco, pois passa a assumir o papel dos valores positivos, isto é, pode ser usado para identificar um ‘inimigo comum’ e contribuir na formação de solidariedade de grupo. Tal categoria vincula-se de modo estreito ao nacionalismo no Brasil nos anos 1950, momento histórico de intenso debate sobre a afirmação da nacionalidade brasileira – discussão que será feita posteriormente.

Finalmente, identifica-se o antiamericanismo radical, que se molda na crença de que as práticas dos EUA são perniciosas ao bom andamento das relações políticas internacionais, pois intrinsecamente contraditórias ao ‘bons’ valores. Torna-se

⁴⁵ Idem, 2007, p.31.

⁴⁶ Idem, 2007, p.32.

necessária a modificação da sociedade e economia dos EUA para que o mundo retorne ao seu melhor caminho. Portanto, a propalada mudança deverá ser feita endógena e de modo exógeno. Esse sentimento foi característico dos estados embasados no marxismo-leninismo que pregavam a transformação substantiva do sistema econômico e político capitalista. Há de se ressaltar que “[n]ot all radical anti-Americanism advocate violence, but as we define it radical anti-Americanism argues for weakening, destruction, or transformation of the political and economic institutions of the United States”⁴⁷.

Rubinstein e Smith⁴⁸, anteriormente, também propuseram característica que conceituassem e explicassem as diferentes manifestações de antiamericanismo na política internacional e, mais precisamente, no ‘terceiro mundo’. Neste sentido, eles consideram as manifestações de antiamericanismo com sendo de fácil identificação no sentido geral, mas de difícil descrição sem que se faça referência a casos concretos.

De modo sumário, o concebem como “any hostile action or expression that becomes part and parcel of an undifferentiated attack on the foreign policy, society, culture, and values of the United States”.⁴⁹ Ainda, defendem que o fenômeno deve ser analisado em sua complexidade, pois, como uma ‘cebola’(sic), possui muitas camadas que devem ser observadas para que se perceba sua multidimensionalidade. Consideram, de modo convergente com as posteriores formulações de Katzenstein e Keohane, que o “anti-Americanism is a post-World War II and postcolonial phenomenon that took root among the elites whose policies and perceptions of regional and international issues differed from those of Washington”.⁵⁰

Caberia aqui comentário antecipado relativo ao fato de o Brasil ter vivido, no período pós-II Guerra Mundial, intenso debate nacionalista que acabou pondo em discussão as vantagens e desvantagens da aproximação com os EUA. Essa conjuntura histórica, ao gerar grandes expectativas de ‘ganhos’ decorrentes do alinhamento

⁴⁷ Idem, 2007, p.33.

⁴⁸ RUBISTEIN, A; SMITH, 1988.

⁴⁹ Idem, 1988, p.36.

⁵⁰ 2007, p.13.

durante a guerra, trouxe forte desencanto pelo ‘descaso’ com que foram tratados os assuntos de importância para as nações latino-americanas e ao Brasil particularmente, fato que se transforma em combustível para a reação nacionalista de importantes setores da sociedade brasileira.

Voltemos aos argumentos dos autores. Rubinstein e Smith consideram o antiamericanismo uma das tradições culturais da América Latina. Esse sentimento seria decorrente da reação ao apoio estadunidense a regimes autoritários, à exploração das multinacionais, aos resultados deletérios da influência cultural estadunidense na região e de percepções de que os EUA impedem o sucesso dessas sociedades. No entanto, eles ponderam que muitos setores sociais da América Latina, de modo aparentemente contraditório, se sentem atraídos pelo dinamismo econômico, esplendor, riqueza e tecnologias da sociedade estadunidense.

Deste modo, e novamente em convergência com as proposições categóricas apresentadas anteriormente, há uma plêiade de manifestações que podem ser abrigadas sob o rótulo de antiamericanismo. Neste sentido, eles propõem quatro categorias de anti-americanismo: 1. *‘issue-oriented’*; 2. ideológico; 3. instrumental; e 4. revolucionário. Vejamos as características e manifestações de cada um deles.

O *‘issue oriented (ad hoc)’* é a espécie de antiamericanismo que os autores consideram prevalente. Caracteriza-se por manifestações diretas contra ações do governo dos Estados Unidos. Marca-se pelo contraste entre distintos interesses nacionais. No caso da América Latina, tal antiamericanismo estaria baseado no desacordo dos países com a interferência estadunidense na região e remonta à promulgação da doutrina Monroe, em 1823; ocasião na qual parte das elites latino-americanas denunciou a “implícita arrogância pela hegemonia hemisférica”.⁵¹ Há, ainda, em outra acepção, a crença de que a riqueza dos EUA implica a pobreza dos outros países.

⁵¹ RUBISTEIN, A; SMITH, 1988, p.38.

A segunda variante é a ideológica. Ela é derivada da ‘certeza’ da vilania dos valores burgueses materialistas da sociedade estadunidense. Esta categoria comportaria três correntes: a) nacionalista; b) marxista e c) fundamentalista islâmica. Os autores defendem que o nacionalismo seria o mais universal das três correntes, pois, além de poder conjugar-se com as outras duas tendências, “encopasses efforts to develop a sense of internal cohesion and unity, to build institutions capable of socializing diverse ethnic and religious groups and inculcating basic shared values”.⁵² (Tal característica será importante ao debate ora proposto por permitir problematização relativa à formação do sentimento nacional no Brasil). Continuam a argumentação defendendo que nos estágios iniciais da construção da nacionalidade, haveria hipersensibilidade relativa à influência externa, seja real ou imaginária. E concluem que tal fato amplifica-se pela sensação de intromissão dos EUA, que possuem influência global, fato que ocasiona fortes reações às suas instituições.⁵³

No que se refere à vertente marxista de antiamericanismo, caracterizam-no como o mais consistente intelectualmente, bebendo da crítica ao imperialismo. No ‘terceiro-mundo’, os autores consideram que a maioria dos intelectuais, como grupo social, são hostis ao capitalismo e engajados na defesa de modelos sociais que superem tal modelo. Portanto, o combate aos Estados Unidos relaciona-se à percepção que possuem deste país como baluarte deste sistema econômico no mundo.

Na América Latina, especificamente, as teorias relativas ao desenvolvimento e à condição periférica desta parte do continente vinculam-se à escola da ‘dependência’ inaugurada nos estudos de Raúl Prebisch. Posição intelectual que também possui doses reativas ao papel dos Estados Unidos no continente. Assim, Rubinstein e Smith acreditam que “[i]ntellectuals of the left, be they Marxist or non-Marxist, tend to be anti-American in important measure because they can neither forget nor forgive the success of the American experiment”.⁵⁴ Nota-se, também, que os padres ‘militantes’ da igreja romana católica, ao defenderem ‘justiça social’, tendem a proferir manifestações contrárias à dominação econômica e política dos EUA. Porém, ressalva-se que o antiamericanismo não é monopólio da esquerda, podendo ser

⁵² Idem, p.39.

⁵³ Idem, p.40.

⁵⁴ Idem, p.40.

defendido por elites que buscam revitalizar valores tradicionais, instituições e laços de relacionamento de dada sociedade.

A terceira forma de antiamericanismo identificada pelos autores denomina-se 'instrumental'. Ela manifesta-se quando setores do Estado utilizam tais críticas como forma de mobilização interna ou justificativas para fracassos de suas políticas. Seria um recurso para explicar derrotas na política internacional. Isso ocorre pois “[t]he US is a convenient target, because of other mutually reinforcing perceptions of it as an omnipotent, even intriguing, intrusive superpower and because it is not likely to respond in kind”.⁵⁵ Finalmente, observa-se que os regimes autoritários possuem bons incentivos para a utilização do antiamericanismo instrumental, embora não sejam os únicos a utilizá-lo, como comprova o caso da Índia, maior democracia do mundo, que, em vários momentos lançou mão de tal expediente.

O último modo de antiamericanismo é o revolucionário, sendo ele encontrado em grupos de oposição que desejam desalojar do poder regimes identificados e/ou apoiados pelos EUA, como observado na história do Irã e da Nicarágua.

Feita tal argumentação, Rubinstein e Smith tecem considerações de âmbito genérico. A primeira defende que certa dose de antiamericanismo é inevitável tendo em conta o papel proeminente que os EUA ocupam no sistema internacional. Assim, “[t]he US may be courted for what it can offer, but its unilateralism, erratic policy, cultural dynamism, and persisting parochialism occasion inevitable resentment and suspicion”.⁵⁶ Por fim, acreditam que geralmente o antiamericanismo é mais aparente do que real, ou “only one side of the coin in a relationship of profound ambivalence”.⁵⁷

No Cone Sul, as relações dos Estados Unidos com Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil foram relativamente diferentes do que na América Central e México. Historicamente, os Estados Unidos nunca projetaram o mesmo grau de poder no Cone Sul como no restante da América Latina. Nunca intervieram militarmente, de

⁵⁵ Idem, p. 41.

⁵⁶ Idem, pp.43-44.

⁵⁷ Idem, p.45.

modo direto, naquela parte do continente. Durante e depois do fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA estavam preocupados com a possível repercussão das teses socialistas na América do Sul. Assim, passou a negociar com a região de modo a não perdê-la, mas sem, no entanto, satisfazer todas as vontades e necessidades dos países, fato que ficará claro pelas constantes reclamações de descaso que as autoridades do Brasil e de outros países da região propalavam em público ou em reuniões diplomáticas mais restritas.

Tendo sido apontadas alguns conceitos e formas de antiamericanismo, faz-se, agora, breve discussão sobre o debate nacionalista no país, pois, conforme defendido em Katzentein e Keohene os dois fenômenos guardam importantes semelhanças.

1.2. O debate nacionalista

Renan, ainda no século XIX, perguntava: o que é uma nação? Indagação que buscava desvendar a construção do sentimento nacional que, para ele, refletia a vontade do homem em sociedade. Sentimento que não estaria somente na raça, na religião, na língua, na geografia ou no interesse militar. Antes, formava-se no sacrifício de cada indivíduo para o proveito do interesse comunitário. “Uma nação é uma alma, um princípio espiritual”.⁵⁸

Neste sentido, é um princípio que se estabelece na relação dinâmica entre presente e passado. Uma vontade presente de viver juntos e seguir gerenciando a herança recebida de seus antepassados. Para tanto, necessita-se recorrer ao seu acervo de recordações dos esforços, sacrifícios e abnegações coletivos. A nação seria um ‘plebiscito diário’ que justifique diuturnamente sua existência. Para tanto, é necessário o reforço dos laços de união através de artifícios como a criação de atos heróicos e contrastantes com as outras nações. Em suma, a formação e manutenção do SELF.

O homem não é escravo de sua raça, língua, religião, nem dos cursos dos rios ou cadeias de montanhas. Uma grande agregação de homens, hígida de espírito e cálida de coração, cria uma consciência moral que se chama nação. Esta consciência moral é legítima e tem o direito de existir desde

⁵⁸ RENAN, in: BRAVO, 2000, p.65.

que prove sua força pelos sacrifícios de abdicação do indivíduo em proveito de uma comunidade.⁵⁹

Portanto, qual o sentimento de comunidade que o Brasil estabelece no movimento de definição de sua nacionalidade? Tal equação poderá aclarar como o país se posiciona em relação às outras nações e, especialmente para o argumento que ora se estabelece, em relação aos EUA.

No Brasil, na década de 1950, reaviva-se forte discussão relativa aos processos de institucionalização da democracia. O imediato pós Segunda Guerra Mundial, com o governo do Marechal Dutra (1946-1951), havia iniciado tal discussão e promulgado nova constituição no país em 1946. O processo de industrialização e seus desdobramentos para as estruturas de poder no Brasil haviam constituídos novos grupos de interesses e formulações teórico-analíticas que legitimavam anseios das frações sociais emergentes da nação. Assim, ao ser encerrado o primeiro governo constitucional do pós II Guerra, o processo eleitoral para o novo presidente da república do Brasil ocorre em clima de efervescência socioeconômica. O anterior ditador Getúlio Vargas agora se submete ao escrutínio dos eleitores. Sua eleição demonstra a permanência de seu capital político.

Getúlio Vargas foi eleito pela aliança PTB-PSD para reocupar a presidência da república com 48,70% dos votos. Ao tomar posse, em janeiro de 1951, o 'velho caudilho gaúcho' encerrava uma campanha eleitoral fortemente nacionalista, antiplutocrática e com intenso chamamento à participação direta das massas trabalhadoras.⁶⁰ A constituição de seu ministério é descrita como uma 'aula de política'. Getúlio, surpreendentemente, reserva ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - seu partido - apenas a pasta do Trabalho. Ao aliado PSD, ele deixaria a maioria dos assentos, inclusive o Ministro das Relações Exteriores que seria ocupado por João Neves da Fontoura (personagem que, posteriormente, faria severas críticas ao seu governo e que seria alvo de crítica dos mais nacionalistas). Digno de nota é a seleção de nomes identificados com teses nacionalistas para gerirem os ministérios militares. Até mesmo à inimiga UDN é ofertado o Ministério da Agricultura, fato que não impede a enérgica oposição de facções deste tradicional

⁵⁹ 2001, p.66.

⁶⁰ HGCB, 2007.

partido oposicionista ao 'getulismo', até mesmo a tentativa de impedir a posse do eleito.

A composição multipartidária do ministério do segundo Getúlio é, por si, indício da tentativa de incorporação no aparato estatal do maior número possível de posições, mesmo que o consenso total fosse improvável e mesmo impossível. Argumenta-se que o segundo governo Vargas conviveu com três modelos de desenvolvimento: o neoliberal, o desenvolvimentista-nacionalista e o nacionalista radical. Skidmore considera que seria um erro encarar “essas três fórmulas com posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento”.⁶¹ De modo diverso, elas se constituíam em posições analíticas defendidas por intelectuais e jornalistas.

Entre as manifestações relativas às relações com os Estados Unidos, de modo direto ou indireto, destacam-se a campanha da nacionalização do petróleo, a ação da comissão mista Brasil-EUA e o estabelecimento do BNDE. Ainda, Skidmore considera que “a eclosão do conflito na Coreia, contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática”.⁶² Finalmente, observando-se os acontecimentos que culminam com o suicídio de Getúlio Vargas, destacam-se os termos da ‘carta testamento’ que explicitam a ira contra as forças externas que queriam ‘escravizar’ os brasileiros.

Dos muitos aspectos debatidos a respeito dos novos setores sociais emergentes, importa ressaltar que “o sucesso eleitoral de Vargas deve-se também a alianças tácitas entre as correntes civis e militares que se identificam com as chamadas posições nacionalistas.”⁶³ Assim, a volta do ‘caudilho’ vincula-se à sua imagem de defensor dos interesses nacionais que se contrapunha ao aprofundamento da dependência em relação aos Estados Unidos. Neste sentido, observa-se que os temas do alinhamento do Brasil às polaridades da Guerra Fria, a questão da Guerra da Coreia e as campanhas de nacionalização da exploração dos recursos minerais

⁶¹ 1992, p.121.

⁶² HGCB, v.10, 2007, p. 300.

⁶³ D'ARAUJO, 1992, p. 28.

(melhor expressa na campanha do Petróleo) contribuem para a união dos diferentes setores defensores do nacionalismo.

D'Araujo ⁶⁴ aponta um denominador comum identificado nas poucas análises sistemáticas relativas ao período: sua divisão em dois momentos diferentes. O primeiro iria de janeiro de 1951 até meados de 1953. Esta fase marca-se pela conciliação com os setores conservadores, condição que se reflete na composição ministerial do governo. Neste sentido, a política econômica procurar conciliar os interesses dos setores mercantis da burguesia e do capital estrangeiro, em detrimento das posições nacionalistas, trabalhistas e industrializantes. “Grosso modo, esse primeiro momento do governo estaria configurado por conflitos internos aos setores dominantes, pela aliança com os setores médios e por um acomodamento das massas frente ao governo.” ⁶⁵

Os acontecimentos de 1953, marcados pelo aumento dos movimentos de massa, modificariam tal ordem, impondo o fim da política conciliatória de outrora. A orientação do governo caminha para a ruptura com os setores mais conservadores da sociedade em favor de políticas mais populares. A reforma ministerial de junho/julho de 1953 e a instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) de outubro podem ser consideradas marcos importantes desta reversão de rumos do governo. “Interpretada como uma guinada para a esquerda, a nova orientação teria despertado a reação direta da classe média e dos grupos econômicos, em aliança com as forças armadas, contra o Governo”. ⁶⁶

Importante mencionar que a montagem da lógica bipolar da guerra fria é coincidente com a decepção brasileira com a esperada recompensa por ter combatido do lado dos Aliados durante a guerra. As ações dos Estados Unidos não concretizam transferência que atendessem às expectativas de importantes setores da sociedade brasileira. Torna-se evidente que a ação do plano Marshall privilegiaria a contenção do comunismo na Europa, deixando a América Latina, vista como área de relativa calma, em segundo plano. Assim, é crescente o descontentamento relativo à

⁶⁴ 1990.

⁶⁵ D'ARAUJO, 1990, p.21.

⁶⁶ Idem, p. 21.

intromissão das grandes potências nos assuntos internos dos países da América Latina.

No entanto, antes de detalharmos todas as implicações que tal inflexão possa ter de contribuição para o desfecho trágico do segundo Vargas, interessa-nos sublinhar o grau de dissenso existente na sociedade brasileira do período. Ainda, apontar que grupos de intelectuais 'engajados' formavam fileiras opostas no debate político no que tange ao modo de desenvolver o país. Por isso, torna-se relevante a apresentação do debate relativo ao desenvolvimento, ou subdesenvolvimento, do Brasil que assume novas características nos 1950.

Após o suicídio de Vargas ocorre uma reação conservadora interna e externamente. Defende Vizontini que a barganha nacionalista havia se tornado uma política incômoda para o **status quo** internacional capitaneado pelos Estados Unidos. A tentativa precoce de promover uma diplomacia não linearmente subordinada a Washington apoiava-se em fatores objetivos, e não apenas na vontade política de um líder populista. Por isso significou o início de uma nova fase da política externa brasileira, que conhecerá seu paroxismo na Política Externa Independente.⁶⁷

Observa-se que, com Café Filho e nos primeiros anos do Governo JK, há uma reversão do curso daquela busca de maior autonomia na política exterior. Abre-se a economia aos interesses do capitalismo internacional, ao liberalismo econômico, voltando-se aos tempos de alinhamento com os Estado Unidos. O modelo da barganha nacionalista perdera intensidade no discurso governamental, principalmente no governo de Café Filho, e, no início do governo JK, ainda que este tenha sido eleito com o apoio de comunistas e nacionalistas e tenha feito sua campanha defendendo concepções desenvolvimentistas.

Argumenta-se que, momentaneamente, vencia o projeto diplomático da Escola Superior de Guerra (ESG) que unia segurança e desenvolvimento. Defende Weis⁶⁸ que o presidente Kubitschek procurava, através de sua estratégia de desenvolvimento, sintetizar os vários modelos de desenvolvimento concorrentes no

⁶⁷ 1994, p.26.

⁶⁸ 1994.

país. Manifestava-se, assim, a falta de consenso dentro do país. “Eleito por uma margem estreita, por uma coalizão de diversas partes e durante uma atmosfera de instabilidade, para poder governar, Kubitschek destacou dois temas que uniriam os brasileiros: nacionalismo e o desenvolvimento”.⁶⁹

Neste sentido, JK, ao retomar o projeto de industrialização, busca harmonizar duas correntes de política externa: uma que defendia o interesse da potência hegemônica e outra que advogava um desenvolvimento mais autônomo do Brasil. Defende-se que o momento foi de síntese dos modelos de inserção nacional ativo e passivo. No entanto, deve-se observar que a possibilidade desta tentativa de Kubitschek foi possível, “entre outras coisas, pelo retorno pleno da Europa Ocidental à vida econômica internacional, fornecendo alternativas comerciais e financeiras ao Brasil, sem confrontação com Washington.”⁷⁰

Tal ordem tem seu final em 1958, quando Kubitschek reassume a barganha nacionalista em moldes bem semelhantes aos de Getúlio Vargas. Tal movimento é feito pela Operação Pan-americana (OPA) que pretendia vincular desenvolvimento e segurança, recolocando a América Latina na agenda prioritária dos Estados Unidos. Entre as causas dessa reversão estão a crise do modelo de desenvolvimento de Kubitschek (50 anos em 5), a reeleição de Eisenhower nos EUA, a crescente insatisfação na América Latina com as políticas das potências centrais e as pressões do FMI. Em suma, a OPA tentava obter mais crédito para a América Latina no Sistema Internacional e comprometer “a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance”.⁷¹

No interior de tal debate, pode-se perceber a ação de diferentes grupos de pensamento que influenciam ou agem diretamente nas estruturas burocráticas do estado. O já referido grupo da Escola Superior de Guerra (ESG), marca a defesa de uma orientação ‘pró-EUA’ na formulação da política exterior do Brasil. Assim faziam devido ao quadro estabelecido pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial e da consequente reestruturação do sistema militar do Brasil que passa a ter doutrina

⁶⁹ WEIS, 1994, p.123.

⁷⁰ VIZENTINI, 1994, p.27.

⁷¹ Idem.

‘importada’ daquele país. Forma-se o par desenvolvimento e segurança buscando manter o Brasil na órbita hemisférica de influência dos Estados Unidos.

De modo diverso, outros segmentos da sociedade brasileira - entre eles algumas ‘escolas intelectuais’ - buscavam apresentar alternativas ao ‘alinhamento automático’. A emergência dessas abordagens se deve às novas condições do país decorrentes do processo de intensificação da industrialização que remodelara as estruturas socioeconômicas do país. Os novos setores incorporados à arena política passam a cultivar a ideia de que o Brasil teria condições materiais e intelectuais de se posicionar de modo mais autônomo no sistema internacional.

A procura por caminho destoante da bipolaridade da ‘guerra-fria’ foi parte do debate dos grupos intelectuais atuantes na sociedade brasileira. Resultaram na formação institucionalizada de aparatos burocráticos governamentais que abrigassem intelectuais encarregados em pensar os ‘melhores’ caminhos para o país. Neste sentido, podemos considerar o ISEB como um dos focos irradiadores de princípios norteadores para ação externa do Brasil. (No entanto, devemos ponderar que ele não era o único lugar onde se identificava o debate relativo ao papel dos EUA na PEB. Era, conforme será demonstrado, um dos locais com forte intensidade de reação aos EUA. Também se deve observar que instituições como o ISEB ganham projeção devido à incipiente formação das Universidades no país). Vejamos em maiores detalhes a ação deste instituto.

1.3. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

O ISEB foi criado em julho de 1955 pelo decreto 37.608 na órbita do Ministério da Educação e Cultura (com o objetivo de tentar criar uma ideologia nacional do desenvolvimento) e extinto pelo golpe militar de 1964. Para Pereira, ele reunia o grupo de pensadores que “dominou a cena intelectual brasileira nos anos 1950”.⁷² Afirmativa consoante com Weis que defende que o ISEB era “a organização mais importante que lidava com esses problemas até o fim dos anos 50”.⁷³

⁷² PEREIRA, 2005, p. 205.

⁷³ 1994, p.123.

Pereira considera que esse grupo pensou o Brasil dos anos 1950, tendo em vista a evolução da industrialização desencadeada a partir dos anos 1920/30. Deste modo, o ISEB seria o responsável pela interpretação nacional-burguesa ou nacional desenvolvimentista do Brasil e da América Latina. Não foi o único grupo a 'interpretar' o atraso do país. Tal debate se fez com mais dois grupos: a CEPAL e os sociólogos da USP.

Tanto o ISEB como a CEPAL e a escola de sociologia de São Paulo foram instituições de intelectuais públicos, embora a última pretendesse ser antes uma instituição puramente acadêmica, mas, entre elas, era o ISEB a que mais se enquadrava nessa categoria (...) Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewald Correira Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Suas ideias, de caráter antes político do que econômico, completavam-se, no plano econômico, com o pensamento estruturalista da CEPAL.⁷⁴

Vamos destacar dois desses expoentes intelectuais, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. Suas ideias serão tomadas como síntese de um pensamento que, apesar de não unitário, guardava semelhanças.

Um aspecto biográfico de Sodré chama a atenção: era militar e comunista, "o que não era nada incompatível, embora, depois de 1964 os militares brasileiros se tenham tornado a expressão mais feroz do anticomunismo"⁷⁵. Foi diretor do departamento de história do ISEB do início ao fim e, segundo o mesmo autor, foi o maior teórico marxista brasileiro na década de 1950. Embora tenha sido criticado por outras correntes por ser demasiadamente rígido em suas análises, suas concepções serão importantes para a montagem do raciocínio do ISEB. Na concepção de Pereira, as formulações de Sodré comporiam o quadro da interpretação denominada de 'nacional-burguesa', que se estabeleceu em contraposição à da 'vocação agrária'.

Os intérpretes nacional-burgueses são radicalmente críticos e 'redescobrem' o Brasil, percebendo-o agora como uma cultura dominante, heterônoma, amorfa, inautêntica, ornamental, com um complexo de inferioridade colonial. É por isso que a sociedade brasileira é dominada pelo bloco oligárquico-agrário mercantil aliado ao imperialismo, que se opõem à

⁷⁴ PERREIRA, 2005, p.204-205.

⁷⁵ REIS, 2007, p.146.

industrialização brasileira, buscando manter o status quo semicolonial, semifeudal e primário exportador.⁷⁶

De modo sumário, pode-se argumentar que o Brasil do contexto pós II Guerra, estava carente de interpretações, sendo a vertente marxista uma importante alternativa criada no período. Por tais lentes, a história brasileira passa a ser concebida de modo estrutural, levando-se em conta as relações sociais. Passa-se a privilegiar as contradições e lutas derivadas dos novos processos produtivos do país.

Vejamos os principais pontos da análise de Sodré, destacando-se aqueles que impactam na ação externa do país. Inicialmente, deve-se observar que a função da teoria, para Sodré, é eminentemente transformadora. Por isso, ele concebe suas formulações como auxiliar para a ação 'revolucionária' brasileira e parte para a análise da história da formação do Brasil no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo, fato que teria desdobramentos para a formação socioeconômica do país, marcada pelo modo de produção escravista. O modelo visava o mercado externo, já que a 'circulação' de matérias primas atendia perfeitamente ao capitalismo. Neste sentido, "enquanto atender ao capital comercial, a escravidão continua. Deixará de existir quando o capital industrial vier a predominar".⁷⁷ No entanto, Sodré ressalva que este não seria o único modo de produção a existir no país, coexistiu o 'feudalismo' das atividades de subsistência. Feudalismo aqui entendido como atividades voltadas para o mercado interno, fruto de uma economia natural.

Avançando-se no tempo, observa-se que as lutas dos senhores de terras e dos escravos acabam sendo pela emancipação política e liberdade de comércio, em detrimento da industrialização. Por isso, não surge o clássico capitalismo no Brasil com o fim do escravismo. Ele surge conjugado com a ampliação de relações feudais em algumas atividades. A atividade capitalista cafeeira era impura e não se generalizou no corpo das relações de produção do país. Decorre, então, que a burguesia brasileira nasce do 'ventre do latifúndio'. De acordo com seu pensamento,

⁷⁶ REIS, 2007, p.153-154.

⁷⁷ Idem, 157.

[a]pós a República, a indústria não foi protegida e foi até perseguida. A indústria nacional foi liquidada, paradoxalmente, em defesa do consumidor brasileiro (...). A indústria brasileira avançou durante as primeiras décadas do século XX em um ambiente anti-industrial (...) A I Guerra acelerou esse avanço - o imperialismo se afastou. Mas, após a guerra, ele voltou a nos dominar. A burguesia brasileira, fortalecida durante a guerra, resistiu. Ela passa a lutar pelo poder.⁷⁸

Assim, chegando-se ao final dos anos 1920, o Estado deveria ser redefinido para atender aos interesses influentes da classe burguesa nacional, sendo a Revolução de 1930 o episódio que marca tal ascensão. No entanto, a necessidade de ordem logo faz a burguesia pactuar com setores que defendiam antigos interesses, pois as agitações poderiam fugir ao controle. Há certo desenvolvimento industrial no país, que se acompanha da emergência do proletariado e da urbanização. No entanto, a revolução burguesa no Brasil não se completa.

Após a II Guerra Mundial, observa-se o retorno dos interesses ‘imperialistas’ que passa a se interessar pelos setores internos da economia do país, apoiando a indústria nacional. Neste momento se instala a contradição com os interesses da burguesia nacional que passa a lutar pelo mercado interno. Tal conflito se torna agudo no segundo governo de Getúlio Vargas. Face à associação do imperialismo com o latifúndio, resta à burguesia lançar mão do apoio das ‘forças populares. Chegamos aos anos 1950 com a burguesia nacional vivendo na encruzilhada de seu destino. Neste instante, Sodré

olhou do presente para o futuro e, com raro otimismo, viu a burguesia brasileira como o sujeito histórico que lideraria o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia na implantação de um tempo mais ágil, mais aberto ao novo, mais insatisfeito e intransigente: o tempo capitalista. **Sodré ofereceu à burguesia brasileira, a partir do PCB, um programa de ação.**⁷⁹(grifos do autor).

Deriva daí a necessidade desse sujeito histórico de assumir sua aliança com as novas e velhas forças populares para combater os interesses do imperialismo e dos latifundiários. Registre-se que Sodré não acreditava de modo absoluto nessa decisão da burguesia, apontando exemplos pretéritos dessa mesma burguesia que acabara se aliando aos mais fortes (quase sempre os imperialistas).

Sodré nota que, na década de 1950, o Estado já havia sido dominado pela burguesia. No entanto, ela ainda não conseguira eliminar o latifúndio devido ao forte

⁷⁸ Idem, 161.

⁷⁹ Idem, 163.

apoio que os últimos recebiam das forças imperialistas que, por seu turno, gostariam de manter o Brasil na condição periférica do sistema internacional. Neste sentido, a burguesia passa a viver o seguinte impasse: combater as forças populares e a ameaça socialista ou arriscar à novidade de uma aliança que poderia eliminar a concorrência do latifúndio. Evidencia-se que, na década de 1950, o principal sujeito do desenvolvimento brasileiro seria a burguesia.

Nessa luta de interesses ocorre a cisão da burguesia brasileira em duas correntes: a mercantil, que queria associar-se ao capital estrangeiro, e a industrial, que se alinhava com os pressupostos nacionalistas e combatia o imperialismo, pois acreditava que o investimento estrangeiro não contribuiria para desenvolver a indústria nacional devido à ‘sangria’ inevitável decorrente das remessas de lucros. A burguesia industrial, percebendo sua inferioridade, passa a defender a ‘autonomia nacional’, expressão que se confundia com o desejo de reserva exclusiva do mercado interno estabelecido pelo processo de desenvolvimento brasileiro. Neste momento, desfraldam a bandeira do nacionalismo para se dirigirem ao proletariado e ao campesinato.

O tema do nacionalismo no pensamento brasileiro será importante componente na montagem do argumento de setores que defendem o posicionamento autônomo do país no sistema internacional. Assim,

os anos 50 caracterizaram-se pela montagem (ou, no mínimo, reforço) de tendências ideológicas nacionalistas que vinham se plasmando em ressonância a processos políticos e sociais marcados pelo desenvolvimento econômico e pela criação de condições de uma possível revolução burguesa.⁸⁰

Comprovam tal argumento as palavras proferidas por Álvaro Viera Pinto, segundo autor do ISEB aqui destacado, na aula inaugural do curso regular do ISEB em 14 de maio de 1956. Em opúsculo, posteriormente publicado com o conteúdo de tal lição, anotava-se que “jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquieta a realidade brasileira”.⁸¹ Assim, para o autor, seria necessário criar as condições adequadas para que o momento fosse corretamente compreendido pelos brasileiros, pois, até então, as massas ‘mudas’ deixavam aos pensadores do

⁸⁰ REIS, 2007, p.153-154.

⁸¹ 1956, p.9.

passado “a noção de uma responsabilidade pessoal, por se verem como intérpretes únicos, e, a bem dizer, predestinados, do nosso destino”.⁸² Vieira Pinto conclui que havia faltado filosofia em nosso passado intelectual devido à condição de dependência externa na qual o país havia vivido até aquele momento. Condição que ele acreditava estar se encerrando. Aqui podemos observar um interessante ponto de percepção desses intelectuais que justificariam o aparecimento de uma política externa mais ‘autônoma’ para que se cessassem “os fatores de opacidade da nossa visão de nós mesmos, e, conseqüentemente, também de retardamento do progresso”.⁸³

A consciência objetiva da realidade brasileira passava, então, pela percepção do “papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem **o corpo nacional**”⁸⁴ (grifo nosso). Neste sentido, configura-se o conceito de **nação** do autor, defendendo-se a união de todos e o despertar da consciência das massas para a necessidade do desenvolvimento. Outro ponto importante de tal pensamento era a denúncia dos modelos de interpretação importados que utilizavam ponto de vista alheio e faziam com que a população brasileira regulasse “o juízo sobre eles próprios pelo modo de pensar alheio”.⁸⁵ Os brasileiros estavam, então, alienados até aquele momento, “fenômeno típico, específico, do status colonial”⁸⁶, concluía Vieira Pinto.

Daí decorre alguns argumentos importantes: 1) é necessário e imprescindível que surja uma consciência legítima - uma ideologia - sobre o desenvolvimento; 2) tal ideologia deve ser criada e expressa pelas massas; 3) tal processo deve ser feito de modo democrático; e 4) tal projeto não pode comportar divisões.

Sobre este último ponto, Vieira Pinto ensina que

não há que confundir o conceito de ideologia do desenvolvimento, tal como o apresentamos, com quaisquer formas de partidarismo político. São coisas radicalmente diferentes. Não se trata aqui de defender nenhum interesse particular ou de grupo, mas de exprimir o interesse geral da sociedade brasileira, em suma o **interesse nacional**.⁸⁷ (grifo nosso).

⁸² Idem, p.9.

⁸³ Idem, p.10.

⁸⁴ Idem, p.10.

⁸⁵ Idem, p.24.

⁸⁶ Idem, p.25.

⁸⁷ Idem, p.43.

Tal ideia merece destaque, pois se refere à possibilidade de consenso interno, princípio fundamental da política exterior de qualquer nação. Tal tópico é sublinhado por ser mais uma característica do discurso nacionalista. Podemos defender que salta dos textos dos autores do ISEB a defesa de que o momento vivido pelo Brasil (década de 1950) era maduro para a formação de uma nação diversa daquela que se observava até então.

Neste sentido, podemos aplicar o raciocínio de que emergia nova concepção nacionalista. Calhoun explica que o

nacionalismo é uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno. É um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da cultura, política e noção de seu lugar no mundo, que ajuda a constituir nações como dimensões reais e poderosas da vida social. As nações não existem objetivamente antes de existirem em termos discursivos. Da mesma forma, porém, nações surgidas a partir da fala e do sentimento também são estruturas materiais reais de solidariedade e reconhecimento.⁸⁸

Finalmente, deve-se perceber que o nacionalismo extraído dos textos isebianos acaba por conformar uma base 'filosófica' para uma política externa desalinhada à das grandes potências. Assim, se o Brasil quisesse se desenvolver de modo soberano e autônomo deveria criar via própria de inserção internacional.

1.4. O nacionalismo e a PEB

O debate produzido na década de 1950, conforme mencionado anteriormente, tornar-se-ia ainda mais complexo em face da modificação das estruturas socioeconômicas do país levadas adiante pelo processo de industrialização incrementado na década de 1940. O palco da política passa a ser habitado por novos atores representantes dos setores urbano, rural, industrial, agrário-exportador, operários etc. Neste contexto, os intelectuais passam a gerar conceitos que expliquem o atraso da América Latina e, conseqüentemente, do Brasil no panorama internacional. Segundo Love⁸⁹, tal sorte de preocupação foi inédita no mundo, sendo somente compartilhada por alguns países da Europa centro-oriental. Portanto, justifica-se o aparecimento de teorias que valorizam o papel do Estado para a

⁸⁸ CALHOUN, 2008, p.37.

⁸⁹ 1998

superação da condição de subdesenvolvimento vivida por tais países. Decorre que o comando do Estado passa a ser essencial para a ação dos grupos interessados no desenvolvimento autônomo dos países. Grupos que aglutinavam diferentes setores sociais sob o discurso pseudo uniformizante do nacionalismo.

Conjuntura que traria impactos ao Ministério das Relações Exteriores. Neste sentido, o imediato pós-guerra trouxe algumas ações que apontavam para o desmonte da lógica elitista e insular desse ministério. Ele aponta as reformas de 1946, com a instituição de concurso público, como a primeira tentativa de profissionalização do MRE. Ainda, relembra que a maior complexidade da sociedade brasileira e a ampliação do debate democrático no seio social trariam novo quadro de influências para o resultante da política exterior do país.

Michael Weis observa que “em meados dos anos [19]50, um grupo chamado ‘nacionalista do desenvolvimento’ apareceu para desafiar a política e as teorias de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos”.⁹⁰ Tal grupo organiza-se em torno da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Conforme já citado, esse grupo contribui para o debate em relação ao modelo de desenvolvimento a ser implantado no país. Ele contrapunha-se à ESG, mas aproximava-se do ISEB em muitos aspectos, embora divergisse deste por não negar radicalmente o capital externo.

Assim, fixam-se ideias díspares defendidas por grupos distintos de intelectuais brasileiros, estabelecendo-se relações entre as principais diretrizes intelectuais da década de 1950 e os projetos de política exterior em concorrência no mesmo período. Conforme anota Vizentini

[a] PEB entre 1951 e 1964 apresentou características novas, que a diferenciava das fases anteriores. Apesar das diferenças existentes entre o nacional desenvolvimentismo populista de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, bem como das particularidades que marcaram o contexto histórico de cada uma, esses projetos possuem acentuados traços em comum e apresentam uma continuidade.⁹¹

⁹⁰ 1956, p.10.

⁹¹ 1994, p.24.

Neste sentido, evidencia-se importante argumento ao analista que busca perceber as variantes e variáveis que contribuíram para tal novidade na política exterior brasileira. No entanto, antes de advogar a transferência mecânica entre as frações do pensamento brasileiro e a política exterior, importa-nos descrever a formação dessas diferentes concepções e os polos de irradiação das mesmas. Justifica-se tal esforço pela importância da identificação dos diferentes ‘mapas conceituais’ que serão apropriados pelos grupos de interesse que se alojavam nas estruturas burocráticas do Estado. Neste sentido, vejamos algumas características dessa ‘classe’ - chamada intelectuais – no Brasil.

Segundo Love⁹², os intelectuais no Brasil não chegavam a constituir, até meados do século XX, uma *intelligentsia* no sentido clássico da palavra, pois não formavam uma comunidade intelectual com ideais radicalmente opostos às estruturas de poder em curso no país. Neste sentido, o autor considera que estes ‘pensadores’ não tinham condições concretas de se tornarem os ‘intelectuais orgânicos’ pensados por Gramsci, ou seja, “um porta-voz dos interesses de uma classe ou fração de classe bem definida, uma vez que as classes sociais eram ainda relativamente incipientes”.⁹³ Um fator sociológico para tal característica era a raridade com que as instituições acadêmicas se dedicavam à pesquisa. Um dos raros exemplos desta natureza foi o ISEB que, com seus seminários interdisciplinares de pesquisa, buscava refletir sobre as características da realidade brasileira.

No entanto, houve sérios confrontos envolvendo os preceitos defendidos pelos setores isebianos no que se refere ao posicionamento do país no mundo. O documento secreto enviado ao presidente da república em 10 de dezembro de 1959 é revelador da desaprovação de setores da sociedade brasileira dos ideais defendidos pelos intelectuais do ISEB. De modo mais específico, pode-se perceber que há explícita referência sobre o impacto de tais conceitos na política exterior do país. O documento é o resultado de uma determinação presidencial dada ao Estado-Maior das Forças Armadas para que fosse investigada a “orientação que vem sendo impressa pela atual direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – I.S.E.B. –

⁹² 1998.

⁹³ LOVE, 1998, p.351.

aos cursos regulares e extraordinários”.⁹⁴ Ainda, explica-se no texto que as conclusões a serem apresentadas foram resultado de “exaustivos estudos que há mais de dois anos vem sendo levados a efeitos neste órgão, nos três Estados Maiores e no serviço Federal de Informação e contrainformação desde sua criação e na secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional”.⁹⁵ Conclui-se, portanto, que as atividades do ISEB eram alvo de preocupação de alguns setores do Estado. Tal fato pode ser comprovado pela transcrição abaixo.

(...)

(a) Em meados de janeiro de 1957, o Capitão-de-Fragata Aristides Pereira Campos Filho, servindo então neste Estado-Maior, estagiário, em 1956, no Instituto superior de Estudos Brasileiros – ISEB, formulou, em relatório dirigido ao chefe do EMFA, graves acusações ao referido Instituto, cuja orientação, no seu entender, de cunho marxista, era contrária à política externa tradicional do país;

(b) (...)

(c) (...)

(d) O brigadeiro Travassos, em seu relatório, no que concerne à orientação seguida pelo ISEB em 1956, apresentou, entre outras, as conclusões que se seguem:

I – As atividades de uma organização particular – O Instituto Brasileiro de Economia, sociologia e Política (IBESP) – se transferiram para o ISEB, Instituição do Ministério de Educação e Cultura. O IBESP, através dos ‘Cadernos de Nosso Tempo’, não apenas repelia as bases de nossa civilização cristã e da cultura ocidental, senão que, principalmente, defendia o estabelecimento, para o Brasil, de uma política de terceira posição. Uma boa parte dos dirigentes do IBESP veio integrar a Congregação do ISEB, assim constituída em 1956 (...) (sic)

II- O IBESP era encarado como uma agência socialista de tendência revolucionária, mas desde o momento em que seus principais dirigentes assumiram a direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a questão passou a tomar outro aspecto.

O ISEB, estabelecimento custeado pelo Governo Federal foi então desviado de suas altas finalidades. Com tal direção e tais atividades, o ISEB desconheceu tratados assinados pelo Brasil, esqueceu compromissos internacionais firmados pelo Executivo e reconhecido pelo congresso, para pregar abertamente uma política de terceira posição, repelida, de público, por Vossa Excelência, em várias oportunidades, dentre as quais merece realce a que serviu de encerramento dos cursos da Escola Superior de Guerra, em 1 de dezembro de 1956.

III(...)

-que as contestações entre os blocos ocidental e oriental foram analisadas pelos professores Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, mediante ataques muito acentuados contra o ‘imperialismo norte-americano’ e o colonialismo ‘anglo-francês’, e atenuados, quanto ao papel da Rússia Soviética (...)

IV – A política de terceira posição, defendida no ISEB pelos professores Rolanda Corbisier, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes (...) foi assim definida naquele Instituto;

- estreitamento de relações do Brasil com outros países subdesenvolvidos, notadamente a Índia.

⁹⁴ EXPOSIÇÃO, 1959, p.1.

⁹⁵ Idem, p.1.

- adesão aos princípios da Conferência de 'Bandung': respeito mútuo da integridade territorial e soberania; não agressão, não ingerência nos negócios internos; igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica;

- Adoção dos princípios da conferência de 'Brionne': nacionalismo, tirando partido da competição entre os dois grandes (Estados Unidos e Rússia); reformismo pela industrialização. Atitudes positivas em relação à ONU; abstenção de alianças formais com um dos dois centros dominantes;

- abandono de nossa atual linha de política exterior;

Tal política preconizada no ISEB, se adotada, constituiria uma aventura nacional de consequências funestas e imprevisíveis e que iria romper com a tradição e a ética diplomática de nosso País e traria, sem dúvida, dificuldades enormes aos Poderes Públicos do Brasil, ante compromissos livremente assumidos com os Estados Unidos, a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas. Política de quebra de solidariedade continental, útil ao comunismo internacional e aos desígnios de dominação da Rússia Soviética (...)

V (...) ⁹⁶

Seguem outros comentários que descrevem a influência comunista nas estruturas do ISEB e das ideias que procuram propagar em diversas entidades do país como UNE e os sindicatos. No entanto, para ilustrar a vontade desses intelectuais de agirem 'dentro' do Estado na formulação de políticas públicas, o relatório explicita que o "ISEB desenvolve, atualmente, intensa atividade, com o propósito de interessar os meios intelectuais e as próprias administrações municipais e estaduais da Bahia, de São Paulo e de outros Estados da União na criação de filiais do Instituto". ⁹⁷ Há, ainda, referências à ação do Instituto no sentido de doutrinar o próprio Exército através de cursos e palestras que eram oferecidos "em diversos centros do país". Ação que deveria ser coibida, para que os jovens cadetes sejam preservados "de influências nocivas". ⁹⁸

Assim, o relatório do EMFA conclui que o ISEB desvirtuou sua ação, pois não caberia a ele a pregação de nenhuma doutrina "mesmo que inofensiva, nem sugerir a adoção, por parte do governo, de normas de procedimento na condução da política externa e interna do país". ⁹⁹ Portanto, pede-se o afastamento daqueles membros do Instituto que pregam "as vantagens da adoção de política externa que não atende aos interesses nacionais". ¹⁰⁰ Assim, constata-se que o ISEB foi um exemplo de instituição pública que emanava 'mapas mentais' relativos à política externa. Sendo o nacionalismo uma importante variável de seu argumento.

⁹⁶ EXPOSIÇÃO, 1959, pp. 1-6.

⁹⁷ Idem, p.7.

⁹⁸ Idem, pp.8-9.

⁹⁹ Idem, p.11.

¹⁰⁰ Idem, p.11.

Percebe-se que houve, na década de 1950, intenso e diversificado debate sobre o melhor modelo de desenvolvimento a ser aplicado no país. Neste contexto, o tema do anti-imperialismo emerge do nacionalismo econômico, contribuindo na formação de parte da elite política e intelectual. Portanto, podemos identificar que o tema do nacionalismo se conjuga ao debate relativo às relações Brasil-EUA, ganhando dimensão fundamental para o entendimento dos processos econômicos, culturais e sociais do país.

Vejamos, agora, a genealogia do antiamericanismo no Brasil para, posteriormente, identificarmos suas diferentes manifestações na história republicana do país.

Capítulo 2 - O Antiamericanismo no Brasil em visão histórica.

2.1. A genealogia do antiamericanismo no Brasil.

No pensamento social brasileiro, o americanismo e seu antípoda (antiamericanismo) possuem manifestações anteriores à década de 1950. O debate recua ao momento histórico da formação da nacionalidade no país e avança no tempo, apresentando ainda traços contemporâneos conforme demonstrado na introdução deste trabalho. Weffort,¹⁰¹ em suas notas para uma história das ideias no Brasil, argumenta, em consonância com Morse,¹⁰² que a sociedade brasileira, em sua história, deparou-se com duas tradições para entrar na modernidade: a ibérica e a anglo-saxônica; tradições que emergiram da matriz da civilização ocidental. Neste processo, deparou-se com duas referências externas: primeiro a Europa, depois os Estados Unidos. Modelos vistos como possibilidades para o país instituir a civilização e a modernidade em seu território.

Há explicitamente, dois projetos contraditórios na América que podem ser expressos pelo pensamento do historiador estadunidense Turner e pelo diplomata brasileiro Oliveira Lima.¹⁰³ Para o primeiro a natureza selvagem devia ser domada pelo espírito empreendedor do homem comum que se aventurava a desbravar suas fronteiras com seu trabalho e suor. Neste processo, forma-se uma sociedade anterior ao Estado que assume características típicas do liberalismo no sentido de guardião de direitos. De modo contrário, Lima defende o Estado como possibilidade de civilizar a barbárie encontrada abaixo do equador. Neste sentido, a estrutura burocrática antecipa-se às forças sociais constituintes da nação, refletindo o pacto conservador escravista que acaba contribuindo para cristalizar.

Tal processo forja uma distinção inicial entre os modelos do sul e do norte. Um americano, ao norte, e outro 'antiamericano', ao sul. O uso do prefixo **Anti** pode ser justificado pela clara contraposição ao projeto da América, assim entendida como os Estados Unidos, que se estabelece no Brasil. Neste sentido, podemos indagar por

¹⁰¹ 2005.

¹⁰² MORSE, 2000.

¹⁰³ SOUZA, 2008.

um fato geracional do antiamericanismo que, através de desdobramentos históricos, assumiria novos contornos e manifestações no Brasil. De modo especial, quando o pensamento nacionalista começa a estabelecer parâmetros para a formação da especificidade brasileira, seu SELF.

O movimento de constituição da nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que buscava referenciar-se em modelos externos (como o dos EUA), precisava contrapor-se a eles pela necessidade de fixação de identidade própria. Essa tensão entre a aceitação e a diferenciação pode ser considerada o embrião do americanismo e do antiamericanismo no Brasil. Conforme defende Silva:

A isso acrescentaríamos que, de fato, em suas origens históricas estes dois temas se apresentaram de forma profundamente interligada, impondo uma dualidade constante entre uma identidade americana (outrora europeia) e uma identidade latino-americana, como também entre as alianças estratégicas a serem desenvolvidas seja com a potência hegemônica, seja com os vizinhos continentais.¹⁰⁴

O 'americanismo' pode ser visto não somente como forma de alinhar-se aos preceitos defendidos pelos EUA, mas também como afirmação da condição ocidental e de civilidade.

Portanto, as duas percepções (americanismo e antiamericanismo) podem ser consideradas fundacionais no pensamento social brasileiro, estabelecendo-se como 'mapas mentais' para a ação de diferentes grupos de interesse do país. Sendo esse manancial de ideias continuamente utilizado por distintos discursos em diferentes momentos históricos do Brasil.

Ganha relevância a proposição de que grupos de interesses brasileiros se apropriam desse ideário para manifestar a defesa de políticas que proporcionariam o 'melhor' posicionamento do país no sistema internacional. Assim, ao se formarem os pressupostos do 'nacional', o país deveria construir seu SELF em contraposição ao OUTRO – estrangeiro, Europeu, Norte Americano etc. - que, ao mesmo tempo, no caso dos EUA, assumia condição central para a política exterior do Brasil. Assim, o processo de formação e amadurecimento do SELF no Brasil, teria levado à aproximação e ao repúdio dos EUA. Movimento que ficaria marcado, a partir de

¹⁰⁴ 1995, p.34.

determinado momento da história do país, como a busca de autonomia face aos polos de poder mundial.

2.2. A República brasileira e o antiamericanismo.

Em sua história republicana, o Brasil sempre teve no horizonte as relações com os Estados Unidos da América, ainda que elas tenham pendulado entre posições mais ou menos alinhadas à potência do norte. Bandeira ¹⁰⁵argumenta que essas relações foram marcadas pelo inconformismo brasileiro com a hegemonia dos EUA e que

[a]s relações competitivas entre o Brasil e os Estados Unidos foram determinadas por fatores históricos e geográficos, na medida em que ambos se tornaram duas enormes massas de terra, com grandes contingentes populacionais e, apesar da assimetria, as duas maiores economias do hemisfério. ¹⁰⁶

A alvorada da República no Brasil, para alguns que ajudaram a instalá-la, deveria vir acompanhada da superação da herança colonial e da modernização do país, adequando-o à modernidade industrial. As manifestações mais radicais do nacionalismo passam a ver o capital externo com desconfiança, propondo-se, inclusive, a expropriação de empresas e a expulsão do capital europeu. Neste instante, paradoxalmente, o nacionalismo era acompanhado pela tendência de americanização do país. ¹⁰⁷ A nova constituição elaborada sob a batuta de Rui Barbosa era de nítida inspiração estadunidense. Fato que se manifesta na proposição para a primeira bandeira republicana: cópia da norte americana, apenas mudando-se as cores para o verde e o amarelo, e o batismo do país como Estados Unidos do Brasil.

Argumenta Bandeira que a americanização refletia o espírito da classe que chegava ao poder e era contrária ao anterior domínio inglês. A oferta de crédito ‘mais barato’ pelos Estados Unidos era visto como opção para o financiamento do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, entende-se a defesa da doutrina Monroe pelo positivista Benjamim Constant. ¹⁰⁸ Manifesta-se, ainda, a importância da

¹⁰⁵ 1989.

¹⁰⁶ 2003, p.41.

¹⁰⁷ BANDEIRA, 1997a, p.121.

¹⁰⁸ BANDEIRA, 1997a.

movimentação dos grupos de interesse que se relacionam com a busca de mercados para seus produtos. Acordos aduaneiros e comerciais propostos pelos Estados Unidos e negociados pelo representante comercial brasileiro nos Estados Unidos, Salvador de Mendonça, geram forte reação em setores sociais que defendiam a industrialização do país e que identificavam neste movimento a inviabilização de qualquer projeto nacional de constituição da autonomia industrial.

Ressalte-se que, entre 1889 e 1906, o café e a borracha representam cerca de 70% das exportações brasileiras, sendo, portanto, atividades defendidas por importantes setores da sociedade. De modo contrário, os setores que não estavam alinhados com tais atividades reagem. Pode-se identificar em tais manifestações uma mutação e diversificação do sentimento nacionalista, que também passaria a abrigar doses de antiamericanismo.

Veem, pois, delineadas e confrontadas desde o início da República duas correntes distintas. À primeira, 'industrializante' – e frequentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamental portadora de valores de progresso tão ao gosto da época e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista -, contrapunha-se uma segunda corrente, mais sólida e conservadora.¹⁰⁹

A postura dos Estados Unidos da América em relação ao Brasil e ao continente seria criticada por importantes personagens da vida política brasileira. Joaquim Nabuco - posteriormente o primeiro Embaixador brasileiro nos EUA em 1905 -, por ocasião da revolta da Armada (1893-4), ocorrida no governo de Floriano Peixoto, considerou a atuação da marinha dos Estados Unidos no conflito um atentado à soberania do Brasil. Oliveira Lima, observando as ações dos EUA no Havaí, Porto Rico, Filipinas, Cuba e na América Central, denunciou o imperialismo dos ianques. Coro engrossado por Rui Barbosa que pede atenção e cuidado face à postura dos países ricos que desejavam 'colonizar' as nações mais pobres.

A investidura do Barão do Rio Branco ao cargo de ministro das relações exteriores marcaria a tentativa de atualização da política exterior do Brasil às condições reais do período. Neste sentido, sua gestão (1902-1912) poderia ser sintetizada com as seguintes características: a) tentativa de constituição de uma supremacia compartilhada na América em conjunto com os EUA; b) restauração do prestígio

¹⁰⁹ HGCB, 2006, p.39.

internacional do Brasil; c) intangibilidade da soberania; d) defesa dos interesses agrário-exportadores e e) solução dos problemas das fronteiras nacionais do Brasil. Desenvolve-se a ideia de um país destinado à liderança regional no espaço latino-americano.

Tal concepção, segundo o Barão do Rio Branco, impunha a imitação, na parte sul do continente, do modelo de atuação dos Estados Unidos. Fato explicado na correspondência de Rio Branco a Joaquim Nabuco: “Somente pelas vitórias fecundas da paz é que poderemos um dia imitar a nossa poderosa irmã e aliada no Norte e alcançar um dia a seu lado a influência a que ela já tem sabido conquistar no mundo”.¹¹⁰ A intenção era expandir a internacionalização do Brasil para que pudesse, usando de suas capacidades de poder, reivindicar o status de potência.

Observe-se que a política externa do Barão, além de levar em conta a dependência das exportações brasileiras de café para o mercado dos Estados Unidos (quase 70%)¹¹¹, também encampava valores estratégicos. Neste sentido, considera Bueno que

[o] aprofundamento da amizade Brasil-Estados Unidos não decorria somente das demandas do setor exportador. Rio Branco via na potência mundial do hemisfério, um neutralizador contra eventuais intervenções e um reforço da posição do país nas negociações destinadas a solucionar os ainda pendentes problemas de fronteira.¹¹²

Esta estratégia de aproximação com a potência hegemônica do Novo Mundo causaria suspeita nos vizinhos brasileiros. Conforme matéria publicada no jornal argentino *La Nación*, em 19 de janeiro de 1905, os passos tomados pelo Brasil conformavam uma ‘diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental’. Acusações que contribuem para justificar a aproximação com o Chile e a Argentina proposta por Rio Branco que, batizada de Projeto ABC, seria ação complementar à aliança ‘não escrita’ com os Estados Unidos.¹¹³

¹¹⁰ BUENO, 2002, p.2.

¹¹¹ BANDEIRA, 1997b, p. 33.

¹¹² 2002, p.12.

¹¹³ Tese defendida em RICUPERO, 1995, p.93.

Portanto, a política exterior do Barão não deve ser vista somente em sua dimensão de aproximação com os Estados Unidos, já que tal atitude deve ser conjugada com a consolidação das fronteiras nacionais, a defesa da soberania, a prática de uma política de prestígio e o estabelecimento de ações próprias de uma potência regional. Deve-se, ainda, levar em conta que o contexto refletia o papel dos Estados Unidos que se preparavam para assumir maiores responsabilidades e poderes no sistema internacional (já haviam se tornado a primeira potência industrial mundial no início do século XX e, após 1919, seriam o maior parceiro comercial do Brasil, ocupando espaços antes dominados pelos europeus). Assim justificava-se a aproximação com os Estados Unidos em termos que não fossem de total subordinação, mas que buscasse estabelecer no continente um condomínio com dois síndicos.

No entanto, tal americanização não se processa de modo consensual. Houve resistências à transposição mecânica de valores estadunidenses para o Brasil. Eduardo Prado, em seu livro-ensaio “A Ilusão Americana”, publicado em 1893, produz virulento ataque à política externa dos EUA. Monarquista originário da oligarquia agrária paulistana, Prado transforma-se em um dos principais críticos da recém-instalada república brasileira. Coautor do Manifesto Monarquista, ele representa parcela social que é desalojada dos círculos decisórios com a mudança de regime no Brasil. Reunindo dados de 1823 a 1892, Prado tenta reagir à aplicação do modelo norte-americano no Brasil.

Felqueiras considera que Prado, ao investir contra a política exterior dos EUA, “julgava, por um lado, golpear a República brasileira em seu flanco mais débil: a política externa que, necessitando de apoio, procurava cada vez mais uma aproximação com os Estados Unidos”.¹¹⁴ Outro objetivo era criar alto grau de antipatia dos EUA em setores da opinião pública brasileira. ‘A Ilusão Americana’ acaba tendo grande impacto no Brasil, publicidade que rende exílio ao autor e apreensão do livro. Posteriormente, ao prefaciá-la, Prado lembrava que: “Este desprezioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo conspiração, crime havê-lo escrito”.¹¹⁵

¹¹⁴ 2001, p.14.

¹¹⁵ PRADO, 196, p.5.

Findo o período do Barão, no qual se consolida a reversão do alinhamento da política externa brasileira rumo aos Estados Unidos, o Brasil está às portas da I Guerra Mundial. O magnetismo da potência do norte torna-se inexorável devido à condição periférica do Brasil que impossibilitava qualquer ambição na partilha do mundo, objetivo último dos blocos que se configuravam para o embate beligerante a ser deflagrado na I Guerra Mundial. Assim, restava ao país desempenhar o papel de ‘pajem dos Estados Unidos’. ¹¹⁶ Argumentaria Tobias Monteiro, “os Estados Unidos são o nosso laço mais forte da política internacional”. ¹¹⁷ Em síntese,

[c]om a morte de Rio Branco (1912), a política externa no Brasil marchou ao compasso de Washington, refletindo, em larga medida, a situação de extrema dependência em que caíra. Os Estados Unidos, seu principal cliente de café, borracha, cacau e outros produtos primários, adquiriram também a primazia como fornecedores de manufaturas, ao suplantarem, desde a eclosão da primeira guerra mundial (1914-1918), tanto a Grã-Bretanha quanto a Alemanha, e assumiram substancial parcela da dívida externa. ¹¹⁸

No entanto, mais uma vez, não há unanimidade em tal posicionamento. Parte do operariado, capitaneado pelo movimento anarquista, percebe na Guerra a causa do agravamento de suas condições de vida. Passam a pregar a paz. Também setores das classes dominantes reagiram à satelitização do Brasil aos Estados Unidos.

Muitos escritores, como Lima Barreto, Alberto Torres, Monteiro Lobato e Carlos de Laet, não se conformavam com nova orientação da política externa brasileira, cuja bússola apontava cada vez mais para o Norte. Lima Barreto verberava a ‘triste e ignominiosa verdade de que o Brasil é e está sendo caudatário desavergonhado da América do Norte’. (...) Lima Barreto deplorava o fato de que os brasileiros não tivessem o bom senso de repelir os ‘grosseiros e megatéricos ideais americanos e de permanecerem fiéis a si próprios. ¹¹⁹

Entretanto, o processo de influência dos Estados Unidos no Brasil será processo vencedor, apesar das críticas existentes. Tal influência seria crescente e manifesta em amplos setores da vida nacional. Da economia a cultura, da política aos aspectos comportamentais da sociedade. ¹²⁰

¹¹⁶ BANDEIRA, 1997a, p.173.

¹¹⁷ apud. BANDEIRA, 1997a, p.173.

¹¹⁸ BANDEIRA, 1997b, p.34.

¹¹⁹ BANDEIRA, 1997a, p.171.

¹²⁰ Movimento que chegaria ao paroxismo ao final da década de 1930, quando o mundo caminhava para novo conflito mundial. Neste momento, os Estados Unidos adotam, no âmbito hemisférico, política da Boa Vizinhança e se preparam para reverter sua política externa isolacionista e assumir

2.3. Da ‘Revolução de 1930 à PEI.

Ao chegarmos aos anos 1930, as convulsões advindas do realinhamento das forças sociais do país levam ao movimento conhecido na historiografia como Revolução de 1930¹²¹. Moura¹²² argumenta que, no Brasil, apesar de não ter ocorrido mudança radical no processo de dominação social, foram notórias as mudanças econômicas e sociais, consolidando-se a diversificação de interesses e entrada em cena de novos atores sociais no processo decisório. Neste sentido, o primeiro período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945), embora comporte divisões, representa novo momento para a política externa brasileira. Defende Bandeira¹²³ que, apesar de se manter algum grau de alinhamento com os Estados Unidos, busca-se aumentar o grau de autonomia do Brasil objetivando-se sustentar projeto de industrialização no país que permitisse reduzir sua dependência do setor primário (principalmente o café) e do mercado dos Estados Unidos.

É exatamente por esse motivo que havia no Brasil, mormente nas Forças Armadas, enorme simpatia pela Alemanha nazista. Em 1934, Oswaldo Aranha, Embaixador em Washington, ao negociar um acordo de comércio com os Estados Unidos, advertiu ao ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, que o Brasil não podia perder a liberdade de negociar com outros países.¹²⁴

Fato a realçar é o chamamento para a reciprocidade nas relações Brasil – Estados Unidos. Conforme apontado acima, Aranha defendia que o Brasil não poderia se contentar em agir de modo vassalo. Assim como pregara o Barão do Rio Branco, o apoio deveria ser condicional e pragmático. Neste sentido, o ‘primeiro’ governo Vargas, aproveitando a conjuntura internacional, adota postura de barganha para a aquisição de insumos para sua industrialização, fato que seria materializado na negociação do projeto siderúrgico brasileiro.

papel preponderante nos assuntos mundiais. (ver BANDEIRA, 1997a e MOURA, G. “Tio Sam chega ao Brasil” – coleção Tudo é História). Ainda, para maiores detalhes sobre a mudança da influência econômica no período 1889-1930 ver HGCB, Tomo III – O Brasil Republicano, volume 8, O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais: 406- 429.)

¹²¹ Para maiores detalhes sobre o movimento de 1930, ver HGCB, Tomo III, volumes 8 e 9.

¹²² 1991, p.16.

¹²³ 2004.

¹²⁴ BANDEIRA, 2004, pp. 30-31.

O contexto do pré e durante a II Guerra Mundial é pródigo para a concretização da política de barganha de Getúlio Vargas ¹²⁵. A posição brasileira no contencioso toma importância para as potências aliadas e transforma-se em moeda para os formuladores e executores da PEB. O processo de tomada de decisão por 'um dos lados' acaba por redefinir a aliança com os países contrários aos movimentos fascistas que emanavam da Europa e, por conseguinte, reforçam os laços com os Estados Unidos.

Ao final da II Guerra Mundial, o fato de ser o governo Getúlio Vargas uma ditadura que lutara alinhada à causa 'liberal e democrática' impõe-se como limite de sua gestão. O Jornal, em sua edição de 7 de fevereiro de 1945, escreve:

A atmosfera moral e política do mundo transformou-se decisivamente com a derrota dos estados totalitários e o triunfo dos sistemas democráticos, (...) A conferência de paz aproxima-se, conferência em que devemos desempenhar um papel compatível com as responsabilidades que assumimos e os sacrifícios que fizemos nessa guerra. Não poderíamos, contudo, tomar o nosso lugar à mesa de conferências com a força integral de nosso prestígio, se em nosso próprio país não tivermos colocado em prática os princípios democráticos por que lutamos. ¹²⁶

O governo dos Estados Unidos retira o apoio anteriormente dado a Vargas e passa a criticá-lo. Argumenta Moura ¹²⁷ que Washington ficou atento às eventualidades da política brasileira em 1945. Agora centro do sistema internacional, os Estados Unidos propagavam pressupostos que estavam em flagrante contradição com a realidade brasileira. Neste sentido, a Embaixada dos Estados Unidos acompanha os movimentos políticos brasileiros em 1945 e passa a considerar 'natural' a queda do ditador outrora apoiado.

Avaliando a conjuntura da queda de Vargas, Berle Jr. revelou-se satisfeito com a sua Embaixada: 'Pusemos o Brasil na via democrática sem sangue ou violência e há paz, liberdade e oportunidades claras de (o Brasil) resolver seus próprios problemas com homens por eles escolhidos'. A onipotência dessa declaração diplomática não deve obscurecer o fato de que a atuação da Embaixada americana constituiu um elemento de peso considerável nas articulações políticas que levaram à queda de Vargas. ¹²⁸

¹²⁵ Ver MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991, e McCANN, JR **Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945**. RJ. Biblioteca do Exército, 1995.

¹²⁶ In: McCANN, 1995.

¹²⁷ 1991.

¹²⁸ MOURA, 1991, pp.53-54.

A conjuntura de estabelecimento da bipolaridade no sistema internacional e a consolidação dos Estados Unidos como superpotência a reclamar o hemisfério americano para sua órbita ditam a redemocratização do Brasil e a eleição do general Eurico Gaspar Dutra que, antes simpático aos nazistas, passa a ser francamente favorável ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Alinhamento intenso devido à avaliação de que o Brasil iria colher os ‘merecidos’ frutos por ter lutado ao lado dos vencedores. No entanto, os fatos desmentiriam tal avaliação, fazendo daquela aproximação um ‘alinhamento sem recompensa’.¹²⁹

O período de redemocratização vivido no Brasil durante o governo Dutra é marcado pela continuidade e aprofundamento do alinhamento com os Estados Unidos. Observa-se intensa e evidente influência em múltiplos aspectos. “A penetração econômica e militar atingiu a superestrutura da sociedade, modificou hábitos e costumes, padrões de comportamento, consciência e linguagem”.¹³⁰ Neste momento, as já combalidas fontes de cultura europeias sofrem forte abalo no Brasil, sendo substituídas pelas estadunidenses. A lógica bipolar e o comunismo eram influentes vetores no pensamento brasileiro. O rompimento das relações com a União Soviética¹³¹ e o empurrar para a ilegalidade do PCB corroboram tal afirmativa. Assim, aproximação com os EUA era defendida devido à percepção de setores da elite do Brasil de que os laços com o mundo ocidental seriam úteis na eventualidade da III Guerra Mundial.

Esperava-se que esse Alinhamento com os Estados Unidos daria ao país algumas vantagens especiais: 1º. A manutenção da superioridade militar (advinda da participação na guerra) no conjunto da América do Sul e 2º. Participação plena nas conversações de paz do pós-guerra e na construção de uma nova ordem internacional.¹³²

Mais uma vez, há claras manifestações de descontentamento com o grau de aproximação com os Estados Unidos patrocinado pela política externa brasileira. “As classes médias e o proletariado não aceitavam, tranquilamente, aquela postura de submissão”.¹³³ Tema de forte sensibilidade social era a entrega da exploração de

¹²⁹ MOURA, 1991.

¹³⁰ BANDEIRA, 1997a, p. 253.

¹³¹ Ver BANDEIRA, 1997a, p.255.

¹³² MOURA, 1985, pp. 37-38.

¹³³ BANDEIRA, 1997a, p.254.

petróleo ao capital estrangeiro. Manifestações nacionalistas começam a povoar o debate político e a aquecer a repressão de Dutra aos seus opositores. O PCB, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e vários sindicatos sofrem duras consequências pelas críticas feitas à postura governamental. Getúlio Vargas, eleito Senador, critica a postura do governo que julga desindustrializante, sendo contundente em um de seus discursos no Senado:

As forças de produção estão sendo subjugadas e aniquiladas. Não se pensa mais em economia, não se pensa mais em produção, só se está cuidando, no Brasil, em fazer o jogo dos grupos financeiros que, possuidores de dinheiro, desejam valorizá-lo a todo custo e com o sacrifício dos que não o possuem e dele precisam para desenvolver suas atividades.

O debate reflete a disparidade de visões acerca do modelo de desenvolvimento a ser colocado em curso no país. Debate que ganharia força no momento da eleição do presidente que sucederia Dutra. Neste sentido, a década dos 1950, período a ser mais bem detalhado em seção específica, assistiu importante debate sobre as relações Brasil-EUA. O aprofundamento das divergências entre as duas nações preparou o terreno para a constituição de uma política externa mais independente dos Estados Unidos. Defende Weis que tal diferença de opinião “sobre a estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro (...) aceleraram o fim do relacionamento especial que existiu durante as primeiras décadas do século XX”.¹³⁴

As relações com os Estados Unidos deveriam se estabelecer de modo diverso ao que fora feito no governo anterior. Vargas pretendia voltar à política de barganha com os Estados Unidos. João Neves da Fontoura, designado ministro das relações exteriores, defende que o Brasil não deveria cometer os erros do passado. Em carta enviada a Oswaldo Aranha, em 9 de janeiro de 1951, ele expressa que:

Devemos cooperar - e havemos de cooperar - com os Estados Unidos, mas a cooperação deve ser recíproca, conseguindo nós que as disponibilidades a serem alcançadas no estrangeiro se convertam em utilidades indispensáveis ao Brasil, em bens de produção ou semelhantes (...) Mesmo (...) se entregarmos, embora bem vendido, nossos minerais estratégicos, é justo que também tenhamos fábricas de seus produtos, para nossa defesa, que é, igualmente, a defesa dos Estados Unidos.¹³⁵

¹³⁴ WEIS, 2003, p.105.

¹³⁵ FONTOURA, apud BANDEIRA, 1997a, p.263.

Neste sentido, segundo Skidmore, governo Vargas (1951-1954) conviveu com três modelos de desenvolvimento: o neoliberal, o desenvolvimentista-nacionalista e o nacionalista radical. Entretanto, seria um erro encarar “essas três fórmulas como posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento”.¹³⁶ Entre as manifestações relativas às relações com os Estados Unidos, de modo direto ou indireto, destacam-se a campanha da nacionalização do petróleo, a ação da comissão mista Brasil-EUA, o estabelecimento do BNDES e o nascedouro da TV no país.

Ainda, “a eclosão do conflito na Coreia contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática”.¹³⁷ Finalmente, observando-se o sucedâneo de acontecimentos que culmina com o suicídio de Getúlio, destacam-se os termos da ‘carta testamento’ que explicita a ira contra as forças externas que queriam ‘escravizar’ os brasileiros.

A morte de Getúlio é resultado da eloquência que o debate do nacionalismo e da resistência à influência estrangeira toma no Brasil. O teor da ‘carta testamento’ é índice das forças que atuavam na sociedade brasileira na década de 1950. As campanhas de nacionalização do petróleo e de regulamentação da exploração dos recursos minerais do país (tema sempre sensível ao capital internacional) reavivam o debate relativo às relações Brasil-EUA.

Após a interinidade de Café Filho, que procurou diminuir a densidade do contencioso com os EUA, a eleição de Juscelino Kubitschek, em processo eleitoral marcado por forte convulsão social, marcaria a superação de um quadro de crise que quase impôs nova ditadura no Brasil. No entanto, Kubitschek defendia algumas ideias que não vinham ao encontro daquelas emanadas pelo governo dos Estados Unidos. Abraçava alguns “princípios nacionalistas, recebera os votos dos comunistas e tinha como companheiro de chapa, o ex-ministro do trabalho João Goulart, que fizera da carta testamento de Vargas sua bandeira de luta”.¹³⁸

¹³⁶ 1992, p.121.

¹³⁷ HGCB, 2007, p.300.

¹³⁸ BANDEIRA, 1997a, p.301.

Kubitschek não comungava do anticomunismo extremado que marcava a política dos Estados Unidos naquele momento. O primeiro foco de divergências se estabelece no contraste entre as prioridades dos dois países: O Brasil queria o desenvolvimento através da busca de capitais e fábricas; os Estados Unidos queriam o reforço da posição anticomunista. Assim, apesar de se observarem relações cordiais entre os dois países, “[a] ambivalência marcaria o relacionamento entre os dois governos, refletindo as contradições de interesses que os afligiam”.¹³⁹ Conforme argumenta Weis,

a estratégia de desenvolvimento do presidente Kubitschek era uma síntese de vários modelos que refletiam não somente seu pragmatismo - básico e não ideológico e os vários pontos de vista dos que o estavam aconselhando -, mas também a falta de consenso dentro do país.¹⁴⁰

Frente ao acúmulo de diferenças entre os Estados Unidos e a América Latina, forte sentimento de reação à postura da superpotência é disseminado. Tal insatisfação torna-se patente e agressiva durante a visita do vice-presidente Nixon ao sul do continente em 1958. Por toda parte recebe manifestações de antiamericanismo. De apupos a cusparadas, toda sorte de descontentamento sentiu o representante dos Estados Unidos. Na capital venezuelana, Caracas, teve seu carro apedrejado.

Aproveitando tal descontentamento e o desprezo dos EUA em atender às demandas por desenvolvimento dos países da América Latina, o governo Kubitschek formula política que pretende incorporar na agenda da bipolaridade (Leste-Oeste) a temática norte-sul. Pretendia-se, deste modo, ter o desenvolvimento como solução para a pobreza e, conseqüentemente, como contenção ao avanço comunismo. Com esse propósito, lança-se a operação pan-americana, a OPA, em maio de 1958. “A OPA era o instrumento que faria [ou deveria fazer] do desenvolvimento latino-americano uma prioridade dos EUA”.¹⁴¹

No entanto, a OPA, antes de aproximar, causa maior divergência entre o Brasil e os Estados Unidos, deixando clara a diferença de concepção sobre a cooperação entre

¹³⁹ BANDEIRA, 1997a, p.302.

¹⁴⁰ 2003, p.123.

¹⁴¹ WEIS, 2003, p.126.

os dois países. Kubitschek desaponta-se com a demora em receber as contribuições prometidas e com a morosidade na organização do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). As crescentes pressões do FMI para que o Brasil modificasse algumas de suas políticas econômicas geram novo foco de atritos entre os dois países. JK, alegando inflexibilidade do FMI, encerra as negociações. Tal ação “representou uma vitória definitiva para os nacionalistas e rejuvenesceu sua popularidade. (...) Até o fim da década, os policy makers de ambos os lados percebiam o outro lado como uma ameaça ou um obstáculo aos seus interesses”.¹⁴²

O fim do período Kubitschek e seu processo sucessório são marcados por importantes debates relativos ao posicionamento brasileiro no mundo. O candidato Jânio Quadros, em sua campanha eleitoral, defendia uma política externa mais independente dos interesses dos Estados Unidos. Neste sentido, buscava aprofundar e definir “uma tendência histórica insinuada na administração Vargas (1951-54) e depois esboçada pelo Governo Kubitschek”.¹⁴³

Ao ser eleito, Jânio Quadros coloca em curso uma política externa que seria consagrada na historiografia como ‘independente’. Na visão do ex-Embaixador Souto Maior, somente com a Política Externa Independente (PEI) de Jânio, posteriormente continuada por João Goulart, “o Brasil assumiria uma atitude mais desenvolvida em relação aos EUA”.¹⁴⁴ Para Vizentini¹⁴⁵, o núcleo básico da PEI seria caracterizado por cinco princípios, a saber: 1) ampliação do mercado externo; 2) formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico; 3) defesa da paz, coexistência pacífica e desarmamento em geral; 4) não intervenção e autodeterminação e 5) emancipação completa dos territórios não autônomos. Em sua visão,

[a] Política Externa Independente constitui um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil. Até então a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim a “política externa para o desenvolvimento” que Vargas ensaiou nos anos 30 era ainda parte de uma conjuntura específica, que se alterou após a guerra. Durante os anos 50, entretanto, devido ao processo de industrialização brasileiro e a progressiva alteração do contexto internacional, mas, sobretudo a partir da passagem

¹⁴² WEIS, 2003, p.128.

¹⁴³ BANDEIRA, 1997b, p.60.

¹⁴⁴ MAIOR, 2001, p.58.

¹⁴⁵ 1994.

dos anos 50 e 60, a política externa procura tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais, no caso a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo. Esse constitui o elemento dinâmico da PEI, dentro do qual os demais fatores devem ser entendidos. É esse o plano que confere sentido ao nacionalismo que marcou o período.¹⁴⁶

2.4 Do Golpe de Estado de 1964 ao governo Lula da Silva.

No entanto, tal movimento é interrompido pelo golpe de estado patrocinado por setores conservadores do país. O governo do marechal Castelo Branco (1964-1967), primeiro governo do ciclo militar, procura reverter os preceitos da PEI e reduzir as áreas de atrito com os Estados Unidos. Fica marcada a declaração de Juracy Magalhães, Embaixador do Brasil em Washington: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. A propalada tentativa de ‘alinhamento automático’ com os Estados Unidos foi movimento de reação à ‘excessiva’ autonomia buscada nos governos anteriores. Porém, seu limite estava em não corresponder “às prementes necessidades concretas do processo produtivo e, por conseguinte, aos reais interesses do Brasil. País em pleno desenvolvimento capitalista e que necessitava exportar cada vez mais para continuar a importar e a crescer (...)”.¹⁴⁷

Neste contexto, reaparecem as tendências nacionalistas no governo Costa e Silva (1967-1969), que busca trazer o grau de aproximação com os Estados Unidos para os parâmetros observados em Jânio e Jango (extirpando-se, no entanto, a vertente ‘social’ daquelas políticas). Araújo Castro, Embaixador do Brasil em Washington, preocupado com o congelamento das estruturas de poder mundial, passa a reconhecer que a política exterior dos Estados Unidos pautava-se por frio realismo e pragmatismo.

Assim, antes de detalharmos todos os movimentos dos governos militares, interessa-nos perceber que, no decorrer dos 20 anos de regime militar no país (1964-1985), houve inflexões na política externa no que concerne à aproximação com os Estados Unidos.¹⁴⁸ Do primeiro presidente, Castelo Branco, ao último,

¹⁴⁶ VIZENTINI, 1994, p. 30.

¹⁴⁷ (BANDEIRA, 2004: 38-39).

¹⁴⁸ Ver VIZENTINI, P. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998 e HURRELL, A. **The quest for Autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985**. PhD Thesis, Oxford, 1986.

Figueiredo, há nítida mudança na orientação da aproximação com os Estados Unidos, partindo de uma aproximação extrema a um grau de contencioso sem precedentes na história do país. Pang afirma que “[t]he 1980s will be remembered as the decade that changed irrevocably bilateral relations between United States and Brazil”.¹⁴⁹

O esgotamento do processo de desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970, ocorrido na década de 1980, colocaria Brasil e EUA em rota de colisão em temas econômicos e comerciais, mesmo que o retorno do Brasil ao regime democrático tenha sido apoiado pelos Estados Unidos. Sintetiza Pang que a “newly gained wealth and its status as the third world’s largest economy gave Brazil confidence and an opportunity to pursue independent, and often anti-American, foreign policy objectives on the global and inter-America stages.”¹⁵⁰ Bandeira acredita que, ao chegar ao fim do regime militar, as áreas de conflito com os Estados Unidos, que Castelo Branco queria diminuir, “eram muito mais amplas e aprofundadas que no período anterior ao golpe de Estado de 1964, na medida em que eles contrariavam e se opunham, inclusive, aos interesses diretos das próprias Forças Armadas brasileira”.¹⁵¹

De fato, as ações levadas a efeito no governo Figueiredo caminharam no sentido de aprofundar as diretrizes de Geisel e seu ‘Pragmatismo Responsável’.¹⁵² Devido às circunstâncias de sua política interna, pôde o governo divergir com as orientações dos EUA no que se refere à lei de remessa de lucros e à participação de capital estrangeiro nos bancos nacionais. Também reagiu às tentativas de incluir o tema de serviços no âmbito do GATT e rompeu o acordo de subsídios relativos às exportações.

No aspecto político, os Estados Unidos também não encontraram boa receptividade para suas teses no governo Figueiredo. O Brasil negou apoio às sanções contra a invasão do Afeganistão pela União Soviética, opôs-se à tentativa de intervenção na Nicarágua e não concordou com a posição dos norte-americanos no caso da

¹⁴⁹ 1995, p.144.

¹⁵⁰ 1995, p.174.

¹⁵¹ BANDEIRA, 1997 b, pp. 270-271.

¹⁵² ver BANDEIRA, 1997b, capítulo VIII.

Polônia. Tais divergências foram objeto de comentário no Congresso dos Estados Unidos. Na visão de um diplomata americano, o

Itamaraty, em suas diretrizes permanentes, dava primazia aos interesses econômicos e buscava reter a máxima liberdade de ação, evitando compromissos e obrigações, que não se configuravam claramente no interesse do Brasil – interesse este tal como só o Brasil definia.¹⁵³

Apesar dessas divergências, o Brasil via aumentar sua dependência financeira com os Estados Unidos. Mas, devido ao grau de legitimidade interna que tais posicionamentos na política externa lhe conferiam, o governo não pode reverter suas posições frente aquele país. Ocorrem, neste sentido, orientações divergentes na burocracia do estado. O Itamaraty, contando com apoio crescente das forças armadas, “tendia a assumir atitudes mais fortemente críticas em face dos Estados Unidos, ao contrário dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, mais propensos a ceder”.¹⁵⁴

As forças armadas, a princípio resistentes em abraçar completamente o tom de confrontação do ‘pragmatismo responsável’, foram gradativamente mudando de opinião ao perceberem a forte oposição que os EUA faziam às suas demandas tecnológicas¹⁵⁵. Neste contexto, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro busca diminuir sua dependência em relação aos estadunidenses. Tal aspiração de maior autonomia encontraria sérias barreiras ao se sentirem os desdobramentos da crise energética internacional.

O desequilíbrio macroeconômico gerado na economia brasileira impõe o retorno da dependência ao centro financeiro internacional. A dura realidade da economia mundial aborta o projeto de retirada do país de sua condição periférica. Tal vulnerabilidade externa encerra a aspiração de Potência pretendida pelos governos militares. As necessidades econômicas impõem-se ante qualquer projeto político de

¹⁵³ BANDEIRA, 1997a, p.254.

¹⁵⁴ Idem, p.255.

¹⁵⁵ Vejam-se os casos dos acordos nucleares, da fabricação e exportação de material bélico e o notório contencioso relativo á indústria informática no país. Esta última divergência arrastou-se por alguns anos e notabilizou-se pelas atitudes de Figueiredo ao criar a Secretaria Especial de Informática (SEI) e subordiná-la ao Conselho de Segurança Nacional.

porte devido não só ao protecionismo renovado dos países do Norte, mas igualmente pelo empobrecimento dos mercados do sul.¹⁵⁶

Portanto, o universalismo de Figueiredo teve de se conformar com os impositivos da conjuntura de crise do início dos 1980 que impunha novo formato de relação com os grandes centros do capital financeiro mundial. Assim, o governo Sarney seria fortemente impactado em suas ações, sendo caracterizado pela tentativa de busca de 'autonomia pela distância', na formulação de Vigevani e Cepaluni.¹⁵⁷ Seria um governo posicionado entre o desmanche da política externa dos militares e o 'neoliberalismo' de Collor.

A ascensão de Collor de Mello à presidência do Brasil, após campanha eleitoral que marcou a volta do voto direto para o mais alto cargo do executivo do país, gerou a expectativa de superação das dificuldades da carregada agenda bilateral Brasil - Estados Unidos. No entanto, os desdobramentos da política brasileira levariam ao fim antecipado de seu mandato por meio de impeachment. Sintetizam Lima e Hirst:

Em 1990, quando Collor de Mello assumiu a Presidência do Brasil, gerou-se momentaneamente no âmbito das relações Brasil - Estados Unidos uma articulação positiva entre os novos atributos democráticos brasileiros e a expectativa de que o governo recém-inaugurado iria colocar em marcha um amplo programa de reformas modernizantes, que assegurariam a desregulamentação e a liberalização da atividade econômica no Brasil. A decisão de substituir uma postura defensiva por uma ação positiva no tratamento de temas como meio ambiente, tecnologia sensível, dívida e comércio conduziu o diálogo bilateral, por um curto lapso de tempo, a um novo direcionamento.¹⁵⁸

Tal melhoria no diálogo é revertida com a queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco que, na ânsia de marcar sua diferença em relação ao conturbado governo anterior, declara sua discordância com o projeto 'modernizador' de Collor, sinais interpretados por Washington como de afastamento. Nessa conjuntura, o Itamaraty procura reverter tal percepção através da constituição de uma agenda tópica entre os dois países. No entanto, fica evidente a diferença de enfoque e importância temática: enquanto o Brasil buscava concentrar o debate nos temas econômicos, os

¹⁵⁶ LIMA; HIRST, p.44. In: GELSON Jr. E CASTRO, 1997.

¹⁵⁷ 2007.

¹⁵⁸ 1997, p.58.

Estados Unidos demandavam a incorporação dos assuntos políticos. Essa divergência leva a dificuldades no diálogo.¹⁵⁹

Evidencia-se que as relações Brasil-EUA, na primeira metade dos anos 1990, passam por processo de redefinição tendo em vista conjuntura que abriga o fim da bipolaridade, as transformações econômicas mundiais, a consolidação da redemocratização no Brasil e o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro. Neste sentido, o Brasil dos anos 1990, no que tange as relações bilaterais, teve de reagir às iniciativas dos Estados Unidos que conjugavam sua agenda para a América Latina (defesa de reformas orientadas e controle militar dos países da região) com aquela ligada aos assuntos multilaterais (propriedade intelectual, meio ambiente, direitos humanos etc.).

Na visão de Lima e Hirst¹⁶⁰, o relacionamento bilateral passa a contar com a novidade de agora incidir sobre a política interna do Brasil¹⁶¹. Ainda, os interesses econômicos globais do Brasil impedem o restabelecimento da ‘aliança especial’ outrora experimentada nas relações entre os dois países. No entanto, as condições da década de 1990 ditam a ampliação do grau da interdependência assimétrica entre eles, tornando o custo da interrupção da relação bilateral mais alto para o Brasil. “A consequência dessa situação é que diminuiu o poder de barganha do Brasil”.¹⁶²

Outra importante dimensão apresentada nos anos 1990 é o contexto político democrático vivido pelo Brasil que diminui o grau de ‘liberdade’ dos governos militares, fazendo-se ampliar o grau de influência da ‘teia’ de interesses da sociedade brasileira. No Brasil, amplia-se “expressivamente a legitimidade das opções e ações de política externa, em geral, e da conduta diplomática vis-à-vis os Estados Unidos”.¹⁶³

¹⁵⁹ LIMA; HIRST, 1997.

¹⁶⁰ 1997.

¹⁶¹ As autoras embasam tal afirmativa em três motivos: uma estrutural que dita a ampliação dos efeitos recíprocos entre as sociedades nacionais, o segundo que decorre da democratização do país e a consequente politização da política externa e, finalmente, as divergências entre os Estados Unidos e setores empresariais, sindicais e militares do Brasil no que se refere à economia e à segurança.

¹⁶² LIMA; HIRST, 1997, p. 63.

¹⁶³ Idem, p.63.

Na visão de Bandeira ¹⁶⁴, FHC assumiu a presidência com o intuito de tratar a agenda bilateral “sem as incompreensões do passado”. No decorrer de seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) sua política externa considerou as divergências bilaterais como resultante da amplitude de interesses recíprocos e, através do diálogo, buscou estabelecer uma agenda mais abrangente pautada em uma suposta crescente democratização das relações internacionais.

Tratou, na prática, de ajustar os objetivos do Brasil aos interesses dos Estados Unidos, ou seja, à nova ordem internacional unipolar, de modo que o Brasil se inserisse, harmonicamente, no processo de globalização econômica e conquistasse, finalmente, um lugar permanente no conselho de Segurança da ONU. Daí a adesão ao TNP, ao regime de controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e a outros tratados assimétricos e discriminatórios, como a OMC, que asseguravam a predominância dos Estados Unidos e das potências ricas e nucleares. ¹⁶⁵

Tais iniciativas, no entanto, não superam totalmente a agenda de contenciosos bilaterais. Apesar do bom relacionamento entre FHC e o presidente Clinton, o tema da ALCA e a ação dos Estados Unidos na Colômbia conformam novo quadro de divergências que se intensificam após a ascensão de George Bush Jr. em 2001. O contraponto foi estabelecido pelo candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva que, através do ataque à política belicosa do governo Bush e ao projeto de ‘anexação’ (sic) da ALCA, capitaliza o crescente sentimento antiamericano no país. Discurso arrefecido após a eleição pela necessidade de preservação das relações com os Estados Unidos.

Finalmente, após a apresentação dessa visão panorâmica, necessariamente incompleta, sobre o relacionamento bilateral Brasil-EUA - com ênfase nos movimentos de aceitação e repulsa dos diferentes grupos de interesse da sociedade brasileira - vejamos em maiores detalhes os fatos do governo Dutra ao JK. O objetivo será apresentar o ‘grande desenho’ histórico deste período que aqui é considerado um ponto de inflexão para a manifestação do ‘antiamericanismo de cátedra’, conceito fundamental desta tese.

¹⁶⁴ 2004.

¹⁶⁵ BANDEIRA, 2004, p.369.

Capítulo 3 – De Dutra a JK.

3.1. O governo do Marechal Dutra (1946-1951).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil seguia com sua pauta desenvolvimentista na política externa. O Itamaraty passou a apoiar incondicionalmente as posturas e decisões do EUA no sistema internacional, com o intuito de obter capital estadunidense para investimento em programas que completassem seu processo de industrialização. Devido a tal apoio incondicional, acaba por tomar medidas extremas, como romper as relações diplomáticas com a URSS. O cálculo dos tomadores de decisão era que a amizade especial com os EUA renderia capitais para os necessários investimentos.

Nos anos seguintes, a política do governo Dutra seria amplamente criticada, gerando dissidências internas no Itamaraty e em outros órgãos responsáveis pela política externa brasileira. Todavia, no período, apenas os Estados Unidos possuíam o poder político e econômico que o Brasil necessitava para o seu crescimento econômico. A Europa e o Japão estavam combalidos pela guerra; a URSS ocupava-se em construir e expandir o “império soviético” e as áreas na África e na Ásia continuavam sob o domínio colonial.

No entanto, as esperanças depositadas nos ‘aliados’ EUA não foram correspondidas. O governo brasileiro assistiu decepcionado à marginalização do Brasil - e da América Latina - pelo governo americano que considerava a região razoavelmente resguardada do contágio comunista. Neste sentido, o governo dos EUA privilegia as ações voltadas para a Europa e a Ásia. Com a preocupação de recuperar a economia dessas regiões, os homens da política exterior estadunidense lançam o plano Marshall de ajuda à Europa, mas que também beneficiava antigas possessões inglesas e francesas na África.

Ao Brasil chegam empréstimos muito aquém das expectativas. A percepção brasileira é de estar novamente o país relegado ao papel de fornecedor de matéria prima. Acusa-se o EUA de desconsiderarem a participação brasileira na 2ª Guerra.

O ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, passa a insistir na necessidade de empréstimos do governo estadunidense. No entanto, a orientação defendida pelos EUA era de se abrir o Brasil ao capital privado estrangeiro. O tom reivindicatório do Brasil não surtiu o efeito desejado. O clima de insatisfação cresce no governo brasileiro que se ressentia por não ter sido contemplado pelo Plano Marshall e sente-se menos importante que os aliados europeus. Até mesmo antigos inimigos dos EUA - como Itália, Alemanha e Japão – recebiam mais ajuda que o Brasil; sem contar os competidores africanos, antigas colônias inglesas e francesas. As reivindicações de Raul Fernandes são mal recebidas por Washington que alega ter destinado mais de US\$ 760 milhões de dólares para a América Latina e relembra os créditos concedidos ao Brasil durante a década de 1940.

Para piorar a situação, a Argentina recebe, de uma só vez, empréstimo de US\$125 milhões, quase alcançando o valor total concedido ao Brasil durante toda a administração Dutra. Desmontava-se a lógica brasileira de que o apoio argentino ao Eixo durante a II Guerra havia condenado a Argentina à inimizade com os EUA, fato que beneficiaria o Brasil que temia o peronismo. Acreditava inevitável o suporte americano para frear esta ameaça através da manutenção de investimentos para a modernização do exército brasileiro. Percepção que se mostrou errônea.

Washington queria promover o uso de equipamento americano na América Latina, mas não queria um excedente ao nível do que os planejadores americanos julgavam adequados à segurança interna e à defesa do hemisfério. Novas armas atômicas, além do mais, lançavam dúvidas sobre as noções de defesa pelas forças convencionais.¹⁶⁶

Procurando reaproximar com regimes que tendiam ao comunismo, os EUA incluíram a Argentina de Perón num modesto programa de ajuda militar, semelhante ao que contemplou o resto da América Latina (entenda-se, Brasil). Claramente contrariado e com sua influência na região ameaçada, o Itamaraty instou o Embaixador estadunidense Herchel Johnson a declarar a posição de seu país em relação ao Brasil. Foi a gota d'água para que Washington se calasse, pois afirmava não poder privilegiar qualquer país na região sob pena de criar inimizades em outros. Assim, o Brasil perdeu os esperados investimentos militares e o apoio político estadunidense.

¹⁶⁶ HILTON, 1981, p.601.

Outra situação que gerou ressentimento e perplexidade foi a concessão de apenas US\$136 milhões em resposta aos US\$ 1 bilhão pedidos pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Tal fato impossibilitaria um novo salto industrial no país, batizado de “pedra fundamental”. Assim, o governo estadunidense foi acusado de não destinar ao Brasil a assistência merecida. Ficava claro que o governo brasileiro não percebia que o fim da guerra trouxera novas exigências burocráticas para as negociações com os EUA. Os tempos negligentes da administração Roosevelt haviam terminado. Os EUA agora queriam cooperar sob o pilar do liberalismo econômico: para se desenvolver, o país teria que retirar as restrições à participação estrangeira na exploração de riquezas nacionais, como o petróleo. A administração Truman rechaça todas as tentativas de ministros e Embaixadores brasileiros de obtenção de recursos junto ao seu governo. A recomendação é de que o Brasil se volte para a captação de capital privado estrangeiro.

Desde o começo, conseqüentemente, o Departamento de Defesa apresentou objeções aos planos do petróleo brasileiro que restringiam a participação estrangeira. Em julho de 1947, o Embaixador William Pawley e o Secretário do Tesouro John Snyder advertiram em audiências brasileiras sobre a necessidade de leis liberais para encorajar investidores estrangeiros. Quando o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, discutiu sobre os requisitos para o desenvolvimento brasileiro com o Secretário de Estado George Marshall em Paris no ano seguinte, ele retornou ‘de mãos vazias’ e admoestações sobre a necessidade de amparar-se em capital privado.¹⁶⁷

Isolado politicamente na América Latina; alinhando aos EUA contra as influências hispânicas, lusitanas, africanas e europeias no continente; o Brasil se vê como um parceiro contingente dos EUA: um guardador de reservas, especialmente contra o avanço comercial europeu. As promessas americanas de investimento foram infinitamente menores do que o esperado. O pronto suporte militar e diplomático; a cessão de território para manobras, o envio de tropas para a frente de batalha durante a II Guerra (Força Expedicionária Brasileira) e toda a cooperação brasileira no período foram, destarte, insuficientes para a manutenção de uma parceria ‘especial’ com os EUA. Os continuados investimentos estadunidenses na Argentina, arquirrival brasileira desde as questões da Cisplatina, continuavam a contribuir ainda mais para questionamentos quanto à postura do antigo aliado.

¹⁶⁷ Idem, p. 603.

Do ponto de vista da política interna, o governo Dutra foi, no início, calmo. Porém após a aprovação da nova Constituição, este se transformou em um governo totalmente partidário, elegendo um novo gabinete de personalidades conservadoras. A UDN fazia frente a este governo, não pelo fato de ser oposição, mas também por ter tido uma parcela muito pouco participativa no mesmo. E, em dezembro de 1946, Vargas rompe abertamente com o novo governo, o que é um fator de instabilidade. Os comunistas também foram opositores ferozes, principalmente no que se referia aos constantes apelos que o presidente fazia aos investidores estrangeiros. Em resposta, em maio de 1946, o governo expurgou todos os comunistas de cargos públicos.¹⁶⁸

Em contrapartida, o partido comunista crescia e se fortalecia cada vez mais, tendo espaço ampliado nos sindicatos, e usando a súbita alta dos preços como sua "plataforma" principal. O governo, então, recorre a um artigo da Constituição que fala sobre partidos "antidemocráticos" e declara a ilegalidade do PCB em 1947. Tal atitude teve o apoio do exército e também de constitucionalistas liberais. Tal manobra foi entendida por Skidmore¹⁶⁹ como benéfica ao PTB, que agora teria a maioria absoluta dos votos das classes operárias, antes divididos com o PCB.

Observando a economia do governo Dutra, podemos perceber claramente duas fases: a) de 1946 a 1947 com forte tom liberal. Política mal sucedida, pois, rapidamente, fez esgotar as reservas brasileiras criando-se déficit no balanço de pagamentos e b) de 1947 a 1950, cuja tônica era reintroduzir a política de controles cambiais, a "industrialização espontânea" e formas rudimentares de planejamento de gastos.

Manobras diplomáticas brasileiras não alcançavam seus objetivos. Aos olhos do povo brasileiro, o Brasil que havia lutado na Segunda Grande Guerra e ajudado a defender a democracia e a liberdade, não estava tendo o reconhecimento que merecia. Ao final do mandato de Dutra, a figura de Getúlio Vargas já parecia descolada da imagem de ditador e mais próxima de um estadista democrático. A política de Vargas, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades,

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ 1992.

por meio do PTB, mantinha a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD.¹⁷⁰

O recém-formado Partido Social Progressista (PSP), fundado por Ademar de Barros em 1946, tornar-se-ia um dos mais importantes "cabos eleitorais" do ex-presidente, aumentando seu eleitorado em São Paulo maciçamente. Vargas, reaproximando-se dos militares, recorre a Góes Monteiro para que esse sondasse sua classe. Os militares declaram não guardarem desconfianças de Vargas e que não se manifestariam de forma contrária caso Vargas voltasse ao poder, desde que fosse de uma maneira democrática e que este respeitasse a Constituição.

No início de 1950, PSD e PTB indicam Getúlio Vargas como candidato à presidência do Brasil. Indicação aceita em 7 de Junho. O PSD, por influência de Dutra, indica Cristiano Machado. A UDN, por sua vez, indicou novamente Eduardo Gomes. Vargas tinha múltiplos acordos e alianças com diversos eleitorados, enquanto a oposição estava dividida e com candidatos incapazes de competirem com Vargas. Tais fatos seriam facilitadores para a campanha do ex-presidente que adquiriu peculiaridades em cada parte do Brasil: no Rio era populista; em Minas, um estadista e na Bahia, um liberal.¹⁷¹

Em 3 de outubro de 1950, Vargas tinha o seu retorno ao poder pelas "mãos do povo" e amparado pela Constituição. Obteve 47,8% dos votos, Gomes 29,7% e Machado 21,5 %. Com a presidência garantida, era necessário para Vargas organizar seu novo governo de modo a contemplar todos os interesses de seus colaboradores.¹⁷² Na distribuição dos ministérios, o PSD foi privilegiado, ganhando os seguintes: Ministério da Fazenda, Relações Exteriores, Justiça, Educação e Saúde; O PTB ficou com o Ministério do Trabalho, e o PSP com Ministério da Viação e Obras Públicas. Os militares foram representados pelo Almirante Renato Guilhobel e pelo Brigadeiro Nero Moura, que foram nomeados ministros da Marinha e da Aeronáutica respectivamente.

¹⁷⁰ SKIDMORE, 1992.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

3.2. Segundo Getúlio Vargas (1951-1954)

Vargas, agora vestido com o 'manto democrático', tinha modificado sua conduta e fizera aliados em amplo arco do espectro político brasileiro durante sua campanha. Ao assumir, em 1951, deveria lidar com os três setores favorecidos pelo processo de industrialização: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. Em contrapartida, havia setores que se enfraqueciam, como os fazendeiros de café, os comerciantes de importação e exportação e os produtores nacionais de artigos alimentícios. Parcela demasiadamente frágil e desprotegida era aquela vinculada à subsistência rural que não tinha importância em aspectos políticos, pois era constituída basicamente por analfabetos e não possuía nenhum mecanismo de representatividade. Seus interesses passam a ser crescentemente negligenciados.

O Brasil de 1950 passava por uma crise econômica. O desenvolvimento era o tema principal dos debates políticos, sendo a dificuldade em se identificar a melhor forma de obtê-lo, fator de instabilidade em diversos aspectos da vida nacional. Nesta discussão surgiram três estratégias para se alcançar tal objetivo: o neoliberalismo, o desenvolvimentismo-nacionalista e o nacionalismo-radical.¹⁷³ Porém, as posições não representavam uma estratégia detalhada, eram uma combinação de diagnósticos e de recomendações de medidas gerais.

O segundo governo Vargas ficou à mercê das forças nacionalistas, ressaltando seu forte viés populista e, de certa forma, justificando a alternância de momentos de maior ou menor concessão aos norte-americanos, em especial no tocante à política atômica. Havia intenso debate entre nacionalistas, antiamericanistas e partidários da cooperação com os Estados Unidos, processo que dificultava o estabelecimento de uma diretriz segura para a política naquela conjuntura. Vizentini¹⁷⁴ considera a relação entre Brasil e os EUA de extrema instabilidade neste período. O Brasil buscava a industrialização e o desenvolvimento; os EUA, alinhamentos estratégicos próprios do ambiente bipolar criado pela Guerra Fria.

A assistência dos EUA durante a guerra teve um impacto positivo e decisivo no desenvolvimento brasileiro: o Brasil ultrapassou a Argentina como nação mais industrializada da América do Sul. Com esse crescimento

¹⁷³ 1992.

¹⁷⁴ 1994.

impressionante, o Brasil aumentara a sua necessidade de importações e sua dependência dos EUA, a qual incomodou os brasileiros e os convenceu da necessidade de seguir com o crescimento industrial para alcançar maior prosperidade e independência econômica.¹⁷⁵

Com toda esta cooperação no período da guerra, as esperanças brasileiras eram de que tal atitude estadunidense perpetuaria, porém esta expectativa foi rapidamente quebrada, como demonstrado anteriormente. Com o desenrolar dos acontecimentos internacionais, o governo estadunidense tendia novamente a uma cooperação com o Brasil, desta vez pelo motivo da Guerra Fria e também pelo temor de que o Brasil viesse a aliar-se com países comunistas, e pudesse, assim, influenciar toda a América Latina.

A ideologia econômica foi um fator a conturbar as relações Brasil-EUA. Os EUA pregavam o liberalismo, sendo o Estado mero espectador do mercado nacional. Por sua vez, no Brasil se defendia algum grau de intervenção do Estado para o desenvolvimento da economia brasileira.

O Brasil, porém, carecia de uma tradição liberal e sua classe empresarial, pelo seu aparecimento tardio, seu tamanho reduzido, e sua dependência tradicional da orientação do estado em assuntos econômicos, era incapaz de guiar e desenvolver a nação ao desenvolvimento. Portanto os líderes brasileiros, tendo em vista um desenvolvimento acelerado, tenderam a requerer a participação do Estado no seu planejamento econômico mais do que era desejado pelos líderes norte americanos.¹⁷⁶

A cooperação que os EUA ofereciam deixava muito a desejar aos diferentes grupos de interesse do Brasil. Algumas manifestações brasileiras foram feitas no sentido de fazer frente a esta política dos EUA. Podemos destacar que durante a Guerra da Coreia, o Brasil não manifestou, quando solicitado, seu apoio ao governo dos EUA. Assim, buscava-se demonstrar que a relação estava estremecida e que a insatisfação brasileira chegara a níveis críticos.

A crise na Coreia havia demonstrado a determinação dos EUA de contar com tropas brasileiras junto com suas forças. Para assegurar a cooperação militar e econômica do Brasil, Washington liberou, via Eximbank, US\$ 25 milhões para a siderúrgica de Volta de Redonda. Também apoiou a candidatura brasileira para reeleição no

¹⁷⁵ SKIDMORE, 1992.

¹⁷⁶ VIZENTINI, 1994, p. 25.

Conselho de Segurança da ONU. Assim, esperava-se que o Brasil fosse exemplo para os outros países sul-americanos.

[E]nquanto na Coreia do Sul tropas estadunidenses moviam-se sob o impacto da ofensiva de Pyongyang, Washington tornou-se crescentemente ansioso por assegurar uma ativa cooperação militar e econômica do Brasil, em parte por que tal colaboração seria um exemplo que outros países Sul Americanos poderiam seguir. A 14 de julho, concomitantemente, o governo estadunidense, como porta-voz das forças das Nações Unidas, fez com que o Secretário-geral da ONU fizesse saber ao Rio de Janeiro que precisavam de tropas 'urgentemente'. Ao mesmo tempo, num esforço para dirimir a raiva brasileira quanto à lentidão e mudanças da política estadunidense do pós-guerra, Washington deu forte suporte à candidatura brasileira à reeleição para o Conselho de Segurança e fez com que o Banco de Exportação-Importação liberasse \$ 25 milhões de dólares para suprimento de aço para Volta Redonda.¹⁷⁷

Apesar do apoio oficial brasileiro às Nações Unidas, Dutra havia receado comprometer seu sucessor em um ambicioso envolvimento militar. Diplomáticamente, o Itamaraty negou o fornecimento de tropas, sem explicitar a decisão, porém comunicando ao Conselho de Segurança que cumpriria suas obrigações conforme suas possibilidades.

Aproveitando-se da situação, Raul Fernandes protela a resposta às provocações feitas por Washington. Ao responder, deixou claro que o Brasil não forneceria tropas para lutar ao lado dos americanos e rejeitou a versão americana de que seu governo estava apenas ajudando a desenvolver o consumo interno africano. Apontou, ainda, que as migalhas recebidas via Plano Marshall nada tinham a ver com a competição africana. E lembrou, mais uma vez, o contraste entre a não recompensada contribuição brasileira aos aliados, e a 'premiada' neutralidade argentina.

Face às urgentes necessidades brasileiras, o Departamento de Estado americano informou ao Embaixador Maurício Nabuco que estava disposto a rever sua política econômica para com o Brasil, propondo um acordo de assistência técnica bilateral, reiterando a decisão do presidente Truman de diminuir as dificuldades para liberação de empréstimos. As provisões vieram do IBRD - Banco para a Reconstrução e Desenvolvimento: \$ 250 milhões de dólares; e outros \$ 100 milhões do Banco de Exportação-Importação. Além disso, dois cruzadores solicitados pelo

¹⁷⁷ HILTON, 1981, p. 606.

Embaixador brasileiro estavam sendo “providenciados”. Também foi firmada uma Comissão Conjunta Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico (na sigla em inglês, JBUSC).

A intervenção da República Popular da China no conflito, no intuito de evitar um colapso total do regime norte-coreano, obrigou as forças das Nações Unidas a um recuo de volta à península. Neste momento, Miller foi enfático ao solicitar o envolvimento Latino Americano no conflito, tanto no racionamento que viria adiante quanto no aumento de sacrifícios em virtude da guerra. No entanto, apesar da declarada necessidade da presença brasileira, o Departamento do Tesouro opunha-se a maiores comprometimentos financeiros com o Brasil.

A necessidade de adesão Latino-Americana fez delinear um novo senso de urgência no relacionamento político entre as Américas do Norte e do Sul. Entretanto, a tentativa de aproximação com o recém-eleito Vargas foi vista com ceticismo pelo Rio de Janeiro. O firme posicionamento brasileiro de não repetir os erros do último conflito tornaram difícil a sua aquisição como “aliado ativo” e “pedra fundamental”, segundo intenções do Departamento de Estado dos EUA, e anulou os apelos por uma cooperação especial. O novo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, insistia em reciprocidade imediata a uma desejada cooperação brasileira:

O Brasil cooperaria – embora nada fosse dito sobre o envio de unidades militares para a Coreia – mas apenas se os Estados Unidos garantissem os créditos necessários, maquinário, matéria-prima para encorajar a industrialização brasileira e desenvolver suas reservas de petróleo e carvão
178

Fontoura marcou para fevereiro as negociações bilaterais. Miller compareceu à conferência já ciente de que os EUA haviam falhado com o Brasil por não ter estendido ao país os benefícios do Plano Marshall. Renovou a promessa de ajuda financeira, mas deixou o país sem obter a garantia do engajamento das tropas brasileiras na Guerra da Coreia. Os U\$ 250 milhões de dólares que seriam liberados pelo IBRD foram considerados por Vargas apenas como um ponto de partida para projetos de desenvolvimento do Brasil.

¹⁷⁸ HILTON, 1989, p.609.

As diferenças filosóficas entre EUA e Brasil aumentaram quando Fontoura passou a advogar pela necessidade de se armar o país contra a ameaça soviética no hemisfério. Isso não só aturdiu o representante estadunidense como relegou para segundo plano a questão da mobilização sul-americana no conflito da Coreia. Nem mesmo as negociações bilaterais entre Acheson e Fontoura evoluíam. Vargas, por sua vez, apenas ganhava tempo ao enviar o General Monteiro, comandante das Forças Armadas, a Washington para conversações. O objetivo era diminuir a impaciência estadunidense para com as recusas brasileiras. Em nada se avançou nos três meses que Monteiro permaneceu nos EUA.

A situação era realmente irreconciliável quando Monteiro chegou a Washington em fins de julho. Sentindo a possibilidade de que o Brasil pudesse protelar, o Departamento de Estado tinha admoestado as autoridades brasileiras duas vezes sobre a necessidade de resultados rápidos para sua missão. A vacilação brasileira era frustrante, reclamava Miller, por ser aquele país "a chave para a questão na América do Sul".¹⁷⁹

O último ano da administração Truman teve início já com a participação militar brasileira na Coreia praticamente descartada. A desconfiança entre os dois países aumentou quando Vargas, pressionado por déficits na balança de pagamentos e pelos grupos nacionalistas, consegue a aprovação da lei que criaria a Petrobrás em 3 de outubro de 1953. Tal reação brasileira à "política de migalhas" oferecida pelos EUA foi, em grande parte, incentivada pelos grupos alinhados aos "nacionalistas do desenvolvimento" que deram origem à CEPAL. Instituição cuja finalidade seria indagar pela melhor forma de gerar desenvolvimento nos países latino-americanos.

Em 1948, depois da criação de organizações similares para a Europa e Ásia Ocidental pelo Conselho Econômico e Social da ONU, dois membros da delegação brasileira na ONU, os economistas Roberto Campos e Miguel Osório de Almeida, elaboraram a ideia da CEPAL. Preocupados com o ritmo lento e os parâmetros limitados o Conselho Econômico e Social da União Pan Americana (I-AECOSSOC), persuadiram outros latinos americanos da necessidade de ter uma organização para tratar dos problemas econômicos da América Latina que fosse independente do controle dos EUA.¹⁸⁰

A CEPAL teve grande repercussão entre os países latinos. Porém, suas ideias provocavam desconforto nos EUA, pois criticava sua forma de conduta com os povos latinos, culpando-os por muitos dos problemas destes povos. No Brasil, em particular, as ideias da CEPAL foram muito disseminados gerando preocupação nos estadunidenses que, 1953, manobram para tentar unir a CEPAL à IECOSOC, a fim

¹⁷⁹ Idem, p.611.

¹⁸⁰ VIZENTINI, 1994.

de obter um maior controle sobre a nascente instituição. Tal manobra falha. Assim, o governo dos EUA tem de aceitar a instituição que, na visão de Vizentini¹⁸¹, seria a vanguarda de um novo pensamento latino americano para o desenvolvimento.

No período em tela, a classe média estava se estruturando de modo concreto, embora ainda de modo incipiente nas regiões mais atrasadas do país, como Norte e Nordeste. Nas regiões urbanas de maior desenvolvimento, tal classe era formada por burocratas e profissionais liberais que tendia a comungar valores como o antigetulismo e o constitucionalismo liberal. Em contra partida, havia setores que se enfraqueciam, como os fazendeiros de café, os comerciantes de importação e exportação e os produtores nacionais de artigos alimentícios. A classe rural era frágil e desprotegida, não tendo grande importância política. Era constituída basicamente por analfabetos, não possuindo mecanismos elaborados de representatividade, ficava sub-representada em seus interesses.¹⁸²

O liberalismo defendia a menor ou nula intervenção do Estado nas questões econômicas. O mecanismo de preços deveria ser o determinante principal da economia e todos os fatores que interferissem na economia deveriam seguir padrões ortodoxos. De modo contrário, o nacional-desenvolvimentismo era altamente baseado nos estudos da CEPAL, defendendo que o Brasil não deveria seguir o modelo norte-americano, mas sim criar o seu próprio, com uma economia mista, com incentivos ao setor privado e maior participação do Estado. Por sua vez, o nacionalismo-radical era mais uma forma de polemizar do que de fato buscar uma solução para a economia brasileira. Tal argumentação foi usada como instrumento na tentativa de causar uma revolução social. Adeptos destas três correntes básicas de pensamento estavam espalhados por todo o país. Mesmo dentro dos principais partidos políticos do país era impossível encontrar unanimidade.¹⁸³

Durante os dois primeiros anos de governo, Getúlio deu grande atenção à industrialização. Neste sentido, para os problemas econômicos, Vargas respondeu como uma política de economia mista, fundindo princípios do liberalismo econômico

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² SKIDMORE, 1992.

¹⁸³ Idem.

com os do desenvolvimentismo-nacionalista. No cenário externo, o governo tinha a preocupação com o balanço de pagamentos e, no cenário interno, o problema da inflação e medidas para maximizar os benefícios sociais e econômicos.

Esta política mista buscava implantar medidas reparadoras para a economia brasileira com inspiração nas missões Cooke de 1943, Abbink e SALTE de 1948 e na Comissão de Mista Brasil-EUA, criada em 1950. O BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), de 1952, fora um dos resultados dessa comissão. No âmbito externo, foram adotadas medidas mais alinhadas com o nacionalismo, com taxas múltiplas de câmbio e, muitas vezes, culpando-se os estrangeiros pelos insucessos econômicos do Brasil.

Uma das medidas de maior caráter nacionalista foi a Lei do Petróleo, que previa a estatização da extração e processamento deste recurso natural. Este projeto recrudesceu a discussão do nacionalismo brasileiro, dividindo opiniões dentro e fora do Brasil, com a forte oposição dos EUA. O governo também adotou esta linha de pensamento para resolver o problema da política de investimentos na área de energia elétrica com a criação da Eletrobrás. Por fim, criou-se lei sobre a remessa de lucros de empresas estrangeiras, tentando assim proteger a nação de uma "exploração mais cruel".

No âmbito externo, à medida que esfriava o conflito com a Coreia, decrescia a vontade de cooperação da nova administração americana para com os projetos de desenvolvimento do Brasil. O acordo bilateral com os EUA, representado pela Comissão Mista (CMBEUA) seria extinto e o governo brasileiro já não depositava tanta confiança no Banco de Exportação-Importação (Eximbank). Ao ser enviado para discutir a política do governo estadunidense para a América Latina, Milton Eisenhower, irmão do presidente dos EUA, pôde sentir toda frustração e raiva causadas pela dissolução da comissão mista. Aceitar a entrada de capital privado estrangeiro era a proposta que mais irritava os governantes brasileiros.

Nem mesmo o argumento brasileiro de que a ameaça comunista poderia tornar a América Latina em uma 'nova China' funcionou. O capital privado estrangeiro e a autoajuda continuavam a ser a receita estadunidense para o Brasil. Buscaram-se novas opções de investimento internacional para o programa de energia brasileiro.

Assim, não só o capital europeu foi encorajado como também alianças econômicas com países vizinhos, como Bolívia e Paraguai. Esta política de aproximação com a América Espanhola continuou mesmo depois do suicídio de Vargas em agosto de 1954 e sua sucessão pelo vice-presidente João Café Filho.

3.3. Governo Transitório (1954-1956)

Com a trágica saída de Vargas do cenário político, o vice-presidente, Café Filho, assume a presidência afirmando que daria continuidade às políticas aplicadas pelo governo e que tinha como objetivo principal garantir que as próximas eleições ocorressem normalmente. Os anti-getulistas e outros se manifestavam contra as eleições com receio de que o suicídio de Vargas ajudasse a perpetuar seu mandato com algum de seus aliados.

O governo de Café Filho foi visivelmente menos antagonista e questionador em relação às políticas dos EUA que o anterior.¹⁸⁴ Com viés mais conservador, alinhava-se de bom grado com o 'gigante do norte', não demonstrando resistência às propostas e ideias por eles apresentadas. Vale destacar, também, que antes do suicídio de Vargas, Café Filho já tinha declarado publicamente o rompimento com as ideias getulistas, alinhando-se com as alas militares.

Embora políticos udenistas e militares anti-getulistas estivessem em preeminência no novo governo, não havia perspectivas de um expurgo anti-Vargas nos moldes solicitados anteriormente por extremistas como Lacerda. Sabia-se que Café Filho era adepto fervoroso da 'legalidade'. Desde a posse ele, ele fez ver que considerava seu governo como um regime interino, que tinha a responsabilidade primordial de continuar a estabilização econômica e presidir à eleição de seu sucessor constitucional.¹⁸⁵

Neste governo, destaca-se a Conferência do Rio, em 1954, em que o então presidente brasileiro defendeu, em discurso de abertura, maior cooperação econômica e a criação de um banco interamericano. Em contra partida, os EUA continuavam com a ideia de uma cooperação baseada no sentido utilitário.

[Humphrey] continuou, então, confirmando os receios dos latinos americanos de uma defesa vigorosa do capitalismo laissez-faire, da política

¹⁸⁴ VIZENTINI, 1994.

¹⁸⁵ SKIDMORE, 1992. p.

de tarifas atual dos EUA e destacando o papel do Bird e de uma moeda forte no desenvolvimento econômico. Contudo, Humphrey revelou uma surpresa: o apoio dos EUA para uma Cooperação Financeira Internacional (CFI) como filial do Banco Mundial para ajudar o investimento corporativo do setor privado.¹⁸⁶

Assim, a Conferência não teve seus objetivos alcançados. Antes, realçou divisões internas dentro do próprio governo norte-americano e também mostrou a abstenção de votos de país em assuntos de extrema importância para os latinos, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), preços de **commodities** e a criação de uma instituição para cuidar de assuntos relacionados à indústria.

Eisenhower tinha instruído Humphrey para que não rejeitasse categoricamente qualquer proposta com apoio majoritário, para negar aos soviéticos um instrumento de propaganda. Em vez disso se abstiveram de votar em uma série de medidas que se advogou em um relatório da CEPAL.¹⁸⁷

Após a conferência de 1954, poucas mudanças significativas foram encontradas na política dos EUA. Porém, neste período pós-conferência, o Eximbank voltou a financiar o desenvolvimento brasileiro. Os EUA também ponderam sobre as novas políticas para a América Latina, principalmente pelo medo do avanço comunista na região e pelo surgimento de um bloco neutro na Ásia. O que mais assustava os EUA era a receptividade com que Vargas, anteriormente, havia tratado os países do bloco oriental, temendo-se que tal postura retornasse.

Foi um governo de extrema tensão, com visíveis conspirações contra as eleições fortalecidas no seio militar. Mesmo assim, elas acontecem, como previstas, em 3 de outubro de 1955. Juscelino Kubitschek e João Goulart são eleitos com 36% dos votos. A administração Café Filho encerra-se com velhas prescrições estadunidenses para sanar os problemas de desenvolvimento brasileiro apontados por Fernandes, uma vez mais à frente do Itamaraty: equilíbrio das contas públicas, controle da inflação e entrada de capital privado estrangeiro no setor petrolífero.

Enquanto o ministro da guerra de Café Filho reclamava amargamente sobre a negligência americana, sua ajuda a outras áreas subdesenvolvidas, além da pressão contra a Petrobrás e outras formas de estatismo no Brasil, Dwight D. Eisenhower disse que os Estados Unidos 'seriam amigáveis –

¹⁸⁶ VIZENTINI, 1994, p.

¹⁸⁷ Idem.

compreensivos e solícitos, mas seus compromentimentos mundiais eram pesados'.¹⁸⁸

Em 3 de novembro, Café Filho sofre um acidente cardiovascular e é afastado do poder, assumindo Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados. Porém, o General Lott tinha sérias dúvidas quanto à boa vontade de Carlos Luz em assegurar a posse de JK. Assim, através um "golpe preventivo" em 10 de novembro garante-se a posse do novo presidente para Janeiro do próximo ano.

3.4. Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Kubitschek e Goulart assumem o cargo para o qual foram eleitos democraticamente após as conturbações acima relatadas terem sido apaziguadas. Lançam o slogan governamental "cinquenta anos em cinco" com a promessa de crescimento e desenvolvimento nunca vistos. De fato, entre os anos de 1956 a 1961, o país mostraria altos índices de desenvolvimento. Tendo como símbolo síntese da gestão a construção e transferência da capital para Brasília.

Antes mesmo de ser empossado presidente, Juscelino Kubitschek já ouvia de Washington os mesmos argumentos de seus predecessores. E mais: o tema do anticomunismo agora tomava maior corpo, sendo assunto dominante tanto em sua visita aos EUA, como quando recebeu o vice-presidente Nixon no Brasil. Kubitschek queria entender porque o comunismo era combatido com ajuda financeira na Europa e na Ásia e não na América Latina.

Juscelino Kubitschek assume trazendo consigo o conhecido "Plano de Metas", formulado durante sua campanha eleitoral. Comparações com Getúlio Vargas eram inevitáveis, pois, se apresentava como sucessor do Varguismo e vinha da mesma coalizão política que o ex-presidente. Porém, a grande diferença entre os dois líderes estava na visão em relação ao capital estrangeiro. Naquele momento, Kubitschek julgava que a soberania não precisava ser resguardada, mas sim afirmada. E a afirmação viria através do capital estrangeiro, que propiciaria o

¹⁸⁸ HILTON, 1989, p.617.

arranque do desenvolvimento brasileiro. O Brasil já era um Estado democrático, o que facilitaria a utilização do capital estrangeiro.

O governo Kubitschek procurou operar uma clara relação entre a política interna e a externa. A ideia era que a democracia era o modelo político ideal a todos os povos e, para que ela existisse, os Estados Ocidentais deveriam se unir em prol de sua defesa. Ou seja, em cada continente os Estados garantiriam e defenderiam a democracia, realizando a defesa continental através do combate à miséria e ao comunismo. Para que isso fosse possível, os Estados deveriam ser desenvolvidos ideologicamente e economicamente. Aqueles que fossem contra esta lógica, eram também contra o desenvolvimento e a soberania nacional, sendo considerados subversivos e agitadores sociais. A defesa da soberania e da democracia estava ligada diretamente a defesa do desenvolvimento e da ordem.

Mesmo com este esforço diplomático, o Brasil não conseguiu angariar os capitais dos EUA e foi em busca de outros parceiros comerciais. Assim, reata relações comerciais com a URSS, com Juscelino Kubitschek deixando claro que a relação seria única e exclusivamente econômica. O apoio aos EUA era explicitado no Tratado de Fernando de Noronha, assinado em 19 de janeiro de 1957, o qual uma permissão foi concedida aos militares norte-americanos para a construção de instalações de mísseis no arquipélago. Também é assinado o Tratado de Energia atômica pelo próprio Presidente Eisenhower em sua visita ao Brasil no mesmo ano.

A conturbada relação com a URSS foi debatida no governo de Kubitschek. Aqueles que apoiavam o retorno das relações diplomáticas afirmavam ser inconcebível que um grande país como o Brasil, com uma economia em expansão e buscando aprimorar sua imagem no sistema internacional, não tivesse relações com a potência do Oriente. A penetração comunista não se daria por vias diplomáticas, segundo eles, e o Brasil mantinha relações com outros países do bloco comunista como Hungria, Polônia e Tchecoslováquia. Logo, porque seria diferente com a União Soviética? Afinal, quase todos os Estados mantinham algum tipo de relação com a URSS.

Kubitschek dava real importância para as indústrias de base e de produção de bens de capital. Fixou o olhar para manter sempre a estabilidade política, seguindo uma política nacional-desenvolvimentista, porém sem o populismo ou o autoritarismo, antes agregados a esta política. Com isso, conseguiu manter os aliados de Vargas e trouxe alguns anti-getulistas para o seu arco de alianças.

Porém o crescimento econômico alcançado com sua política resultou em altos índices de inflação que o governo, temendo a estagnação, desejava equacionar no longo prazo. Já os agentes do FMI sugeriam medidas imediatas para que se sanasse o problema da crise econômica conjuntural do país, o que provocou o rompimento nas relações do Brasil com esta instituição. A manutenção do plano de industrialização estava cada vez mais difícil. Assim, Kubitschek é forçado a atrair capital estrangeiro de novas fontes e a reforçar os apelos quanto à necessidade de ajuda oficial dos EUA em áreas de infraestrutura. Reclames que são solenemente ignorados.

Cresciam as divergências entre Brasil e EUA. O governo brasileiro queria ser tratado do mesmo modo que os aliados europeus, o estadunidense considerava que já havia ajudado o suficiente. Assim, o governo Kubitschek retorna à estratégia de aproximação com nações da América espanhola. Era preciso deixar claro para nossos vizinhos do continente que o Brasil não era mais um aliado 'especial' dos EUA. Aliança muito mal vista pelos demais países latinos. Com base em acordos bem sucedidos, conduzidos pela diplomacia brasileira durante os dois primeiros anos da administração Kubitschek, alguns setores da sociedade brasileira começaram a ver na união latina uma promissora alternativa. Sabendo que a integração latina ocorreria de qualquer forma, cabia ao Brasil antecipar-se e liderar o movimento de forma a colocar-se em posição de destaque em futuras negociações com os EUA.

Esta conclusão aparentemente tinha se tornado dominante na alta esfera da política brasileira em meados de 1958, quando as infelizes experiências de Nixon na América Latina deram a Kubitschek uma dramática oportunidade de lançar a nova estratégia. O primeiro passo do que se tornou conhecido como Operação Pan Americana (OPA) foi uma carta a Dwight D. Eisenhower a 28 de maio clamando por uma mudança na política estadunidense perante a América Latina como um todo.¹⁸⁹

¹⁸⁹ HILTON, 1989, p. 621.

A OPA objetivava creditar um sentimento de união nos países americanos rumo ao desenvolvimento. Seus idealizadores alegavam haveria um dever moral, "cristão", sob o qual os Estados Ocidentais deveriam ajudar os povos subdesenvolvidos. Assim, a América Latina se transformaria em uma "vitrine" frente às regiões recém-independentes da África e Ásia. Defendia, ainda, haver estreita relação entre desenvolvimento, democracia e segurança. Ou seja, o desenvolvimento do Brasil e dos demais países Latino-Americanos eram necessários para a segurança do "Mundo Ocidental". Sobre isso, declarou o presidente:

Consentir que se alastre o empobrecimento neste Hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos, é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações (...)

É preciso que nos compenetremos da ideia de que a luta contra o subdesenvolvimento na América Latina importa em promover a segurança do continente e, nessas condições, deve-se inserir no programa estratégico a defesa ocidental.¹⁹⁰

O Embaixador Henrique Valle, também, enfatizou a importância da OPA para a Política Externa Brasileira nos seguintes termos:

Ao lançar e patrocinar a Operação Pan-Americana abandona o Brasil sua tradicional posição no continente, segundo a qual suas relações bilaterais com os Estados Unidos primavam sobre quaisquer outras, e se coloca na primeira fila do pan-americanismo. Mais do que isso, passa a desempenhar papel avesso ao que até então se acostumara, e, de intérprete dos Estados Unidos na América Latina, se transforma em advogado dos latino-americanos frente à potência do Norte.¹⁹¹

Não só as reivindicações brasileiras foram recebidas de forma fria por Washington como conversações para esclarecer os fatos emperraram devido à intransigência de ambas as partes: os EUA propunham um acordo bilateral para combate meramente político e policial à ameaça comunista na América Latina, enquanto o Brasil insistia no tema da ajuda econômica para o desenvolvimento da região. O ressentimento brasileiro frente à política estadunidense só fez aumentar, quando se percebeu que o único e grande interesse era a ameaça comunista de Fidel Castro. Isso ficou claro quando Eisenhower, após visita à América Latina, respondeu às reivindicações de Kubitschek dizendo que a ameaça comunista era um problema de todas as

¹⁹⁰ CARVALHO, 2010, p.26.

¹⁹¹ Idem, p.25.

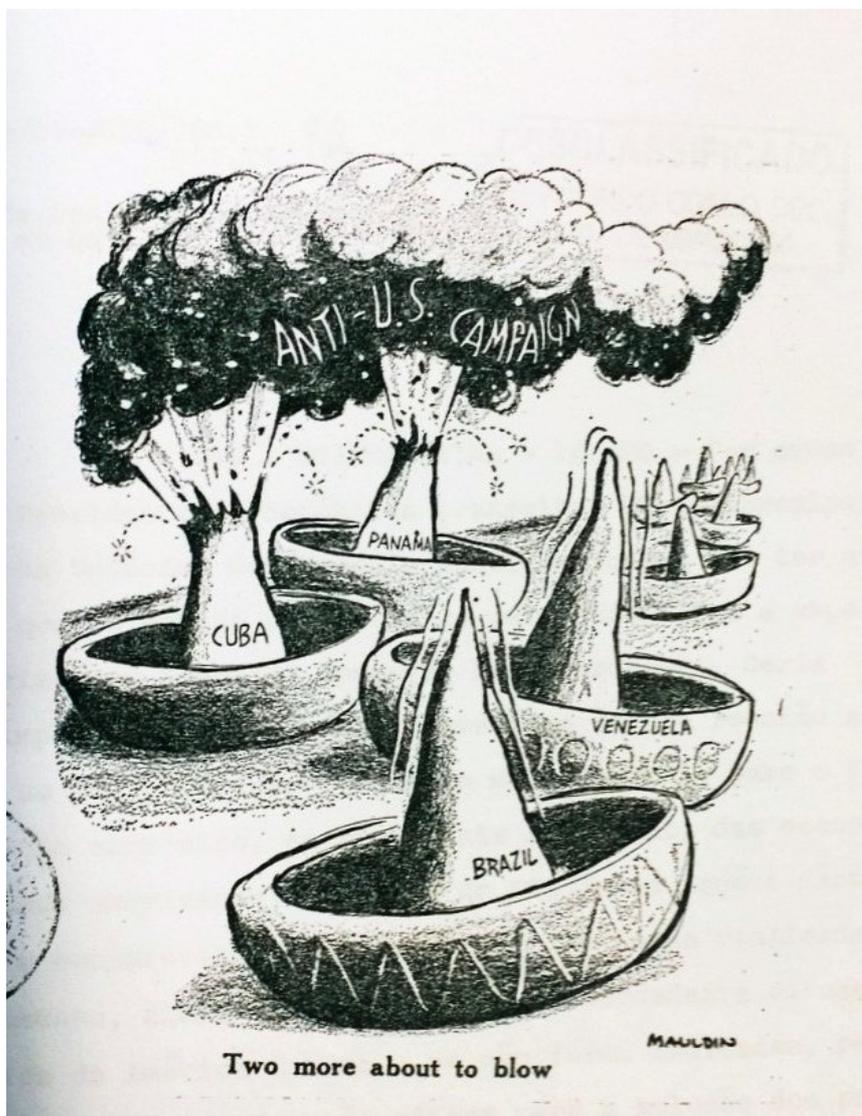
Américas e não apenas dos EUA. Ao fim de seu governo, Juscelino estava convencido de que o Departamento de Estado havia sabotado a Operação Pan Americana.

Ao final deste longo período de desilusões, o governo brasileiro estava convencido de que o interesse estadunidense num relacionamento especial com o Brasil era praticamente nulo. As intervenções norte-americanas não passaram de paliativos para combater o aumento de influência brasileira no continente, manter o país como aliado (somente em casos emergenciais de interesse estratégico para a nação do norte) e, principalmente, debelar a ameaça comunista na América Latina.

O Brasil passa de fiel aliado nos tempos das Grandes Guerras, a parceiro negligenciado nos anos subsequentes ao fim da Segunda Grande Guerra. A mudança de atitude estadunidense não só criou um ressentido à sua política externa na América Latina, como levou o Brasil a afinar seus interesses com os de outras nações do continente. Assim, antagonistas históricos unem-se pela causa comum do desenvolvimento e da independência financeira.

Capítulo 4 – Os anos 1950 e o antiamericanismo.

4.1. O ambiente explosivo



Toronto Daily Star

Saturday, November 21, 1959

Três bombas sacudiram a capital brasileira na noite de 9 de novembro de 1959. O som dos estrondos produzidos no Rio de Janeiro chegou aos EUA. Um misto de espanto e preocupação dava o tom das conversas naquele momento. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) preocupou-se em comunicar o fato à Embaixada do Brasil nos EUA, já que um dos alvos teria sido a Embaixada dos

EUA. Também alegavam que as agências de notícias nos EUA estariam ‘modificando’ as notícias.

No dia 9 do corrente, às 20horas e 56minutos, explodiu uma bomba relógio (...) em frente à Embaixada norte-americana, provocando o lançamento de estilhaços sobre carros estacionados no pátio interno do referido edifício. Quatro minutos mais tarde, outra bomba explodiu no 2º andar da Associação Brasileira de Imprensa (...). Uma terceira explosão ocorreu às 23horas e 30minutos (...) sob uma torre de sustentação de fios de alta tensão, danificando dois circuitos da Light.¹⁹²

Segundo a Secretaria não haveria vítimas e a polícia estava em busca das ‘mãos criminosas’. No entanto, conforme afirma a mesma mensagem, o tom da notícia nos EUA era outro. A Associated Press teria escrito que: “Várias bombas estremeceram à noite esta capital em uma onda de terrorismo como não se recorda nos dias mais difíceis da política brasileira nos últimos trinta anos”.¹⁹³

Independente da divergência das versões, de fato o clima quente do quase verão carioca era boa metáfora para descrever as relações Brasil - Estados Unidos daquele período. Alguns dias antes, o Diário Las Américas repercutira o discurso do presidente brasileiro de 12 de novembro de 1959, no qual Kubitschek considerava que os EUA praticavam uma política de descaso com a América Latina, no geral, e com o Brasil, em particular. Tal azedamento nas relações dava combustível às críticas feitas à política exterior dos EUA e recrudescia o sentimento de reação aos ianques em setores da sociedade brasileira que anteriormente resistiam em abraçar a argumentação antiamericana. Entre a miscelânea de sentimentos antiamericanos manifestados no país, estava o ‘antiamericanismo de cátedra’.

Augusto Frederico Schmidt, influente conselheiro de JK para os assuntos da política exterior, escreve que naquele momento

[a]cumulava-se nos países de nossa fraternidade continental, juntamente com as decepções econômicas de toda ordem, uma atmosfera de desconfiança e de animosidade, cujo alvo, justa ou injustamente, como não podia deixar de ser, eram os Estados Unidos.¹⁹⁴

¹⁹² Telegrama Confidencial de 19/11/1959 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (doravante SERE) para a Embaixada do Brasil em Washington (doravante BrasEmb).

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ 2002, p.147.

Relatar essa atmosfera será a tarefa dos próximos capítulos que, fortemente ancorados em documentação primária pesquisada em arquivos no Brasil e nos EUA, demonstrarão como o sentimento antiamericano chegou a tal ponto no Brasil. Argumenta-se, ainda, que o ‘antiamericanismo de cátedra’ agregou-se às demais vertentes de antiamericanismo na sociedade brasileira constituindo-se em variável importante para a composição do comportamento internacional do país no período.

Assim, o ‘antiamericanismo de cátedra’, utilizando sentimento ancestral e difuso da sociedade brasileira, buscava, através do discurso reativo à política dos EUA, gerar modos de negociar as necessidades brasileiras, como capital para seu projeto de desenvolvimento econômico ou para as questões mais emergenciais. Neste sentido, seu discurso estava circunscrito aos arranjos conservadores de poder e fortemente ancorado em narrativas retóricas.

Para reiterar a demonstração de tal conceito, faz-se retorno ao segundo governo de Getúlio Vargas. O marco inicial será a IV reunião de consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA ocorrida em Washington entre os dias 26 de março e 7 de abril de 1951. Conferência realizada nos primeiros meses do novo governo de Getúlio Vargas e cujo debate já contém os germes da reação à postura dos EUA no continente. Como marco cronológico final, invocam-se os acontecimentos de 1959, que se inicia com a revolução cubana, passa pela crise com o FMI e chega ao seu fim com uma situação de forte sentimento reativo à política exterior dos EUA.

4.2. O ‘antiamericanismo de cátedra’ no Brasil dos anos 1950.

Roberto Campos, ao analisar as tensões do sistema interamericano no final da década de 1950, sustenta que ele passava por um momento de ‘reavaliação’¹⁹⁵, pois a desproporção econômica entre os EUA e os demais países da América contribuía para as angústias do sistema. Defende Campos que o “desnível de desenvolvimento econômico entre o Brasil e os demais países latino-americanos, de um lado, e os Estados Unidos, de outro, contém, pelo menos, parcialmente, um indício dos

¹⁹⁵ CAMPOS, RBPI, 1959, p.26

complexos psicológicos que afetam nossas relações”.¹⁹⁶ Podemos incluir o antiamericanismo nos referidos ‘complexos psicológicos’ a afetar tais relações.

Ressalvando-se o lugar da fala de Campos e as suas conseqüentes marcas ideológicas, fato é que a identificação de tal ‘sentimento’ referente aos EUA é índice da existência de um componente cultural a contribuir na resultante da política exterior do Brasil no período. Assim, constrói-se a ideia de que o Brasil começa a assumir uma condição intermediária no sistema interamericano. Seu rápido desenvolvimento trazia pontos de estrangulamento pela carência de capitais que permitissem completar o processo de industrialização. De modo resumido, Campos considera que tal desproporção e limites ao desenvolvimento geraram diversos padrões de comportamento entre os atores do sistema. Sendo que os estadunidenses se comportariam, muitas vezes, em relação aos seus vizinhos do Sul de modo ‘paternalista’ e ‘intolerante’.

No que se refere à América Latina, a penosa e diária evidência de sua pobreza e atraso dá origem a reações igualmente irracionais e mesquinhas, sob a forma de um complexo de inferioridade. Isso, através de um mecanismo compensatório de autoafirmação, conduz a uma subestimação irrisória das realizações culturais e da vocação espiritual do povo americano.¹⁹⁷

Para Campos, o desenvolvimento dos EUA no século XIX criou ‘musculatura’ na jovem nação que, no início do século XX, já é capaz de impor real política de proteção do espaço americano. Esse fato faria atualizar a Doutrina Monroe através do Corolário Roosevelt, também conhecida como a política do ‘big stick’. Sem nos prendermos aos seus detalhes, poderíamos qualificar tal política como uma “declaração do direito de intervir para impedir que outros intervenham e pode ser considerada como a expressão extrema do conceito de superioridade paternalista”.¹⁹⁸ Tal política sofreria modificações pela conjuntura do entre guerras. Franklin Delano Roosevelt, na década de 1930, idealiza a chamada ‘política da boa vizinhança’, cuja ‘não intervenção’ tornara-se uma ideia chave. “Lançaram-se, deste modo os fundamentos de um duradouro sistema de coexistência política pacífica, de

¹⁹⁶ Idem, p.26.

¹⁹⁷ Idem, p.27.

¹⁹⁸ Idem, p.29

aspectos jurídicos requintados, embora ainda destituído de substância econômica”.¹⁹⁹

Assim, ao chegarmos aos anos 1950, com o governo republicano de Eisenhower, inaugurado em 1953, a política externa dos EUA sofre nova mutação. Forja-se a chamada ‘política de bons parceiros’, que, para Campos, seria apenas uma “variação sobre o tema antigo, como reflexo do modo mais conservador de o partido republicano encarar o problema”.²⁰⁰ É neste contexto que se manifestam, na América Latina como um todo e no Brasil em particular, os sentimentos de repulsa, branda ou intensa, aos EUA. Sentimento que coaduna com a formação de novos interesses na sociedade brasileira que se tornava mais complexa pelo desenvolvimento industrial e conseqüente urbanização.

Neste sentido, conjugam-se as forças nacionalistas de diferentes espectros ideológicos com o debate relativo ao desenvolvimentismo no país (conforme já exposto anteriormente). Nos termos de Bresser-Pereira, todo esse movimento é a manifestação da matriz nacional-burguesa que, surgida na década de 1940, ganhava força e alcançava pleno desenvolvimento nos anos 1950. Essa matriz abrigava parte do partido comunista, o Grupo de Itatiaia que se forma entre 1953 e 1955, e que viria a se reunir no ISEB (como já ilustrado anteriormente) e economistas da CEPAL. Em comum, todas essas correntes promoviam uma crítica radical ao modelo da ‘vocação agrária’. Pregava-se a necessidade de nova cultura nacional que buscasse o desenvolvimento com independência política. Independência que se conjuga com posições antiamericanas em distintos níveis. Posições começam a ter impacto nas negociações bilaterais Brasil-EUA.

Herschel Johnson relata que o presidente eleito, Getúlio Vargas, havia respondido por escrito à sondagem feita pelo governo dos EUA no dia 29 de dezembro de 1950. Johnson também informa que Fontoura estaria sondando a respeito da cooperação militar do Brasil com os EUA e que Vargas estava interessado de modo entusiástico com a questão. Ponto fundamental seria a cooperação referente ao fornecimento de materiais estratégicos pelo Brasil que, na visão do diplomata americano, seria usado

¹⁹⁹ Idem, p.29.

²⁰⁰ Idem, p.29.

como um ponto de barganha. Escreve o Embaixador que “[t]here have been several indications during past few months that present Brazilian Government in thinking in terms some sort mutual procurement agreement”.²⁰¹ Assim, antes de se detalhar o tema dos materiais estratégicos, importa-nos relatar que os grupos de poder que reassumiam no Brasil estavam dispostos a estabelecer nova dimensão de barganha para as relações bilaterais com os EUA. Na visão de Johnson, tais grupos teriam um programa próprio de ação. Fato que levaria o Brasil a propor aos EUA uma relação ‘quid pro quo’.

O Embaixador ainda percebe que a discussão de tais temas seria afetada pelo clima de ‘desconfiança’, ou reação, em relação aos EUA que se formava no Brasil. Por isso, considerava que “export monazite sands to US having become political football in Brazil last few months and has attracted much attention and is subject widespread misunderstanding of facts [about this] this commodity”²⁰².

Posteriormente,²⁰³ relata-se a agenda do futuro governo de Vargas e, mais especificamente, a posição do Brasil na IV Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA. Considera-se que pelo teor das falas de Vargas, o tom reivindicatório do Brasil seria uma realidade para as negociações bilaterais.

Actually, it states that Vargas is ready to give us full support in the international political field providing the United States provides the type and volume of economic collaboration which he wants. The document is silent on the question of military collaboration. (...) He says that Brazil expects to give us at the meeting of consultation its full cooperation but believes it essential that we understand that such cooperation requires, in addition to the imposition of all types of sacrifices, an effective understanding so that Brazil's economic life will not be so upset that it will affect its present and future development possibilities and substantially reduce production.²⁰⁴

Assim, o governo dos EUA estava consciente de que o governo brasileiro demandaria um apoio positivo para o desenvolvimento econômico do país. Desta forma, o Brasil buscaria apoio oficial do governo estadunidense para que o fluxo de

²⁰¹ Documento secreto enviado pelo Embaixador dos EUA no Brasil, para a Secretaria de Estado (doravante SE) em 4/01/1951.

²⁰² Idem.

²⁰³ Memorando confidencial de 25/01/1951 da Embaixada dos EUA no Brasil (doravante BrazEmb) para o Departamento de Estado (doravante DE).

²⁰⁴ Idem, p.1.

capitais privados se intensificasse no país e que não se estabelecesse discriminação nas políticas de cooperação em benefício de 'outras partes do mundo'. Em suma:

The good will of the Brazilian Government in contributing raw materials should have its counterpart in our good will in the concession of priorities in medium and long term bank credits for the immediate execution of a rational program of public works and industrialization.²⁰⁵

Na visão do Embaixador, o novo governo do Brasil levaria à vindoura conferência a ideia genérica de que o grau de apoio 'positivo' dado pelos EUA ao desenvolvimento brasileiro seria a baliza para a reciprocidade. A reação do governo dos EUA a tal posição brasileira seria fundamental para o desenvolvimento das relações bilaterais e também para o entendimento do antiamericanismo dos anos 1950.

4.3. A IV Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA

Entre os dias 27 de março e 7 de abril de 1951 realizou-se em Washington a IV Conferência de consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA. A movimentação diplomática bilateral anterior ao encontro, relatada acima, serviria para a formação da posição dos países naquele encontro. Brasil e Estados Unidos declaravam mútuo interesse em cooperar firmando-se a importância de tal relação para ambos os países.

Neste sentido, Dean Acheson, Secretário de Estado, escreve ao presidente Truman justificando a formação de uma delegação oficial 'representativa' para a posse de Vargas. Esperava-se, deste modo, que ficassem evidentes o desejo e a determinação de se manter relações bem próximas entre os dois países, evidenciando-se a importância que o Brasil teria para as relações internacionais dos EUA. Acheson, apesar de não ter comparecido à posse de Vargas em 31 de janeiro de 1951, gostaria de deixar um recado claro para os brasileiros a respeito das boas intenções dos EUA.

De fato, o Embaixador Johnson, buscando o apoio brasileiro, entrega um memorando ao presidente eleito com a agenda da conferência. O intuito era angariar o apoio do Brasil para que este influenciasse os demais países da América Latina. Segundo

²⁰⁵ Idem, p.2.

Weis ²⁰⁶, haveria várias razões para a consulta à Vargas, sendo o papel histórico do Brasil como árbitro nas conferências Pan-americanas uma das mais importantes. Como também o fato de o Brasil possuir as mais importantes reservas de matérias-primas essenciais à guerra e a capacidade de suprir tropas para que aliviasse o esforço estadunidense no conflito asiático. ²⁰⁷ De fato, Acheson escreve que “many American troops have been engaged in bitter combat against the aggressor in Korea for the past nine months and are badly in need of rest, which can become possible only as adequate replacement are made available”. ²⁰⁸

Vargas, cujo governo se iniciava às vésperas da conferência, serve-se da coincidência para encarregar seu ministro das relações exteriores, Neves da Fontoura, de entregar pessoalmente sua mensagem ²⁰⁹ ao presidente dos EUA. Na mensagem, o presidente agradece o envio de Nelson Rockefeller como representante de Truman em sua pose, fato que trouxe satisfação não apenas por sua capacidade, mas também pelo fato do designado ‘Embaixador especial dos EUA para as Américas’ ter as credenciais de luta constante para o fortalecimento das relações interamericanas. Vargas também celebra o fato de o presidente Truman ter ‘pessoal interesse’ em manter e reforçar as políticas que cuidam do bem-estar do Brasil.

No entanto, a mensagem de Vargas, conforme apontado acima, deixa clara a posição do Brasil que buscaria, na conferência, o apoio dos EUA para o seu desenvolvimento. Assim, ao destacar a importância da cooperação dos EUA, vincula a estabilidade democrática ao sucesso econômico.

As you know, the grave problems of maintenance of political and social stability within the framework of democracy are intimately connected, in any country, with its economic development; and to this end, our effort, no matter how intense and determined, cannot dispense with the effective application of that international cooperation so nobly expressed in Point IV of the program of action outlined by Your Excellency, nor can it forgo the assistance of organizations that are qualified to facilitate our development through well-advised capital investments. It is my sincere wish that there may be initiated without loss of time, in the field of concrete realization, a

²⁰⁶ 1993.

²⁰⁷ Mensagem ‘top secret’ de 12/04/1951 do Secretário de Estado Acheson para BrazEmb.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Mensagem do Presidente Vargas para o Presidente Truman, 1951, p.1.

cooperation which cannot be fruitful and beneficial to the future of our two countries.²¹⁰

Finalmente, Vargas assegura estar confiante quanto ao programa de segurança hemisférica, pois pretende reestabelecer a cooperação militar ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Mas ele também acredita que alguns problemas de mútuo interesse estariam pedindo atenção de ambos os governos. Problemas que serão, na visão do presidente, examinados em atmosfera de boa vontade e mútuo entendimento. Segundo Weis, Vargas considerava que o país possuía, naquela conjuntura, forte posição negociadora, pretendendo obter ganhos para o Brasil e que ele estava ansioso para não repetir os “erros” cometidos na II Guerra Mundial.²¹¹

Neste sentido, a Conferência foi excelente oportunidade para a apresentação das posições multi e bilaterais de ambos os países, ficando claro que os temas de segurança pareciam sobrelevados pelos EUA, enquanto as necessidades econômicas eram a tônica dos países latinos e do Brasil em particular. Conforme relatado na ata da conferência, três comissões foram formadas, sendo elas: I) Cooperação política e militar para a defesa da América e para prevenir e rechaçar a agressão de acordos com os convênios interamericanos e com a carta das Nações Unidas e as resoluções da OEA; II) Fortalecimento da segurança interna da repúblicas americanas; e III) Cooperação econômica de emergência.

No entanto, apesar da III comissão referir-se aos temas econômicos, ficava clara a prevalência da preocupação com segurança do hemisfério por parte dos EUA. Assim, na ata final ficou expressa que a reunião foi determinada pela necessidade de uma ação expedita das repúblicas do hemisfério para a defesa comum contra as atividades agressivas do comunismo internacional. Atividades que, segundo a ata, estariam em desacordo com o princípio de não intervenção, perturbariam a calma continental e colocariam em perigo ‘a liberdade e a democracia’ que se fundam as instituições do continente.

Neste sentido, a lógica de negociação defendida pelo Brasil não estaria sendo totalmente contemplada, embora o secretário assistente Miller concordasse com ela

²¹⁰ Idem, pp.1-2.

²¹¹ 1993, p.38,

e tivesse encetado esforços para convencer Acheson a aceitá-la sob a alegação de que tal anuência seria fundamental para as relações futuras entre os dois países.²¹² Acheson acreditava que o apoio brasileiro poderia ser conseguido, pois os EUA estavam empenhados na solução dos problemas econômicos do Brasil e que se poderia assegurar que a Comissão Mista produziria resultados concretos para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Realmente, na visita de Miller ao Brasil, ainda em Fevereiro de 1951, discutiu-se a cooperação econômica, o incremento nas ações da Comissão Mista, as demandas de materiais estratégicos, financiamentos do Banco Internacional, participação no Brasil na Guerra da Coreia e os termos dos suprimentos a serem fixados parte a parte. Miller, apesar de ter demonstrado simpatia pela causa brasileira não pode prometer nada específico. Assim,

the main accomplishment of these amiable but fruitless discussions was an understanding of general limits for JBUSEDC projects. Miller reiterated IBRD's 250-million-dollar offer and promised EXIMBANK participation if the World Bank refused to fund the project.²¹³

Vargas e Fontoura pediam 500 milhões de dólares para custear projetos. Fato que desencadearia uma sequência de negociações em Washington no sentido de se viabilizar a parceria com o Brasil. No entanto, a burocracia nos EUA parecia refratária às demandas brasileiras.

Assim, apesar do apoio do Departamento de Estado, Francis Adams Truslow (Presidente da seção americana) não obteve suficiente autoridade para adquirir os empréstimos necessários, pois nem o Eximbank nem o Banco Internacional estavam dispostos a conceder tal autoridade à comissão. De fato, antes de se relatar toda a dificuldade apresentada nessa negociação, o que se quer apresentar é a diferença de posição estabelecida entre Brasil e EUA no período inicial do segundo governo Vargas e na IV reunião de Consulta. Importante aspecto que teria desdobramentos fundamentais para as relações bilaterais nos anos posteriores, pois o governo brasileiro, acreditando que o momento era de extrema importância para as relações hemisféricas e bilaterais com os EUA havia enviado uma delegação "more

²¹² WEIS, 1993, p. 38.

²¹³ WEIS, 1993, p. 39.

prestigious than normal, several of whom dominated Brazilian foreign policy and politics for many years”.²¹⁴

Devido a sua importância, vejamos a composição da referida delegação brasileira. Além do Ministro das Relações Exteriores, Neves da Fontoura, e do Embaixador do Brasil nos EUA, Nabuco, ela era integrada por Glycon de Paiva, Roberto Campos, Francisco SanTiago Dantas, Augusto Frederico Schmidt, General Castello Branco, Walther Moreira Salles, João Batista Pinheiro, Valentin Bouças, Octávio Paranaguá, além de outros membros ‘menos’ importantes que se tornariam deputados, generais e Embaixadores do Brasil no futuro. Tal desfile de nomes deixa claro o ‘peso’ de tal delegação e a repercussão que a dessintonia entre as concepções brasileiras e estadunidenses produziria nos círculos de pensamento do Brasil.

Confronto que foi a tônica da IV conferência, para desencanto do Departamento de Estado que não esperavam tão aberta confrontação dos brasileiros e apostavam que tais diferenças seriam expostas somente no âmbito bilateral. Entretanto,

[i]n their preparations and instructions, the Brazilians decided to bring full attention to their grievances in the belief that Latin American solidarity would force a change in U.S. policy and the conference would set the tone for the next four years. Vargas and his planners at Itamaraty decided to give only qualified support to U.S. political and military proposals unless and until the United States supported their economic demands.²¹⁵

O clima de confrontação entre as lógicas estava evidente. Enquanto os EUA enfatizavam a defesa; o Brasil, o desenvolvimento. Os EUA buscavam apoio firme à solidariedade interamericana e o combate ao comunismo. Recebiam apenas apoios genéricos do Brasil que defendia que apenas o desenvolvimento traria mais segurança ao continente. Neste sentido, a delegação brasileira sublinhava que o preço das commodities deveria receber atenção para que seu preço de compra fosse mantido, pedia garantias das exportações estadunidenses de maquinarias, defendia a paridade de preços entre matéria-prima e produtos manufaturados e desejava a expansão do Ponto IV junto com a assistência para o desenvolvimento infraestrutural do país.

²¹⁴ Idem, p.40.

²¹⁵ Idem, p.40.

Tudo isso contribuiu para que o governo Truman percebesse o custo da negligência de sua política exterior com a América Latina e com o Brasil. As medidas tomadas para tentar sanar tal situação surtiram pouco efeito para a reversão na ‘percepção’ dos latinos de que haviam sido preteridos em benefício das áreas mais ‘relevantes’ da política internacional da época. Portanto, o processo de deterioração das relações dos Estados Unidos com a América Latina não foi contido.

Ressalta-se que esse clima contencioso às políticas dos EUA seria crescentemente perceptível no decorrer da década de 1950. Processo com importantes desdobramentos para a PEB, que, embebida nessa cultura política, usaria argumentação no sentido de redesenhar a barganha em busca dos seus pretendidos insumos para o desenvolvimento.

4.4. Pós-Conferência.

Com o encerramento da conferência, tendo-se claras as divergências, os burocratas dos EUA ainda procuram assegurar o fornecimento de matérias-primas estratégicas e a participação do Brasil na guerra da Coreia. Ao que são respondidos com evasivas de Fontoura no que tange a guerra e com pedidos concretos de financiamento em troca dos materiais. Em carta à Acheson, ele agradece o sentimento de ‘cooperação e solidariedade’ que encontrou nos EUA durante a conferência, mas pede apoio para a concretização das negociações que foram feitas com o BIRD. Segundo ele:

As negociações com o Banco Internacional chegaram a resultado, que reputo satisfatório, com a fixação de um estatuto para as relações entre o Banco e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e de uma estimativa global da magnitude de US\$300.000.000,00 para o financiamento dos projetos básicos de energia, combustíveis, transportes e alimentos, essenciais à integração da economia brasileira, sobretudo em face dos esforços de cooperação pré-bélica que dela se exigirá.

Quero, porém, insistir junto a Vossa Excelência pela boa solução do problema, sem o qual a concessão de financiamento ficará frustrada em seus efeitos principais. Refiro-me à concessão de prioridades para o fornecimento dos equipamentos a serem encomendados, nos termos dos projetos oriundos da Comissão Mista.²¹⁶

²¹⁶ Carta enviada em 02/04/1951 pelo Chanceler Fontoura ao Secretário de Estado (doravante SE) Acheson.

Nos meses subsequentes, o clima das relações bilaterais parecia mais ameno e promissor. Havia esperança de ambos os lados. Os brasileiros apostavam no sucesso da vindoura Comissão Mista e imaginavam que haviam acertado na estratégia para abrir os cofres do Banco Internacional e do tesouro dos EUA. O governo estadunidense, por sua vez, acreditava que contaria com as tropas brasileiras na Coreia. No entanto, segundo Weis ²¹⁷ os próximos seis meses revelaram-se frustrantes, pois o envio de tropas brasileiras esbarrava em candente debate interno no Brasil.

Após a instalação da comissão mista, houve novas tentativas dos representantes dos EUA de garantir a participação brasileira na Guerra. Truman, pessoalmente, envia carta a Vargas pedindo as tropas. Não recebe resposta. Vargas não queria comprometer-se novamente como fizera na II Guerra Mundial. Estava ressentido com a ‘traição’ dos EUA em não conceder ao Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mas, mesmo se estivesse disposto a defender a ideia da participação brasileira no conflito, a opinião pública manifestaria forte oposição, especialmente aqueles setores ligados ao Partido Comunista e aos setores militares ligados ao Ministro da Guerra, Estillac Leal. ²¹⁸ Mesmo parte dos pró-americanos, como Oswaldo Aranha, era contra a participação. Fato relevante é que a falta de consenso interno quanto ao assunto indicava a permanência da percepção de que os EUA não estavam ajudando no desenvolvimento do país.

O envio do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro aos EUA em missão de sondagem teria sido ato protetório do governo brasileiro. Maurício Nabuco defendia que a visita do general aos EUA “terá tanto quanto possível caráter particular, o que me parece muito conveniente, pelo menos até que tenhamos fixado, definitivamente, a forma de nossa eventual colaboração militar” ²¹⁹. O mesmo Nabuco, posteriormente, deixaria transparecer sua percepção da arrogância dos EUA face à América Latina. Ao relatar o ‘encontro’ convocado pelos EUA, Nabuco diz ter ouvido verdadeiras ‘instruções’ do negociador estadunidense da Paz com o

²¹⁷ 1993.

²¹⁸ WEIS, 1993,p. 47.

²¹⁹ Correspondência de 6/08/1951 , o Embaixador do Brasil nos EUA,

Japão, Foster Dulles – futuro Secretário de Estado no governo Eisenhower. E completou:

A reunião se realizou de modo humilhante e até degradante para uma Assembleia de nações soberanas. Dulles entrou sem falar pessoalmente com os presentes e retirou-se da mesma maneira, após a espécie de ‘ukase’ que pronunciou durante uma hora.²²⁰

O sentimento de reação aos EUA também é motivo de preocupação pelo Departamento de Estado. Kuppinger (Segundo Secretário) relata, em nome do Embaixador dos EUA no Brasil, uma campanha antiamericana que estaria em curso nas páginas do jornal O MUNDO. Segundo o diplomata, tal campanha marca-se pelo esforço “to instill distrust of the motives of the United States and to drive a wedge between the U.S. and Brazil.”²²¹ Para ele haveria forte grau de distorção e manipulação nas informações apresentadas pelo jornal com o intuito de criar o referido clima de inimizade entre os dois países. O diplomata anexa tradução do artigo que anota: “we repeat the tragic picture of spoilization of Brazil by North American colonizing imperialism”.²²²

O Embaixador Johnson analisa os comentários de Randolph Kidder, encarregado dos assuntos brasileiros na seção do Departamento de Estado relativa à América do Sul. Suas considerações são relevantes para a exposição da percepção dos estadunidenses da atmosfera brasileira em relação aos EUA. Kidder acreditava que o governo de Vargas caminhava para uma política mais alinhada com os EUA e que os elementos nacionalistas haviam modificado o tom de suas críticas. Para ele, “the Vargas government has embarked on a more positive and stronger policy of cooperation with the US than its predecessor”.²²³ Opinião que não é compartilhada por Johnson que acredita que tal pensamento não seria ‘inteiramente’ verdadeiro. Ele concordava com a visão da melhoria de relações, mas não concebia que o nacionalismo no Brasil estaria mais fraco. Pelo contrário, poderia estar recrudescendo (“In fact it may have gathered momentum”), sendo as melhoras apenas resultado do esforço feito pelos EUA em demonstrar, através dos trabalhos

²²⁰ Telegrama da BrasEmb para SRE de 24/08/1951

²²¹ Correspondência de 14/09/1951 da BrazEmb para o DE.

²²² O Mundo, 4/09/1951.

²²³ Correspondência secreta de 24/10/1951 da BrazEmb para o DE.

da Comissão Mista, que estavam sendo sinceros em ajudar no desenvolvimento do Brasil.

Quanto aos comunistas, acredita-se que eles seriam importante fonte de antiamericanismo, com esperteza estratégica de se alinhar com posições nacionalistas (como a campanha do petróleo e os assuntos do clube militar) que pudessem angariar apoio aos seus projetos de rejeição aos EUA. No entanto, o embaixador não acreditava que os comunistas seriam o alvo de maior preocupação do governo de seu país. Ao comentar a ideia de Kidder de que as duas principais causas das atitudes antiamericanas no país seriam o extremo nacionalismo e o comunismo (sendo que este último mereceria maior atenção), Johnson escreve:

This may also be misleading. While it is true that communism in Brazil boasts of a relatively efficient organization and that it takes full advantage of causes of discontent, discord and opposition, and increases their significance by constantly playing upon them, communism probably does not have so strong or lasting a hold on the Brazilian people as does nationalism.²²⁴

Considera-se, ainda que o Governo combate de modo mais duro o comunismo enquanto trata o nacionalismo 'cautelosamente'. Sendo que o 'problema' do comunismo desapareceria com o avanço do desenvolvimento econômico da população, fato que não se aplicava ao nacionalismo. Johnson acreditava que o problema do nacionalismo extremado no Brasil permaneceria por muito tempo, a menos que se fizesse uma eficiente campanha de esclarecimento à população da importância e benefícios dos investimentos privados estrangeiros e das alianças com dos países do 'free world'.

No tópico relativo ao desenvolvimento econômico, o Embaixador vê com parcimônia e cautela a opinião de Kidder de que o governo Vargas estaria equilibrando suas contas públicas. Ainda pondera sobre a importância de materiais estratégicos que poderiam ser importantes para os EUA, mas que deveriam, antes, serem protegidos para que não caíssem em mãos soviéticas. Quanto à Coreia, sugere Johnson que a correta avaliação política seria:

²²⁴ Idem.

We have, however, been disappointed by Brazil's delay in giving active support to the US Command in Korea, by her slowness in making available strategic materials to us and by her failure to modify her ultra-nationalistic policy with regard to petroleum development.²²⁵

Seguem comentários que são índice da diferença de percepção entre o Departamento de Estado e a Embaixada dos EUA no Brasil no que se refere às possibilidades de aprimoramento das relações bilaterais. Fato que consideramos como importante elemento para as reações à política dos EUA para o Brasil, pois baseadas em percepções nem sempre acuradas sobre sua sociedade e sua política.

Do lado brasileiro, as relações Brasil-EUA foram analisadas pelo Embaixador Mário de Pimentel Brandão.²²⁶ Artigo que foi tema de correspondência entre a Embaixada dos EUA e o Departamento de Estado. O segundo secretário Kuppinger destaca na seção 'nós não recebemos ordens' a seguinte declaração do diplomata brasileiro: "We would like the US to participate in the development of our country, but without giving us orders".²²⁷ Assim, fica claro o recado.

De modo geral, o primeiro ano do governo Vargas é visto pelo governo dos EUA como marcado por avanços e retrocessos em suas relações bilaterais. Relata-se que a IV Reunião de Consulta da OEA, a Comissão Mista e os esforços do ministro Fontoura contribuíram para o quase desaparecimento dos frequentes reclames públicos, oficiais ou não, dos brasileiros em relação à política de preços dos EUA. No entanto,

while relations between the US and Brazil improved in the respect, evidences of increased economic nationalism in Brazil under Vargas caused concern in US official an business circles and produced a less favorable climate form foreign investment in Brazil than had existed previously. The failure of Brazil to offer concrete aid to the UN in Korea was also disappointed to the US, but at the end of the year the US and Brazil began a bilateral military assistance agreement.²²⁸

De fato, o tema do nacionalismo econômico refletido no decreto sobre o retorno de capitais estrangeiros foi importante para o recrudescimento de sentimentos reativos de lado a lado nas relações entre o Brasil e os EUA. Como relatado por Afrânio de

²²⁵ Idem.

²²⁶ Entrevista dada a 'O Jornal' em 2/12/1951.

²²⁷ Telegrama da BrazEmb para o DE de 4/12/1951

²²⁸ Telegrama restrito da BrazEmb para DE em 18/02/1952.

Mello Franco Filho,²²⁹ interino na Embaixada em Washington, haveria sido criada uma ‘impenetrável atmosfera de desconfiança’ nos círculos bancários dos EUA em decorrência do referido decreto. Clima que procurou ser superado com a indicação de Walter Moreira Salles para Embaixador do Brasil nos EUA.

No entanto, tal indicação não trouxe consenso nos círculos políticos brasileiros. Assim, segundo documento redigido na Embaixada dos EUA no Brasil, “his appointment would not go unopposed”²³⁰. Conforme relata Samuel Eaton, segundo secretário da Embaixada do Rio, Salles teria posição mais próxima dos EUA, pois, durante a IV reunião de consulta da OEA em 1951, havia sido muito útil para informar aos diplomatas americanos as posições brasileiras.²³¹

Tal alinhamento de Salles explicaria reações como as de Magalhães Jr, publicadas no Diário de Notícias no dia 27 de março de 1952. Segundo esse polêmico jornalista, Salles seria o homem ideal para fazer o serviço em Washington, pois fora educado em inglês com o ‘sotaque’ de Truman, mas que o fato de Vargas ter se rendido a tal capricho era quase inconcebível. Magalhães concluía que mais uma vez Vargas havia se rendido aos interesses do capital, sacrificando os interesses e o prestígio do Brasil no exterior.

De fato o cisma no governo relativo ao alinhamento com os EUA refletia a divergência de opiniões existente na sociedade brasileira. O Departamento de Estado estava atento às movimentações políticas no Brasil e repercutiu a indicação de Salles para a Embaixada do Brasil nos EUA.

On April 23, the Brazilian Senate approved the appointment of Walther Moreira Salles as Ambassador to the US by a reported vote of 29 to 20, with one abstention the margin is said to have been one of the narrowest of recent time, and, from confident statements made by official sources prior to the Senate vote, the size of the opposition evidently was unexpected by Administration.²³²

²²⁹ Correspondência oficial de 6 e 7/03/1952.

²³⁰ Correspondência confidencial da BrazEmb para DE de 31/03/1952.

²³¹ Idem.

²³² Correspondência confidencial de 30/04/1952 do DE para BrazEmb.

De modo evidente, as diferentes visões estavam cada vez mais explícitas no governo brasileiro. Em relação aos temas sensíveis aos EUA, Afrânio de Mello Franco relata²³³ a chegada de Juracy Magalhaes aos EUA. Segundo o diplomata, as declarações emitidas pelo político, pretensamente autorizadas pela presidência da república, diziam da impossibilidade de se negociar qualquer composição em relação à lei de remessa de capitais. No entanto, tais informações estariam 'em absoluto desacordo' com as instruções recebidas pela Embaixada. Interessante notar que, mesmo assim, Mello Franco é instruído a levá-lo às autoridades estadunidenses que na mesma tarde [telefonam] indagando se a opinião manifestada por Juracy seria alguma nova posição assumida no assunto e transmitida, também, oficialmente pelo Itamaraty. Tal incidente incomoda o representante brasileiro nos EUA que declara:

Aliás, não é essa a primeira vez que incidentes dessa ordem são criados por personagens vindas do Rio de Janeiro, que se arrogam poderes que não tem para tratar aqui com autoridades americanas, em geral sem ciência da Embaixada, de assuntos da maior importância.²³⁴

Tal debate relativo aos EUA nos círculos governamentais brasileiros tinha sua contrapartida nas conversas travadas no Departamento de Estado. O encarregado dos assuntos brasileiros no Departamento de Estado, Randolph Kidder, acreditava que algumas questões careciam de resposta para o posicionamento dos EUA em relação ao Brasil. Kidder propõe as seguintes perguntas para os diplomatas Emerson Brown, Sam Eaton, Ellis Goodwin e Rudy Cahn, esperando a reflexão dos mesmos sobre os caminhos a serem tomados nas relações bilaterais:

- 1) Should we try to make over Brazil's culture in the American image?
- 2) Is there a need for haste in furthering economic development to prevent political instability and civil disorder?
- 3) Is Brazil wary of private enterprise or only of foreign private enterprise?
- 4) In Brazil is economic independence considered to be counterpart of political nationalism?
- 5) Is Brazil important enough so we should do everything we can to build a situation of political and economic strength?²³⁵

Antes de se apresentar as respostas dadas a tais questões, cabe-nos constatar o grau de preocupação e divergência encampado no teor de tais indagações. Nos

²³³ Correspondência oficial de 16/05/1952 da BrasEmb para MRE.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Correspondência confidencial de 23/05/1952 do DE para BrazEmb.

círculos decisórios dos EUA havia razoável dose de divergência com relação ao papel e importância do Brasil para as relações estadunidenses. Ressalta-se o debate relativo ao papel do governo como agenciador do desenvolvimento econômico e o impacto psicológico que a estabilidade econômica traria ao país. Fato que certamente geraria reações no Brasil.

Para Ellis não haveria necessidade de investir de modo massivo no desenvolvimento do Brasil, opinião que ia de encontro àqueles que propugnavam o apoio ao desenvolvimento econômico como possibilidade de afastar a opção comunista dos países do ocidente. Sua opinião, compartilhada em parte por outros diplomatas, pode ser bom indício das possibilidades de política dos EUA para o Brasil. Assim, no mesmo documento, Kidder relata as ideias de Ellis:

- 1) There is no evidence of a Strong popular demand for the kind of projects that are being undertaken.
- 2) The public is apathetic in the face of delays, inefficiency and lack of progress.
- 3) The inauguration of various parts of the government's economic development is not going to have any important effect toward maintaining stability in the near future.
- 4) There has been no popular uprising in the big cities where political activity really counts.
- 5) There is no significant unemployment.
- 6) There are no acute shortages of essential consumer goods.
- 7) Brazil has never been so prosperous as at the present time.
- 8) There is no reason to believe that current economic stresses and strains are threatening the security of the Administration.
- 9) Informational and economic development activities on our part should be viewed as of long-range value rather than as props to maintain a shaky regime.²³⁶

Tais ideias devem ser vistas como índice do debate relativo à importância e o valor do Brasil para a política global dos EUA. Concepções que, ao serem recebidas pelos brasileiros, trariam impactos para a formulação da PEB.

Outro aspecto que é relatado por Kidder, foi o conjunto de argumentos utilizado pelo então senador Getúlio Vargas ao discursar para o partido trabalhista em 1946 em Porto Alegre. Na ocasião, Vargas declarara que lutaria por um novo sistema econômico e político devido a decadência da democracia capitalista liberal. Ainda que os 'trusts' e monopólios não o perdoavam por suas ações nacionalizantes e que

²³⁶ Idem.

ele teria sido 'vítima de seus agentes que procuravam manter o país na situação de simples colônia'. Ao que pondera Kidder: "The obvious question to ask ourselves is how much of the bitterness against 'international finance' went into the January remittance decree and the accompanying speech."²³⁷

A chegada de Salles à Embaixada do Brasil nos EUA parecia ter causado boa impressão aos agentes governamentais dos EUA. O próprio Embaixador relata seu encontro com Kidder, Miller e Bohan que o haviam procurado "oferecendo sua cooperação para acertar as providências porventura necessárias"²³⁸. Ele ainda afirma que em nenhum momento foi mencionada a questão do retorno de capitais. De fato, o clima parecia melhorar. Conforme artigo do New York Times, "[t]he stormy period last winter when American business men and bankers grumbled about Vargas decree altering unfavorable the basis for remittance of profits and dividends on foreign investments is now virtually over".²³⁹ Tal melhora nas relações dava-se pela 'boa vontade' do governo brasileiro em redefinir a lei de remessa e criar um ambiente de mercado livre para o fluxo de capitais. Também se observa que os trabalhos da comissão mista estariam ajudando a aliviar a agenda contenciosa e criando um clima mais cooperativo entre os países, ressaltando-se que o termo Joint (conjunta) refletia o espírito de compartilhamento de decisões que procurava se instalar nas relações bilaterais.

No entanto, deixa-se transparecer na matéria do jornal nova-iorquino que os brasileiros ainda não estavam convencidos desse novo espírito, pois "the suspicions and hesitations are on the Latin-American side, where historic traditions and emotional fixations of anti-Yankeeism are still to be eradicated".²⁴⁰ Fato que se manifesta devido as importantes divisões observadas na sociedade brasileira em relação aos EUA, como no recente problema observado pelo "upsurge of extreme nationalism linked to communism that manifested itself alarmingly among the higher officer of the Brazilian Army and navy".²⁴¹ Fato contornado pela substituição desses elementos por outros mais democraticamente inclinados.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 4/06/1952.

²³⁹ NYT, 12/06/1952.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

Começa a aparecer o argumento de que o Brasil estaria enfrentando problemas relacionados ao crescimento e partindo, assim, em busca de ação mais autônoma no ambiente internacional. No entanto, as dificuldades do crescimento impunham soluções urgentes e recolocavam a falta de alternativa de fontes de investimentos. Os EUA eram a única fonte disponível no momento e parecia que se ocupavam com problemas maiores do que os continentais. No entanto, o discurso dos EUA ainda marcava-se pela defesa da importância do Brasil como fornecedor de matérias-primas essenciais e do histórico laço de amizade, reconhecendo os problemas vividos pelo país.

Momentos antes da chegada do Secretário de Estado, Dean Acheson, ao Brasil, renovam-se os ditos de aprofundamento das relações bilaterais e da importância de se manter o Brasil no arco de influência dos EUA. Faz-se um retrospecto das cinco outras visitas de Secretários de Estado ao Brasil, sendo eles Root, Highes, Hull, Stattinius and Marshall “all true and teated friends”. O documento faz referência à visita de Root ao Brasil em 1906 quando invocou os seguintes ditos de Rio Branco: “Ours wishes are that this friendship between US and Brazil never troubled is past be perrenial and may grow stronger every day”.²⁴²

O tom do documento preparatório da visita de Acheson continua a saudar a aproximação dos países, invocando o sentimento Pan-americano que, segundo o estadunidenses, havia ganhado concretude nas ações cooperativas econômicas e sociais. No entanto, devia-se levar em conta a diversidade que o continente abriga para que políticas distintas fossem postas em prática. Naquele momento já se estabelecera fórmulas de assistência mútua, no campo militar e político, através do Tratado do Rio pelo qual as promessas de assistência foram transformadas em um sistema continental de alianças que aumentou a amizade entre as nações. Mesmo assim, segundo os estadunidenses, dever-se-ia ampliar a possibilidade de desenvolvimento das outras nações para que o sistema de segurança se fortalecesse. Aqui chegamos ao caso brasileiro que é analisado da seguinte forma:

²⁴² Documento enviado da BrazEmb ao DE de 24/06/1952.

Brazil now in difficult state transition older nations have known. In spite exuberant youth and problems that hinder economic progress and full use natural wealth, steadiness cultural development, great historical events which have molded Brazilian mentality and in which her political ideals took root, have enabled Brazil come of age long ago enabling her treat all nations on equal footing.²⁴³

Neste sentido, assume-se a importância do auxílio para o desenvolvimento econômico que garantisse a paz social e que reafirmasse o compromisso do 'povo ocidental' em não deixar que eles se enganassem pela falácia coletivista das tiranias totalitárias que somente pregariam a igualdade econômica como forma de propaganda para angariar seguidores em outros locais do mundo.

Assim, revela-se ao mesmo tempo o medo do contágio comunista na América e a necessidade de manter o continente unido através de programas de desenvolvimento econômico. O debate seria estabelecido quanto ao melhor modelo de desenvolvimento a ser empregado. De fato, a visita de Dean Acheson ocorreria em momento de debate pré-eleitoral nos EUA com os Republicanos criticando a política negligente em relação à América Latina de Truman e Acheson. Conforme reportagem da Revista Visão, "nunca se saberá se Acheson visitou o Brasil por decisão própria ou forçado por pressão de grupos políticos".²⁴⁴ A conjuntura apontava para tornar os EUA deficitários em matérias primas, tornando premente a aproximação com as fontes fornecedoras, sendo a América Latina uma importante.

No entanto, ao chegar ao país, ele encontra dois problemas prementes nas relações bilaterais: o debate acerca da remessa de matérias primas para os EUA e o valor do financiamento para os projetos em elaboração para a comissão mista. "A questão era saber se Acheson daria pressa ao programa pelo qual o Banco de Desenvolvimento Econômico receberia do Export-Import Bank e do World Bank cerca de 500 milhões de dólares para os projetos".²⁴⁵ A barganha se estabelecia pela vontade dos brasileiros em receber o dinheiro e dos estadunidenses em adquirir as necessárias matérias primas. O governo dos EUA gostaria que o capital privado participasse do desenvolvimento do Brasil, mas ressentia-se do tom nacionalista contido no decreto de 1 de janeiro que regulava a remessa de capitais.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ VISÃO, 25/07/1952, p.10.

²⁴⁵ Idem.

Esperava-se assim que o Departamento de Estado estreitasse a cooperação com os governos latino-americanos e com o Brasil em particular. No entanto, a criticada ‘negligência’ com a política continental havia deixado sequelas. Segundo relatou um comerciante nova-iorquino:

Os Brasileiros não esquecem que Juan Péron teve de encenar violentas demonstrações antiamericanas para obter um empréstimo de 125 milhões de dólares. O ano passado, quando o Brasil procurava mais capital para desenvolver-se, o presidente Vargas designou Batista Luzardo, amigo de Péron, para Embaixador em Buenos Aires. As possibilidades de mais estreitas relações entre o Brasil e Buenos Aires de tal maneira perturbaram a Casa Branca, que Acheson foi enviado ao Brasil.²⁴⁶

Neste sentido, percebe-se que haveria uma possível estratégia negocial brasileira para retomar a barganha com os EUA. Termos que poderiam envolver ‘doses de antiamericanismo’. Condição que esta tese sustenta poder ser adjetivada de ‘antiamericanismo de cátedra’, pois apesar de aproximar-se das teses mais radicais dos comunistas e de alguns ultranacionalistas, não comungava de seus preceitos revolucionários ou xenófobos.

Interessante notar que, no momento da visita de Acheson, o ambiente no Brasil não era muito receptivo aos EUA. Embora “o povo brasileiro mantivesse inabalável sua admiração e amizade pelo povo americano”, nos círculos oficiais havia o ressentimento pelo esquecimento do país no pós II Guerra em benefício da Europa que recebera milhões de dólares. Sendo beneficiados, inclusive, antigos inimigos. Tais relações eram descritas por um diplomata nos seguintes termos: “os EUA comportam-se em relação a esta parte do mundo com uma cordial apatia”.²⁴⁷ A seguinte anedota, popular à época, pode descrever parte do sentimento vivido naquele momento. Contava-se que teria ocorrido o seguinte diálogo entre o presidente Vargas, o Ministro da Guerra, Estillac Leal, e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góis Monteiro:

Estillac: - Presidente, encontrei a solução para os nossos problemas! Vamos declarar guerra aos Estados Unidos e perder. Assim conseguiremos todo o dinheiro necessário.

Vargas: - E o que pensa disso Góis Monteiro?

²⁴⁶ Idem, p.11.

²⁴⁷ Idem.

Góis: - E se a gente ganhar? ²⁴⁸

Assim, tal estratégia de barganha parecia ser a chave para reconquistar a atenção dos EUA. A visita do chanceler dos EUA produziu certo otimismo nos círculos oficiais. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, declarou que haveria, a partir daquele momento, um contato mais estreito entre Rio e Washington com maior participação do Brasil nos negócios internacionais. Tal otimismo parecia justificável, pois Acheson apenas visitou o Brasil, mostrando aos outros países do continente a “importância que os EUA dão ao nosso país. E com isso reforçou e reconheceu a incontestável liderança brasileira na América Latina”.²⁴⁹ Assim, diplomatas brasileiros acreditavam que a política externa ‘peninsular’ (europeia) dos EUA poderia ser modificada em benefício do hemisfério.

O momento parecia propício para que o Brasil pressionasse os EUA por mais e maiores recursos para seu desenvolvimento. O chanceler Fontoura instrui o Embaixador brasileiro nos EUA, Moreira Salles, nos seguintes termos:

Considero seria importante se você pudesse insistir perante o Presidente pela urgência da concessão dos financiamentos pendentes aprovados pela Comissão Mista. Não se esqueça de mencionar sucessivas demonstrações recentes anti-norte-americanas em quase todos os países da América do Sul, só restando o Brasil na lista dos amigos comprovados dos EUA.²⁵⁰

Do ponto de vista dos EUA, a lei de remessa de lucros brasileira parecia encampar relativo dissenso interno. Walter Salles relata ser equivocada a declaração do administrador do Ponto V, Stanleiw, que teria afirmando que “enquanto perdurasse as restrições ao retorno de capital estrangeiro”, o governo dos EUA não “concederia créditos substanciais ao Brasil”. Confirmaria tal equívoco fato do Eximbank estar “em vésperas de aprovar dois projetos brasileiros”.²⁵¹

Realmente, há reações de desaprovação de setores da sociedade dos EUA. O presidente da American Union Transport Inc., Holzer reclama das declarações feitas por Stanley Andrews. Holzer argumenta que

²⁴⁸ Idem, pp.11-12.

²⁴⁹ Idem, p.12.

²⁵⁰ Telegrama confidencial do MRE para BrazEmb de 16/09/1952.

²⁵¹ Documento confidencial de 3/10/1952.

An important section of American industry is vitally interested in Brazil as one of the principal markets in South America.(...)We cannot voice an opinion as to the merits of the action taken by Government of Brazil some months ago concerning remittances of profits to non-Brazilian to non-Brazilian shareholders. However, from years of experience with friends in South America we know a little about their psychology. It is our belief and understanding that many Brazilians are leading positions of government and industry there are working towards modification of the decree(...).We are firmly convinced that utterances such as those attributed to Mr. Andrews will be interpreted in Brazil as undue interference in their affairs and as a method of pressure which, if voiced in public, will produce results exactly contrary to those we may desire.²⁵²

Tal análise da ‘psicologia’ da sociedade brasileira feita por um estadunidense pode ser bom mapa para o entendimento das questões que se colocavam em debate no período e dos diferentes interesses em jogo. Buscava-se entender como tal ‘psicologia’ poderia afetar a percepção da interferência dos EUA no Brasil e, assim, instigar reações antiamericanas de diferentes formas e intensidades.

O Brasil, a despeito de seu orgulho nacional, encontrava-se em um momento de crise econômica. Fato que se comprova pelos constantes pedidos de empréstimos feitos aos órgãos financeiros dos EUA. Como exemplo, veja-se o pedido do chanceler brasileiro ao Embaixador Salles:

Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente Getúlio Vargas, peço apresentar ao Banco de Exportação e Importação o pedido do governo brasileiro para um empréstimo mínimo de 200 milhões de dólares, mas que desejaríamos que fosse de 250 milhões, a fim de atender o pagamento dos atrasados comerciais com exportadores dos EUA.²⁵³

Assim, compreende-se o interesse de setores dos EUA em contemporizar com o Brasil para que não perdessem seus investimentos no país e que recebessem suas dívidas. Fato que se enreda em complexa política negocial na qual o perigo de se perder o momento para o desenvolvimento ditava a urgência de se conseguir recursos, face ao perigo da África se tornar um forte competidor. Neste sentido, argumentava Johnson, presidente da Junta Assessora do Plano de Fomento Internacional, que se a “América Latina não se preparasse convenientemente para

²⁵² Carta enviada ao Secretário de Estado Assistente para os assuntos interamericanos, Edward Miller, em /10/1952.

²⁵³ Correspondência de 24/10/1952 do MRE para BrasEmb.

atrair capitais destinados à sua própria indústria, a África se converterá em poderoso imã para o capital internacional”.²⁵⁴

Nos EUA, a campanha eleitoral para presidente da república traria o debate relativo ao papel da América Latina na política externa estadunidense para o debate político interno. Os republicanos acusavam os democratas de negligência com a região. Um herói de guerra do vulto de Eisenhower convenceu o público dos EUA que era o momento de transferir o poder aos Republicanos, depois de duas décadas de mando democrata. Essa mudança teria efeitos importantes para as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos e o recrudescimento dos antiamericanismos no país.

²⁵⁴ Visão, 1952, p.14.

Capítulo 5 – Dos Republicanos a Caracas.

5.1. Os republicanos no poder: esperança.

A eleição do General Dwight Eisenhower para a presidência da república trouxe, além da retomada do poder pelos republicanos, esperança de modificação na política exterior dos EUA para a América Latina e para o Brasil. O correspondente de Visão em Washington acreditava que nos “primeiros três meses de 1953, o general Dwight Eisenhower terá de tomar uma decisão (...) que poderá afetar fundamentalmente a economia do Brasil”.²⁵⁵

Os EUA, preocupados com a política soviética, poderiam desencadear uma reação nos programas de defesa que acabariam por afetar o comércio com os fornecedores de materiais estratégicos, sendo o Brasil um desses países. Naquele momento, relatava-se que a produção mineral brasileira era da ordem de 950 milhões de cruzeiros e que as minas estavam pobremente aparelhadas. Assim, sendo aprovado o ‘programa de choque’, haveria o incentivo para este segmento industrial brasileiro com investimentos de capitais e na aquisição de equipamentos.

No entanto, caberia ao exportador brasileiro observar atentamente os movimentos da política exterior americana para que não se tomassem medidas equivocadas e deletérias aos produtores brasileiros. Um passo em falso colocaria tudo a perder, pois “o Brasil não é a única fonte de matérias primas para os EUA. [E] se os produtores locais criassem dificuldades aos compradores norte-americanos, estes iriam procurar o produto de que carecem em outros países latino-americanos”.²⁵⁶ No entanto, tal expectativa de melhoria de relações não dependeria somente dos aspectos comerciais, mas também do político. Neste sentido, a percepção dos grupos governamentais relativo ao tema ditava a busca de novo capital negocial para aquisição de capitais necessários aos programas emergenciais e de médio e longo prazo para o desenvolvimento econômico.

²⁵⁵ Visão, 28/11/1952, p.38.

²⁵⁶ Idem.

John Foster Dulles ficaria encarregado da política exterior dos EUA. O novo Secretário de Estado, durante o governo democrata de Truman, havia tecido críticas ao esquecimento da América Latina nos cálculos estratégicos dos EUA. Portanto, agora se esperava uma ‘correção de rumos’. A expectativa era que, após a posse no dia 20 de janeiro, “Eisenhower e Dulles farão criar uma comissão para examinar a política externa dos EUA em todos os seus aspectos – diplomáticos, militar e econômicos – a fim de determinar os pontos em que ela está certa, e aqueles em que está errada”.²⁵⁷

Tal ‘correção de rumos’ traria consequências ao Brasil e à América Latina conquanto especulava-se que o novo presidente concordava com a ideia de que seria necessária uma relação de cooperação mais estreita com a América Latina. Mas essa reaproximação não seria isenta de dificuldades. No caso do Brasil,

[o]s Estados Unidos reconhecerão a importância da posição deste país na defesa do Hemisfério e tudo farão para ajudá-lo a vencer o problema do balanço de pagamentos. Espera-se, porém, que o Brasil aceite a maior parcela de responsabilidade que cabe a qualquer potência mundial. E essa aceitação – esperam Eisenhower e Dulles – poderá ser demonstrada pelo envio de tropas à Coreia, onde lavra o fogo da Guerra.²⁵⁸

Outro elemento que seria fundamental para a modificação da lógica da política exterior dos EUA seria a maior influência dos homens com ‘larga experiência’ nos negócios internacionais. Parcela que, no governo Truman, não poupava críticas à excessiva preocupação deste governo com a Europa em detrimento da ‘política da boa vizinhança’ com a América Latina. Política que acabará por se tornar em ‘uma frase vazia’. Esse movimento estava sendo acompanhado de perto pelos diplomatas latino-americanos que “já manifestaram a esperança em receber agora maior atenção do Departamento de Estado”.²⁵⁹

Essa esperança era contrabalançada com os problemas concretos e graves que marcavam as relações bilaterais no momento de transição governamental nos EUA. Apesar de o Departamento de Estado considerar a importância estratégica do Brasil, setores da economia dos EUA estavam insatisfeitos com a incapacidade do governo brasileiro em honrar os compromissos financeiros com as importações. Assim, “os

²⁵⁷ Visão, 12/12/1952, p.12.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem, p.13.

atrasados comerciais do Brasil provocaram uma crise entre o governo e o comércio exportador estadunidense que não pode mais ser escondida”.²⁶⁰

Fato claro era a diferença de visão entre o Departamento de Estado e os fornecedores do Brasil. O primeiro defendia uma atitude de cautela devido à difícil condição econômica em que o Brasil se encontrava e acreditava não ser boa prática pressionar um cliente que historicamente havia honrado seus compromissos. Já os fornecedores propunham atitude mais agressiva: consultar oficialmente o Governo brasileiro sobre o quando se pretendia pagar as dívidas. Essa divergência seria importante índice para que se compreendam as dificuldades do Departamento de Estado em adensar a cooperação em termos mais políticos em um governo comandado pelos ‘homens de negócio’.

De fato, observavam-se três importantes arestas a serem equacionadas pelo governo Eisenhower/Dulles: o acordo militar, o câmbio livre e a já citada questão dos atrasados. Para o primeiro, considerava-se que sua discussão e aprovação pelo Congresso Brasileiro seriam de grande importância psicológica. Sendo tal tema já discutido entre o chanceler brasileiro, Neves da Fontoura, e o presidente eleito dos EUA. Quanto ao câmbio, o governo brasileiro também já teria tomado providências para que fosse aprovado o projeto do câmbio livre.

Tanto os representantes do governo americano como os homens de negócio assentiram que o câmbio livre encorajaria e facilitaria os investimentos estrangeiros, diminuiria assim as dificuldades cambiais do Brasil e lhe apressaria o desenvolvimento econômico.²⁶¹

Para a questão dos atrasados comerciais, a solução parecia menos provável uma vez que o tema requeria mais tempo de negociação, tempo que os credores não pareciam dispostos a conceder, alegando que o Brasil já utilizara ‘prazo demais’ para saldar seus compromissos.

Assim, esta agenda bilateral carregada de contenciosos seria transferida para o governo republicano. A visita do chanceler João Neves da Fontoura e do Ministro da Fazenda Horácio Lafer parecia ter acalmado todos os ânimos, principalmente dos

²⁶⁰ Idem, p.38.

²⁶¹ Idem.

exportadores estadunidenses que pressionavam para que o Brasil adotasse políticas econômica internas saneadoras de sua economia e que recapitassem o país a pagar suas dívidas. No entanto, a percepção dos observadores de Washington “é que o Brasil reluta em tomar qualquer dessas medidas porque acredita que apenas acumularia os seus débitos”.²⁶² Mas, por outro lado, estaria agindo no sentido de restringir as importações - passando a fabricar no Brasil produtos antes comprados no exterior -, a investir na indústria do petróleo - procurando diminuir seus gastos com esse estratégico setor - e a implementar outras medidas saneadoras que levariam dois ou três anos para conseguir os objetivos pretendidos e ainda dependeriam da aquisição de empréstimos dos órgãos financeiros estadunidenses.

No entanto, “o sucesso da política financeira de Lafer ou as possibilidades de o Brasil obter um empréstimo do Banco de Exportação (...) dependem de o governo não adotar medidas de caráter ultranacionalista”.²⁶³ Tema caro à política interna do país na década de 1950 que via no nacionalismo a possibilidade do estabelecimento da soberania do país. Assim, em conjuntura prenhe do debate que propunha ‘resguardar’ a independência do Brasil face os riscos imperialistas e colonialistas, parecia impossível que as vontades dos estadunidenses não desencadeassem forte reação interna.

Ressalte-se que o tema do nacionalismo foi bandeira defendida por diferentes grupos sociais no Brasil – militares, comunistas, progressistas etc – e contribuiu para que se articulassem os mais diferentes projetos nacionais para o Brasil. Conforme Ferreira,

[n]ão seria exagero afirmar que, na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontrariam os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem estar da sociedade [...] Sentindo-se contemporâneos aos mesmos problemas, crenças e destinos, parcelas significativas da sociedade brasileira nos anos 1950 comprometeram-se com um conjunto de demandas associadas, sobretudo ao nacionalismo e ao programa de reformas econômicas e sociais.²⁶⁴

²⁶² Idem, p.39.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ apud Azevedo e Silva, 2007, p.314.

De fato, dada tal conjuntura, não parecia fácil a aplicação de uma agenda emanada dos centros de poder mundial que era identificada por larga parcela da sociedade brasileira como representante daqueles que impossibilitavam a verdadeira soberania brasileira.

A percepção dos diplomatas brasileiros em relação ao novo governo também começava a ser estabelecida. De modo geral, observa-se que Eisenhower delegaria maiores responsabilidades aos seus comandados, contrastando com os métodos dos democratas que concentravam as decisões nos círculos da Casa Branca.²⁶⁵ Relata-se, também, que “Eisenhower desejou cercar-se de homens de seu temperamento e convicções internacionalistas e política exterior e conservadores em assuntos domésticos” e que ele teria “um governo no qual homens de negócios exercessem papel preponderante na formulação da política”.²⁶⁶ Em resumo, o governo Eisenhower seria um governo com forte ênfase na eficácia administrativa. Fato que para o Brasil traria importantes repercussões, uma vez que as soluções desejadas pelos brasileiros necessitariam de forte componente político.

Assim, a representação do ‘big business’ seria feita pelo próprio Foster Dulles, que trabalhara como advogado de grandes corporações. O Embaixador brasileiro, neste sentido, deixa transparecer dúvidas quanto a adequação do perfil da equipe para o sucesso da política exterior. “Resta saber se a experiência desses homens é aplicada à complexidade dos assuntos internacionais e se estarão à altura da liderança que o mundo livre espera dos Estados Unidos da América.”²⁶⁷ Tal dúvida justificava-se pelo futuro presidente ser homem formado na carreira das armas, cercado por representantes de mão forte no parque industrial. Origem e relações que poderiam privilegiar o aspecto estratégico-militar e uma emergência bélica. Assim, ficaria a cargo de Dulles não permitir tal emergência através da consolidação de alianças no âmbito mundial e continental. Em sua primeira mensagem para a América Latina, o secretário de Estado parecia disposto a reviver tempos de maior proximidade com os vizinhos do continente.

²⁶⁵ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE (Neves da Fontoura) de 16/01/1953.

²⁶⁶ New York Times, em 30/11/1952, p.2.

²⁶⁷ Idem, p.5.

Há de ser a esperança e o objetivo da nova administração Eisenhower nos EUA empreender tudo ao seu alcance no sentido de reforçar e desenvolver os laços de amizade e de compreensão que tradicionalmente caracterizam as relações interamericanas. A ideia da solidariedade do hemisfério ocidental de há muito é chegada ao coração do povo dos EUA e é a pedra angular de sua política externa. Trata-se de um conceito tão válido, hoje em dia, como na ocasião em que primeiro foi proclamado nos primórdios de nossa república.²⁶⁸

No entanto, a voz dissonante do peronismo seria uma importante variável para a composição harmônica das relações interamericanas. Fato que não passou despercebido aos olhos do Embaixador Walter Salles²⁶⁹, que propõe ações que mitigassem a influência argentina na região. Neste sentido, ele sugere: 1. Uma ação combinada do Brasil e de outros interessados de resistência ao expansionismo argentino e 2. Um programa de visitas de autoridades brasileiras aos países pressionados pela Argentina. No entanto, o Embaixador considera que tais medidas somente seriam eficazes se o Brasil pudesse oferecer apoio econômico concreto, o que o Brasil não estaria em condições de fazer. Essa incapacidade brasileira poderia ser superada mediante reforço nas relações com os EUA.

Creio, senhor Ministro, que em cooperação com os EUA, poderemos encontrar a solução para o dilema com que hoje nos defrontamos na execução de nossa política externa no continente. Um plano de ação conjunta brasileiro-americano contra a infiltração peronista podia servir ainda de veículo para um maior fluxo de auxílio econômico americano e de forte argumento político, a se utilizado junto ao Congresso e às instituições bancárias deste país, para justificar a concessão de um tratamento privilegiado ao Brasil.²⁷⁰

Tal tese da excepcionalidade do Brasil no continente seria empregada em muitos momentos e sua rejeição pelos EUA traria novo ponto de atrito e antiamericanismo nos círculos governamentais do Brasil. O próprio Salles já previa as dificuldades de se convencer o Departamento de Estado a iniciar uma campanha antiargentina na América Latina, pois os estadunidenses haviam se retraído em sua política ao sul do hemisfério após a publicação do 'Livro Azul'²⁷¹ que gerou forte reação antiamericana

²⁶⁸ Visão 23/01/1953.

²⁶⁹ Documento secreto da BrasEmb para MRE de 26/01/1953.

²⁷⁰ Idem, p.4.

²⁷¹ "Em 12 de fevereiro de 1946, o governo dos Estados Unidos divulgou através da imprensa internacional um longo depoimento de oitenta e seis páginas, onde denunciava aos demais governos americanos a estreita ligação que a Argentina tivera com o governo nazista durante a guerra. Oficialmente, o documento intitulava-se Consultas entre as repúblicas americanas a respeito da situação argentina, Memorandum do governo dos Estados Unidos, mas ficou conhecido e amplamente divulgado com o nome de Livro Azul. O dossiê de denúncias foi chamado de Livro Azul porque sua capa tinha essa cor. Segundo divulgou o Departamento de Estado, o conteúdo do Livro

na Argentina. Mas, assim mesmo, enxerga complementariedade na ação conjugada de Brasil e EUA na contenção da influência 'deletéria' da Argentina. Assim, ao relatar os fatos que contribuiriam para o sucesso da empreitada, deixa transparecer a má imagem dos EUA na América Latina.

As dificuldades, porém, com que defrontam o Brasil e os EUA na execução dessa política de interesses comuns são diferentes e de distinta natureza. Ao Brasil faltam os meios de ação que sobram aos EUA; a estes falta o prestígio, a habilidade, o conhecimento íntimo dos povos hispano-americanos, condições que fizeram da diplomacia brasileira uma das mais respeitadas na América. O Brasil teria, com facilidade, a confiança que o Paraguai, a Bolívia ou o Chile negam aos EUA. Seria, por assim dizer os líderes e executores de uma política comum, com base nos recursos econômicos americanos.²⁷²

Tal simbiose, defendia o Embaixador, deveria ser proposta no momento de transferência de mando nos EUA. Segundo ele, a nova administração, no desejo de imprimir marca própria, poderia estar mais afeita às mudanças de rumos em sua política externa e mais disposta a reverter antigos padrões de comportamento. Assim, a cooperação ampla para o desenvolvimento econômico seria a melhor resposta à influência 'esquerdista' dos argentinos. Poderia, ainda, ser uma boa maneira de os "EUA reconquistarem seu prestígio nos países da América Latina onde, segundo o Senhor Dulles, a posição americana se vem ultimamente deteriorando".²⁷³ Em suma, a argumentação do Embaixador pretendia uma cooperação bilateral mais política para que se combatesse a expansão fascisto-comunista no continente.

O sucesso de tal tese parecia estar embasado na percepção que os diplomatas da Embaixada brasileira nos EUA tinham da personalidade do Secretário de Estado Foster Dulles. Em estudo preparado sobre ele e enviado ao Ministro Fontoura lê-se que:

O pensamento político do senhor Foster Dulles é um ardente zelo missionário, isto é, a convicção profunda de que a política exterior norte-americana deve tão somente inspirar-se nos valores espirituais cristãos, mas também, por um imperativo ético, empregar todos os meios ao seu

Azul estava baseado, na maior parte, em documentos alemães capturados pelos Aliados. As acusações referentes à colaboração do governo argentino com os nazistas incluíam ações subversivas que teriam sido movidas contra vários países americanos". (BRANCATO, S. Caso Aunós na versão da grande imprensa carioca e do Itamaraty, in: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n. 2, p. 134-155, dezembro 2007).

²⁷² Idem, p.5.

²⁷³ Idem, p.6.

alcance a fim de provocar a desagregação interna do império comunista, derrotando assim o materialismo e o ateísmo soviético.²⁷⁴

No entanto, ao se fazer tal radiografia do lastro ideológico que informaria a política exterior sob a gestão de Dulles, o mesmo documento conclui que o sucesso da empreitada anticomunista dos EUA somente seria vitoriosa se produzisse uma política concreta “que tenha por objetivo a eliminação das condições de vida, sórdidas e degradantes, que prevalecem ainda em certas partes do mundo”.²⁷⁵ Tal tese parecia esposada na plataforma da campanha eleitoral republicana que fora escrita pelo próprio Dulles. Em suas sintéticas e alvissareiras (para os ouvidos do governo brasileiro) palavras: “a nação se tornará novamente uma força espiritual, moral e dinâmica que será o desespero dos déspotas e esperança dos oprimidos”.²⁷⁶

A dúvida que restava era se a ênfase no combate ideológico pregada pelos republicanos sufocaria a possibilidade do estabelecimento dos incentivos ao desenvolvimento, já que se defendia a utilização irrestrita de recursos de propaganda e guerra psicológicas que quebrassem a unidade do bloco soviético. Assim, ressaltava-se no pensamento republicano uma “fé sincera nos valores espirituais e morais da tradição cristã com um realismo político despido de ilusões utópicas”.²⁷⁷

No que tange especificamente à América Latina, os diplomatas brasileiros também recorrem às ideias contidas no livro de Dulles publicado em 1950, ‘War and Peace’, no qual se faz um balanço do período de 1945-1950. Seis pontos essenciais são destacados: 1. Haveria o avanço dos partidos comunistas nas Américas Central e do Sul devido às perturbações econômicas geradas pela II Guerra Mundial; 2. Não há um esforço efetivo dos comunistas na América Latina, ressaltando-se a Guatemala onde se observa manifestações mais ativas; 3. Moscou trata a América Latina como palco secundário, embora as condições locais sejam propícias de exploração pelos comunistas; 4. Há algumas tendências fascistas, como na Argentina; 5. Em muitos dos países, há concentração de poder nas mãos dos militares e 6. As oportunidades dos comunistas crescem na razão direta do declínio das democracias na região.

²⁷⁴ Correspondência Confidencial de 9/02/1953, p.6.

²⁷⁵ Idem, p.7.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem, p.11.

Dadas tais circunstâncias, Dulles acreditava que as demais nações do continente estavam ‘ressentidas’ com a negligência dos EUA em aceitar uma cooperação mais próxima. Assim, promete estreitar os laços com as Repúblicas irmãs do continente.²⁷⁸ Tais concepções, no entanto, eram vistas de modo cauteloso por Dulles que não considerava que a solidariedade continental fosse dada como automática e certa. Pelo contrário, a referida negligência da política exterior dos EUA, devido à urgência dos problemas na Europa e na Ásia, fizeram desenvolver movimentos comunistas e fascistas em diversos pontos da América. Fato que teria contribuído para a formação de uma “aliança prática entre os elementos comunistas e fascistas os quais concordam pelo menos num ponto, isto é, no ódio ao Yankee, e na necessidade de destruir a influência do chamado colosso do Norte na América na América Central e do Sul”.²⁷⁹

Sua análise avança nas considerações ao comparar o atual contexto da América Latina com aquele vivido pela China na década de 1930. Situação que, negligenciada pelos EUA, levou ao ‘clímax’ de 1949, com a tomada do poder pelos Comunistas. Por isso, Dulles alerta que “se não nos precavermos agora, acordaremos um dia e leremos nos jornais que aconteceu na América do Sul o mesmo que aconteceu na Ásia”.²⁸⁰

Tal cenário concebido pelo Secretário de Estado marca-se pelo realismo analítico, embora, conforme veremos adiante, padecerá de políticas concretas e adequadas (na visão do governo brasileiro) para sua superação. Por isso, segundo o documento produzido pela Embaixada no Brasil nos EUA:

Verifica-se que o Senhor Foster Dulles não esconde sua preocupação com o fato de a América Latina encontrar-se atualmente em estado de fermentação social e política, de um teor ideológico hostil ao prestígio norte-americano no hemisfério. (...) No entanto, até a presente data, as declarações do Secretário de Estado a respeito da América Latina, não ultrapassaram ainda o plano negativo da constatação (...) não teve ainda a oportunidade de traçar a política positiva que tenciona seguir a fim de revigorar as relações deste país com as demais repúblicas americanas.²⁸¹

²⁷⁸ Idem, p.12.

²⁷⁹ Idem, p.13.

²⁸⁰ Idem, p.13.

²⁸¹ Idem, p.14.

Anteviam-se, também, problemas no sentido de se adequar o 'dinamismo' de Dulles à política hemisférica, uma vez que qualquer ação impositiva dos EUA tenderiam a ser imediatamente rechaçadas pela doutrina interamericana de não-intervenção. Fato que concorreria para recrudescer o sentimento antiamericano na região. Neste sentido, tendo em vista os fatos apresentados e as falas e ações em curso pelo governo republicano recentemente empossado nos EUA, os diplomatas brasileiros consideravam que o tom dos pronunciamentos emanados pelo Departamento de Estados não indicavam um política moderada, de tato e discrição, no que tange à América Latina. Então, conclui-se que as decisões já tomadas indicavam o aparecimento de uma nova fase na política internacional dos EUA.

Uma fase que irá caracterizar-se pela firme determinação deste governo de abandonar as táticas de temporização e de intensificar a ofensiva ideológica e estratégica contra a União Soviética e seus satélites, com perfeita consciência de todos os graves riscos que semelhante iniciativa poderá comportar.²⁸²

5.2. Os Republicanos no Poder: decepção.

De fato, o cenário traçado pelos diplomatas da BrasEmb deixava transparecer tom pessimista para o futuro das relações bilaterais Brasil-EUA, como de resto para toda a região. Também refletia o prenúncio do recrudescimento do antiamericanismo no país que além de manifestar-se no alegado pacto comunista e fascista, também seria incorporado no discurso dos setores nacionalistas e conservadores do governo brasileiro. Discurso que seria crescentemente instrumentalizado pelos governos brasileiros concomitantes à gestão Eisenhower.

Em fevereiro de 1953, Walther Salles informava o fracasso das negociações para saldar os atrasados comerciais do Brasil. Parecia que a 'profecia' quanto à posição dos EUA estaria se realizando, pois o governo dos EUA sugeriria solução diversa da pretendida pelo Brasil. As divergências antecipadas pareciam indicar o tom das vindouras relações bilaterais. Inicialmente, a orientação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Fazenda seria de que se encerrem as negociações, fato que o Embaixador reputava negativo.²⁸³

²⁸² Idem, p.15.

²⁸³ Correspondência Secreta da BrasEmb para MRE de 19/02/1953.

A visão sobre os impactos de tal impasse nas negociações foram relatados ao Departamento de Estado pelo Embaixador Johnson, que informa sobre o editorial de O Estado “Ninguém tem direito moral de usar métodos tão agressivos contra o Brasil”. Segundo ele, apesar do título forte, o jornal era conservador e demonstrava moderação no restante do texto, pois imputava grande parte da culpa pelas dificuldades nas relações bilaterais à equivocada política financeira do governo brasileiro.²⁸⁴ Interessante percepção do Embaixador é a que se segue sobre os impactos na população em geral. Segundo ele, os homens da rua, cidadãos comuns teriam dificuldade em compreender os fatos. Assim, parecia ao representante dos EUA que tal crise não teria impactos na população em geral. No entanto, verifica-se que setores do governo brasileiro começavam a aumentar seu ressentimento com as políticas adotadas pelos EUA.

Walther Salles informa que fora recebido pelo Secretário de Estado e alertara para o “perigo que correm as relações políticas e econômicas entre os dois países, caso o governo dos EUA insista em alterar os entendimentos anteriores”.²⁸⁵ Também recapitulará as próprias palavras do Secretário em que ele defendia a importância da América Latina e a importância de não descuidar de seus interesses. Tudo em vão, pois os técnicos estadunidenses garantiam que a soma ofertada de 100 milhões de dólares seria suficiente para as necessidades brasileiras. Ao que responde Salles:

Respondi que sua atitude era desapontadora e que a soma referida era absolutamente insuficiente e eu não estava ali para discutir o aspecto econômico do problema, já longamente examinado, mas para pedir sua atenção de estadista para o aspecto político que está envolvido nesta questão, certo de que ele os pesaria maduramente para chegar a uma decisão.²⁸⁶

O tom do Embaixador Salles, no entanto, era conciliador. Suas instruções eram de encerrar as negociações caso o governo dos EUA não concordassem com as demandas brasileiras. Pedia ainda o Embaixador que tais informações não ganhassem desnecessária publicidade para que não se prejudicasse o andamento das negociações. Mas o tema já habitava a agenda da imprensa brasileira.

²⁸⁴ Comunicação restrita do Consulado de São Paulo para o DE de 19/02/1953.

²⁸⁵ Correspondência secreta da BrasEmb para MRE de 20/02/1953.

²⁸⁶ Idem, pp.1-2.

Basílio Machado Neto, presidente da Confederação Nacional do Comércio naquele período, falou ‘francamente’ em entrevista publicada na Revista Visão. Após avaliar o quadro de dificuldades econômicas no qual o Brasil se enredava e considerar os esforços de cooperação do governo dos EUA, chega à conclusão de que “a cooperação norte-americana, neste particular, apesar de adequada, não tem se mostrado suficiente”.²⁸⁷ Ele apresenta dados que demonstram que o Brasil, em termos proporcionais, não tem sido privilegiado em termos de investimentos na América Latina. Haveria, em seu entender, erros de lado a lado.

Do lado dos EUA, haveria desconhecimento e pouco valor dado à América Latina na defesa do ‘mundo livre’. Fato que se comprova pelo desinteresse ‘total’ com o hemisfério no noticiário na imprensa dos EUA. Nas palavras de Machado Neto: “Desconhecimento do povo norte-americano da vida de seus irmãos do hemisfério Sul”. Do lado brasileiro,

em que pesem os esforços dos homens de empresa em procurar modificar o nosso sentimento ultra jacobino, que é sem dúvida um ranço colonial, a verdade é que os nossos governos – a julgar-se por muitas de suas medidas – parecem julgar ser possível alcançarmos nossa independência econômica – de forma única na história da humanidade – sem a colaboração da técnica e do capital alienígena. Esta situação deriva, sobretudo, da nossa política governamental. Declarações oficiais no bom sentido já tivemos muitas, mas nunca chegaram a se concretizar.²⁸⁸

Manifestavam-se, no país, divergências quanto à ação do Itamaraty, conforme demonstra a matéria de Visão intitulada “Contra-ataque - o Itamaraty defende-se de seus críticos”. Segundo o semanário, havia dúvidas se o Itamaraty estaria preparado para lidar com sua crescente responsabilidade advinda com os novos fatos da política internacional. Índice dessa incerteza, segundo Visão, era que o MRE, para muitos brasileiros, “continua sendo uma casa de tomadores de chá de dedinho levantado, inoperante e sem razão de ser”.²⁸⁹

Apesar ou devido às divergências internas, o Itamaraty continuava a enfrentar dificuldades nas negociações com os EUA. Salles relata a Fontoura e a Lafer a visão

²⁸⁷ 6/03/1953, p.32.

²⁸⁸ Idem, p.33.

²⁸⁹ VISÃO, 20/03/1953.

de Ari Torres sobre o governo Eisenhower. Segundo ele, tal administração, apesar de demonstrar boa vontade, “encontra dificuldades em assumir um compromisso claro para a realização do programa de empréstimos da comissão mista”.²⁹⁰ Assim, proporião o encerramento da Comissão Mista em 30 de junho. Fato que Torres julgava inoportuno devido a não consecução completa dos objetivos da referida comissão. Esse era outro fato a indicar a crescente insatisfação com a política externa de Eisenhower para o Brasil e para a América Latina.

Tal descontentamento parecia chegar aos ouvidos dos representantes governamentais dos EUA que passam a considerar mudanças em sua política em relação à América Latina. Não haveria uma mutação brusca, mas havia uma tendência dos investimentos dos EUA serem direcionados para o desenvolvimento dos setores ligados à produção de matéria-prima. Considerava-se que o Ponto IV poderia mesmo ser substituído por um programa mais amplo. Estaria se iniciando um período de pesquisa para que se instalasse nova política para a América Latina, sendo os seguintes atores fundamentais para as decisões finais:

1) John Moors Cabot, Secretário de Estado assistente, que pretende fazer sem ruído uma ‘tournée’ de inspeção pela América Central; 2) Milton Eisenhower, que ouvirá o que têm a dizer os países sul-americanos, em escalas de dois dias, através de dez capitais, em fins de junho, e por quase todo o mês de julho; 3) O Secretário de Estado Dulles que visitará a América Latina em agosto e setembro. Esta visita ainda não foi anunciada, mas está sendo planejada em definitivo.²⁹¹

Tal vontade de mudança por parte das autoridades dos EUA decorria da percepção da crescente insatisfação com relação ao Plano IV que, ao invés de exportar crédito e ensinamentos, exportava impopularidade. Ficava cada vez mais evidente para o governo dos EUA que nenhum país da América Latina poderia conseguir um alto grau de industrialização se não produzisse seus próprios alimentos. Assim, o objetivo seria a adoção de uma política que ‘conquistasse mais amigos’ pelas ações.

No entanto, a lógica dos investimentos que começava a ser defendida pelos republicanos confrontava-se com aquela do governo brasileiro. Este pretendia empréstimos baseados na lógica política e não econômica, ainda que recursos governamentais fossem privilegiados. Em sentido contrário, “Eisenhower deverá

²⁹⁰ Correspondência confidencial-urgente da BrasEmb de 6/04/1953.

²⁹¹ Visão de 01/05/1953, p.14.

salientar medidas tendentes a facilitar o fluxo de capitais particulares para projetos de desenvolvimento e da menor importância aos empréstimos e concessões governamentais”.²⁹²

Para os brasileiros, o tema dos financiamentos ‘ianques’ tomava vulto e causava impactos internos que poderiam ser indesejáveis para as relações bilaterais. O embaixador Salles, ao relatar seu encontro com o presidente Eisenhower, escreve que o presidente dos EUA declarou desejar que as relações com o Brasil se desenvolvessem em ambiente de confiança mútua e boa fé. Quanto aos brasileiros, concordavam que cabia ao governo dos EUA julgar o melhor momento para encerrar as atividades da Comissão Mista, pois fora uma iniciativa dos EUA. Mas que “em vista da importância assumida pela Comissão, em face dos problemas econômicos dos brasileiros, o presidente do Brasil encarecia a necessidade de se examinar cuidadosamente, não só a data do encerramento da Comissão Mista, mas também a maneira de fazê-lo”.²⁹³ Eisenhower, segundo Salles, pediu a Cabot que analisasse o assunto com todo cuidado para que seus desdobramentos não gerassem mais ressentimento. Assim, ao ver tal tese sendo acolhida de modo simpático pelo presidente dos EUA, Amaral Peixoto – governador do Rio de Janeiro que acompanhava Salles e que futuramente seria Embaixador do Brasil nos EUA – entregou ao alto mandatário estadunidense memorando sobre a reinversão do empréstimo de 300 milhões em financiamentos de projeto sobre o desenvolvimento.

Cabot parecia atento e simpático à causa brasileira e latino-americana, embora reconhecesse dificuldades a serem superadas. Sua visita ao National Trade Council e sua fala no Council of Foreign Relations geraram reações em diferentes setores dos EUA. Segundo Berent Friele²⁹⁴,

everyone agrees that you did extremely well in handling the questions, the answers to many of which were not very easy. The mere fact that you took time out to meet informally with these groups which are in daily touch with Latin American affairs is greatly appreciated.²⁹⁵

²⁹² Idem, p.16.

²⁹³ Correspondência secreta da BrasEmb para MRE de 8/05/1953, p.2.

²⁹⁴ From 1946 to 1968, Mr. Friele was associated with Mr. Rockefeller and his brothers as senior vice president and director of the American International Association for Economic and Social Development, a nonprofit organization seeking to improve agricultural production in Brazil and other countries. (NYT, 19/09/1985).

²⁹⁵ Correspondência de Friele para Cabot em 18/05/1953 .

Friele reconhece ser impossível conseguir um acordo para os graves problemas enfrentados e que a política dos EUA ainda era tímida para o caso brasileiro que era de ‘particular importância’. Cabot agradece os comentários e reconhece que, apesar de seus muitos anos de experiência na América Latina, não se considera satisfeito com algumas respostas para problemas enfrentados pelo atual governo dos EUA.

Ele argumenta:

I quite understand your viewpoint in regard to our relations with Brazil. We have at times failed to act as though we appreciated the long standing record of loyal friendship which Brazil has established. It is certainly to our interest, as well as Brazil's due that we should reciprocate that friendship in every sound way, and to defeat THE NARROW-MINDED, MALICIOUS FORCES ON BOTH SIDES WHICH WOULD PREJUDICE OUR FRIENDSHIP. I shall certainly strive at all times for the best possible relations with Brazil. (grifos do autor).²⁹⁶

No entanto, a posição de Cabot não seria suficiente para reverter o curso de ação relativo aos financiamentos que se estudavam no âmbito da Comissão Mista. Em longa correspondência enviada ao chanceler Fontoura, Walther Salles relata os esforços feitos para conseguir do “governo americano ou do banco internacional um compromisso formal quanto ao financiamento dos projetos da Comissão Mista”.²⁹⁷ Esforços que não seriam suficientes para romper as barreiras alegadas pelas autoridades estadunidenses à concessão dos empréstimos, estando as restrições ao retorno de capitais estrangeiros aplicados no Brasil uma das principais reclamações dos EUA. Tema que, embora nunca oficializado pelo governo dos EUA, era sempre citado nas negociações verbais.

Assim, todos os argumentos das autoridades brasileiras eram respondidos com a indicação de que a lei do retorno de capitais travaria as negociações com o Banco Internacional. Relata-se que a situação econômica brasileira e a ineficácia das políticas adotadas para sanar tal deterioração levariam ao impedimento de novos financiamentos. O Embaixador dos EUA no Brasil, Erwin Bohan, acaba intervindo no sentido de que se obtivessem garantias do Banco para os financiamentos dos projetos brasileiros de desenvolvimento. Porém, tudo o que se conseguiu foi uma declaração verbal de que tal instituição financeira promoveria o financiamento dos projetos somente mediante a mudança da administração das áreas interessadas em receber os investimentos e também da melhora do balanço de pagamentos do

²⁹⁶ Carta de Cabot para Friele de 19/05/1953.

²⁹⁷ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 19/05/1953.

Brasil. Ingerência que de certo não soaram bem aos ouvidos dos governantes brasileiros.

O Departamento de Estado resolve propor um encerramento digno da Comissão Mista. Fórmula que não agradou o MRE, pois não se apresentaram garantias a respeito do destino dos projetos elaborados.²⁹⁸ Mesmo assim, Cabot comunicou o desejo do governo dos EUA de encerrar os trabalhos da Comissão Mista no dia 30 de junho de 1953. O governo brasileiro propõe que os projetos elaborados por aquela comissão fossem transferidos para o Eximbank, ao que recebem resposta negativa. A justificativa era que tal política estaria em desacordo com os princípios estabelecidos pelo governo dos EUA em Bretton Woods que atribuía ao Banco Internacional a capacidade de financiar projetos de desenvolvimento econômico. Segundo Salles, “Cabot não escondeu que a solução proposta não era do inteiro agrado do Departamento de Estado, mas era, a melhor possível no momento”.²⁹⁹

Assim, revelava-se desacordo entre agências de governo dos EUA ao se observar que o Embaixador brasileiro teria insistido em procurar o Presidente do Banco Internacional, Black, para que tivessem uma conversa ‘franca’. Black, segundo Salles, declara que o Banco continuava interessado no financiamento dos projetos, mas que a situação econômica brasileira exigia grande atenção. E que teria lhe apresentado relatório bastante pessimista quanto à situação do Brasil em matéria econômica e financeira. A tese brasileira do tratamento político para os financiamentos parecia não ser consenso nas agências financiadoras. Segundo Salles não haveria má vontade ou falta de compreensão dos problemas brasileiros, “mas sim uma linha de ação cautelosa que procura transpor com segurança as barreiras que as dificuldades de ordem econômica e financeira criaram para o desenvolvimento da economia brasileira”.³⁰⁰

O tema gera nova e longa correspondência do Embaixador Salles que faz um detalhado relato das condições que levaram à difícil condição financeira vivida pelo Brasil no momento e os impactos de tal condição para as negociações de pedido de

²⁹⁸ Idem, p.5.

²⁹⁹ Idem, p.7.

³⁰⁰ Idem, p.8.

empréstimo em curso. Segundo o Embaixador as dificuldades atuais no balanço de pagamentos do Brasil originam-se da “decisão, tomada em 1950, de atenuar as restrições de importação para prevenir a esperada escassez de fonte de produção, ocasionada pela Guerra da Coreia”.³⁰¹ Atitude tomada pelas autoridades brasileiras que foram persuadidas quanto à iminência do conflito durante a IV reunião de consulta das relações exteriores, em 1951. Naquele momento, “o senhor Wilson, diretor de mobilização econômica, falava em termos pessimistas sobre as possibilidades de suprimento e que este país (EUA) pôs as maiores dificuldades em assumir compromissos”.³⁰²

Decorre a deterioração das contas do país que acumula, em fevereiro de 1953, saldo devedor de 400 milhões de dólares. Situação que abala o crédito brasileiro em todos os centros financeiros. Neste momento, junto com as pressões advindas de tal situação, inicia-se o périplo do Embaixador em busca dos empréstimos para que se saldasse os atrasados comerciais. Caminho relatado em detalhes pelo Embaixador que encontra resistência junto às autoridades estadunidenses em aprovar auxílio para as necessidades imediatas e ao mesmo tempo continuar os investimentos planejado pela comissão mista. Salles informa que “o Senhor Black (presidente do Banco Internacional) não escondeu sua opinião pouco otimista sobre a nossa capacidade de fazer face a tão pesados ônus e, ao mesmo tempo, levar a efeito o extenso programa traçado pela comissão mista”.³⁰³

Novas e complexas negociações são travadas, até que Salles julga ter resolvido todos os entraves à concessão dos pretendidos empréstimos após ‘longos meses de estudos e negociações’. Acreditava-se que nenhuma nova dificuldade seria apresentada pelas autoridades dos EUA. No entanto, relata Salles que fora surpreendido nova proposta do Governo Americano, “transmitida pelo Eximbank, mas que parece ter tido origem no Tesouro, sugerindo uma operação de proporções muito menores”.³⁰⁴ A novidade era justificada pela necessidade de o governo republicano dos EUA equilibrar seu orçamento através de um corte de 5 bilhões de dólares em programas de defesa e operações de crédito que não fossem

³⁰¹ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 1/06/1953, p.1.

³⁰² Idem, pp.1-2.

³⁰³ Idem, p.6.

³⁰⁴ Idem, p.8

‘absolutamente indispensáveis’. Nada pior poderia soar aos ouvidos das autoridades brasileiras: o Brasil era, de certa forma, ‘dispensável’.

Segundo relato de Salles, o chanceler Fontoura “fez sentir ao Embaixador dos EE.UU. quão inamistosa e insólita era a mudança de atitude das autoridades americanas”³⁰⁵ e instruiu à Embaixada brasileira a suspender negociações caso as bases negociais permanecessem as mesmas. Evidencia-se o crescimento do grau de descontentamento com a política externa dos EUA para a América Latina e para o Brasil. Os esforços do Embaixador Salles em reverter tal quadro são descritos até o ponto em que se acorda o empréstimo de 300 milhões de dólares nas bases propostas pelo Brasil. Ressalte-se que na argumentação utilizada pelo brasileiro constava a tese de que o tema teria graves consequências políticas.

No entanto, acertado os termos nos EUA, restava ajustá-los no Brasil com as autoridades envolvidas. Viaja Salles ao Brasil e, ao chegar, percebe que o assunto não teria a rápida solução que era de se esperar. O presidente do Banco do Brasil, General Anápio Gomes, insiste em que alterações fossem feitas no contrato para que este ganhasse contornos menos onerosos à instituição que presidia. Novas negociações são feitas até que, no dia 30 de Abril, assina-se o contrato de empréstimo em termos conciliatórios e que, pretensamente, viabilizaria o pagamento dos atrasados financeiros e comerciais do Brasil.

Contudo, a imagem do Departamento de Estado estava fragilizada nos círculos decisórios brasileiros que utilizavam sua percepção para imputar o mesmo sentimento à ‘opinião pública’. O chanceler brasileiro escreve à Embaixada do Brasil em Washington relatando a repercussão do anúncio do encerramento da Comissão Mista. Seu teor merece transcrição integral.

Está acontecendo exatamente o que previ, isto é, o anunciado fechamento da Comissão Mista produziu um choque na opinião pública em desfavor do governo desse país (EUA), JÁ TÃO PERSEGUIDO DE HOSTILIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA CONTINENTAL. Ontem, o Correio da Manhã verberou a conduta do Departamento de Estado nesse assunto. Não nos recusamos ao encerramento, mas o consideramos imposição unilateral desse Governo, e dessa forma o aceitaremos sem troca de notas. A ideia de adiar o fechamento para a ultima parte do ano corrente pode ser encarada com

³⁰⁵ Idem, p.9.

simpatia. Agradeceria que Vossa Excelência fizesse sentir isso ao Departamento de Estado, assim como as dificuldades em que me encontro para explicar ao público o encerramento prematuro dos trabalhos da Comissão Mista, antes de esclarecer-se a solução dos financiamentos pendentes.³⁰⁶

Fontoura remete novo telegrama secreto à Embaixada em Washington cujo teor corrobora e amplia a insatisfação do governo Brasileiro com o dos EUA. O chanceler pede novamente que o Embaixador ‘faça sentir’ ao Departamento de Estado o quão inoportuno será o encerramento da Comissão justamente no momento em que um acordo militar era aprovado por grande maioria no legislativo, apesar da campanha contra esse ato. Também considera que qualquer desconfiança produzida no ‘espírito público’ a respeito da reciprocidade da cooperação Brasil-EUA contribuiria para aumentar o clima de má vontade contra os EUA, “especialmente liderada no continente pelo presidente da República Argentina”.³⁰⁷

Fica, portanto, expressa a utilização pelo governo brasileiro do sentimento antiamericano, latente em setores da sociedade, como ‘moeda’ para negociar posições da política exterior dos EUA em relação ao Brasil. Mais um exemplo de ‘antiamericanismo de cátedra’ que fora utilizado conforme comprova correspondência enviada por Moreira Salles ao chanceler Fontoura. Relata o Embaixador sua visita a Cabot para cumprir as instruções recebidas do MRE de comunicar as razões do descontentamento brasileiro. Argumentação que teria impressionado ‘de maneira especial’ o Departamento de Estado. Tanto que, segundo ele, “o governo americano estaria disposto a rever sua posição, caso a Comissão Mista fosse encerrada de comum acordo na data em que ela própria de antemão fixar”.³⁰⁸ Ainda, acredita que a responsabilidade do governo com a opinião pública estaria salva caso ambos os presidentes da Comissão compusessem declaração conjunta que explicasse a necessidade e oportunidade do encerramento das atividades.

Do lado dos EUA, a percepção era de que haveria forças maliciosas tentando envenenar as relações bilaterais com o Brasil. Berent Friele escreve a Cabot repercutindo a ‘situação’ criada pelo anúncio do encerramento da Comissão Mista.

³⁰⁶ Telegrama confidencial do MRE para BrasEmb de 1/06/1953.

³⁰⁷ Telegrama Confidencial do MRE para BrasEmb de 2/06/1953, p.1.

³⁰⁸ Telegrama Secreto da BrasEmb para MRE de 4/06/1953.

Ao citar o ácido editorial do Correio da Manhã do dia 31 de maio do mesmo ano, Friele considera que tal jornal “is playing right into the hands of our enemies (...)” e que “there have certainly been malicious forces behind the move which may have serious repercussions”.³⁰⁹

Walter Walmsley, charge d’Affairs na Embaixada dos EUA no Brasil, por sua vez, relata a Cabot que as provocações na imprensa e no congresso brasileiro sobre a ‘falência’ da Comissão Mista poderiam ter efeitos não antecipados. Refere-se a tal manobra como uma estratégia deliberada de determinadas autoridades, especificamente o ministro Lafer, que estariam interessadas em desviar o foco de atenção dos problemas econômicos do Brasil que não conseguem resolver. Por isso, “[t]he United States may have been a convenient scapegoat for those in trouble, at the same time the Foreign Office was dragged in as ‘accomplice’ of the United States Government and João Neves in turn had to protect his position”.³¹⁰

Walmsley prossegue informando que entre os efeitos ‘não antecipados’ de tais provocações estaria uma reforma ministerial e de diversos postos de relevo no governo brasileiro. Pode assim informar, pois fora procurado por Oswaldo Aranha que lhe confidenciara, pelo menos, dois fatos importantes: fora sondado para ocupar a Fazenda e que Vargas procurava substituto para Moreira Salles. Manobra que revelava a estratégia do presidente Vargas de usar as ações de seus atuais subordinados em seu benefício, imputando a eles a culpa pelas dificuldades em que o Brasil se encontra. Mais, informa que Aranha disse que se ele realmente ocupar o Ministério da Fazenda, o governo dos EUA “can count on his full and understanding cooperation, and that he thinks the matter of the Joint Commission and the development of the economic infra-structure can be worked out to our mutual satisfaction”.³¹¹

A despeito das ações no sentido de desarmar os ânimos que se preparavam no governo Vargas, subia o tom de crítica aos EUA na imprensa brasileira. Até o ‘conservador’ Estado de São Paulo publica três artigos nos dias 4,5 e 7 de junho ‘apontando o dedo’ para Washington e para o partido republicano em particular. O

³⁰⁹ Carta de Friele a Cabot de 4/06/1953, p.1.

³¹⁰ Correspondência secreta da BrazEmb para DE de 8/06/1953, p.1.

³¹¹ Idem, p.2.

Consul dos EUA em São Paulo, Paul Guest, informa que aquele jornal culpa os políticos do partido republicano e Wall Street pelas atuais tensões existentes nas relações bilaterais. Assim, a forçada redução no auxílio econômico dos EUA ao Brasil indicaria o abandono de um leal e tradicional amigo. Argumenta o editorial de 'O Estado' que os EUA teriam mais a perder que o Brasil e que 'is evident that public opinion in Brazil no longer looks with sympathy towards the United States'.³¹² Após fazer tal relato com a indicação 'unclassified', o Consul passa a suas considerações confidenciais que analisam os motivos do recrudescimento do sentimento antiamericano no Brasil. Segundo ele, o jornal provavelmente estaria correto em relatar a perda de terreno dos EUA no Brasil, no entanto, ele não concordava que o povo brasileiro estaria se tornando abertamente hostil aos EUA. Para ele:

It is more than a feeling of resentment, disgust and opposition that has been engendered during the past few months. Part of this stems from the long-drawn-out discussions on the Military Assistance Agreement. Some paulistas have misinterpreted the Agreement, plus publicity of our atom bomb tests, as evidence of growing US militarism. (...) Part of the change in attitude originated from a growing feeling that the Latin America is still playing second or third fiddle in the eyes of Washington. (...) Some people are piqued at the manner in which the change in our Ambassador has been handled. (...) The long delay in naming his replacement has been cited as indicating that Brazil must not be very important (...). Brazil pride has been picked.³¹³

No entanto, o Consul acreditava que a programada viagem de Milton Eisenhower, irmão do presidente dos EUA, ao Brasil poderia corrigir as falsas impressões e acalmar os ânimos ressentidos dos brasileiros. De fato, Visão publica matéria intitulada "O que vamos dizer a Milton?" na qual se relata que várias personalidades haviam sido sondadas sobre o que gostariam de discutir com o alto representante estadunidense. Para sintetizar as demandas que Milton encontraria no país, relatava-se o encontro do presidente Eisenhower com Alzirinha (filha de Vargas) que, ao ser perguntada sobre o que desejava o Brasil dos EUA, respondeu: love! Portanto, Milton "deverá ouvir dos brasileiros a definição de love. E certamente ficará surpreendido com a extensão da palavra no que se refere às relações internacionais".³¹⁴ Assim, haveria o consenso entre homens de governo e de negócios de que 'love' significaria a continuidade da assistência técnica e financeira dos EUA.

³¹² Correspondência do Consulado dos EUA em SP para DE de 8/06/1953, p.1.

³¹³ Idem, p.2.

³¹⁴ Visão, 22/06/1953, p.9.

5.3. O novo Ministério no Brasil.

A reforma ministerial de fato ocorre nesse clima de grade tensão entre o Brasil e os EUA. Visão anunciou a mudança com matéria intitulada: 'Vencerá a crise? Rigoroso regime de austeridade, promete o novo gabinete'. Oswaldo Aranha realmente assumiu a pasta da Fazenda, conforme havia antecipado ao representante dos EUA, e Jango a do Trabalho. Segundo o semanário, poucos seriam os políticos que gostariam de estar nos cargos. "Com exceção da Pasta do Exterior, que é tão mal compreendida pelo povo e que, por isso mesmo, não tem qualquer repercussão popular, e da pasta da Justiça, todas as outras são verdadeiros 'abacaxis' nas atuais circunstâncias".³¹⁵ Interessante a anotação sobre a não repercussão popular dos temas de política externa que viria de encontro à argumentação com a qual o governo justificava a má imagem dos EUA no Brasil.

Também se modificou o representante brasileiro nos EUA. Moreira Salles exonera-se do cargo para reocupar seus negócios particulares sendo substituído pelo Embaixador João Carlos Muniz, antes representante permanente do Brasil na ONU (Muniz permaneceria no cargo entre 20 de outubro de 1953 e 12 de julho de 1956). Sua indicação é saudada pelo 'O Jornal' como sendo uma 'volta à boa orientação' que prestigiava os diplomatas de carreira e valorizava um serviço que ainda era "um dos mais bem organizados e rendosos do Brasil." Segundo o periódico, Muniz "[s]erá em Washington, onde são tão grandes as responsabilidades do Brasil, um prestigiado pelo justo renome de que desfruta nos meios internacionais e ainda porque possui nos EUA um círculo enorme de relações de amizade".³¹⁶

Sua missão seria, além de 'aprofundar' as relações bilaterais, buscar desdramatizar os ânimos entre os dois países. Em sua apresentação de credenciais ao presidente Eisenhower, no dia 20 de outubro de 1953, Muniz discursa saudando a amizade dos dois países e considerando que encontraria no governo dos Estados Unidos a acolhida para os problemas brasileiros e que assumia o cargo com a responsabilidade de elevar as relações bilaterais

³¹⁵ Visão, 10/07/1953, p.7.

³¹⁶ O Jornal, 24/07/1953.

a um nível ainda mais alto, buscando, numa conjugação de trabalho e esforços imaginativos, angariar a simpatia e a compreensão gerais para aqueles aspectos daquelas relações, a cujo respeito encontramos hoje, como encontraremos amanhã uma considerável margem para maior cooperação.³¹⁷

Margem de cooperação que foram debatidas na troca de mensagens entre a Senhora Gardner Cowles (Influente editora da Cowles Syndicate Publications) e o presidente Eisenhower. Mrs.Cowles havia escrito ao presidente pedindo que fosse dada maior atenção ao Brasil e que a política estabelecida estivesse baseada em níveis mais humanos (sic). Ainda, Mrs. Cowles tentava persuadir o presidente a implantar uma ‘personal diplomacy’ para o Brasil. Dulles, no entanto, concorda com a análise de Milton Eisenhower, “in which he maintains that Mrs. Cowles has overlooked some important considerations in our relations with Brazil and warns against offending the other Latin American countries by singling out Brazil for special attention”.³¹⁸

Bastante interessantes foram as considerações sobre as opiniões de Mrs.Cowles tecidas pelo Senhor Cottrel. Além da riqueza das metáforas, interessa-nos a opinião a respeito da ação do Brasil emitida por importantes tomadores de decisão do Departamento de Estado. Pelo invulgar teor do documento, merecerá citação mais ampla.

Mrs Cowles, in her report of October 5 to the President, apparently desires to cast the U.S, in the role of an ardent suitor, wooing Brazil by frequent blandishments away from the outstretched arms of Japan, Germany, England, China, middle European Countries, and Russia.

I go along part way in believing that Brazil, like many women, requires frequent attentions and much patience. However, I think Brazil is a bit a GOLD DIGGER, and is not easily satisfied by expressions of love alone. I can't quite buy Mrs. Cowles' implication that we should throw everything into this love affair with Brazil. (...)

I believe we are married to Brazil economically, and she couldn't divorce us and remain solvent. She may allow herself to be seduced occasionally by one or another of these other suitors, but we PAY HER BILLS and I believe she recognizes that none of them can support her in the style to which she would like to become accustomed.

I think she realizes she'd be raped if Russia caught her in a dark alley when we weren't around, but she takes our protection for granted and is above flirting with Russia while the lights are on.

She complained of a migraine economic headache when asked her to help us discipline two of Russia's vicious little children, but I believe she would grab her broom and help if we were backed up against the wall.

She is jealous of the time we have spent at the office in Europe, and jealous of our associates over there. She suspects us of philandering, and

³¹⁷ Correio da Manhã, 21/10/1953.

³¹⁸ Memorando confidencial do SE Dulles ao presidente Eisenhower de 23/10/1953, p.1.

thinks we wasted money paying poker with the boys when we should have spent it on her.

Brazil has a vital interest in keeping us from leaving home, even though living under the same roof is a bit nerve-wracking for both of us at times, particularly WHEN WE COMPLAIN ABOUT HER OVERSPENDING HER BUDGET and then refuse to pick up the check for new appliances until she balances her accounts.

I don't think we could ever completely satisfy Brazil even with the most lavish gifts, which incidentally, we can't afford.

The best we can do is reassure her from time to time of our love, give sympathetic attention to her aches and pains, find tactful indirect ways of bringing about changes in some of her bad habits, be tolerant of her flirtations, raise no objection to her friends so long SHE BEHAVE WITH RUSSIA, help her finance the essential household equipment, show her how to do things if she asks us, and hope she reaches maturity soon so life with her will be less hectic. With all her shortcomings, she is a good wife and we need her. I wouldn't trade her in on a new model because, after all, she is attractive and should be a good companion when she grows up. (grifos do autor)³¹⁹

Tais considerações, tecidas com boa dose de senso de humor, são um bom retrato do momento vivido pelas relações bilaterais Brasil-EUA. Ainda, refletem a percepção de que o Brasil agia economicamente de modo perdulário e inconsequente, devendo ser contido ou mesmo educado. Ainda, na metáfora do casal, o papel de esposa mimada parecia adequado a um país que fazia frequentes reclamações quanto ao comportamento do 'marido', mas não cooperava quando requerido. Era evidente que as autoridades brasileiras estavam descontentes com as ações estadunidenses que, ao seu turno, consideravam a importância do Brasil, mas não julgavam oportuno declará-lo a 'esposa preferida'. Outra imagem forte do memorando é a ideia da adolescência do Brasil, fase de instabilidades e reações intempestivas que deve ser compreendida pelos mais maduros. De fato, a diferença nas percepções entre os dois governos era notória. A tarefa do novo Embaixador não seria fácil.

O Embaixador Muniz escreve relatando suas primeiras observações no posto. O recém-empossado Embaixador indicava a necessidade de se 'lembrar' à opinião pública dos dois países dos benefícios das políticas de cooperação econômica entre Brasil e EUA. Ele justificava que havia, naquele momento, "alguma apatia em relação a essa política". Assim, considerava oportuno promover o encontro dos presidentes dos dois países no Brasil, fato que "certamente teria grande repercussão no continente".³²⁰

³¹⁹ Correspondência secreta enviada ao Secretário Cabot em 21/10/1953.

³²⁰ Telegrama Confidencial da BrasEmb para MRE de 21/11/1953.

No entanto, a sugestão do Embaixador não encontrava boa acolhida no MRE. O chanceler Vicente Raó – substituto de Fontoura por ocasião da Reforma Ministerial de junho/julho – responde a sugestão de Muniz de modo lacônico e expressivo: “não julgo, entretanto, conveniente avançar, por ora, um convite para a visita do Presidente Eisenhower ao Brasil”.³²¹ Tal negativa parecia confirmar os ‘boatos’ de que o Brasil estaria insatisfeito com os EUA. Visão publica entrevista com o chanceler Raó na qual se indaga como poderia se explicar os rumores de que o Brasil, “pouco satisfeito com a recusa do Departamento de Estado em reconhecê-lo como o principal país da América Latina e seu líder natural, está, agora, disposto a assumir uma linha de mais completa independência”.³²² Portanto, os boatos pareciam mais estridentes do que simples rumores.

Um indício que a agenda bilateral estava realmente estremecida está na instrução do MRE ao embaixador para Muniz não “avançar qualquer compromisso” sobre encontro entre os presidentes.³²³ Antes, o Embaixador deveria “procurar conhecer o pensamento americano sobre questões a serem discutidas em Caracas.” Essa indagação referia-se à X Conferência Interamericana que seria realizada em março de 1954 na capital venezuelana. Assim, Muniz começa a colher as impressões relativas ao posicionamento dos EUA.

Neste sentido, o embaixador relata seu encontro com Milton Eisenhower, ocasião em que pode expressar seu entendimento sobre a crescente deterioração do sistema pan-americano. Ele atribuía esse fato, dentre outras causas, à “interrupção da política seguida pelo Departamento de Estado, até o falecimento de Roosevelt, de estreita consulta com o Brasil”.³²⁴ Também sugeriu Muniz que a conferência de Caracas seria excelente oportunidade para a retomada da política de consultas. Segundo o Embaixador brasileiro, Milton Eisenhower acolheu de modo simpático suas sugestões, prometendo ‘chamar a atenção’ de seu irmão para a importância do tema. Ainda sugeriu que Muniz falasse com Cabot sobre a necessidade de aproximação mais estreita entre os dois países. Assim fez Muniz.

³²¹ Correspondência confidencial do MRE para BrasEmb de 10/12/1953.

³²² Visão, 11/12/1953, p. 7.

³²³ Telegrama confidencial do MRE para BrasEmb de 18/12/1953.

³²⁴ Telegrama confidencial da VrasEmb para MRE de 27/12/1953.

Ao informar sobre sua conversa com Cabot, o embaixador escreve que o subsecretário havia lhe confiado que os EUA, salvo o item da infiltração comunista, nada teria de combinado para Caracas. “Quanto ao temário econômico dependerá da recomendação da comissão a Randall e da aprovação definitiva da proposta do relatório do irmão do presidente da República”.³²⁵ Seguindo sua estratégia de aproximação com os EUA, Muniz propõe uma ação conjunta para Caracas, precedida de consulta e opiniões. Sugestão que teria sido acolhida com restrição por Cabot que alegara dificuldades internas para iniciar tal procedimento tão rapidamente.

Após tais consultas, Muniz elabora longo documento que remete ao Ministro Ráo. Além de conter estudos setorializados sobre os EUA, o documento encerra boa dose de conclusões que merecem ser apresentadas por conter “levantamento razoável da situação interna dos EUA, política e econômica, bem como (...) a projeção deste estado de coisas no campo das relações interamericanas, com vistas à conferência de Caracas”.³²⁶ O primeiro fato observado refere-se à volta do partido republicano ao poder depois de 20 anos. Ressaltou-se as dissidências contidas no partido de Eisenhower que, unido ao vencer, logo após a posse fragmenta-se. Neste sentido, observou-se que seu governo divergia nos temas de política externa, contando com manifestações de ostensivo ou disfarçado isolacionismo. As manifestações da extrema direita (macarthismo) não ficaram contidas no âmbito interno, extravasando e “chegando a ameaçar as relações entre os EUA e alguns de seus aliados”.³²⁷ Igualmente relevante foi a composição política interna que gerou escassa maioria aos republicanos, restringindo as ações do partido. Neste sentido, as tensões internas acabam por dificultar o planejamento e execução da gigantesca tarefa internacional que a conjuntura requeria dos EUA. Assim, a lógica da guerra fria estaria desvirtuando o debate, abrindo a possibilidade para “interesses demagógicos”.

Ainda, segundo Muniz, a política interna, com desdobramentos externos, dos EUA poderia ser dividida em duas fases: uma de janeiro a dezembro de 1953 e outra que

³²⁵ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 30/12/1953,p.1.

³²⁶ Correspondência Confidencial de 7/01/1954, p.2.

³²⁷ Idem, p.3.

estava em curso naquele momento (janeiro de 1954). A primeira marca-se por um presidente ainda inexperiente que passa a ser contestado em sua política externa por segmentos de seu próprio partido, como no caso do Senador McCarthy. A segunda marca-se por posição mais firme do presidente, transformando sua voz na expressão da política oficial e, também, manifesta política de reajustamento econômico face às dificuldades nas quais os EUA se enredavam. Crise refletida nos países que ‘orbitavam’ os EUA.

Em relação aos problemas interamericanos a posição do novo Governo não está ainda definida. Os pronunciamentos da campanha eleitoral e os da administração já empossada sobre a necessidade de corrigir a ‘negligência’ democrática em relação à América Latina, não foram ainda secundados por iniciativas concretas.³²⁸

Muniz considera que houve alguma manifestação de interesse do Executivo e do Legislativo pelo Hemisfério que se materializaram nas visitas do Doutor Milton Eisenhower e do Senador Capehart a alguns países da América Latina. No entanto, ele julgava alguns dos relatórios produzidos por tais iniciativas como marcados por bom diagnóstico, mas fraca terapêutica. Outro fato sensível aos ouvidos e mentes brasileiros seria a convicção compartilhada pelas autoridades estadunidenses de que os investimentos públicos dos EUA estariam condicionados ao tratamento dispensado ao investimento privado. Ficava, ainda, condicionada a formulação de uma diretriz econômica mais precisa para a América Latina à Comissão Randall que estaria “incumbida de reexaminar a política econômica externa do país e sugerir medidas tendentes a incrementar o comércio internacional dos EUA”.³²⁹ Comissão que estava dividida, julga Muniz.

No que se refere especificamente à recepção de tal política no Brasil, reclamava-se pelo retorno das consultas que ocorriam no governo democrata. Muniz ressalta que a fase de estruturação jurídica do pan-americanismo já estava consolidada, faltando, agora, “dar-lhe feição mais conforme aos objetivos econômicos, capazes de proporcionar à América Latina o levantamento do nível de vida de suas populações”.³³⁰ Assim, o fundamento dos reclames latino-americanos estaria na mudança de preocupação da política externa dos EUA em detrimento das necessidades hemisféricas. Padecendo o Brasil dessa conjuntura.

³²⁸ Idem, pp.6-7.

³²⁹ Idem, p.8.

³³⁰ Idem, p.10.

A expectativa do governo brasileiro (ou pelo menos do Embaixador Muniz) seria de utilizar a reunião de Caracas para por em prática estratégias bilateral e multilateral. Bilateralmente buscar-se-ia a solução de três problemas: 1. Reestruturação do regime de amortização do empréstimo de 300 milhões de dólares; 2. Retorno a um programa de financiamento após o saneamento das contas brasileiras e 3. Saneamento de irregularidades em declarações de preços de intercâmbio comercial Brasil-EUA. Já nas ações multilaterais, “o Brasil deveria, sem agressividade, porém com firmeza, fazer-se porta-voz dos anseios latino-americanos de desenvolvimento econômico e continuar a servir de mediador entre as Nações ibéricas do continente e dos EUA”.³³¹ Ressalte-se que a última proposta era feita no sentido de bloquear a ascensão de um terceiro país, como a Argentina, à condição de exercer tal liderança. O malogro desta estratégia causaria grande frustração e reações no âmbito do governo brasileiro, gerando boa dose de ‘antiamericanismo de cátedra’.

Os fatos evidenciavam que a contraposição de posições já dava sinais de sua existência. Em sua primeira entrevista após quase um ano no exercício do cargo de Secretário de Estado Assistente para a América Latina, Moors Cabot responde ao semanário *Visão* sobre a definição da política de seu governo para a América Latina. A primeira pergunta do correspondente em Washington, Igor Gordevitch, é direta: “Julga V. Excia. que o presente governo tenha realizado algo que permita críticas feitas ao governo passado, de negligenciar as repúblicas latino-americanas?”³³² A resposta de Cabot foi negativa, mas o desenrolar da entrevista é ilustrativa do nível de contraposição que se estabeleceria entre os princípios defendidos por seu governo e aqueles pretendidos pelo Brasil.

Para a reunião de Caracas, Cabot não deixa antever as posições dos EUA, pois declara de modo esquivo que “a agenda para a conferência de Caracas (...) contém 28 itens referentes a questões de organização política, jurídica, econômica e cultural”³³³ e que ele não se arriscaria em considerar um desses itens o mais

³³¹ Idem, p.11.

³³² *Visão* 8/01/1954, pp.10-13.

³³³ Idem.

importante. Mas quando se trata de investimentos, tema de alto interesse para o Brasil, Cabot é mais assertivo.

Pergunta: O Dr. Milton Eisenhower declara em seu relatório que é difícil exagerar a necessidade que tem a América do Sul de capitais, a fim de promover o saudável desenvolvimento econômico, e que o capital dos EUA continuará a desempenhar importante papel no desenvolvimento da América do Sul. Que estímulo poderia oferecer o governo dos EUA ao investidor privado, a fim de aumentar seu fluxo de capital dos EUA para a América Latina?

Cabot: A questão de incentivos para investimentos particulares na América Latina está sendo estudado. Observe que o assunto é muito complexo, e que surge num momento em que estamos lutando com muitas dificuldades para equilibrar nosso orçamento. (...) Eu gostaria de acentuar que, embora pouco possamos fazer no sentido de estimular nossos cidadãos particulares a investir em outras partes do hemisfério, a criação de um clima favorável para investimentos depende quase inteiramente da política dos respectivos governos, sob cuja jurisdição tais investimentos deverão ser colocados.³³⁴

Seria tal declaração um aviso ao Brasil? De certo à Embaixada Brasileira em Washington chegaram consultas relativas a um discurso do Presidente Vargas no Paraná no qual haveria fortes críticas ao capital estrangeiro. Neste sentido, o Ministro Ráo já havia explicado o fato ao Embaixador Muniz. Na ocasião Raó escreve:

[!]Informo que o discurso referido em seu telefonema, discurso aliás, proferido de improviso, não deve ser entendido como declaração de hostilidade ao capital estrangeiro. Contém referências a atividades que visam unicamente o acréscimo constante de lucros sem investimentos proporcionais e efetivos de capital estrangeiro no país.³³⁵

Voltando às declarações de Cabot, após responder sobre diversos assuntos relacionados a investimentos sem entrar em detalhes e de modo genérico, oferece uma solução para que as nações latino-americanas tornassem mais amistosas as relações hemisféricas. Segundo o Secretário, para que isso acontecesse o reforço da Segurança seria fundamental. Assim, dever-se-ia seguir a resolução número 3 da reunião de ministros das relações exteriores realizada em Washington em 1951 que pregava o fortalecimento da defesa continental baseada nas cláusulas do Tratado do Rio de Janeiro de 1947. Segurança que para os brasileiros somente seria completa se acompanhada de desenvolvimento econômico. Tal descompasso mereceria cuidados do Itamaraty.

³³⁴ Idem, p.11.

³³⁵ Correspondência urgente-confidencial do MRE para BrasEmb de 23/12/1953.

5.4. Rumo a Caracas.

No dia 25 de janeiro de 1954, aconteceria pela primeira vez na história um encontro dos Embaixadores brasileiros servindo nas Américas. A decisão do MRE era nessa reunião debater a posição brasileira em Caracas e também maneiras de se estabelecer uma política externa mais ativa e vigorosa. Segundo Visão, os Embaixadores discutiriam os sucessos da diplomacia argentina que “já conseguiu formar um poderoso bloco no hemisfério” (sic) ³³⁶. Ainda, durante a reunião, mesmo que o Itamaraty não declare, deverá ser formulada nova linha de conduta para a política americana do Brasil. Ações que não estariam restritas ao campo político, mas chegariam ao econômico, a julgar pelo fato de que “há meses se processa uma verdadeira revolução nos métodos e diretrizes do Itamaraty” ³³⁷. Assim, a nova política partiria em busca de novos mercados fora do hemisfério através de um levantamento das possibilidades na Ásia, Europa e demais regiões ainda inexploradas pelo Brasil.

Relata-se ainda o processo de modernização dos serviços do Itamaraty para que sejam adequados aos novos desafios que se avizinham. Um grande contingente de especialistas em assuntos econômicos também estava sendo contratado para aperfeiçoar o tratamento dos temas correlatos. Finalmente, o MRE estaria modificando sua relação com o Público. “Política exterior não será mais um grande segredo do Governo. O Itamaraty vai tentar criar uma nova ‘consciência de política exterior no país. Já foi criado o porta-voz oficial. Este deverá explicar, de público, todas as realizações e iniciativas do ministério”. ³³⁸

Interessante notar que tais medidas buscavam aumentar a legitimidade e apoio popular para os assuntos exteriores. Neste sentido, a utilização de temas que pudessem estar em sintonia com a ‘cultura política internacional’ do país seria estratégica como apoio para as ações do país, mesmo que implicassem reação aos EUA.

³³⁶ Visão, 22/01/2012, p.15.

³³⁷ Idem.

³³⁸ Idem, p.15.

Assim, os resultados da citada reunião dos Embaixadores começam a aparecer ao público. Era predominante o tom de mudança para a política exterior do Brasil. Vários assuntos foram objeto de discussão dos Embaixadores, sendo o comunismo na Guatemala um dos “mais largamente estudados”³³⁹. Tal importância era devida à centralidade que tal tema poderia ter na reunião de Caracas. O consenso era que a Guatemala estava sendo influenciada pelo comunismo devido às condições precárias de sua economia. Voltava o governo a insistir no tema do desenvolvimento para evitar a influência do comunismo no continente. Assim, o Brasil não concordaria em tratar tal questão de maneira específica, pois os diplomatas acreditam que “o debate de um caso isolado corresponderia a uma intervenção da OEA em assuntos da soberania dos Estados”.³⁴⁰

Outra posição brasileira explicitada na reunião seria sua posição contrária a formação de blocos regionais, pois acredita-se na indivisibilidade do pan-americanismo. Posição que seria combinada com a forte defesa do desenvolvimento industrial do Brasil para que o país conseguisse melhor aproveitar suas matérias-primas. Assim, o Brasil pretendia transformar-se no grande mercado abastecedor de manufaturas da América Latina. Por isso o discurso brasileiro na vindoura conferência seguiria o tom das palavras de Getúlio Vargas no dia 1 de fevereiro: “defesa das indústrias básicas, como energia e petróleo; facilidade para o capital estrangeiro, mas não o que o governo chamou de vantagens ilegais e pouco razoáveis”.³⁴¹

De fato, a clima da reunião marcou-se pela surpresa quanto à nova orientação da política exterior do Brasil. A novidade fora informada a todos os Embaixadores determinando-se que, a partir daquele momento, a “política exterior do Brasil deverá refletir sua política interna. E que o país passará a ‘pensar e agir com sua própria cabeça’”.³⁴² Assim, a maior assertividade da PEB estaria na determinação de Vargas em seguir o caminho traçado “custe o que custar” (sic)³⁴³. Para as relações bilaterais com os EUA, o presidente avisava que o Brasil continuava seu aliado,

³³⁹ Visão, 19/02/1953.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

dependendo dos EUA se seria um aliado forte ou fraco. O discurso e a vontade de reação aos EUA eram fortes, mesmo que se pusesse em perspectiva o retórico “custe o que custar”.

Para o público, o presidente Vargas procurava agir no sentido de demonstrar que suas determinações e discursos teriam sentido prático. Conforme demonstra a instrução recebida pelo Embaixador Muniz, o presidente não gostaria de vincular indevidamente suas realizações com o auxílio dos EUA. Assim,

[e]spera-se inaugurar a Usina em 7 de Setembro próximo. Entretanto, o presidente da República que tem o máximo interesse em receber a visita do Presidente Eisenhower, não deseja ligar a inauguração da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso a essa visita e isto pela razão de que os créditos para a construção da mesma, obtidos do Banco Internacional, poderiam ser atribuídos indevidamente ao auxílio americano.³⁴⁴

Tanto cuidado para que não se vinculasse o nome dos EUA a tal ‘obra’ do governo brasileiro indicava as ‘percepção’ das autoridades brasileiras de que a aproximação demasiada com os EUA poderia ser prejudicial à imagem do governo. Essa ‘percepção’ afetaria a relação bilateral. Conforme relata Visão³⁴⁵, o clima de Caracas refletiria o descontentamento latino-americano e, particularmente, o brasileiro.

Para piorar, os representantes dos EUA foram para a reunião sem uma política definida sendo que o êxito de Caracas dependeria da atuação dos EUA que poderia deixar a América Latina entregue “à sua própria sorte” ou empregar seus recursos na colaboração econômica regional. Constatava-se que tal ‘apatia’ dos EUA contribuía para o aumento de prestígio das políticas antiamericanas de Perón.

Também causava espécie o quase monopólio da preocupação do governo dos EUA no combate ao comunismo, esquecendo-se de formular uma política concreta para os latino-americanos. Fato que explicaria, em parte, a inesperada renúncia de John Moors Cabot, duas semanas antes da Conferência, devido às suas divergências com setores internos dos EUA. Outras mudanças na estrutura burocrática do

³⁴⁴ Telegrama confidencial do MRE à BrasEmb de 18/03/1953,

³⁴⁵ Visão, 05/03/1954, p.12.

governo evidenciaram a ‘desorientação’ da política de Washington para a América Latina.

A percepção era de que os EUA defenderiam posições negativas na Conferência. Assim, negariam um Tribunal de Justiça Internacional, o fim do colonialismo nas Américas, o asilo diplomático e o estabelecimento de um sistema de paridade de preços no hemisfério. Os latino-americanos chegariam à conferência com a certeza de que os estadunidenses fariam de tudo para conseguir uma declaração contra a infiltração comunista no continente. Assim, essa intransigência aliada à “recente reação dos EUA à alta dos preços do café também deu lugar a sensível irrupção de sentimento anti-ianque”.³⁴⁶

Ao iniciar a Conferência, em março de 1954, os jornalistas americanos presentes consideravam que o encontro estava sendo uma ‘open season on the US’. Ou seja, estaria aberta uma temporada de caça aos EUA. “A expectativa se confirmou, pois os trabalhos se desenvolveram num ambiente anti-estadunidense”.³⁴⁷ Tal sentimento de descontentamento foi expresso, de modo diplomático, no discurso do chanceler brasileiro Vicente Ráo, que “definiu em sua oração, as frustrações latino-americanas e a necessidade de tornar realidade todas as declarações e resoluções sobre relações econômicas”.³⁴⁸ Posições que levaram o Secretário de Estado, Dulles, a procurar o chanceler brasileiro para consultas.

Dulles teria expressado ao chanceler brasileiro sua preocupação com o fato de as divergências internas de seu país inviabilizarem a implantação de uma política mais concreta para a América Latina e para o Brasil. Sugere-se a ‘reformulação’ da comissão mista para estudos dos problemas bilaterais. Vicente Ráo instrui o Embaixador Muniz a levar adiante as negociações. Faz, para tanto, duas observações que julga importante. Nelas estão a necessidade de uma análise política, antes que econômica, da situação e o medo dos EUA de gerar a percepção continental de que o Brasil estaria sendo privilegiado no continente. Escreve Ráo:

³⁴⁶ Idem, p.13.

³⁴⁷ Visão, 19/03/1954, p.10.

³⁴⁸ Idem, p.11.

1. Não convém que a comissão mista seja formada de ministros da fazenda ou do tesouro, o que tornaria difícil a realização de encontros e estudos;

2.Quanto ao 'modus faciendi', à vista da objeção do Senhor Foster Dulles de que a criação da comissão poderia provocar igual desejo de outros países latino-americanos, parece-me que a solução estaria na simples substituição dos membros da comissão anterior, que ainda não foi totalmente extinta, conforme a sugestão que lhe foi feita por mim.³⁴⁹

5.5. O divisor de águas.

Assim, a X Conferência interamericana de Caracas passou a ser vista como um divisor de águas para as relações bilaterais Brasil-EUA, mesmo que não se tivesse a certeza de que ela havia aproximado ou distanciado os dois países. Nahum Sirotsky considerava que “[a]s relações entre a América Latina e os EUA serão inspiradas, doravante, pelas lições aprendidas em Caracas”.³⁵⁰ Dulles teria declarado que a conferência tinha sido ‘*quite instructive*’ para os EUA, pois “descobriram que seus amigos latinos já haviam atingido a maturidade política e estes, por sua vez, chegaram à conclusão de que, para negociar com Washington, devem falar com franqueza e sobriedade”.³⁵¹

O grande consenso entre os latinos estava na importância dos temas econômicos que seriam discutidos de modo mais detido em uma reunião entre Ministros da Fazenda, agendada para novembro de 1954, no Rio de Janeiro. No entanto, os brasileiros julgavam que a orientação política das Américas deveria ser ‘ainda’ a mesma dos EUA. Assim, fez agir sua diplomacia no sentido de mediar os diferentes interesses e cobranças feitas aos EUA. Por isso, “os americanos não davam um só passo sem antes consultar a delegação brasileira”.³⁵² Visão romântica ou não, o fato é que a diplomacia brasileira consegue que os temas econômicos fossem inseridos nas discussões e trazem para o Rio de Janeiro o já referido encontro de ministros das áreas econômicas do continente. Tal conquista, através de uma declaração de princípios econômicos, teria feito o Secretário de Estado dos EUA entender “que existe uma diferença fundamental entre o problema comunista nos EUA e na

³⁴⁹ Telegrama confidencial do MRE à BrasEmb de 1/04/1954.

³⁵⁰ Visão, 02/04/1954, p.13.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

América Latina”.³⁵³ Porém, a lição não parecia ter sido aprendida de modo ‘sincero’, pois Dulles retornou aos EUA apressadamente após conseguir a declaração anticomunista. Percepção agravada pelo fato de, ao chegar aos EUA, ele não ter feito referência aos temas econômicos tão debatidos durante o encontro. Assim, segundo o representante boliviano na conferência, Walter Guevara Arze, “os EUA jogaram seu prestígio em Caracas (...). O certo, porém, é que, neste encontro pan-americano, seu prestígio não aumentou. E o resultado pode favorecer o triunfo dos movimentos extremistas no hemisfério”.³⁵⁴

Os ‘serviços prestados’ aos EUA pelo Brasil podem ser comprovados pelo memorando em que se relata a visita do Embaixador dos EUA no Brasil, Kemper, ao Chanceler brasileiro.

In Dr. Ráo's office, after introductions, you expressed to the Minister Secretary Dulles's warm appreciation for the assistance given to the US program at the Caracas Conference by the Brazilians delegation. Dr. Ráo replied that it had been a great privilege for the Brazilians to cooperate with their US colleagues at the Conference and that he, personally, had often taken part in the debates and discussions in defense of the American theses.³⁵⁵

O clima de ‘camaradagem’ continua ao se fazer referência à tradicional amizade entre os dois países e o fato de o Brasil ter barrado a tentativa argentina de criar um bloco antiamericano. O diplomata americano se surpreende com o entusiasmo pouco comum com o qual Raó se referia à solidariedade existente entre as duas delegações durante a conferência. Tal entusiasmo parecia resultado da percepção criada entre os brasileiros de que teria conseguido lugar privilegiado na política exterior dos EUA e que poderiam reviver ou inaugurar uma ‘amizade especial’ que traria importantes frutos ao país. No entanto, o futuro demonstraria que tais expectativas eram superestimadas. A decepção que seria novo combustível a alimentar o sentimento antiamericano de importantes setores da diplomacia brasileira.

Outro importante fato agravaria as relações entre os dois países e a urgência da situação econômica do Brasil: a alta do preço do café e a consequente diminuição do consumo nos EUA, principais compradores do produto. Tais condições

³⁵³ Idem, p.14.

³⁵⁴ Idem, p.15.

³⁵⁵ Memorando da BrazEmb ao DE de 4/05/1954.

colocavam o Brasil em rumo de deterioração econômica, não sendo capaz de investir nos projetos necessários para a sua industrialização.

Assim, a urgência dos entendimentos com os EUA era cada vez maior. E a recusa dos EUA em aceitar a lógica 'política' dos investimentos seria importante para o recrudescimento das posições reativas aos EUA que eram acusados de negligência com seus amigos históricos. A percepção quanto à lógica dos investimentos estava estampada na imprensa brasileira. O correspondente de Visão nos EUA, Igor Gordevitch, refletia tal percepção ao reportar que o governo dos EUA "concederá poucos empréstimos oficiais; mas incentivará os empréstimos particulares; não se criará nenhum organismo tipo plano Marshall para a América Latina".³⁵⁶

Essa recusa dos EUA em iniciar um plano de 'resgate' econômico para o continente teria desdobramentos importantes por ocasião da questão da Guatemala e do agendamento para uma V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores no âmbito da OEA. A alegada influência comunista naquele país da América Central movimentaria os círculos diplomáticos. Mais uma vez, dois campos opostos se manifestavam: os EUA em busca da contenção do comunismo privilegiavam os temas de segurança, os latino-americanos em busca de desenvolvimento enfatizavam os assuntos econômicos. Assim, 'a questão da Guatemala' transformar-se-ia em mais uma rodada na disputa entre esses dois campos.

Os EUA haviam chamado a nova reunião de consulta para que se estabelecessem as bases de contenção do comunismo no continente. Conforme comprova a correspondência diplomática³⁵⁷, haveria já pronta uma proposta de resolução preparada pelos EUA. Tal 'draft', anexo à correspondência acima referida, era explícito em suas vontades. Após prelúdio em que exortava a missão histórica do continente em buscar um maior grau de liberdade, vocação que não deveria ser prejudicada pela intervenção extracontinental, chega-se ao ponto:

The objectives of the International Communist movement, as demonstrated by the coercion and repression instituted in nations and areas subjected to

³⁵⁶ Visão, 02/04/1953, p.16.

³⁵⁷ Correspondência secreta da BrasEmb ao MRE de 18/06/1954.

its dominations, are directly contrary to the aforementioned purpose of the American nations and to the principles established in the Charter of the OAS, the inter-American Treaty of Reciprocal Assistance and other inter-American Instruments.

The American republics recognize that the ultimate goal of International Communism is the domination of the whole world by unlawful processes of violence, subversions and conspiracy.

There is increasing evidence that the International Communist Organization is attempting with special vigor at this time to establish a strong center of action in the Americas from which to extend its influence throughout the Continent.³⁵⁸

Posteriormente, observava-se que o entendimento da OEA era de se tomar as medidas necessárias para que se impedisse a intervenção comunista em qualquer parte do continente, sendo a Guatemala um caso concreto. Assim, o 'draft' relatava que um grande carregamento clandestino de armas e munições havia sido enviado para aquele país, sendo a origem da referida carga um território europeu dominado pelo movimento comunista internacional. Para piorar, havia evidências de "various authoritative sources regarding the penetration of political institutions of the Republic of Guatemala by the International Communist movement".³⁵⁹

Portanto, dadas as ameaças ao continente, a V Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores deveria condenar e agir no sentido de se barrar o avanço e expelir a influência dos comunistas no continente através de dois cursos de ação:

1. As preventive measures the detention and inspection of vessels, aircraft and other means of conveyance moving to and from the Republic of Guatemala, in order to insure against the further introduction of arms and implements of war in that country;

2. In the spirit of resolution VIII of the Fourth Meeting of Consultation of Minister of Foreign Affairs of the American Republics all measures required in order to prevent travel by agents of International Communism between Guatemala and any territory dominated by the International Communism movement.³⁶⁰

O sentido proativo dos EUA para expurgar o comunismo no continente soava inconveniente aos brasileiros, que desejavam uma agenda mais diversificada. Neste sentido, apesar de o Brasil apoiar a ação contra o governo Guatemalteco identificado como de inspirações comunistas, não concordava com uma reunião de consulta apenas para que fossem comunicadas as ações e decisões emanadas do

³⁵⁸ Idem, p.3.

³⁵⁹ Idem, p.4.

³⁶⁰ Idem, p.5.

Departamento de Estado. O Brasil, assim, defende o cancelamento da reunião de consulta em face do 'perigo' da mesma se tornar apenas mais um pretexto para a defesa de posições dos EUA. Relatava-se que os fatos indicavam a pacificação da Guatemala e o afastamento da ameaça comunista. Assim, considerava o Ministro que não via "vantagens na Reunião de Consultas apenas para tomar conhecimento do fato". Ele explica:

A Reunião, de acordo com o Tratado do Rio, só poderia ter por objetivo a tomada de decisão e não o simples registro de uma situação de fato. Julgo mais conveniente que ao conhecer o relatório do comitê de inquérito a Comissão Interamericana de Paz conclua pela existência da pacificação e remeta conclusão ao Conselho da OEA para que este órgão declare desnecessária a Reunião de Consulta. (...) Nada ganharíamos em oferecer pretexto para explorações e agitações comunistas em países americanos sobre o assunto praticamente encerrado.³⁶¹

A desaprovação da decisão não ter sido objeto de discussão multilateral estava implícita nas considerações do Ministro. O apoio à ação da OEA era claro contraste com a forma de resolução e intervenção adotada pelos EUA. O fato é que a derrubada do governo de Jacobo Arbenz, no dia 27 de junho de 1954, teria consequências para a imagem dos EUA, pois o plano era que as recomendadas 'medidas severas' contra os comunistas fossem aplicadas pela OEA e não pelos EUA. Assim, considerava-se que os comunistas teriam vencido "por meio de um trabalho hábil desenvolvido em todo o hemisfério [pelo qual] eles convenceram milhões de não comunistas de que os EUA intervieram nos assuntos de uma república americana".³⁶² Prestígio que fora maculado de forma desnecessária por muitos no Departamento de Estado que "acreditavam que o regime Arbenz seria em breve derrubado por um movimento interno".³⁶³

A despeito das divergências e da crise econômica e política vivida pelo Brasil que iria enredar o trágico desfecho do suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, as negociações com os Estados Unidos continuavam. O Departamento de Estado, menos de um mês antes da morte de Vargas, produzia síntese das demandas bilaterais.³⁶⁴ O Brasil possuía demandas militares, econômicas, políticas, culturais e

³⁶¹ Correspondência secreta do MRE à BrasEmb de 30/06/1954.

³⁶² Visão, 9/07/1954, p.14.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Documento secreto do DE de 28/07/1954.

referentes à exploração dos materiais atômicos. Por sua vez, os EUA demandavam acordos nas áreas militar, econômica e política. Sendo que, neste último tópico, pedia-se que o Brasil continuasse a apoiar as posições estadunidenses em diversas organizações internacionais e que a luta contra a infiltração comunista no hemisfério fosse mantida.

Os fatos que levam ao suicídio de Vargas, por já demasiadamente conhecidos, não serão aqui descritos. Apenas serão sublinhados os termos relativos aos interesses internacionais, descritos em tons de denúncia. Evidenciava-se que tal temário, a despeito da veracidade das acusações do presidente suicida, era vívido no ambiente político e social do Brasil. Sendo as palavras abaixo suficientes para desencadear reações contrárias e violentas da população contra ‘alvos’ identificados como contrários aos interesses nacionais ³⁶⁵. Vargas acusou em sua última carta:

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

³⁶⁶

As manifestações da população reverberavam o sentimento anti-imperialista e, conforme relatado pela imprensa, materializavam seu ódio na Embaixada e em consulados dos EUA instalados no país. O ‘antiamericanismo de cátedra’ atingira a população. No entanto, tais manifestações não foram suficientes para romper a institucionalidade no país: o vice-presidente Café Filho foi empossado como Presidente da República.

³⁶⁵As manifestações populares consequentes ao suicídio do presidente foram imediatas. No dia seguinte, quando a Carta Testamento chegou ao conhecimento dos brasileiros pelos rádios, manifestações de indignação e revolta contra os adversários do "pai dos pobres" tomaram as ruas do Brasil. Houve apedrejamentos da Embaixada e de Consulados dos EUA no Brasil, assim como das redações de jornais opositores a Vargas. O udenista Carlos Lacerda, um dos grandes inimigos políticos de Vargas, fugiu do país com receio da ira popular. <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?query=24+de+agosto+de+1954&amount=0&blogid=57> consulta em 18/03/2012, às 23h10min.

³⁶⁶ Carta Testamento.

Capítulo 6 - Depois de Vargas até Peixoto nos EUA

6.1. Pós-Vargas - os ajustes de Café Filho

Nordestino do Rio Grande do Norte, Café Filho era descrito como um político moderado que, através de negociações, conseguira superar muitas crises vividas pelo governo Vargas. Assim, teria conquistado “o respeito e a admiração de todos os partidos políticos, bem como da opinião pública. Viajando por todo o mundo, na qualidade de Embaixador especial (...) também conquistou a amizade e o respeito dos dirigentes dos inúmeros países por ele visitados”.³⁶⁷ Seria esse proplado ‘respeito’ útil para desdramatizar as relações bilaterais durante a visita do presidente brasileiro aos estadunidense agendada para setembro daquele ano?

A proximidade da Conferência Econômica Interamericana, que seria realizada no Rio de Janeiro em 22 de novembro próximo, ditava urgência nas deliberações relativas às relações com os EUA. Havia forte expectativa quanto à possível modificação nas relações comerciais do continente, considerando a qualidade da participação da delegação dos EUA naquele encontro como fundamental ao sucesso ou malogro das negociações. No fundo, a esperança era que fossem anunciados novos empréstimos através do Eximbank para governos e empresas latino-americanas. O otimismo justificava-se devido à aprovação pelo congresso dos EUA do projeto redigido pelo Senador Capehart (presidente da comissão bancária e monetária) que havia viajado por vários países estudando a situação do continente.

Para alguns, haveria uma ‘mudança’ na percepção dos decisores e do ‘povo’ dos EUA que, em decorrência dos acontecimentos na Guatemala e na Guiana Inglesa, haviam se convencido a tomar uma atitude mais positiva e prestativa em relação à América Latina. Assim, acredita-se que a delegação norte-americana iria ao Rio refletindo essa atitude.³⁶⁸ Henry Holland, secretário adjunto do Departamento de Estado para Assuntos Interamericanos, seria um dos personagens-chave para a transformação do otimismo dos latinos em realidade. Neste sentido, ele deveria desfazer a impressão de alguns círculos que consideravam a política dos EUA para

³⁶⁷ Visão, 3/09/1954, p.10.

³⁶⁸ Visão, 17/09/1954, p.14.

temas econômicos excessivamente ortodoxa. Holland respondia que os EUA não estariam interessados “em programas gigantescos ou espetaculares. Seu objetivo básico na América Latina [seria] contribuir tanto quanto possível para o estabelecimento, em cada país, de uma forte economia nacional”.³⁶⁹

Café Filho procura responder a tais oportunidades através da montagem de um ministério multipartidário, deixando o Ministério das Relações Exteriores à UDN. Raul Fernandes voltaria a ocupar o posto máximo da chancelaria do Brasil e contribuiria para manter a política ‘americanista’ do governo brasileiro. Era descrito como realista, cético e duro negociador que, “em suas conversas com os americanos, saberá exigir o máximo e obter muito”.³⁷⁰ No entanto, o tom da conversa do governo brasileiro com o dos EUA era de conciliação. O diplomata João Alberto Lins de Barros, servindo em Genebra, considerava que criar dificuldades com os EUA naquele momento seria suicídio (sic)³⁷¹ e que o Brasil deveria permanecer do lado da nação mais forte e não se aventurar com os países socialistas. Considerava-se que a mudança de governo no Brasil não impactaria na política econômica do Brasil, pois o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, era amigo do anterior, Oswaldo Aranha.

De fato, memorando secreto relata a exposição feita por Gudin ao Governo dos EUA sobre a situação econômica brasileira. Dizia ele que, salvo os comunistas e um setor do Partido Trabalhista, todos queriam cooperar com o governo Eisenhower. Assim, em conversas com representantes do “Departamento de Estado e do Tesouro, o Ministro manifestou a esperança de receber cooperação dos EUA para a solução das dificuldades que o Brasil atravessava nesta fase crítica de sua evolução histórica”.³⁷² Gudin esperava, assim, que o governo estadunidense compreendesse o estado de emergência em que o Brasil se encontrava para que fosse concedida assistência na ‘medida das necessidades globais’ do país. Portanto, o ministro rogava saber das reais possibilidades de cooperação que os EUA ofereceriam ao Brasil.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem, p.9.

³⁷¹ Correspondência da BrazEmb para DE de 27/09/1954.

³⁷² Memorando secreto da BrasEmb para MRE de 29/09/1954, p.1.

Fato de suma importância para o argumento desta tese são os comentários contidos no mesmo documento relativos às considerações do Embaixador Muniz. Fazendo de modo sutil a argumentação, o Embaixador deixa velada a ‘ameaça’ de graves consequências para as relações bilaterais, caso os EUA não cooperassem. Relata o memorando:

O Embaixador do Brasil, ao reafirmar as teses expostas pelo Ministro Gudin a respeito do assunto, quis deixar claro que sua Excelência, enquanto expunha cruamente os fatos ligados à situação do Brasil, não pretendia recorrer a argumentos políticos para a consecução de objetivos econômicos. Pensava, entretanto não lhe ser possível esconder a circunstância de que, **não ocorrer a assistência integral acima referida**, uma futura restrição drástica das importações dos EUA acarretaria não só consequências econômicas, mas também **política de natureza muitíssimo séria, a despeito de tudo quanto o atual governo pudesse fazer no sentido de evitar a exploração política.** (grifos do autor).³⁷³

A situação era realmente urgente. Gudin relatava³⁷⁴ que o montante de dinheiro pretendido não poderia ser concedido ao Brasil pelas instituições públicas procuradas. Fato que fez o ministro retrucar dizendo lamentar ‘que fossem tão parcimoniosos’. Então, em seu encontro com Milton Eisenhower, Gudin informou que o Brasil somente aguentaria até princípios do próximo novembro. O fato é que, apesar de se conseguir um empréstimo de 160 milhões de dólares, a viagem de Gudin não tinha sido realizada em data oportuna, já que os principais decisores do governo dos EUA estavam ausentes da capital federal.³⁷⁵

Do ponto de vista dos EUA, os problemas enfrentados pelo Brasil não eram vistos como risco para os EUA. Tanto que a lista dos ‘problemas atuais’ vividos pelo país, tema de correspondência entre Mr. Cottrell a Mr. Woodward, não considera os ‘riscos políticos’ citados pelas autoridades brasileiras. Há sete temas destacados no documento como ‘current problems’: 1. Balança de pagamentos; 2. Empréstimos para desenvolvimento; 3. Energia Atômica; 4. Embaixador Kemper; 5. Comitê Conjunto de defesa Brasil-EUA; 6. Navios de Guerra para o Brasil; e 7. Eleições. A despeito de todos os pontos guardarem algum grau de discordância entre os dois

³⁷³ Idem, p.3.

³⁷⁴ Correspondência secreta da BrasEmb para MRE de 5/10/1954.

³⁷⁵ Para maiores detalhes da visita, ver correspondência confidencial enviada da BrasEmb ao MRE em 8/10/1954. O Embaixador Muniz relata ao chanceler Fernandes que “a ocasião não se indicava propícia, pois se encontravam ausentes de Washington, além do Presidente da República, o Secretário de Estado (...). O Assistente do Secretário de Estado para assuntos interamericanos. Ausentes, portanto, as autoridades capazes de tomar decisão, há ainda que notar, como fatores adversos, a iminência de eleição neste país e no Brasil”. (p.2).

países, ressalta-se a insatisfação do Ministro Gudim em não ter conseguido garantias do governo dos EUA de que o Brasil receberia ajuda para os déficits de 1955 e a declaração do presidente do Banco Mundial de que o Brasil somente receberia mais dinheiro quando “colocasse a casa em ordem”. Havia, ainda, certa apreensão quanto às eleições realizadas no Brasil, pois o documento informa que “it appears to be no landslide for either the ‘Getulista-Commie’ group or the administration groups”.³⁷⁶

Para o governo brasileiro, antecipar a posição a ser adotada pelos EUA na Conferência Econômica do Rio de Janeiro era de extrema importância. O Embaixador Muniz envia carta ao chanceler Raul Fernandes dizendo que as perspectivas não eram boas. O breve otimismo diminuía, pois ficava claro que a posição do governo norte americano contratava com as demandas dos países latino-americanos. Ilustraria tal contraposição, o programa negativo dos EUA com as seguintes posições concretas:

- 1)os EUA não oferecerão à América Latina nenhuma contrapartida do Plano Marshall;
- 2)não concordarão com o estabelecimento de nenhum banco, ou instituição similar, formada com capitais americanos e destinada especificamente a financiar o desenvolvimento econômico da América Latina; considerando mais do que suficiente o Banco Internacional e o Eximbank;
- 3)não concordarão com qualquer programa de estabilização de preços dos principais produtos latino-americanos;
- 4)não concordarão com nenhum programa de compras para o ‘stockpile’; esclarece o porta-voz local que o governo norte-americano julga, pela sua própria experiência interna, que tanto a estabilização quanto o programa de estocagem não são suficientemente ‘frutíferos’;
- 5)os EUA objetam, finalmente, a uma ‘injeção maciça de capital’ nos países latino-americanos, por julgarem que os benefícios de tal política são, com frequência ilusórios, e que, passados os efeitos da ‘injeção no braço’, as consequências podem ser contraproducentes.³⁷⁷

Além dessas posições ‘oficiosas’ do governo dos EUA, Muniz chama a atenção para dois fatos: as possíveis retaliações por parte dos EUA caso suas propostas não sejam aceitas e a não diminuição da ênfase do problema comunista no caso brasileiro, pois ‘[t]he Washington view is that there is now a general trend away from

³⁷⁶ Correspondência confidencial de Mr. Cottrell para Mr. Woodward de 11/10/1954, p.2.

³⁷⁷ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 4/11/1954.

Communism in Latin America as a whole, although Brazil and Chile are still question marks at the moment".³⁷⁸

Uma das causas para que a América Latina não fosse alvo de políticas mais assertivas de ajuda para o desenvolvimento econômico era o fato de os EUA estarem divididos internamente em grupos de interesses que se equilibram de modo precário.³⁷⁹ Assim, mesmo que setores da administração, mais sensíveis aos problemas internacionais, possam demonstrar alguma disposição e compreensão dos problemas brasileiros em particular, sua força não seria suficiente para contraporem-se aos referidos 'grupos de interesses' internos dos EUA, que não dispunham de tal boa vontade. Antes, parecia haver por parte dos altos círculos financeiros dos EUA uma tentativa de reservar porções do mundo 'subdesenvolvido' para seus investimentos. Tal lógica, para Muniz, poderia trazer consequências nefastas para as relações bilaterais dos EUA, pois podem levar, "às vezes por motivos inteiramente circunstanciais ou adjetivos, a uma divergência grave com os países subdesenvolvidos interessados em 'promover', e não esperar que 'aconteça' o seu progresso material".³⁸⁰

Ademais, considera o Embaixador, que a América Latina seria marginal aos interesses políticos norte-americanos, sendo, assim, área passível de permanecer como 'reserva' de interesses já consolidados. Ainda, haveria uma carência de informações do público dos EUA em relação à América Latina, carecendo os primeiros de 'instinto sociológico' para compreender as diferenças continentais. Portanto, os estadunidenses tenderiam a "impressionarem-se mal com as aparentes inferioridades culturais, políticas e até psicológicas da gente do Novo Mundo Ibérico."³⁸¹ Esse dado cultural não poderia ser modificado em curto espaço de tempo e "muito menos, por meio de intempestivas reações de ressentimento".³⁸²

Tendo sido feita tal análise geral, o Embaixador brasileiro considera que a solução dos problemas urgentes enfrentados pelo Brasil deveria ser buscada através de um

³⁷⁸ Correspondência confidencial de Mr. Cottrell para Mr. Woodward de 11/10/1954, p.5.

³⁷⁹ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 4/11/1954, pp. 6-7.

³⁸⁰ Idem, p.10.

³⁸¹ Idem, p.23.

³⁸² Idem, p.23.

esforço de entendimento bilateral. Estratégia que teria mais chances de sucesso devido à ação direta de pessoas informadas que possuem maior liberdade de ação e do “impacto muito menor dos compromissos eventualmente assumidos sobre a opinião pública, e, em particular sobre o Congresso, por receio do qual os órgãos do executivo evitam cada vez mais contrair responsabilidades internacionais”.³⁸³

6.2. A primeira Conferência de Ministros da Fazenda das Américas e suas consequências.

De resto, a expectativa era de que haveria acordos e divergência na primeira conferência dos Ministros da Fazenda das Américas que teria seus trabalhos inaugurados no dia 22 de novembro de 1954, no Palácio Quitandinha, na cidade de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro. As reuniões seriam pautadas por agenda previamente estabelecida que dividira as questões em 4 grandes grupos: a) Comércio Internacional; b) Desenvolvimento econômico; c) Transportes e d) Assuntos diversos.

Com a expectativa de comportamento da delegação antecipada pelo Embaixador Muniz, não pareciam grandes as possibilidades de que se firmasse uma política interamericana sólida. No entanto, apostava-se na crescente importância que os mercados das economias latinas assumiriam para a manutenção dos altos níveis de produção dos EUA para que os estadunidenses revertissem sua política negligente com o continente. Igualmente importante para os EUA seria o crescimento dos setores de matéria-prima e industrial no continente, pois “em caso de guerra será para a América Latina que os EUA terão de recorrer em busca de suprimento para suas indústrias e também em busca de produção que suplemente seus próprios esforços”.³⁸⁴ Porém, tal lógica ainda não parecia ser compartilhada pelos EUA.

O final da conferência foi retratado como decepcionante, pois “a reviravolta esperada não se concretizou. E não poucos delegados chegaram a dizer que o pan-americanismo [estava] condenado.”³⁸⁵ No entanto, considerou-se que a conferência

³⁸³ Idem, p.25.

³⁸⁴ Visão, 12/11/1954, p.70.

³⁸⁵ Visão, 10/12/1954, p.12.

contribuiu para iniciar uma nova fase nas relações hemisféricas, com debates mais francos e honestos. Findava-se o pan-americanismo ingênuo para dar lugar ao pan-americanismo objetivo. De lado a lado houve decepção: os EUA ouviram palavras duras, os latinos não receberam dos estadunidenses promessas de apoio de seu maior anseio: o desenvolvimento. De modo contrário, foram refratários a várias reivindicações como a paridade internacional de preços e a criação de um banco interamericano.

A ação conciliatória do Brasil deixou muitos delegados latino-americanos com a impressão de que estavam sendo traídos. De fato, o ministro Gudin, seguindo a estratégia das negociações bilaterais no intuito de buscar soluções para os problemas brasileiros, agia convencido de “que nada adiantaria ao conclave aprovar resoluções e recomendações que não pudessem ser aceitas pelos EUA. A delegação brasileira via-se obrigado a conciliar, procurando soluções intermediárias que satisfizessem a ambos os lados”.³⁸⁶ As sugestões do Embaixador Muniz pareciam estar sendo postas em prática devido à crítica situação em que o Brasil se encontrava, seu poder de barganha parecia reduzido e a utilização de discurso mais assertivo não convinha ao momento.

No entanto, o ano de 1954 ainda teria tempo para mais um contencioso bilateral Brasil-EUA: a questão do café no mercado dos EUA. Conflito que gerou forte reação brasileira. As instruções eram claras no sentido de se estabelecer uma doutrina de que qualquer “regulamentação do comércio de café, no âmbito internacional, deve ser feita através do sistema interamericano de consulta” e “evitar que qualquer providência unilateral americana venha a provocar repercussões psicológicas desfavoráveis”.³⁸⁷

As tais ‘providencias unilaterais’ realmente eram preocupantes para o governo brasileiro, pois o momento da política exterior dos EUA era de redefinição de princípios. Assim, a incerteza estava em que, apesar das ‘novas’ bases de relacionamento dos EUA com os países do continente já terem sido manifestadas na X Conferência Interamericana e na de Ministros da Fazenda, ainda não havia

³⁸⁶ Visão, 10/12/1954, p.13.

³⁸⁷ Telegrama secreto do MRE para BrasEmb de 20/12/1954.

expressão oficial da nova doutrina. O que ocorreria através da publicação de um folheto pelo Departamento de Estado intitulado 'Our Southern Partners'.

O chanceler Raul Fernandes é informado pelo Embaixador Muniz do teor da referida publicação. Para ele a ideia explicitada no documento deixava clara a vontade de se estabelecer a fórmula do 'good partner' em substituição à anterior 'política da boa vizinhança' nas relações dos EUA com os demais países do continente. Detalha-se todo o teor do documento, concluindo-se que o mesmo possuiria duas intenções de propaganda:

No âmbito nacional refutar as críticas que se fazem cada vez mais frequentes à política interamericana do Governo (...). Já no terreno continental, ao repisar, sob vestimenta nova, teclas já batidas nas mais recentes declarações oficiais, visaria a publicação em apreço a aplacar as queixas latino-americanas contra o proclamado abandono dos negócios do Hemisfério por parte do governo de Washington.³⁸⁸

Continuando sua avaliação, Muniz considera que haveria uma percepção equivocada dos EUA quanto ao sucesso da cooperação continental. Nas opiniões dos latinos e de setores internos dos EUA, o julgamento de que o novo rótulo não trouxe remédios diferentes para os graves problemas vividos pelos países do sul. Fato curioso, segundo Muniz, era que tais problemas eram bem avaliados no documento. Assim, sintetiza o Embaixador, havia bom diagnóstico e fraca terapêutica por parte do governo republicano de Eisenhower. Por isso, dada à falta de elementos concretos que indicassem a melhora nas relações interamericanas,

estaria a opinião pública dos países ibéricos do continente autorizada a especular sobre se a denominação enunciada na mensagem do Presidente Eisenhower à recente conferência de Quitandinha tende a traduzir-se em realizações concretas ou não passará de mais um 'slogan' que encontrará reação fatalmente cética.³⁸⁹

Ceticismo recrudescido pelos anúncios de planos de desenvolvimento voltados para países da periferia asiática fortemente financiados por capitais públicos dos EUA. Notícias que alimentavam o sentimento anti-ianque na América. Muniz ainda relata que em toda oportunidade que tem, adverte ao Departamento de Estado quanto ao perigo dos EUA concentrarem seus esforços na região euroasiática e que gostaria

³⁸⁸ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 3/01/1955, p.3.

³⁸⁹ Idem, p.4.

de poder retomar o argumento em palestra no War College para a qual fora convidado.

O Embaixador passa a defender a tese de que o Brasil deveria assumir a condição de líder do bloco latino para que seus interesses fossem defendidos. Tal fato seria justificado pela paralisia em que se encontrava a política exterior dos EUA devido às indefinições de sua política interna. Sendo necessária a formação de um *lobby* que cuidasse dos interesses dos latinos que, naquele instante, estavam sem defensores. Ele cita o já referido ‘problema do café’ como exemplo de uma ação diplomática dos países produtores que não encontrou ressonância em forças “domésticas ponderáveis”. Assim, Muniz acreditava que o sistema interamericano somente estaria funcionando nos momentos de crise - como a da Guatemala. Defendia, então, maior coordenação de interesses e objetivos dos latinos, sem ‘tonalidades antagônicas’ com os EUA, para que se buscasse o desenvolvimento econômico. Ele sugeria que tal movimento não “seria nada grandioso nem se revestiria do caráter de campanha ostensiva ou demagógica, suscetível de fazer manchete na imprensa, tendo-se em mente de preferência uma ação suasória mansa e persistente”.³⁹⁰

O Embaixador brasileiro avança sua tese de que o Brasil necessitava de um estudo profundo para que atualizasse sua política interamericana, uma vez que os EUA haviam transformado sua política continentalista em globalista. Movimento que trouxe prejuízos à América Latina, no geral, e ao Brasil, particularmente. Assim era imperioso reconhecer tanto as mudanças na conjuntura externa como na interna. Entre suas sugestões estava a criação de uma Comissão de Planejamento no Itamaraty que pudesse se debruçar sobre os problemas de longo prazo, afastando-se das ‘soluções imediatas’ pedidas pelo dia-a-dia.

A importância de tal planejamento baseava-se na premissa de que o Brasil era a segunda nação do sistema interamericano com “uma grande margem de ação e um destino histórico a cumprir”³⁹¹ Assim, considerando tal destino na conjuntura dos anos 1950, Muniz considera que “só podemos extrair da tradição de Rio Branco um ensinamento e não será pouco – o da necessidade de nos lançarmos à solução das

³⁹⁰ Idem, p.6.

³⁹¹ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 12/01/1955, p.10.

questões concretas do momento tendo em vista uma perspectiva global”.³⁹² Agrega a tal argumentação o contraste entre as tradições diplomáticas do Brasil e dos EUA, sendo aquele sempre voltado para o exterior e esse somente lançado à liderança mundial a contragosto, rompendo sua vontade isolacionista.

A despeito do entendimento do Embaixador Muniz de que não deveria haver antagonismo com os EUA ao se aplicar nova orientação à política exterior, havia resíduo de ressentimento no governo brasileiro. Sentimento comprovado pelo teor da comunicação do MRE com a Embaixada do Brasil em Washington. Sua curta instrução é direta e eloquente: “Viagem do Vice-presidente Nixon à América Central. Resposta a seu telegrama. Tratando-se de viagem à América Central, não julgo oportuno manifestarmos o desejo que a mesma se estenda ao Brasil”.³⁹³

Ainda, segundo nova instrução do MRE, o diplomata poderia proferir a palestra no War College a que fora convidado, mas deveria tomar alguns cuidados.

Do mesmo modo, e por não encontrarem justificativa realista, dever-se-ia evitar quaisquer comentários por demais otimistas quanto ao estado atual das relações entre os dois países. O teor limitativo das ressalvas acima não compreende, evidentemente, as observações que Vossa Excelência fizer com referência aos aspectos frustrados da política de cooperação entre os dois países, mesmo que já tenham sido objeto de gestões entre as duas chancelarias e cuja divulgação seja **aconselhável para ilustração da opinião pública**. (...) É certo que tendo em vista a falta de correspondência entre a cooperação por nós prestada aos Estados Unidos e todas as oportunidades e a que nos seria devida pelos mesmos na emergência econômica-comercial que atravessamos, estamos hoje sentindo falta de uma reformulação dos termos futuros das relações entre os dois países.³⁹⁴

Assim, a intenção do MRE era deixar claro, ou pelo menos implícito, que não haveria motivos para otimismo. Percebia-se que o clima em toda a América Latina era crescentemente hostil às políticas estadunidenses na região, sendo a referida viagem de Nixon à América Central uma tentativa de se desfazer o ‘envenenamento’ da opinião pública. Muniz relata que, naquele momento, os representantes dos EUA no continente registravam

³⁹² Idem.

³⁹³ Telegrama confidencial do MRE para BrasEmb de 4/01/1955.

³⁹⁴ Documento Secreto do MRE para BrasEmb de 29/03/1955.

um recrudescimento do sentimento anti-ianque, insuflados por duas forças originariamente antagônicas, mas às vezes convergentes na prática – o nacionalismo exagerado e a propaganda comunista (...) Argumentos não faltam, de grande impacto emocional, para incentivar tal atitude e, além de ressuscitar-se o travo antiamericano deixado pelos erros, hoje históricos e renegados, da política do 'big stick', sobreviveram cumulativamente as queixas mais recentes contra o abandono da América Latina.³⁹⁵

O conteúdo da fala do Embaixador, que ainda era apresentado de modo analítico, seria, progressivamente, transformado em estratégia de ação para o governo brasileiro. A manifestação do 'antiamericanismo de cátedra' seria crescente ao se tornar explícita "uma permanente disparidade entre as intenções proclamadas, evidentemente de boa fé, pelos responsáveis pela política interamericana dos EUA e os resultados efetivamente obtidos"³⁹⁶ pelos países do continente. A razão era que os governantes dos EUA, segundo Muniz, ainda não conseguiam ou desejavam esclarecer à opinião pública e ao Congresso a importância da participação de seu governo para auxiliar o desenvolvimento dos países vizinhos do continente. De modo contrário, apostavam que o capital privado faria tal 'milagre'. Assim, Muniz encerra sua mensagem com a esperança (vã?) de que Nixon tenha se impressionado com as palavras dirigidas a ele pelo Arcebispo da Guatemala: "Para bater os comunistas, é preciso convencer o povo tanto no espírito como no estômago".

Tais ideias pareciam povoar o pensamento de agentes do governo brasileiro, sendo debatidas e comentadas em diferentes círculos sociais. Quando o Embaixador Muniz informa ao chanceler Fernandes o teor da palestra que faria no dia 2 maio de 1955, deixa transparecer sua percepção das consequências da política exterior dos EUA em prática no atual cenário brasileiro. A longa exposição intitulou-se "Alguns aspectos atuais das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América"³⁹⁷ e teria sido concebido para os ouvidos do corpo discente do War College que visitaria o Brasil em breve como parte de sua formação acadêmica. Assim, a oportunidade era vista como privilegiada para mover sentimentos e causar reflexão sobre a conduta dos EUA no continente (considerada equivocada pelo embaixador brasileiro). Assim, após longa elaboração sobre o relacionamento bilateral, chega-se ao momento vivido pelos dois países. Muniz expõe - agora para a plateia

³⁹⁵ Correspondência oficial da BrasEmb ao MRE de 29/03/ 1955, p.3

³⁹⁶ Idem, p.5.

³⁹⁷ Correspondência confidencial-urgente da BrasEmb para MRE de 12/04/1955.

estadunidense - as consequências da transformação da política exterior dos EUA de Continentalista para Globalista.

Esta fase evolutiva trouxe resultados profundos. Por exemplo, falando francamente, é preciso hoje, ter certa coragem moral – e os senhores sabem que é a mais difícil – para, em muitas partes do mundo, manifestar-se alguém incondicionalmente simpático aos Estados Unidos. Não se trata de observação minha, mas de americanos que vêm de fora.

No caso brasileiro o antiamericanismo é fenômeno minoritário. Ainda há no povo verdadeira amizade, às vezes nublada por ressentimentos desenvolvidos no período do após-guerra. Existe, também, por parte da elite intelectual e dos homens de negócio, decepção e ceticismo por não verem, de parte americana, a compreensão de questões que nos parecem meridianamente claras e que exigiriam soluções concretas e amigas.³⁹⁸

Segue a análise considerando que apesar das divergências de ‘superfície’, o Brasil continuava ‘incondicionalmente’(sic) amigo dos EUA por possuírem convergência de valores e finalidades. Assim, o Brasil não concordava com a utilização do ‘black mail’ internacional. Mas, que não seria possível convencer a opinião pública brasileira

a admitir uma paridade de tratamento arbitrariamente dispensado pelo governo de Washington que se mantiveram indiferentes ou hostis em momentos decisivos (...). Parece igualmente inaceitável à opinião pública brasileira a paridade de tratamento dispensada ao subcontinente brasileiro, mundo de recursos e possibilidades em pleno processo de maturação e a países que, pela limitação de possibilidades e condições, não podem oferecer sólida base para um movimento altamente compensador de desenvolvimento econômico, capaz de dar maiores frutos no campo internacional. Aí está uma das razões da angústia e da agitação que os senhores vêm relatadas em seus jornais, nem sempre com a necessária precisão e sutileza.³⁹⁹

Tal fala diplomática é ilustrativa dos argumentos que se desenvolveriam para atitudes mais assertivas por parte dos brasileiros nas relações bilaterais devido ao não atendimento ou entendimento das demandas ilustradas acima. Assim, apesar da alegada amizade ‘incondicional’ e do ‘baixo’ índice de antiamericanismo observados pelo Embaixador, a utilização de um grau de ‘blackmailing’ – para utilizarmos os mesmos termos da análise acima citada – já seria notado nas negociações do Brasil com os EUA. Pois a simples invocação da reação da opinião pública brasileira, face às ações estadunidenses, indicava o uso de um artifício negocial.

³⁹⁸ Idem, p.19.

³⁹⁹ Idem, p.22.

A que se estaria fazendo referência quando se invocava a opinião pública? A hipótese plausível era que se referia a grupos suficientemente influentes que poderiam impactar na formulação da política exterior, já que, como queria o Embaixador, estariam capacitadas a participar do debate relativo ao 'real' interesse nacional. Jogo político que deixaria manifestar os diferentes interesses da sociedade brasileira e expressaria as diferentes capacidades de influência de cada grupo.

O episódio da campanha contra a Coca-Cola, que poderia soar anedótico, é boa ilustração da instrumentalização do descontentamento frente aos EUA. O caso chega à Embaixada em Washington com ares potencialmente criador de crise entre os Estados. Muniz escreve pedindo providências, pois teme que a proibição da venda do refrigerante seja prejudicial ao Brasil. Justifica que "a companhia tem ligações íntimas na Presidência da República e amigos poderosos no congresso".⁴⁰⁰ O caso foi detalhado em um *aide memoire* pelo qual um diretor da Coca-Cola elenca as possíveis sanções que sua companhia receberia. Segundo o representante da companhia de refrigerante estadunidense, haveria uma campanha difamatória contra seu produto, tendo sido utilizados argumentos que não corresponderiam à realidade como: o produto era danoso a saúde e que os representantes da companhia agiam de modo desonesto. Anota que na França houvera caso semelhante com repercussões importantes, gerando uma campanha nacional de indignação. Assim, sugere que a ação do governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, em ordenar a mudança da fórmula do refrigerante (sob pena de proibição da comercialização do mesmo caso suas ordens fossem descumpridas) possuía intenção de publicidade. Observa o diretor que

It is interesting to note that his excellency adressed himself to the Instituto Adolfo Lutz for an analysis rather than the Secretary of the Health Department of the State, and, furthermore, that, although his order was given wide publicity in local papers, it was not published in the Official Gazette of the State.⁴⁰¹

Outro caso que gera boas doses de exposição e debate sobre aos EUA seria o acordo sobre o reator nuclear que estava sendo negociado 'secretamente' e chegava ao público no final de maio de 1955. A embaixada dos EUA no Brasil relata a reação da imprensa 'comunista' e de outras tendências. O balanço é de que, como

⁴⁰⁰ Correspondência confidencial-secreta da BrasEmb para o MRE de 13/04/1955.

⁴⁰¹ Idem, p.2.

esperado, só os órgãos ligados aos ‘comunistas’ reagiram de modo violento ao acordo, destacando-se os veículos Imprensa Popular, Última Hora (descrito como criptocomunista), Tribuna da imprensa. Merece destaque o comentário de Robert P. Terril (Conselheiro da Embaixada que escreve em nome do Embaixador) que considera preocupante o fato das informações publicadas terem sido fornecidas por setores de ‘dentro’ do governo. No entanto, outros veículos da imprensa teriam tratado o assunto de modo mais favorável. Mas, lamenta-se o fato do general Álvaro Alberto, “former head of the Brazilian National Research council, has lent himself to communist purposes and that his statements as well as those of his colleague, Costa Ribeiro, have served as the text for a violent attack on the US and President’s Atoms for Peace Program”.⁴⁰²

Essa repercussão na imprensa foi alvo de preocupação da Embaixada dos EUA no Brasil que envia novo documento confidencial ao Departamento de Estado no dia 10 de agosto de 1955 com o título ‘Press Reaction to signig of agreement’. Nele estão anexadas 42 notícias sobre o tema, indicando-se alguma variedade de tratamento, do apoio ao repúdio total, sendo essa última tese defendida pelos ‘commies’. De fato o tom das diferentes matérias retratava um Brasil com diferentes opiniões sobre o tema da cooperação nuclear com os EUA.

O segundo semestre de 1955 enredaria o Brasil, além do debate relativo às relações com os EUA, em outra discussão importante relativa à política interna e que contribuiria para modificar os parâmetros de negociação que se dariam com os EUA. A eleição para presidente da República e a forte instabilidade interna que tal conjuntura produziu seriam retratados na imprensa estadunidense. Era óbvia a preocupação dos diplomatas brasileiros em relação aos impactos que a nova instabilidade na vida política do país poderia trazer às já atribuladas relações bilaterais Brasil-EUA.⁴⁰³

Relata-se o conteúdo de duas matérias publicadas no New York Times (dos dias 8 e 7 de dezembro) pelos quais se analisava a política interna do Brasil. O tom de uma das matérias era considerado ‘alarmista’ pelos diplomatas brasileiros, pois previam

⁴⁰² Correspondência confidencial da BrazEmb ao DE de 10/06/1955, p.3.

⁴⁰³ Correspondência Confidencial da BrasEmb para MRE de 9/11/1955.

golpe ou revolução como desfecho da crise. Tais fatos (que não serão aqui descritos de modo pormenorizado, por serem sobejamente retratados na historiografia brasileira ⁴⁰⁴) referem-se à transferência da presidência da República de Café Filho para o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz.

O tom das matérias estava mais equilibrado, fugindo das interpretações sensacionalistas devido à Influência do próprio Departamento de Estado que teriam feito algumas ponderações à redação do New York Times. Acusa-se, ainda, o correspondente do referido Jornal, Brewer, de confeccionar matérias equivocadas, sendo que sua substituição poderia ser útil para corrigir os vícios de origem das matérias enviadas do Brasil àquele grande jornal dos EUA.

Na visão dos diplomatas da Embaixada em Washington, o editorial considerado mais equilibrado seria o do dia 9 de novembro de 1955. Segundo eles, tal editorial

expressa confiança na continuidade do tradicional processo democrático brasileiro e coloca na medida justa o papel historicamente desempenhado no Brasil pelas Forças Armadas, na defesa da legalidade e da ordem constituída, em contraste com o militarismo reinante na maioria dos países da América Latina, [e que ele] contribuirá de alguma forma para desfazer, na opinião pública americana, a useira simplificação de ver uma uniformidade política entre as diversas nações ao Sul do Rio Grande, levando o Brasil de rojão. ⁴⁰⁵

Mais importante, os mesmos diplomatas consideram que o New York Times estaria defendendo, como uma minoria ilustrada nos EUA, que a realidade brasileira é ‘sui generis’ na América Latina. Concepção que já teria sido defendida nas páginas no mesmo Jornal por Adolf A. Berle Jr, (ex-Embaixador dos EUA no Brasil) em artigo publicado no dia 16 de outubro de 1955, mas havia passado despercebido ao redator para assuntos latino-americanos daquele jornal. Portanto, para os diplomatas brasileiros, a mudança de tom assumida pelo influente jornal dos EUA deveria ser “motivo de contentamento” para quem se preocupa com o bom nome do Brasil no exterior.

⁴⁰⁴ Para maiores detalhes ver FAUSTO, Boris. História do Brasil. Edusp, SP, 2011.

⁴⁰⁵ Correspondência Confidencial da BrasEmb para MRE de 9/11/1955, p.2.

O temor de que os fatos em curso no Brasil pudessem estar sendo mal interpretados nos EUA era real. O MRE instruíu à Embaixada do Brasil em Washington a desfazer as eventuais distorções produzidas pela entrevista de Carlos Lacerda a 'um jornal' estadunidense. O chanceler dirige-se ao Embaixador nos seguintes termos: "Peço a V.Exa. usar dos meios a seu alcance para corrigir os conceitos sempre apaixonados daquele jornalista, a fim de prevenir que se crie nesse país uma impressão defeituosa do que efetivamente ocorreu e ocorre no Brasil".⁴⁰⁶ Interessante perceber o zelo para que se mantivesse a crença que, segundo os diplomatas brasileiros, representava parcela do pensamento do Departamento de Estado. Percepção que era retratada nos seguintes termos:

Brazil is one of the undoubted democracies of Latin America and she has been an example to others in these trying years. It would be a great pity if that reputation were now mered by undemocratic intervention from the armed forces. Despite alarmist reports, friends of Brazil refuse to believe that this great and free country will deviate from its historic role as a democracy.
407

A preocupação de o Brasil seguir seu 'papel histórico' (sic) de consolidar-se como democracia justificava-se, pois, caso contrário, o país perderia respeitabilidade e força para negociar tanto os empréstimos como os materiais nucleares.⁴⁰⁸ Era relevante para o Brasil fazer parte das negociações referentes à criação da instituição reguladora do uso dos materiais e tecnologias que eram vistas como o futuro energético e militar da política internacional.

Também poderia ser um bom instrumento de barganha para a aquisição de empréstimos dos EUA, via Eximbank. O Embaixador Muniz relata que o presidente deste banco teria lhe informado que "tanto o Banco como o governo em geral encontravam-se sobre pressão, em virtude da acusação de diversas fontes contra a política de crédito, em relação à América Latina e ao Brasil particularmente".⁴⁰⁹ O

⁴⁰⁶ Telegrama confidencial do MRE para BrasEmb de 10/12/1955.

⁴⁰⁷ NYT, 9/12/1955.

⁴⁰⁸ Conforme correspondência confidencial-urgente do MRE para BrasEmb de 12/12/1955, pp.1-2, Considerava-se que "1) o Brasil é um dos poucos países do mundo que possuem apreciáveis reservas de minerais toríferos" (...) 4) O posição do Brasil no terreno da energia atômica já foi definida, no plano internacional, ao ser escolhido pela AG ONU como integrante do grupo das sete nações que constituíram o Comitê consultivo para as aplicações pacíficas da energia atômica; (...) 6) graças às condições peculiares em que se encontra no tocante a matérias primas atômicas e sua utilidade para fins não militares, deve o Brasil ser incluído entre as nações que deverão participar das responsabilidades inerentes às atribuições do órgão internacional que ora se planeja.

⁴⁰⁹ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 25/01/1956.

fato de estar-se criando um clima de pressão interna conjugava-se com a ofensiva dos soviéticos que passavam a oferecer ajuda econômica à América Latina. Segundo Muniz, Waugh teria manifestado o interesse em produzir contrapropaganda através da publicidade do empréstimo de 35 milhões de dólares que o banco faria à Volta Redonda. Ainda, de modo a reforçar o argumento e a visibilidade de tal ato, sugeria que o vice-presidente Nixon visitasse a usina em expansão.

Neste sentido, a construção - ou reconstrução - do poder de barganha do Brasil para suas negociações com os EUA passaria pela imposição da condição privilegiada de fornecedora de matérias primas (atômicas ou não) e pela sugestão de que havia alternativas de financiamento, mesmo que essas tivessem colorações ideológicas distintas do mundo 'democrático' capitalista. Ou seja, alguma dose de 'pressão' estaria sendo utilizada pelo governo.

6.3. Juscelino Kubitschek, buscando novos termos para negociar.

O governo de Juscelino Kubitschek, empossado no dia 31 de janeiro de 1956, teve boa acolhida nos EUA. Sua visita àquele país ainda como presidente eleito teria deixado boa impressão. Segundo o Embaixador Muniz, "os jornais mais representativos continuam a exprimir, geralmente, comentários favoráveis ao governo brasileiro".⁴¹⁰ No entanto, o Brasil ainda convivia com divergências internas que acabavam sendo 'mal interpretadas' no exterior. Muniz cita como exemplo a publicação de artigo de Carlos Lacerda, deputado opositor da UDN, em veículo de "menor importância" dos EUA. Artigo que fazia severas críticas ao recente governo de JK. Assim, o Embaixador brasileiro considerava fundamental que o governo brasileiro provesse sua Embaixada de recursos para que pudessem informar de modo correto a opinião pública dos EUA a respeito do programa do novo governo. Em suas palavras,

tal verba permitiria a realização de campanha persistente em favor das pretensões do Brasil no campo econômico e político (e) serviria (...) para neutralizar o efeito de ataques, como os referidos, os quais, embora virulentos, são por enquanto esporádicos.⁴¹¹

⁴¹⁰ Correspondência confidencial-urgente da BrasEmb ao MRE de 3/02/1956.

⁴¹¹ Idem.

Mas as ações de Muniz estavam com os dias contados, uma vez que sua transferência para Buenos Aires começava a ser aventada. Em seu lugar seria indicada uma liderança política do PSD, Ernani do Amaral Peixoto (genro de Getúlio Vargas). Tal substituição somente seria efetivada no mês de julho do mesmo ano, mas já era notícia em jornais dos EUA em fevereiro. O New York Herald Tribune publicava que 'Brazil may shift envoys'.⁴¹² Sua indicação, além de ilustrar a vontade de 'politizar' o cargo de Embaixador dos EUA também seria oportuna para retirá-lo do centro das divergências que seu partido sofria naquele momento. Divergências que seriam crescentes e impactariam na relação bilateral Brasil-EUA. Segundo o mesmo jornal, "Mr. Peixoto, as an outstanding Brazilian political and industrial figure, could prove helpful to Dr. Kubitschek in his policy of seeking closer ties with and great economic support from the US for the realization of his five-year development plan".⁴¹³ Neste sentido, Peixoto e sua esposa, Alzira Vargas, recebem em sua casa o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, que viera chefiando a comitiva dos EUA para a posse de JK.⁴¹⁴

Kubitschek resolve manter, provisoriamente, Muniz na Embaixada dos EUA e José Carlos de Macedo Soares (que fora nomeado na interinidade de Nereu Ramos, em novembro de 1955) como Chanceler. O Embaixador Muniz parecia afinado com Macedo Soares quanto à importância de se estabelecer um serviço eficiente de relações públicas junto ao público dos EUA. Essa vontade do Embaixador brasileiro reverberara no MRE com a anuência do chanceler. Escreve Muniz, 'atendendo a instruções', sugerindo uma linha direta com o sistema de comunicação dos EUA que seguisse os seguintes princípios: a) ampliar o conhecimento geral do país, b) restaurar a confiança dos investidores, c) destacar vantagens de comércio com o Brasil, d) estimular o interesse pelo Brasil, e) por em relevo a cultura e a

⁴¹² Edição de 8/02/1956.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Nixon também aproveita sua visita ao Brasil para anunciar novos empréstimos do Eximbank para Volta Redonda. Em discurso pronunciado no dia 03 de fevereiro de 1956 nas dependências da usina, ele relembra alguns princípios da política externa dos EUA para o hemisfério e reforçaria a importância da aliança entre Brasil e os EUA. Segundo ele: Another principle for which we have deep reverence is that nations, like men, are entitled to equal dignity and freedom. Preservation and respect for the sovereign integrity of the smaller States is among the most sacred obligations of the greater powers of our hemisphere. Fato relevante é a defesa feita pelo vice-presidente da importância do capital privado para o desenvolvimento dos países. Lógica que contrariava os interesses brasileiros. Nixon expressa tal concepção nos seguintes termos: I like to speak of it because it lies in the field of private enterprise from which the real strength and future growth of both our countries must be drawn.

personalidade do povo brasileiro e f) incentivar o turismo. Tal preocupação relacionava-se com a percepção das autoridades \brasileiras de que as visões produzidas nos EUA e no Brasil, muitas vezes, careciam de veracidade e estavam baseadas no desconhecimento mútuo das duas sociedades.⁴¹⁵

As consequências das negociações bilaterais referentes à política de energia atômica ajudam a explicar a preocupação do Embaixador Muniz com as relações públicas, tanto no Brasil como nos EUA. Relata-se que o congresso brasileiro havia instalado uma comissão parlamentar de inquérito para analisar os acordos de exportação de minérios atômicos para os EUA. Os resultados do inquérito provocaram discussão na imprensa sobre o tema, exigindo que o Itamaraty interviesse no sentido de se evitar “a criação na opinião pública de conceitos errôneos sobre o problema”.⁴¹⁶

Opinião pública que poderia por em risco o projeto de cooperação atômica entre o Brasil e os EUA que colocaria o Brasil na vanguarda do tema na América Latina. Explica Muniz que a vontade do governo dos EUA seria celebrar tal acordo de modo mais célere possível. Esse programa teria impactos políticos importantes para o Brasil. Argumenta Muniz:

Conforme não escapará a Vossa Excelência, nosso rápido progresso no campo da energia atômica acarretará também importantes consequências de caráter político, pois nas discussões relativas à repartição internacional de Energia Atômica, o Brasil figura sempre como o país mais avançado na América Latina no setor de pesquisas nucleares, e, em consequência, candidato certo a um dos lugares permanentes na Junta de Governadores da aludida Repartição.⁴¹⁷

Portanto, a visão do Embaixador brasileiro em Washington era otimista quanto à vontade de cooperação dos EUA para os temas mais sensíveis do período. No entanto, as percepções de outros setores, nos dois países, não pareciam compartilhar de tal otimismo uma vez que os impasses nas negociações econômicas eram de grande monta.

⁴¹⁵ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 6/03/1956.

⁴¹⁶ Correspondência confidencial do MRE para BrasEmb de 20/04/1956.

⁴¹⁷ Correspondência reservada da BrasEmb para MRE de 9/05/1956.

Um exemplo das dificuldades encontradas nas relações bilaterais foi estampado no periódico *Correio da Manhã*. O caso relatado referia-se a um “calamitoso” dumping estadunidense para a imposição da venda de seu excedente de algodão para os países da América Latina. Assim, segundo o presidente da Confederação Nacional de Comércio, Sr. Jessé Pinto Freire, tal dumping estaria “sendo preparado (...) por quem menos poderiam esperar os países latino-americanos produtores de algodão: o governo dos Estados Unidos”.⁴¹⁸ Continua o presidente a avaliar o quadro de desilusão que se instalava no país.

Os Estados Unidos contam nesta parte do mundo com seus amigos melhores e mais leais, tendo a frente o Brasil. Nunca lhes faltamos com nosso apoio – e não apenas de palavras nas horas incertas e de perigo. Na solidariedade pan-americana, tecida pela união dos povos livres e amantes da democracia, está um dos grandes esteios com que o povo amigo se apresenta no concerto internacional. Como intensificar e fortalecer essa solidariedade (...) se o irmão mais rico adota hoje medidas discriminatórias contra o café e anuncia outras contra o algodão, exatamente os produtos vitais para a maioria dos seus aliados do hemisfério?⁴¹⁹

Encerra suas considerações apelando para a reversão das políticas em prática através da conscientização dos círculos decisores dos EUA e que as autoridades brasileiras não diminuam a importância da ‘batalha’ que se está travando e que “se perdida, decorrerão males imensos, a agravar os muitos que aqui já estamos nos debatendo”.⁴²⁰ Portanto, os ‘males imensos’ causados pela política dos EUA à combalida economia brasileira eram percebidos com desgostos por muitos setores econômicos que passam, crescentemente, a duvidar das intenções solidárias dos EUA.

Tal clima reverberava no governo Kubitschek que, segundo o demissionário Muniz⁴²¹, hesitava em assumir posição face às pretendidas ações de equilíbrio da economia do país que os EUA demandavam do governo brasileiro. O que gerava, nas autoridades do governo dos EUA, dúvidas “se o governo brasileiro terá realmente possibilidade de levar a cabo o seu programa, especialmente diante das pressões que se somam no sentido do aumento de salários e desequilíbrio

⁴¹⁸ *Correio da Manhã* 20/05/1956, p.16.

⁴¹⁹ *Idem*.

⁴²⁰ *Idem*.

⁴²¹ Correspondência da BrasEmb ao MRE de 31/05/1956.

orçamentário”.⁴²² Assim, recomendava-se empenho do governo Kubitschek em demonstrar que estaria realmente empenhado em aplicar as ‘recomendações’ de ajustes feitos pelos EUA, fato que teria bons efeitos para o país.

A reunião dos chefes de Estado americanos no Panamá poderia ser a oportunidade para a reversão das percepções negativas dos latinos em relação aos EUA. Segundo Muniz, sob sua sugestão, o governo dos EUA gostaria de transformar a iminente reunião em “mais do que um encontro meramente de propaganda e comemorativo. [Estaria] em gestação a ideia de formular-se declaração de princípios, cujo fito seria dar impulso a novo sistema interamericano”.⁴²³ Neste sentido, Eisenhower fez saber seu interesse no comparecimento de Kubitschek no Panamá. Ocasão que Muniz considerava ser propícia para um encontro bilateral, “no qual os dois presidentes se entenderiam sobre os problemas econômicos e financeiros mútuos”.⁴²⁴

O tom de Muniz era otimista em relação às possibilidades de concertação entre o Brasil e os EUA, pois, em suas conversas com o presidente do Eximbank, Waugh, havia a sinalização de que essa instituição “daria toda a ajuda para o Plano de Desenvolvimento”⁴²⁵. No entanto, tudo dependeria da posição do Tesouro e do Departamento de Estado. Assim, Muniz, em sua despedida do cargo de Embaixador dos EUA, encontra-se, no dia 11 de julho de 1956, com o Secretário de Estado para sondar as reais possibilidades de cooperação bilateral. Sua percepção continuava a ser favorável já que o Dulles teria referido-se

em termos inequivocamente calorosos ao caráter *sui generis* das relações entre o Brasil e [os EUA] dizendo que, embora o governo de Washington tenha por norma ‘não fazer ostensivamente diferenças’ no cenário da política interamericana, via ele de fato o Brasil como *primus inter paris* na América Latina.⁴²⁶

No entanto, as considerações de Muniz deveriam ser ponderadas em relação às fortes manifestações contrárias aos EUA que se observavam no Brasil. Segundo o correspondente do New York Times no Rio de Janeiro, Tad Szulk, Tarcilo Vieira de

⁴²² Idem.

⁴²³ Correspondência da BrasEmb ao MRE de 5/06/1956.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 19/06/1956.

⁴²⁶ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 11/11/1956.

Melo, líder do PSD, havia desferido duros golpes à política pan-americana dos EUA.⁴²⁷ Fato marcante seria que tal pronunciamento fora feito na celebração realizada em homenagem ao novo Embaixador do Brasil para os EUA, Ernani do Amaral Peixoto. Cerimônia que contou com a presença do presidente Kubitschek. Assim, as acusações do líder do PSD de que haveria crescente desconfiança no continente quanto aos ‘reais motivos’ da política exterior dos EUA para a América Latina assumiram um tom ‘quase oficial’.

No entanto, ressaltou-se que não haveria razão para imaginar que o Presidente Kubitschek compartilhava com as visões expressas por Vieira de Melo que, surpreendentemente, comporia a delegação brasileira no Panamá. O novo Embaixador indicado para os EUA, Amaral Peixoto, que havia deixado a liderança do PSD para assumir a representação, também teria criticado a fala de Vieira de Melo. Segundo Szulk, haveria uma tendência no Brasil de permitir “the desire to protect the interests of the country to take the shape of aggressiveness in relation to other peoples whose friendship and relations we always cultivated and must conserve”.⁴²⁸

Era clara a divergência sobre a política exterior dos EUA que marcava o debate político brasileiro e contribuía para cindir o principal partido de sustentação do governo JK. Fato que não passou despercebido aos diplomatas estadunidenses. Segundo Trimble, as tendências ‘nacionalistas’ seriam suficientes para ameaçar o estreitamento de relações econômicas, políticas e militares com os EUA “unless such program can be justified on basis concrete, visible benefits to Brazil”.⁴²⁹ No entanto, eles consideravam que a posição extremada assumida por Vieira de Melo representava apenas a ala mais jovem do partido (que acredita que o partido deveria adotar uma posição nacionalista mais agressiva se tal postura fosse conveniente ao eleitorado), não sendo compartilhada pelos mais velhos e conservadores, nem pelo presidente. Sendo sinal claro dessa desaprovação a reação do chanceler Macedo Soares que, ao ouvir as palavras de Vieira de Melo, demonstrou-se sensivelmente irritado.

⁴²⁷ NYT, 12 /07/1956.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Correspondência confidencial da BrazEmb ao DE de 14/07/1956.

Mas, mesmo assim, os diplomatas dos EUA consideravam que o aumento do sentimento antiamericano era indício de um processo social mais amplo. Neste sentido, consideravam que

there is apparent a growing consciousness here of the increasing importance of Brazil on the international scene and a consequent awakening public interest in foreign affairs. Many people, who are not ultra-nationalists or commies, feel that Brazil 'has come to age' and should conduct its foreign policy on the basis of an independent determination of its own best interests. This tendency, for one thing, encourages acceptance of the idea that Brazil should maintain normal diplomatic relations and further trade relations with the USSR.⁴³⁰

Ainda reverberando a fala de Vieira de Melo - que também declarará que o Brasil não estaria mais disposto a permitir o sacrifício do seu legítimo interesse 'em nome de sentimentos falsos e impatrióticos de solidariedade e subserviência – escreve Trimble que parecia claro que as considerações de Vieira de Mello foram “premeditated and intended as a warning to the US at moment the Brazilian economic experts are initiating aid discussions in Washington, as well as with na eye to Kubitscheks’s anticipated meeting with President Eisenhower in Panama”.⁴³¹

Posteriormente o tom assume característica mais analítica acerca da atitude do presidente brasileiro no episódio Vieira de Melo. Neste sentido, reforça-se a ideia de que a pronúncia do líder do PSD fora atitude calculada, pois fora pronunciado na presença de altos representantes do governo e do partido no poder no Brasil. Neste sentido, a ocasião não poderia ter sido mais bem escolhida. Quanto à posição de JK, agora há dúvidas, pois dadas as circunstâncias seria difícil de compreender como o Presidente teria permitido ao seu subordinado fazer tais declarações. Argumenta o diplomata:

Several hypotheses have been suggested by local observers to explain this development: 1) the President was unable to exert the necessary authority to prevent Vieira de Mello from making this critical remarks, or 2) the President preferred to permit him to express his views without restriction, even though he did not agree with them, on the theory that such freedom to express contradictory views was desirable in the long run and in the Brazilian tradition; or 3) that the President approved the speech as a means of diverting attention from internal difficulties.⁴³²

⁴³⁰ Idem, p.2.

⁴³¹ Telegrama confidencial da BrazEmb ao DE de 12/08/1956.

⁴³² Correspondência confidencial da BrazEmb ao DE de 8/07/1956, p.2.

Seguem outras considerações relativas à dubiedade de posicionamento de JK. No entanto, os diplomatas estadunidenses tendiam a acreditar que tal situação de confusão de conduta decorria da difícil situação política na qual Kubitschek se encontrava. Conjuntura que o impediria de tomar atitudes mais fortes contra os ultranacionalistas e outras forças internas do seu partido. Assim, apesar de acreditarem que pessoalmente o presidente se opunha às posições mais extremadas, ele não poderia prescindir do apoio desses setores para manter-se no poder. Outra consideração importante para o argumento refere-se à frágil posição do Itamaraty na condução da política exterior do país. Observa-se que o chanceler teria pouco influência junto ao Presidente, “and has been evident for some time that foreign policy – at least on major issues – is determined in the Catete by the President on the advice of political leaders and his immediate collaborators”.⁴³³

Tal situação sugeria a iminente substituição de Macedo Soares e, mais importante para o debate desta tese, que o baixo grau de influência do Itamaraty dava às incertas e instáveis forças políticas grande influência na resultante da política exterior. Neste sentido, variáveis como a do ‘antiamericanismo de cátedra’ teriam maiores possibilidades de manifestação.

O debate público existente no país foi relatado pelo New York Times. Segundo o correspondente Tad Szul, o momento coincidia com a viagem de Kubitschek ao Panamá para o encontro dos presidentes do hemisfério e tinha raízes no conflito entre o nacionalismo extremado (da esquerda e da direita) e o nacionalismo (‘mais esclarecido’) que aceita a cooperação internacional. Debate que, em última análise, estaria centrado na relação bilateral Brasil-EUA, pois denunciava-se excessiva dependência do Brasil em relação aos EUA e defendia-se mais autonomia para o Brasil agir no sistema internacional.

No entanto, considerava-se que tal debate não era novidade. Neste sentido, “[t]he dispute over Brazilian-US relations has been going on here sporadically for the last quarter of a century. Anti-United States campaigns, launched for various reasons, are no novelty in Brazil”.⁴³⁴ Mas, na atual conjuntura, o debate parecia ser mais profundo do que nas manifestações anteriores, pois “it’s related to the wave of post-

⁴³³ Idem, p.3.

⁴³⁴ NYT 14/07/1956.

war nationalism that is sweeping Latin America and to Brazil's rapid economic and social development".⁴³⁵

Fato a ser destacado no atual processo, e que contribui na explicação do proposto 'antiamericanismo de cátedra', é que os partidos de centro estavam entrando no debate. Exemplifica o argumento a declaração do líder do PSD, Tarcilio Vieira de Melo pela qual afirma que "the chiefs of Brazil's ruling Social Democratic party have shown solidarity with him".⁴³⁶ Ressalte-se que tal solidariedade referia-se aos seus ataques à política exterior dos EUA para a América Latina e para o Brasil.

6.4. Sai Muniz, entra Peixoto.

Em meio ao debate relativo às relações bilaterais Brasil-EUA, assume o posto de Embaixador brasileiro nos EUA, Ernani Amaral Peixoto. Sua filiação partidária ao PSD era clara, sendo, inclusive, ex-líder do partido. Sua saída do Brasil fora marcada pela intensa polêmica relativa ao discurso antiamericano proferido pelo deputado Vieira de Melo em sua despedida. Assim, apesar de Peixoto ter declarado não concordar com as declarações de seu correligionário, seus primeiros movimentos na Embaixada em Washington pareciam levar em conta a possibilidade de buscar maior 'autonomia' da política exterior do Brasil frente aos EUA.

Em correspondência ao chanceler Macedo Soares, Peixoto relataria que

[d]esde que aqui cheguei, há pouco mais de um mês, tenho observado, com certa frequência, manifesto desejo, da parte de representantes dos países que gravitam na órbita soviética, de que o Brasil modifique a atitude até agora adotada e reate com eles, senão relações diplomáticas, pelo menos as de caráter comercial. (...) Tratando-se de assunto tão controverso, qual seja o das relações com os países comunistas, assunto que no Brasil é a cada passo abordado na imprensa, no Senado e na Câmara, achei meu dever prestar tais informações a Vossa Excelência, a título meramente elucidativo e também por me parecer oportuno, no momento em que o Gerente Geral da Confederação de Café da Colômbia acaba de declarar que seu país exportará, neste ano, como no ano passado, 10.000 sacas de café para a União soviética e pretende aumentar as exportações do mesmo produto para a Alemanha Oriental.⁴³⁷

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ NYT, 14/07/1956.

⁴³⁷ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 27/08/1956. pp.2-3.

Interessante ‘prestação de informações’ justamente no momento em que o Brasil negociava com o Eximbank para a aquisição de maiores créditos que auxiliassem no cumprimento de suas obrigações financeiras e em seus projetos de desenvolvimento. Negociações que seriam abaladas por forte campanha nacionalista contrária ao acordo comercial proposto pelo governo dos EUA de trocar seu trigo pelos minerais atômicos brasileiros.

A gravidade da situação seria expressa em documento secreto endereçado ao Subsecretário Holland, pelo qual se descreve a conversa do Embaixador no Brasil, Briggs, com o presidente Kubitschek e o chanceler Macedo Soares. Relata-se que como resultado de uma campanha nacionalista e comunista no congresso, “the Brazilian National Security Council, with President Kubitschek approval, announced the suspension of sales of thorium to the US and the intention to abandon the joint uranium prospecting agreement of 1955”.⁴³⁸ O Embaixador Briggs expressou ao presidente brasileiro as ‘preocupações’ do governo dos EUA e pediu para saber a posição do governo brasileiro em relação ao tema. Kubitschek teria respondido que essa manobra fora apenas uma ‘manobra tática’ para acabar com a agitação antiamericana e que não significava uma mudança de intenções do governo brasileiro em relação aos EUA.

No entanto, as autoridades estadunidenses guardavam certa dose de ceticismo quanto à habilidade do governo brasileiro em domar as tendências em curso. Neste sentido, apesar das garantias dadas por Kubitschek, o embaixador Briggs permanecia cético quanto à habilidade do presidente colocar em prática suas boas intenções. Pedia-se a ajuda do subsecretário Holland para reforçar a posição de descontentamento junto ao Embaixador Peixoto. Ainda, parecia que o movimento tinha fôlego, pois a Embaixada dos EUA no Rio identificava nova campanha nacionalista comunista para criar “friction over the minerals (iron ore) resources survey in which the US and Brazil have been cooperating for the past ten years”.⁴³⁹ Portanto, a percepção dos diplomatas dos EUA no Brasil era de que as declarações

⁴³⁸ Documento secreto da BrazEmb para DE de 01/09/1956.

⁴³⁹ Idem.

conciliatórias de Kubitschek eram apenas endereçadas ao exterior, não tendo efeitos internos. Isso ilustraria “President’s weak-kneed posture before ultranationalists”.⁴⁴⁰

A postura do governo brasileiro gerava forte apreensão nos EUA, pois se percebia certa dose de jogo duplo. O assunto foi tratado pelo próprio Secretário de Estado, Dulles, em telegrama confidencial endereçado à Embaixada no Rio. O documento relata a conversa de Holland com Peixoto. Este teria declarado que sua indicação para o cargo de Embaixador refletia a intenção do governo brasileiro em estreitar os laços com os EUA e que ele envidaria esforços para conter as forças e argumentos contrários aos EUA que se avolumavam no Brasil. Ele, no entanto, reconhecia que havia ‘certo grau’ de dissenso no país.

Ambassador [Peixoto] said in discussions with Brazilian Armed Forces ultranationalists he had compared Brazil’s current problem of relationships with that of the German versus US problem in 1941 and that today Brazil must be either with US or with Russia and specifically that receiving atomic field was obviously contingent on supplying raw materials.⁴⁴¹

Nota-se que há, de modo implícito, na fala do Embaixador Peixoto, o relato de que os termos da barganha exercida nos anos 1940 entre Brasil e EUA estavam sendo redesenhados através da utilização do que aqui chamamos de ‘antiamericanismo de cátedra’, pois instrumentalizado por parte do governo para tentar reaver seu poder de negociar com os EUA.

De fato, a ‘atmosfera’ no Brasil não era favorável aos EUA. Situação que trazia preocupação ao Secretário de Estado Dulles que observou que os EUA com certeza gostariam de colaborar com o Brasil, mas para isso “requires atmosphere in Brazil conducive to success of our joint efforts”.⁴⁴² Assim, ele somente poderia ver com preocupação os ‘irresponsáveis e injustificados’ (sic) ataques contra os EUA. No entanto, estaria disposto a considerar como sincero o desejo do Presidente Kubitschek em avançar o acordo nuclear com os EUA e a aceitar a mudança de posição do deputado Archer em relação ao assunto, conforme havia lhe reportado o Embaixador Peixoto. Em suas palavras,

⁴⁴⁰ Telegrama secreto da BrazEmb para DE de 13/09/1956.

⁴⁴¹ Telegrama confidencial do DE à BrazEmb de 14/09/1956.

⁴⁴² Telegrama secreto do DE à BrazEmb de 15/09/1956

Archer according to Ambassador professed friendship for the U.S. and desire to be helpful in present situation. Peixoto apparently sought to imply Archer has turned over new leaf. I remarked that if this true public indication his change of attitude would be of interest, having in mind Archer one of principal proponents of last month's anti-US campaign.⁴⁴³

Mas tal vontade do governo brasileiro em demonstrar que as manifestações nacionalistas e antiamericanas estavam extintas era vista com suspeita por Dulles que ponderava que tais declarações não eram convincentes. A Embaixada dos EUA no Rio responde ao Secretário de Estado. Segundo os diplomatas estadunidenses, o deputado Renato Archer realmente havia feito um “vicious and detailed” ataque a política atômica dos EUA. O nível de detalhes indicava que a fabricação dos ataques teriam sido provenientes do próprio Conselho de Segurança Nacional de onde foram obtidos os documentos utilizados pelo congressista. Assim, “if Archer really intends turn over new leaf would require public exposure by him of Nationalist-communist conspiracy in which he participated”.⁴⁴⁴

No entanto, fica evidente que o próprio governo, em alguma medida, teria sido aquiescente com a ‘trama’, pois os ditos grupos nacionalistas e comunistas teriam forte influência no governo e, em alguma medida, exerciam a função crítica que o presidente não poderia fazer de modo direto. Interessante o relato, no mesmo documento acima citado, do encontro de um alto representante da Orquima com Kubitschek e Augusto Frederico Schmidt, no dia 3 de setembro de 1956, para pedir explicações sobre a reversão da posição brasileira relativa ao programa nuclear com os EUA. Segundo o documento, Kubitschek teria respondido: “I knew this was the most stupid and culpable action I have ever taken but what else could I do”.⁴⁴⁵

De fato, Peixoto envidou esforços para que se remodelasse o acordo atômico Brasil-EUA, uma tentativa para que ele não se extinguísse. Neste sentido, ele pede ao chanceler autorização para que novos parâmetros do acordo fossem estabelecidos e anunciados por ocasião da Conferência Internacional de Energia Atômica que seria iniciada no dia 22 do mesmo mês.⁴⁴⁶

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Telegrama secreto da BrazEmb para DE de 18/09/1956.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Documento secreto- urgente da BrazEmb para MRE de 20/09/1956.

No entanto, essa ‘boa vontade’ era posta em perspectiva pelo governo dos EUA que considerava que o acordo proposto

indicates that the Brazilian Government will desire to export atomic energy materials in the future only in return for quid pro quo in the atomic energy field, such as atomic reactors and other facilities. Such minimum benefits as the statement might have as an expression of good intentions is weakened by the fact that it is designed primarily for US rather than Brazilian consumption.⁴⁴⁷

Assim, apesar das autoridades brasileiras assegurarem que os novos termos propostos para a cooperação atômica estavam baseados no sincero desejo de aprofundar os laços com os Estados Unidos, havia desconfiança por parte do governo dos EUA. Neste sentido, o Ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, procura desfazer o ‘mal-entendido’ declarando em pronunciamento feito em Washington no dia 26 de setembro de 1956:

If it's true that we have, first of all, our national interest at heart – and it couldn't be otherwise – it is utterly false to advance that we have embarked on a policy of ultra-nationalism tantamount to xenophobia. We stand, as we stood in the past, for international cooperation.

Ao seu turno, os EUA pediam ‘garantias’ de que o governo brasileiro firmasse posição em defesa das boas intenções das políticas estadunidenses. Também gostariam que fossem tomadas ações concretas para que os ataques aos EUA fossem combatidos.

Any malicious attack in this field, therefore, we thought would be quickly quashed by the Government and others in Brazil who, we feel confident, otherwise are desirous of conducting friendly and constructive relations with the US and who had only to make the true fact known. With the background of what happened, in which the US was made to look very bad before the Brazilian public, there is little to encourage us to proceed with related projects and programs in which we understand the Brazilian Government is interested.⁴⁴⁸

Toda a discussão acima relatada é mais um indício de que o governo brasileiro agia de modo a instrumentalizar seus interesses nas negociações bilaterais com os EUA. Para tanto, podiam ser lenientes com os ataques aos EUA, ou mesmo fazer incentivar determinadas manifestações para que obtivessem novos parâmetros de

⁴⁴⁷ Memorandum de 26/09/1956.

⁴⁴⁸ Memorandum Relations with Brazil in Atomic Energy Field de 16/10/1956. Tal documento relata a conversa de Mr. Wrzos com o Embaixador do Brasil nos EUA, Ernani do Amaral Peixoto.

negociação, como se demonstrou no caso dos minerais atômicos. Mais uma evidência do exercício do 'antiamericanismo de cátedra'.

Ao se aproximar do final do primeiro ano do governo JK, Peixoto envia mensagem ao chanceler Macedo Soares. O extenso documento analisa os interesses brasileiros em resposta à política exterior do governo Eisenhower que se reelegera para mais um mandato de quatro anos. As reflexões do Embaixador brasileiro assumem importância ao se perceber a vontade de que se estabeleçam 'objetivos concretos' para as relações com os EUA. Segundo Peixoto, elas ainda não estavam delineadas, pois o governo Kubitschek esteve absorvido pelos problemas e deveres de seu primeiro ano de instalação.

A preocupação central era entender os reflexos para o Brasil da nova orientação da política global dos EUA. Modificações que se avizinhavam e teriam sido confirmadas pelo próprio Eisenhower que fizera discurso expondo os principais pontos da política exterior de seu segundo mandato. Orientação que gerava desconforto em Peixoto que antevia a possibilidade de se efetivar prejuízos para a América Latina se os EUA centrassem suas preocupações nos problemas europeus e asiáticos.

Portanto, Peixoto defendia ser o momento de se fixar os objetivos gerais da política exterior do Brasil para sua cooperação com os EUA, sendo sugerido que se reforçassem os canais multi e bilateral para

chamarmos a atenção de nossos amigos [os EUA] para os reclamos de desenvolvimento econômico do Continente em geral e do Brasil em particular". Neste diapasão, Peixoto prega ação proativa do governo brasileiro para dizer ao governo de Washington que o Brasil estaria "cansado de medidas protetatórias.⁴⁴⁹

Sobe o tom da fala ao dizer que apesar de os EUA possuírem 'exaustivo' conhecimento do Brasil, eles continuam a agir de modo dilatatório fazendo aumentar o volume de recomendações e resoluções praticamente inócuas nas conferências e reuniões interamericanas. Sendo exemplo recente o malogro da reunião presidencial do Panamá. Neste sentido, sintetiza a linha de conduta que acredita ser conveniente ao Brasil: ação conjunta com os outros países da América Latina.

⁴⁴⁹ Correspondência confidencial da BrazEmb para MRE de 20/12/1956.

A execução deste plano talvez exija gestões diretas e imediatas do Itamaraty junto aos demais governos latino-americanos, explicando-se, então que tal atitude não tem caráter inamistoso, mas ao contrário, visa a um melhor entendimento entre os países do hemisfério. Aliás, ao falar sobre o assunto, os diversos representantes reconheceriam a necessidade em que se encontram os EUA de fortalecer sua posição em determinadas áreas do globo, mas salientariam a importância, para este país, do auxílio que podem receber da América Latina e que torna imperativa mais ampla cooperação dentro do continente.⁴⁵⁰

Estava dado o tom das reivindicações para que os EUA modificassem o tratamento 'negligente' que, até o momento, dispensavam à América Latina. Para tanto, sugeria que o Brasil apresentasse planos concretos para que não se juntasse "às lamúrias de caráter vago e emocional, repisadas em coro há quase uma década".⁴⁵¹ Encerrava dizendo que tudo isso deveria ser feito seguindo a tradição diplomática brasileira: com firmeza, mas sem agressividade. Assim, tais ações serviriam para restaurar tais laços e impedir o desvirtuamento que vinha ocorrendo nas relações bilaterais desde o final da II Guerra Mundial. Sugerida a estratégia, restava a escolha das armas.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

Capítulo 7 - Novas manifestações do antiamericanismo no país

7.1. Inflexões

O ano de 1957 começa com o Embaixador Peixoto colocando em prática sua já expressa vontade de coordenar a voz dos países latino-americanos. Ele relata ter convidado para um almoço os Embaixadores da Argentina, da Bolívia, do México, da Colômbia e do Uruguai (além de Peru e Venezuela, que não puderam comparecer). Encontro que buscaria “maior rendimento [para] a próxima reunião dos representantes presidenciais”⁴⁵² do continente. No entanto, ele serviu para confirmar sua impressão de que a América Latina precisaria de maior articulação e coordenação para que sua voz e reclames fossem ouvidos pelos EUA. Segundo ele, dever-se-ia apresentar “número reduzido de reivindicações comuns e concretas, tendentes ao revigoramento do sistema interamericano, para evitar desarticulação decorrente da pleora de sugestões formuladas”⁴⁵³ em outros encontros. Na mesma ocasião, Peixoto comunicou o teor da carta que havia endereçado ao vice-presidente Nixon.

Tal carta fora enviada no dia 20 de dezembro de 1956, e manifestava “apreensões quanto à eventualidade de a América Latina em geral e o Brasil em particular tornarem a ocupar posição desfavorecida aos se delinear nova fase na política exterior”⁴⁵⁴ dos EUA. Segundo Peixoto, a resposta de Nixon do dia 15 de janeiro de 1956, pela qual justificava a necessidade de os EUA se ‘interessarem’ pela Europa e Oriente Médio, garantia que os EUA não teriam perdido o interesse pela América Latina. Justifica-se, então, a importância do continente e do Brasil em particular ao “mencionar as negociações ora em curso no Rio de Janeiro, tendentes à instalação, no território de Fernando de Noronha, de um posto de acompanhamento da trajetória de projéteis teleguiados”.⁴⁵⁵ Mas, pondera Nixon que o assunto teria produzido um mal-entendido por parte do governo brasileiro que teria vinculado a aceitação do acordo ao compromisso ilimitado dos EUA de oferecer ajuda econômica e militar ao Brasil. ‘Esquecendo-se’ o Brasil que tal acordo traria

⁴⁵² Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 10/01/1957.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 18/01/1967.

⁴⁵⁵ Idem, p.2.

benefícios para todos os países do continente, já que seria do interesse de todo o ‘mundo livre’ (sic) que o conhecimento dessa arma e de sua potencialidade defensiva fosse desenvolvido o mais rapidamente possível.⁴⁵⁶

Assim, nas palavras de Nixon:

Parece, todavia, que seu governo deseja agora vincular ao acordo condições que virtualmente representariam, com efeito, compromisso ilimitado (“open-end”), por parte de meu Governo, de proporcionar ao Brasil, no futuro, auxílio econômico e militar. Ocorreu-me que talvez tenha havido algum mal-entendido, da parte do governo do Brasil, no tocante ao uso que seria dado às instalações de Fernando de Noronha.⁴⁵⁷

Observa-se, neste sentido, outro exemplo de tentativa do governo brasileiro em reestabelecer condições que trouxessem ganhos econômicos nas negociações com os EUA. Tentativa que resultara em reação ‘taxativamente’ negativa dos EUA que declaram não ser aceitável a nova fórmula brasileira. Peixoto relata que dada a grande lista de pretensões apresentadas pelo governo brasileiro, os EUA não aceitavam qualquer redação que mencione ajuda econômica. Neste sentido,

[f]izeram ver que a assistência, neste setor, recebida, só no último ano, pelo Brasil monta em 300 milhões de dólares aproximadamente. Não vê razão para ligar assunto que diz respeito à defesa do hemisfério aos projetos de desenvolvimento econômico, alguns dos quais já estavam antes sendo objeto de consideração. Declararam que, embora as instalações de Fernando de Noronha tenham alta prioridade, não são a única solução e que se o Governo brasileiro insistir em obter em troca assistência econômica, optarão por diferentes alternativas.⁴⁵⁸

Mais um malogro da argumentação diplomática que visava buscar ganhos econômicos através da necessidade de segurança dos EUA. Dificuldade que Peixoto procura contornar com estratégias multilaterais - através da coordenação da ação dos países latino-americanos - e bilaterais que seriam tratadas em correspondência enviada ao chanceler Macedo Soares. O objetivo de conjugar as duas frentes de ação, multi e bilateral, seria a obtenção da “indispensável

⁴⁵⁶ Carta resposta de Nixon ao Embaixador Peixoto de 15/01/1956.

⁴⁵⁷ Idem, p.2.

⁴⁵⁸ Telegrama urgente-secreto da BrasEmb ao MRE de 21/01/1957.

cooperação deste país [EUA] para a consecução de nossos importantes objetivos nacionais”.⁴⁵⁹

Para tanto, à Embaixada brasileira em Washington é pedido que se acompanhassem as negociações do representante brasileiro, Lucas Lopes, com a diretoria do Eximbank. Tratativas que compreendiam os projetos básicos do programa de desenvolvimento econômico do Governo do Presidente Kubitschek. Fica clara a importância de tais negociações para o sucesso do programa de governo de Kubitschek que teria maior sucesso na razão direta dos ganhos conseguidos nos EUA.

São elencados os principais projetos que estavam em negociação com os EUA. Destacam-se a assistência ao programa de desenvolvimento; os empréstimos a longo e médio prazo; o acordo sobre as obrigações decorrentes de empréstimos anteriores com o Eximbank; os investimentos particulares nacionais e estrangeiros; e os investimentos em energia elétrica, estradas de ferro e portos. Todos esses setores haviam sido beneficiados, em alguma medida, por créditos concedidos pelo Eximbank. Mas, também foram discutidos possibilidades de financiamento para a construção e manutenção das estradas de rodagem; o desenvolvimento agrícola; obras regionais para o combate à seca, o desenvolvimento industrial em geral e o desenvolvimento dos recursos minerais.

Segundo a avaliação de Peixoto,

[o] Export-Import Bank tem manifestado constante interesse no desenvolvimento industrial do Brasil e estuda com particular interesse os objetivos de produção industrial que fazem parte do programa de desenvolvimento do presidente Kubitschek.⁴⁶⁰

No entanto, o Peixoto reclama que a Embaixada não estaria recebendo todas as informações relativas às negociações com os EUA ou sendo informada de todos os créditos que estavam sendo concedidos. Segundo ele, “isso, infelizmente, não tem se verificado (...). Seria do maior interesse que me fosse dado conhecimento dos

⁴⁵⁹ Correspondência confidencial da BrasEmb para MRE de 24/01/1957.

⁴⁶⁰ Idem, p.8.

resultados (...). Sobre o assunto solicitei à Secretaria de Estado a remessa de um relatório que até a presente data não me foi enviado”.⁴⁶¹

Peixoto passa a tecer considerações relativas às relações financeiras e econômicas entre o Brasil e os EUA. Ele considera que, apesar de não haver um programa de ajuda nos moldes daquele verificado para a Europa e Ásia, haveria clima “favorável” às pretensões dos países latino-americanos e uma oportunidade muito “propícia para procurarmos alcançar a solução dos objetivos da nossa política econômica no campo bilateral com os EUA”.⁴⁶² E chega a conclusão de que muitas das negociações malogradas, no passado, com os EUA tiveram os brasileiros como principais culpados. Em suas palavras, “a responsabilidade por esse estado de coisas, em alguns casos, cabe mais a nós mesmos do que aos nossos amigos do Norte”.⁴⁶³ Avalia que a falta de planejamento e projetos adequados às reais demandas do Brasil e a incompetência de alguns setores da administração pública estariam entre as causas desses fracassos.

Peixoto reconhece que, em algumas oportunidades, os estadunidenses apresentam aos países latino-americanos exigências e condições mais rígidas do que aquelas pedidas aos países diretamente envolvidos na guerra fria. E chega a uma conclusão que muito interessa ao argumento desta tese:

Mas, o fato é que não podendo o Brasil lançar mão de **argumentos de ordem política**, que em nada alteram a matéria de fundo, essencialmente econômica ou financeira, mas que assim dizer, forçam o Governo norte-americano a concordar com soluções extra econômicas, resta-nos procurar afastar aqueles empecilhos, através da apresentação de projetos estudados em seus menores detalhes e economicamente sadios. (grifos do autor).⁴⁶⁴

A relevância de tais observações está na constatação de que, apesar de se observar o momentâneo esgotamento dos chamados ‘argumentos políticos’, eles não deixavam de constar no rol das alternativas negociais, sendo o ‘antiamericanismo de cátedra’ uma das possibilidades a serem utilizadas pelo governo brasileiro em busca da alteração da ‘matéria de fundo’. Neste sentido, apesar de o Embaixador Peixoto

⁴⁶¹ Idem, p.11.

⁴⁶² Idem, p.12.

⁴⁶³ Idem, p.12.

⁴⁶⁴ Idem, p.13.

fazer tal leitura da conjuntura das relações bilaterais, nem todos comungavam sua opinião de que o Brasil não poderia mais utilizar ‘argumentos políticos’.

Fato que se comprova pela preocupação externada em memorando confidencial produzido pelo governo dos EUA intitulado ‘Memo to AEA on modification and renewal of prospecting agreement’.⁴⁶⁵ Tal documento reflete o debate e percepção dos agentes governamentais dos EUA no que se refere ao posicionamento do Brasil em relação ao tema das negociações dos materiais atômicos. Segundo o documento deveria ser avaliado o impacto das atitudes desfavoráveis publicadas na imprensa extremista do Brasil.

It states also that it would be appropriate for the Embassy to determine whether the purported anti-American feeling, being generated by the presence of our geologists, has reached such proportions as to be detrimental to AEC's negotiations with Brazil in the atomic field or diplomatic relations in general.⁴⁶⁶

A ‘crescente’ manifestação antiamericana também foi objeto de artigo publicado no ‘Christian Science Monitor’⁴⁶⁷, que foi relatada ao MRE pela Embaixada do Brasil em Washington. Segundo o documento brasileiro, a correspondente “Leslie Warren intenta analisar as causas do sentimento anti-ianque cuja intensificação registra estar-se processando ultimamente no Brasil”.⁴⁶⁸

De fato, Warren intitula seu artigo de “Brazil’s hostility towards U.S. rises” e considera que o melhor amigo dos EUA ao sul estaria vivendo um crescente sentimento antiamericano cujo estopim seria a enfática propaganda comunista que se utilizava do sentimento nacionalista dos brasileiros. Relata-se que, segundo um padre com ascendência estadunidense, “the US is the most actively disliked foreign nation in Brazil today”. Neste sentido, “the anti-Americanism has risen despite the fact that the US is Brazil’s best customer and both countries were allies in two world wars”.⁴⁶⁹ Várias razões são apresentadas para tal fenômeno, destacando-se alguns argumentos já apresentados e outros como a denúncia de que os EUA iriam

⁴⁶⁵ Memorando confidencial do DE de 31/01/1957.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ Christian Science Monitor, 26/01/1957.

⁴⁶⁸ Correspondência da BrasEmb ao MRE de 1/02/1957.

⁴⁶⁹ Christian Science Monitor, 26/01/1957.

colonizar o Brasil, a inveja de uma nação fraca que se sente influenciada em demasia pela potência etc.

Argumentos que, segundo Warren, encontravam receptividade na sociedade brasileira.

These arguments find most success among the poor. But they are put forth by a surprisingly large number of the literate and educated. Anti-Americanism is practically a sine qua non among vociferous intellectuals. Politicians, finding that anti-Americanism pays, do not wish to be outdone in championing 'patriotism' and sovereignty.⁴⁷⁰

De fato, o sentimento de reação aos EUA aumentava na sociedade brasileira e começava a atingir novos setores. Documento da Embaixada envia anexo novo recorte do "Christian Science Monitor". O mesmo correspondente Leslie Warren agora informaria a respeito de uma suposta cisão nas fileiras do Partido Social Democrática (PSD), partido do Presidente Kubitschek. Dissidência que, embora já identificada anteriormente, teria manifestação mais intensa após o debate relativo à necessidade ou não da aprovação parlamentar ao acordo relativo à instalação, em Fernando de Noronha, de um posto de observação de projéteis teleguiados.

Sob o título de "Brazil's Majority Party Split by Revolt on Foreign Policy", Warren descreve a publicidade que ganhava a divisão do PSD entre a chamada 'velha guarda', que defendia as posições mais tradicionais da PEB, e os 'jovens turcos', que tentavam arrastar o partido para posições mais à esquerda e, conseqüentemente, mais afastadas daquelas defendidas pelos EUA. Assim, ao polemizarem sobre o uso da ilha de Fernando de Noronha como base de testes dos EUA, os críticos acabam por entrar em desacordo com toda a política externa do país. Nas palavras de Warren, "the argument has taken aspects of a general foreign policy debate".

Aponta-se, ainda, outras fontes de oposição à política externa em curso no Brasil, além dos já relatados setores 'jovens' do PSD, capitaneados pelo 'jovem' líder Vieira de Mello. São elas: "the right-wing UDN party, which sees a chance to embarrass the

⁴⁷⁰ Idem.

government and would like to smoke out 'neutralists' or Communist sympathizers in Congress, and the extreme left-wingers, ultranationalists, and Communist-liners".⁴⁷¹

Assim, o tema do acordo para o uso de Fernando de Noronha desencadeia importante debate a respeito do papel dos EUA na política externa brasileira. No entanto, acredita Warren que o caso serviu para demonstrar que, a despeito das fortes manifestações antiamericanas, o governo Kubitschek demonstrava-se 'solidamente' pró-Estados Unidos.

Tal argumento era compartilhado pelo Embaixador dos EUA no Brasil, Briggs. Ele envia telegrama ao Departamento de Estado repercutindo o decreto governamental que dava as coordenadas para a implementação do acordo militar referente a Fernando de Noronha. Briggs avalia a proposição do Deputado 'nacionalista' da UDN, Seixá Dória, de se instalar na câmara dos Deputados comitê para investigar a política exterior do governo. Segundo o embaixador, "this latest move by nationalist elements in congress serves to keep agitation alive but will not modify Government position."⁴⁷² No entanto, os fatos contribuiriam para modificar essa percepção do Embaixador Briggs.

7.2. Peixoto duvida das reais intenções dos EUA

O embaixador Peixoto notifica sua surpresa ao chanceler Macedo Soares, verificando que a "os novos adidos não trouxeram instruções precisas, conforme fora assentado em reunião realizada no Itamaraty durante [sua] estada no Rio de Janeiro"⁴⁷³ (instruções referentes ao acordo de Fernando de Noronha). Indagava-se se o governo brasileiro diminuía sua convicção em fechar tal acordo. O clima indicava a persistência, "nos meios políticos da América Latina, [da] usual impaciência latente, provocada pelo suposto descaso das altas autoridades norte-americanas no tocante aos problemas dos países ibéricos do Continente".⁴⁷⁴

⁴⁷¹ Todas as citações do parágrafo são de "Christian Science Monitor" de 9/02/1957.

⁴⁷² Documento reservado da BrazEmb ao DE de 28/03/1957.

⁴⁷³ Telegrama secreto-urgente da BrasEmb ao MRE de 8/04/1957.

⁴⁷⁴ Telegrama secreto-urgente da BrasEmb ao MRE de 10/04/1957.

Realmente, a convicção pró-EUA de Peixoto, relatada anteriormente, parecia estar sofrendo abalos, surgindo os primeiros sinais de desencanto. Ao analisar as relações interamericanas e a política global dos EUA, ele informa que o Secretário de Estado vem adotando, há algum tempo, a prática de convocar os Embaixadores latinos para 'consultas' relativas aos fatos mais relevantes da política internacional. Fatos de que não fazem parte os países do continente, anota o Embaixador. Assim, tais encontros poderiam sugerir que haveria concordância por parte daqueles países com as ações adotadas pelos EUA. Assim,

Aos olhos do observador incauto tendem a generalizar a impressão de que: a) os países latino-americanos são consultados previamente sobre a posição do Governo dos EUA em conferências como os de chefes de Estados das grandes potências, ficando inteirados, em caráter exclusivo e confidencial, dos resultados desses encontros; b) que, por conseguinte, na formulação da política global norte-americana são levadas em conta as opiniões dos demais Governos do Hemisfério; c) que esse processo de consulta informal desmente a propalada 'negligência' da América Latina por parte do governo de Washington. Ora, a realidade é, porém, bem outra, pois as convocatórias de Embaixadores a que recorre frequentemente o atual Secretário de Estado e das quais faz alarde, constituem apenas 'barretadas' formais, despidas de maior interesse. Em primeiro lugar, nada de realmente confidencial é tratado, limitando-se o senhor Foster Dulles, a mais das vezes, a repetir perante os Chefes de Missão o que declara antes à imprensa sobre o tema da convocação.⁴⁷⁵

Peixoto, assim, externa seu descontentamento com essa situação ao relatar ao chanceler que deixara de comparecer aos referidos encontros, fazendo-se representar pelo Ministro Conselheiro. Também vinha "dando a entender" ao Departamento de Estado que seria necessário um novo modelo para esses encontros. Fórmula que contribuiria para renovar a solidariedade continental que, segundo ele, carecia de ser reforçada.

A referida 'solidariedade' incluiria cooperação econômica. No entanto, os dirigentes da instituição que se encarregava de operacionalizar tal política, o Eximbank, não estavam dispostos a continuar a investir em um país que demonstrava grande instabilidade e dificuldades econômicas. Peixoto escreve ao chanceler Macedo Soares relatando as dificuldades encontradas nas negociações do Diretor do BNDE, João Baptista Pinheiro, com aquela instituição financeira. Segundo ele,

⁴⁷⁵ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 11/04/1957, pp.1-2.

[o] 'Eximbank' havia feito sentir aos representantes do BNDE suas preocupações sobre o curso do processo inflacionário no Brasil, que tornava difícil àquela entidade continuar a prestar sua assistência financeira ao nosso país, no mesmo ritmo em que vinha fazendo.⁴⁷⁶

Portanto, a lógica empregada nas negociações era estritamente econômica, vinculando-se a cooperação à melhoria dos fatores econômicos no país. Assim, apesar de o governo brasileiro ter apresentado as medidas que vinha pondo em prática para sanar tais deficiências, o Eximbank manifestava que somente reabriria a possibilidade de novos financiamentos após se verificar que as medidas anunciadas estariam sendo efetivamente executadas com resultados tangíveis. Mais, o banco 'sugeriu' algumas ações de política econômica a serem aplicadas no Brasil, destacando-se a redução do déficit federal, contenção do crédito privado, redução da expansão dos meios de pagamento, entre outras. Medidas que vinham na direção contrária aos planos de desenvolvimento do governo brasileiro.

Essa contraposição de princípios entre os dois governos fica explícita nas considerações finais de Peixoto ao chanceler a respeito das malfadadas negociações. Em suas palavras,

A Embaixada apoiou em todas as oportunidades os esforços da missão Pinheiro e continuará fazendo sentir ao governo norte-americano a **importância política** de que não seja interrompida a assistência financeira para a execução do programa de desenvolvimento econômico do Presidente Kubitschek. (grifos do autor).⁴⁷⁷

Observe-se que enquanto a argumentação do governo brasileiro procura justificar a necessidade de cooperação devido a fatores políticos, os estadunidenses continuam a pregar o rigor econômico. Tal contraposição de princípios embalaria as demais negociações que se realizavam no ano de 1957. Contribuía-se, assim, para minar as mais fortes convicções no governo brasileiro a respeito da qualidade da amizade do 'amigo do norte'. Forma-se, de modo crescente, a necessidade de se estabelecer novos mecanismos de negociação que revertessem o jogo em prol do argumento político pretendido pelos brasileiros.

⁴⁷⁶ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 27/05/1957.

⁴⁷⁷ Idem, p.4.

As negociações no campo da energia nuclear e militar (ocorridas em grande intensidade no ano de 1957 ⁴⁷⁸) indicam a vontade do governo brasileiro em utilizar as necessidades dos EUA e as pressões internas como ‘armas’ que possibilitassem conseguir ganhos para o país. Assim, pediam o reaparelhamento da Marinha, Exército e Aeronáutica em troca da aprovação da instalação de bases estadunidense em território brasileiro. Demandas que eram percebidas pelos EUA, segundo Peixoto, de modo adulterado. Em suas palavras, “o fornecimento de certo tipo de armamento superado concorreria tão somente para fins psicológicos destinados a impressionar e tranquilizar nossa opinião pública”. ⁴⁷⁹

Porém, os avanços soviéticos na área espacial trariam novidades nas negociações e no interesse dos EUA pelo Brasil. Peixoto relatando sua conversa com Rubotton (Assistente do Secretário de Estado), considera que, agora, os militares estadunidenses compreendiam melhor as necessidades brasileiras e que a conjuntura era favorável às demandas do Brasil. Peixoto analisa: “quer-me parecer que tal reviravolta é apenas consequência da nova atitude do governo norte-americano com relação às despesas militares, decorrentes do alarme aqui causado, entre outras coisas, pelo lançamento do Sputnik”. ⁴⁸⁰

A relatada modificação do plano global-estratégico dos EUA era vista como uma oportunidade de se reforçar os laços de união da comunidade ocidental, principalmente na Europa e na América Latina. Aumentava, na visão dos brasileiros, a importância do Brasil para os EUA. Reavivava-se, assim, a preocupação em manterem-se boas relações bilaterais. Indício era a preocupação de Rubottom com os fatos internos no Brasil. Segundo Peixoto,

o senhor Rubotton, Assistente do Secretário de Estado, revelou certa preocupação pelas manifestações crescentes do nacionalismo tendencioso, no Brasil – referindo-se às críticas feitas no Congresso à eventual ‘interferência’ norte-americana nas negociações brasileiro-bolivianas, com prejuízo das boas relações existentes entre nossos países. ⁴⁸¹

⁴⁷⁸ Ver documentação trocada entre o DE e a BrasEmbntre entre os dias 11/06 e 26/12/1957.

⁴⁷⁹ Telegrama Secreto da BrasEmb ao MRE de 28/06/1957.

⁴⁸⁰ Telegrama confidencial urgente da BrasEmb ao MRE de 30/10/1957.

⁴⁸¹ Correspondência Secreta da BrasEmb ao MRE de 31/10/1957.

O momento era percebido como propício às demandas do Brasil e a argumentação de reação interna aos EUA – o antiamericanismo – poderia compor tal equação. O Secretário de Estado Dulles deixa transparecer que o governo brasileiro procurava aproveitar o momento para buscar novos ganhos nas negociações. Neste sentido, envia o seguinte pedido à Embaixada do Rio: “Would appreciate if Embassy can discreetly ascertain reasons for Brazilian delay ratifying atomic power bilateral”.⁴⁸² Tom que revela o interesse dos EUA no acordo e a preocupação com as razões do Estado brasileiro.

Dúvida que talvez fosse explicada, em parte, pelo descontentamento do governo brasileiro ao saber da posição dos EUA na reunião do GATT referente ao Mercado Comum Europeu. O MRE pede que a Embaixada de Washington informe ao governo americano o seguinte descontentamento brasileiro:

A Delegação dos EUA à atual reunião do GATT mostrou-se pouco compreensiva quanto às preocupações do Brasil no tocante aos prejuízos que a ampliação de áreas preferenciais previstas no Tratado do Mercado Comum trará às exportações brasileiras de café e cacau para países signatários daquele tratado. Embora compreendamos os motivos de ordem política que tem esse país para estimular o fortalecimento econômico da Europa Ocidental, interesse de que também participamos no plano político e ideológico, não podemos deixar de estranhar que esse governo, por seus delegados, desconsidere a importância que reveste para nos uma retração artificial de tradicionais mercados compradores de nossos produtos de exportação.⁴⁸³

Assim, o Brasil seria mais uma vez ferido em seu projeto de desenvolvimento econômico, pois dificuldades adicionais seriam agregadas ao balanço de pagamento do país. Mais, aquela posição era percebida no governo brasileiro como um claro sinal de que o Brasil continuava com importância secundária nos planos globais dos EUA. Imediatamente, o governo brasileiro resolve ‘testar’ a lealdade do governo dos EUA. O MRE instrui a Embaixada do Brasil em Washington a obter um pronunciamento positivo do Departamento de Estado em relação à criação da Organização Internacional do Café. Justifica-se:

[O] governo brasileiro está na firme convicção de que uma atitude do governo americano que estimule os entendimentos em torno da proposta da Organização teria efeito salutar para o reconhecimento mundial de que,

⁴⁸² Telegrama confidencial do DE à BrazEmb de 20/11/1957.

⁴⁸³ Telegrama confidencial do MRE à BrasEmb de 20/11/1957.

mais do que nunca, os Estados Unidos estão integrados e conscientes dos grandes problemas americanos. E que, em questão que vem sendo de longa data objeto de especulações muitas vezes danosas para os interesses comuns entre o Brasil e os Estados Unidos, inicia-se uma nova fase de cooperação efetiva entre os dois países, e entre eles e os produtores e consumidores de café, para encontrar soluções equilibradas para problema que pode vir a ter, no futuro, consequências econômicas, políticas e sociais imprevisíveis.⁴⁸⁴

Assim, apesar do ano de 1957 encerrar-se com a troca de notas e celebração de acordo bilateral denominado “Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento e Investigação dos Recursos Uraníferos do Brasil”⁴⁸⁵, muitas arestas ainda permaneciam nas relações bilaterais.

As aparências eram mantidas. O discurso de fim de ano do presidente Kubitschek foi enfático em demonstrar a opção brasileira pelo ocidentalismo. Declaração observada (talvez comemorada) e reportada ao Departamento de Estado. Destacou-se a fala do presidente brasileiro que abordava o tema dos assuntos internacionais. Kubitschek declarou que “with reference to foreign affairs president noted that all nations of the world are affected by current disputes and all will suffer if not resolve or at least moderated”. Ainda, o presidente negava as especulações a respeito de uma possível mudança de orientação nas opções de política exterior do país nos seguintes termos: “it is evidente that the international position of Brazil has not changed. There is no basis whatever for speculation that has occurred in this regard in recent days”. E finaliza: “We do not have to choose because we have already chosen”.⁴⁸⁶

Depreende-se do discurso, além da expressa ‘confirmação’ da opção ocidentalista do Brasil, o reconhecimento de que havia especulações em sentido contrário. Mais, que tal opção seria mais ou menos evidente na razão direta das ações dos EUA. Comprava-se essa percepção dos brasileiros através do pedido do MRE à Embaixada do Brasil para que ‘insistisse’ com os EUA para participarem e demonstrarem apoio à posição brasileira na criação da organização Internacional do

⁴⁸⁴ Correspondência confidencial do MRE à BrasEmb de 21/11/1957.

⁴⁸⁵ Conforme se comprova pelos seguintes documentos: Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Rio em 26 de Dezembro de 1957 e Carta enviada pelo Embaixador Peixoto ao Secretário de Estado Dulles na mesma data. Neste último documento, lê-se: “Em resposta [à proposta de acordo feita pelos EUA], levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o governo brasileiro concorda com os termos da referida nota, a qual juntamente com esta constituem um acordo entre os dois Governos”.

⁴⁸⁶ Todas as citações referentes ao telegrama enviado da BrazEmb para DE em 2/01/1958.

Café. Pois, “a omissão dos EUA seria penosa para a grande família americana, e, em particular, para o Brasil, que está patrocinando todos os entendimentos e assumiu a responsabilidade de convocar a reunião”.⁴⁸⁷

Para o governo brasileiro, o apoio dos EUA era fundamental em assuntos de natureza multilateral. Mas ‘intromissão’ dos mesmos em assuntos internos era reputada como criadora de desnecessária instabilidade na política brasileira. Essa percepção ‘contraditória’ se verifica ao observarmos as arrastadas negociações para obtenção de créditos de curto prazo para sanar as dificuldades financeiras do país. Peixoto observa que, dadas as dificuldades encontradas nos EUA, o pedido de crédito deveria feito ao FMI. Ele explica que

a razão aparente deste apelo inicial ao Fundo seria a possibilidade que aquele organismo internacional teria de, através de sugestão rotineira ou exigência regulamentar, obter reformas de natureza monetária, fiscal ou cambial pelo Brasil, reformas reputadas necessárias, **mas que revestiriam o caráter de pressão política se feitas através de exigências de órgãos americanos.**⁴⁸⁸ (grifos do autor)

Interessante o cuidado das autoridades brasileiras para que fossem evitadas as percepções de ‘intromissão’ dos EUA no Brasil. Certamente a razão estava na sensibilidade aflorada em vários segmentos sociais do país quanto ao papel ‘deletério’ que aquela nação teria para o país. Assim, se a pressão fosse feita por órgão multilateral o impacto seria menor, apesar da cautela de Peixoto que estava consciente de que o Brasil seria confrontado com exigências de que se removesse uma das causas mais profundas do desequilíbrio de seu balanço de pagamentos.

Ao que o chanceler responderia: “Devo desde logo acentuar que nenhuma reforma cambial será feita”.⁴⁸⁹ Por sua vez, Rubotton replicaria que os EUA somente auxiliariam o Brasil se fosse elaborado um plano de “longo prazo que apresentasse suficiente segurança de melhoria da situação financeira geral do país, plano que deveria ter o beneplácito do FMI”.⁴⁹⁰ Portanto, a despeito do cuidado em desvincular, ‘para a opinião pública’, as pressões do FMI das ações de governo dos EUA, o ressentimento dos representantes brasileiros crescia.

⁴⁸⁷ Telegrama confidencial do MRE para BrasEmb de 2/01/1958.

⁴⁸⁸ Telegrama Secreto da BrasEmb ao MRE de 26/02/1958, p.2.

⁴⁸⁹ Telegrama Secreto do MRE para BrasEmb de 27/02/1968.

⁴⁹⁰ Telegrama Secreto da BrasEmb para MRE de 1/04/1958.

Em março de 1958, Peixoto repercutindo a declaração dos soviéticos a respeito da abolição dos testes nucleares deixava transparecer seu descontentamento com a política exterior dos EUA. Para ele, tal posicionamento teria sido uma vitória psicológica dos comunistas na opinião pública dos países não alinhados e sem um sistema coletivo de defesa firme. Era, portanto, uma isca para os países afro-asiáticos e da América Latina. Assim, para Peixoto não “subsistem dúvidas de que os planos da política global de Washington caducaram, exigindo a nova doutrina russa revisão completa e intrínseca dos métodos atuais, que já não servem à contenção e ao repúdio do comunismo internacional”.⁴⁹¹

O ataque sofrido pela comitiva do vice-presidente Nixon em Caracas no dia 13 de maio de 1958⁴⁹² foi clara demonstração de que Peixoto parecia acertar em sua análise a respeito da política global dos EUA e suas implicações para os EUA. E,

⁴⁹¹ Telegrama Secreto da BrasEmb para MRE de 31/04/1958.

⁴⁹² “Em fevereiro de 1958, o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, iniciou uma série de visitas a vários países latino-americanos, num roteiro que incluía Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Tratava-se, como se vê, de um itinerário abrangendo a quase totalidade da América do Sul, do qual o Brasil ficava de fora por já estar incluído numa visita do secretário de Estado John Foster Dulles, nesse mesmo ano, e porque o mesmo Nixon já havia estado no país em 1956, comparecendo à posse de Juscelino Kubitschek. O objetivo imediato da viagem de Nixon era prestigiar a posse do presidente da Argentina, Arturo Frondizi, num gesto que procurava demonstrar o apoio norte-americano aos novos governos democráticos que se consolidavam na região e, dessa forma, neutralizar em parte a imagem anterior de apoio a ditaduras. Além disso, o Departamento de Estado se preocupava crescentemente com a propaganda e penetração econômica soviéticas, e, para contrabalançá-las, havia programado uma série de visitas para o ano de 1958 - além de Nixon, visitariam países latino-americanos John Foster Dulles e o próprio presidente Eisenhower. Se, de um lado, isto evidenciava a percepção, por parte da administração norte-americana, da crescente deterioração nas relações com a América Latina, de outro, os instrumentos concebidos para reverter esse processo não revelavam nenhuma alteração política substancial. Como observam Zahniser e Weis, a percepção dominante em Washington era de que o problema nas relações entre EUA e América Latina era de “relações públicas”, podendo ser sanado através de visitas de funcionários de primeiro escalão durante as quais as diretrizes da diplomacia e da política econômica dos EUA eram exaustivamente esclarecidas e reafirmadas.

A viagem de Nixon não teria fugido a esse figurino não fosse pelos acontecimentos dramáticos que a marcaram em sua parte final. No Peru e sobretudo na Venezuela, o vice-presidente norte-americano teve que enfrentar fortíssimos protestos e manifestações populares, a ponto de o governo americano deslocar tropas para suas bases no Caribe com o objetivo de realizar uma “operação-resgate” caso fosse necessário. Não por acaso, as manifestações ocorreram exatamente nos países onde, além de uma série de pendências quanto às relações econômicas, havia também atritos e desgaste no plano político, devido ao apoio norte-americano a regimes ditatoriais recém-derrubados no Peru e na Venezuela. As primeiras reações oficiais dos EUA seguiram a linha tradicional de atribuir os protestos à “agitação comunista”, mas isto não impediria que a viagem de Nixon tivesse repercussões mais profundas. Ao evidenciar o grau de deterioração a que haviam chegado as relações EUA/América Latina, ela serviu para reforçar, dentro do Executivo e do Congresso norte-americanos, uma postura que favorecia mudanças na política para o continente”. (MELLO E SILVA, A. **A política externa de KUBITSCHKEK – A operação Pan-americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992: 16).

apesar da posição oficial brasileira ser de apoio aos EUA⁴⁹³, havia certo 'ressentimento' e até um tom de concordância - não com a forma - com o mérito das manifestações antiamericanas vivenciadas pelo vice-presidente dos EUA.

Peixoto informa que o decano do corpo diplomático em Washington havia convocado os chefes das missões diplomáticas para acordarem a melhor forma de homenagear Nixon pelo interesse demonstrado pela América Latina. Porém, após as demonstrações antiamericanas, pondera o Embaixador:

Embora os recentes incidentes devessem possivelmente ter aconselhado reserva por parte do Decano, não é evidentemente possível alhear-se isoladamente um país de tal manifestação. Em minha ausência, compareceu à reunião o Ministro Conselheiro, que declarou, após verificar haver acordo geral para a realização da homenagem, que eu de certo aderiria à mesma com a reserva expressa já feita por outros Embaixadores de que não poderia da à manifestação qualquer caráter de desagravo. A ideia é fazer-se um banquete estritamente no protocolo.⁴⁹⁴

Assim, ficava explícita a posição de apoio discreto do Brasil aos EUA. Peixoto, novamente, refere-se ao tema informando que em conversa com Rubotton colheu a impressão do mesmo sobre o ocorrido. Para aquele funcionário do Departamento de Estado, o ocorrido teria sido feito exclusivamente pelos comunistas bem organizados. Assim, mesmo que haja descontentamento com relação aos EUA, aqueles que são sinceros não devem ser confundidos com os comunistas.⁴⁹⁵ Declarações que Peixoto reputa auto interessadas, pois ele apenas estava procurando justificar sua opinião de que não haveria maiores problemas na América Latina dada a um Comitê do Senado. Peixoto também informa que Rubotton afirmou-lhe que o deslocamento de tropas para as proximidades da Venezuela teria sido apenas movimento para tranquilizar a opinião pública dos EUA.

⁴⁹³ Ver carta do Presidente Kubitschek para Eisenhower datada 28 de maio de 1958 na qual se escreve: "Venho levar a V. Excia., em nome do povo brasileiro e no meu próprio, a expressão de solidariedade e estima, que se impõe e face das agressões e dissabores sofridos pelo Vice-Presidente Nixon, na sua recente viagem aos países latino-americanos". Mas, mesmo o Presidente, procura indicar as dificuldades encontradas nas relações continentais. Neste sentido, ele também escreve: "Sr. Presidente, não é possível esconder que, diante da opinião pública mundial, a ideia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo".

⁴⁹⁴ Telegrama confidencial da BrasEmb para MRE de 20/05/1958.

⁴⁹⁵ Telegrama confidencial da BrasEmb para MRE de 20/05/1958.

Já no dia 27 de maio parecia haver novidades na política exterior dos EUA no que se refere ao Brasil. Estariam as pressões brasileiras surtindo efeito? Peixoto declara que o governo dos EUA estaria disposto a encontrar uma solução para o problema do café, “medidas que, antes consideravam impossível de ser tomadas”. Esse fato, constata o Embaixador brasileiro, representaria “uma reviravolta completa na política” dos EUA. Portanto, a estratégia brasileira parecia surtir efeitos positivos e poderia ser aprofundada. O que seria tentado através da Operação Pan-americana.

7.3. OPA e a reação aos EUA

A OPA não será objeto de análise detalhada nesta tese por já ter sido alvo de estudos mais específicos⁴⁹⁶ sobre sua lógica, constituição e aplicação. Serão apenas destacados os pontos que se coadunam com a lógica do ‘antiamericanismo de cátedra’, ou seja, naqueles aspectos que se utilizam de retórica contraposta aos preceitos defendidos pelos EUA no que se refere à sua política exterior para a América Latina. Assim como os pontos de divergência entre Brasil e EUA relativos ao debate que se instala após sua proposição. Fatos que compõem quadro maior de argumentos que constituem e informam as negociações bilaterais do período em análise.

Neste sentido, a Embaixada do Brasil nos EUA informa ao MRE que as proposições relativas à OPA estariam sendo mal interpretadas nos EUA. Assim, havia uma tendência em sublinhar “os aspectos adjetivos da proposta brasileira, sugerindo a impressão errônea de que o Presidente da República desejaria, a qualquer preço, uma reunião de chefes de Estado, enquanto os EUA e outros países prefeririam um encontro de Chanceleres”.⁴⁹⁷ Sugere-se, assim, que fossem esclarecidos tais fatos para que ficasse claro que o governo brasileiro desejava debater o mérito da questão, que era o combate ao subdesenvolvimento. Mérito que seria alvo de importantes divergências entre o Brasil e os EUA.

⁴⁹⁶ Para maiores detalhes, ver MELLO E SILVA, A. **A política externa de JK – A operação Pan-americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992 e RIBAS, M. **A "cooperação necessária" como ideia-força na política exterior do Brasil (1958-2005)**, dissertação de Mestrado, IREL, UnB, 2006.

⁴⁹⁷ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 3/08/1958.

O momento era de intenso debate relativo à política exterior do país que, em 04 de julho de 1958, passaria a ter novo chanceler ⁴⁹⁸. O presidente Kubitschek empossa Francisco Negrão de Lima como ministro das relações exteriores, cargo que ocuparia até 30 de agosto de 1959.⁴⁹⁹ As concepções de Negrão de Lima, expressas em entrevista ao Correio da Manhã na mesma data, foram relatadas pela Embaixada dos EUA no Brasil ao Departamento de Estado.

O novo chanceler do Brasil explicava que a proposta da OPA estava baseada no fato de se perceber que a Guerra Fria se tornaria endêmica, com o consequente aumento na ênfase nos fatores econômicos. Assim, “consequently we believe improvement Latin American economy [is] an imperative of western political strategy”.⁵⁰⁰ No entanto, ele admitia que havia diferenças de opinião em relação à OPA, apesar do fato ser menor. Conforme o Embaixador Briggs, Negrão de Lima considerava que as diferenças de opinião em relação à OPA seriam apenas procedimentais o que o governo brasileiro considera incidental. Mas, acreditava-se que, apesar de o Presidente Kubitschek estar ansioso para dar novo ímpeto em sua política exterior, o governo não pensava em revisar seus princípios diplomáticos básicos. Assim, ele acreditava que a posição internacional do Brasil permaneceria com seus conceitos básicos.

No entanto, o chanceler considerava que os novos problemas pediam novas soluções e que a política exterior deveria representar o ponto de vista da nação como um todo.⁵⁰¹ Assim, a iminente visita do Secretário de Estado Dulles ao Brasil poderia ser uma boa oportunidade para que avaliassem os avanços da OPA e dessem prosseguimento ao programa de solidificação dos laços continentais.

⁴⁹⁸ Para maiores esclarecimento a respeito do processo de troca de Ministros, ver: MELLO E SILVA, 2006, p.20: A imprensa registrava os “ressentimentos” do Itamarati pelo fato de não ter sido previamente consultado em ambos os episódios e pela ação paralela do presidente em assuntos de política internacional. As queixas partiam em grande parte do então chanceler José Carlos de Macedo Soares, que se sentia desprestigiado em suas funções. Mas não se restringiam apenas à forma como havia sido lançada a iniciativa diplomática presidencial. Mais do que isso, eram divergências de conteúdo político, expressando as resistências de setores do Itamarati ao novo tratamento que a OPA procurava imprimir tanto às relações com os EUA como com os demais países latino-americanos, direcionando-as para um plano multilateral e para a temática comum do subdesenvolvimento.

⁴⁹⁹ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/ministerio>, consulta em 16/04/2012 às 16h56min.

⁵⁰⁰ Telegrama da BrazEmb ao DE de 1/08/1958.

⁵⁰¹ Idem.

A diplomacia brasileira considerava que os EUA estariam procurando uma maneira de aliviar as pressões que se observavam em diferentes partes do mundo. Neste sentido, a Embaixada do Brasil nos EUA relata que, enquanto Dulles se preparava para viajar ao Brasil, a diplomacia dos EUA planejava implantar nova política externa no globo. Neste sentido, “[f]uncionando como policial, assistente social e tio rico, os EUA esperam manter os soviéticos à distância, obter petróleo a preços razoáveis e limitar os conflitos atuais”.⁵⁰² Tópicos de uma agenda que daria “muita dor de cabeça aos formuladores de política norte-americana que a opinião pública começa a exigir em ritmo crescente”.⁵⁰³

A visita do Secretário de Estado ao Brasil foi motivo de intensos debates no interior do governo brasileiro e, mais precisamente, nos setores que formulavam a política exterior. A mudança de chanceler era parte desse processo que colocava de lados opostos setores governamentais que defendiam privilegiar os temas bilaterais (como Macedo Soares que fora substituído) e aqueles que preferiam apostas no multilateralismo (como o próprio Presidente). Concepções opostas que certamente teriam impactos na relação com os EUA.

Portanto, ao desembarcar no Brasil, Dulles encontra no governo brasileiro forte defesa para o aprofundamento dos temas da OPA, além dos já relatados temas bilaterais como os desejados empréstimos do Eximbank e do FMI. Neste sentido, ficaria explícita a diferença entre as ideias defendidas pelos dois países. Enquanto havia cuidado por parte dos EUA em não desprezar a OPA, também havia a certeza de não se descuidar dos temas da segurança e do combate ao comunismo. Assim, houve, na visão de Melo e Silva, um ‘diálogo de surdos’.

As divergências atingiriam seu ponto mais crítico quando os dois países iniciaram os entendimentos para emitir uma declaração conjunta que coroasse a visita do Secretário de Estado. Juscelino Kubitschek rejeitou uma minuta de declaração apresentada por Foster Dulles pelo fato desta não fazer nenhuma referência à OPA e ressaltar apenas a necessidade de maiores medidas de combate ao comunismo.⁵⁰⁴

⁵⁰² Telegrama confidencial de BrasEmb ao MRE de 1/08/1958.

⁵⁰³ Idem.

⁵⁰⁴ MELLO E SILVA, 1992, p.22.

O governo brasileiro, apesar das divergências, consegue pequenas vitórias, como o apoio de Dulles para a realização de um encontro entre os chanceleres para que se discutissem as questões continentais. Formava-se o ‘Comitê dos 21’, palco de nova demonstração das diferenças entre as concepções de Brasil e EUA.

A Embaixada brasileira em Washington prepara estudos com sugestões de uma agenda provisória para a reunião do acima citado Comitê dos 21. Destacam-se os temas vinculados à solução dos graves problemas econômicos do Brasil. Segundo o documento, “foi feita uma apreciação da posição doutrinária do Governo brasileiro no tocante ao comércio internacional dos produtos de base e uma análise da situação do balanço de pagamento e das exportações dos principais produtos brasileiros”.⁵⁰⁵

Estavam implícitas e explícitas as esperanças brasileiras de que o momento seria propício à aplicação de políticas que viessem a contribuir na superação do subdesenvolvimento no continente. Neste sentido, Augusto Frederico Schmidt prepara texto a ser enviado ao Presidente Eisenhower e pede anuência urgente do Presidente Kubitschek para enviá-lo em nome da presidência do Brasil. Pelo tom proposto observa-se que havia grande expectativa em relação ao papel dos EUA e das consequências de um possível malogro do encontro. O texto proposto foi o seguinte:

No momento em que se iniciam as conversações entre os Ministros das Relações Exteriores para tornar concretos os ideais e propósitos que inspiram a OPA, dirijo-me a Vossa Excelência não só para agradecer-lhe a atenção que vem prestando ao assunto como também para lembrar a Vossa Excelência que esta é precisamente a história para iniciar uma política de profundo entendimento entre todos os países de nossa família continental. Permita-se Vossa Excelência, Senhor Presidente, no exclusivo interesse de servir nossa causa, insistir e lembrar a Vossa Excelência que desta vez alguma coisa de efetivo e de grande deverá surgir. A ideia da OPA provocou tão **forte esperança que não será possível sem ocasionar profunda lesão no Pan-americanismo consentir que não resultem de todo esse movimento frutos que estão sendo esperados numa tão ansiosa expectativa**. Estou convencido de que Vossa Excelência com seu alto descortínio de estadista está compreendendo que um acontecimento se impõe para justificação de tantas esperanças. (grifos do autor).⁵⁰⁶

⁵⁰⁵ Telegramas confidenciais da BrasEmb ao MRE entre 31/08 e 17/09/1958.

⁵⁰⁶ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 22/09/1958.

Esperanças que seriam desfeitas e lesões que se manifestariam cada vez com maior intensidade no continente e no Brasil.

O diplomata Henrique Rodrigues Valle repercutia o discurso pronunciado por Rubotton na Califórnia, no dia 10 de outubro de 1958, no qual o representante dos EUA mais uma vez enfatizava as limitações de auxílio à América Latina. A reação do diplomata deixa clara a decepção: “Achei de bom alvitre e a título meramente pessoal fazer sentir ao Departamento de Estado o meu despontamento com o tom da declaração que me parecia negativo”.⁵⁰⁷

Desapontamentos que geravam no governo brasileiro a possibilidade (ou necessidade) de se avançar na diversificação de parcerias para seus produtos. Além do pragmatismo das tratativas, também podemos supor que tais contatos seriam, em alguma medida, forma de gerar ‘impressão’ no governo dos EUA. Neste sentido, o Embaixador Peixoto avalia as relações Brasil/União Soviética. Relata-se que, seguindo as instruções recebidas do Senhor Presidente da República (portanto não era atitude pessoal do Embaixador), Peixoto havia retribuído a visita do Embaixador soviético. Em resumo, era real a proposta dos soviéticos em aprofundar as relações entre os dois países. Relata Peixoto que o Embaixador Menchikov, “[p]or fim, sugeriu que, a fim de estabelecer um clima de confiança, uma entidade do Governo brasileiro preparasse uma proposta de venda de café e de outros produtos para a Rússia, proposta que ele transmitiria ao seu governo”.⁵⁰⁸ Aproximação que certamente não seria bem vista pelos EUA.

No entanto, novo episódio concorreria para a aproximação de posições com os soviéticos e distanciamento com os EUA. A conferência sobre a Antártida exporia nova desilusão do Brasil com as atitudes ‘intransigentes’ do Departamento de Estado. Peixoto escreve ao MRE, que

a atitude americana, em suma, revelou-se extremamente intransigente. (...) Ante esta perspectiva, não vejo outra (sic) alternativa senão elaborarmos política coerente em defesa dos nossos próprios interesses que **estão**

⁵⁰⁷ Correspondência confidencial da BrasEmb ao MRE de 15/10/1958.

⁵⁰⁸ Telegrama secreto da BrasEmb ao MRE de 17/10/1958.

longe de merecer a compreensão do Departamento de Estado neste particular. (grifos do autor).⁵⁰⁹

Interesses que Peixoto julga cada vez mais difíceis de serem atendidos em níveis gerais. Segundo ele, ao sondar com Rubotton sobre a posição que seria assumida pelo Departamento de Estado na próxima reunião do Comitê dos 21, havia percebido que “a atitude norte-americana será, ainda uma vez, defensiva frente à magnitude da cooperação reclamada pela América Latina, ficando aquém da expectativa”.⁵¹⁰

Responde o MRE, em termos mais incisivos, explicitando o descontentamento do governo brasileiro em relação aos temas atinentes ao Continente.

Estamos convencidos de que sem uma modificação substancial e sincera da orientação até hoje seguida pelo Departamento de Estado em relação à América Latina, pouco proveito terão os entendimentos a se iniciarem em Washington. (...) Caso a posição dos EUA não se modifique no decorrer das reuniões do comitê, julgamos preferível aceitar a existência de um impasse.
511

Fato relevante a ser destacado é a ação do governo brasileiro em obter dos demais países “pronunciamentos contrários à aceitação de medidas paliativas”. Fica claro que a estratégia de união contras posições dos EUA era real. Assim, mesmo não podendo ser feita através de argumentação antiamericana radical - ou como feita pelos comunistas, conforma-se novo tom argumentativo que reage aos EUA nos termos aqui defendidos como ‘antiamericanismo de cátedra’.

Assim, o chanceler Negrão de Lima escreve ao Secretário de Estado, Foster Dulles, buscando ‘lembrar’ da importância das negociações que estavam sendo feitas em Washington e comemorando a

constituição de um grupo de trabalho destinado a elaborar planos de ação para o combate ao subdesenvolvimento nas Américas”. E reforçava seu desejo de ver a reunião encerrada com medidas “concretas e positivas em prol de uma causa que deve interessar igualmente à comunidade de nossas nações livres e amantes da paz.”⁵¹²

⁵⁰⁹ Telegrama secreto de da BrasEmb ao MRE de 8/11/1958.

⁵¹⁰ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 10/11/1958.

⁵¹¹ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 14/11/1958,

⁵¹² Telegrama confidencial do MRE à BrasEmb de 6/12/1958.

No entanto, Peixoto informa ao MRE que, em conversa com Mann (Assistant Secretary for Economic Affairs), este havia declarado que a excessiva publicidade dada às resoluções do Comitê dos Vinte-e-um tivera efeito maléfico e deveria, no futuro, ser evitado. Refletindo um clima de descontentamento com o andamento das negociações relativas reclamavam de não terem sido informados do teor das reivindicações antecipadamente. Ao que Peixoto responde que lhe fez “ver que não nos cabia culpa, [pois] de nossa parte havíamos pensado em contatos preliminares que preparassem o assunto para a submissão a reuniões formais”.⁵¹³

No entanto, as ‘surpresas’ ocorriam de lado a lado. Peixoto também declara que o Brasil fora surpreendido com a atitude do Departamento de Estado em insistir na transferência da OPA para o Conselho Interamericano Económico e Social (C.I.E.S.) da OEA, o que, na visão do embaixador, significaria o descartar-se da mesma. Finalmente, a impressão geral do Embaixador brasileiro quanto às demandas do Brasil está refletida na seguinte consideração: “Não somente quanto à OPA, achei o Senhor Mann hesitante, como também em relação ao café”.⁵¹⁴

Tal hesitação era respondida com discurso embebido de alguns elementos de ‘antiamericanismo de cátedra’. Peixoto escreve ao chanceler Negrão de Lima enviando comentários e cópia de um memorando interno do Departamento de Estado que conseguira ‘por vias extraoficiais’. O teor principal seriam as críticas feitas pelo Departamento de Estado ao discurso pronunciado por Schmidt no dia 25 de novembro de 1958 na sessão do Comitê dos 21. Relevante ao tema em tela nesta tese seria o fato do representante brasileiro ter utilizado argumento sensibíllissimo aos ouvidos estadunidenses naquela conjuntura: comparação entre os crescimentos econômicos dos EUA e da União Soviética. Declaração que fora, segundo Peixoto, desvirtuada pelos ouvidos dos representados do governo dos EUA, já que apenas buscava-se comparar o desempenho das economias subdesenvolvidas e industrializadas. Assim, o Embaixador julga que

esta arbitrária deslocação do centro de gravidade indica a sensibilidade norte-americana com qualquer documento ou declaração que pretenda

⁵¹³ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 2/01/1959.

⁵¹⁴ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 14/11/1958.

estabelecer paralelo entre o progresso respectivo das economias capitalista e coletivizada (...) é lícito supor que, ao sacrificar-se o cerne à periferia, considerou-se irrefutável a argumentação essencial do documento brasileiro, preferindo-se concentrar sua contestação num setor secundário.
515

Sensibilidade que seria explorada pelo governo brasileiro ao se perceber que, segundo Peixoto, a opinião pública dos EUA levaria a questão ‘muito a sério’. Preocupação aumentada pelos recentes acontecimentos em Cuba, cujo governo pró-americano de Batista acabara de ser derrubado. Havia, neste sentido, certa apreensão do governo dos EUA quanto à constituição do novo governo na Ilha, pois eram preocupantes as tendências “anti-ianques reinantes em algumas correntes, ora com acesso ao poder”⁵¹⁶. Situação que teria importantes desdobramentos para a política exterior dos EUA para a América Latina.

7.4. O Anticlímax modesto e mofino: novos espaços para o ‘antiamericanismo de cátedra’

A publicação do relatório da viagem de Milton Eisenhower à América Central em julho de 1958 (que, na visão de Peixoto, “estranhamente somente agora foi apresentado”⁵¹⁷) expressaria novas divergências entre o Brasil e os EUA. Para o Embaixador, o fato de sua publicação coincidir com a conjuntura acima relatada teria adquirido importante significação. Mas, os acontecimentos entre a visita e a publicação do documento fizeram do relatório um “anticlímax, modesto e mofino”.⁵¹⁸ De modo sumário, Peixoto avalia que os EUA continuavam a não perceber a essência da questão continental. Decepcionante, ainda, seria o fato de o documento omitir, ‘inexplicavelmente’, a OPA e suas consequências. Em suma, o Embaixador avalia que

o contraste entre a ênfase e envergadura de certas expressões genéricas introdutórias e as limitações das recomendações, bem como a própria natureza de algumas destas, mostra, por um lado, a excessiva confiança em técnicas que se vem chamando de ‘relações públicas’ e, por outro, o acanhamento em propor medidas adequadas às situações, que exigiriam esforço de liderança do executivo.⁵¹⁹

⁵¹⁵ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 5/01/1959.

⁵¹⁶ Telegrama confidencial – urgente da BrasEmb ao MRE de 7/01/1959.

⁵¹⁷ Telegrama confidencial da BrasEmb ao MRE de 6/01/1959.

⁵¹⁸ Idem.

⁵¹⁹ Idem.

De fato, a situação econômica do Brasil era vista pelo Departamento de Estado como impedidora de relações bilaterais mais aprofundadas entre o Brasil e os EUA. Aconselha-se, assim, o Brasil a privilegiar as negociações multilaterais com o FMI. Neste sentido, escreve Peixoto que “o Departamento de Estado considera o melhor caminho para o satisfatório caminho das negociações (...) o acertar medidas financeiras com o FMI, antes das negociações bilaterais”.⁵²⁰ Ainda, que, na atual conjuntura, qualquer missão do governo brasileiro para tratar com o governo dos EUA seria prematura. Ficava clara a recusa do governo dos EUA em tratar os assuntos econômicos pela lógica política pretendida pelos brasileiros. Peixoto também adverte que para que se evitassem especulações se o assunto chegasse ao público, as autoridades brasileiras da Missão deveriam declarar que suas ações estavam ligadas exclusivamente ao FMI.

Assim foi feito. Mas com sequelas para as relações bilaterais. Peixoto relata ao MRE que o Departamento de Estado teria reforçado a mesma posição descrita acima e que fora tema do encontro do Embaixador dos EUA no Brasil, Briggs, com o presidente Kubitschek. Ele também adverte: “É grande a preocupação das Agências do Governo Americano com a situação financeira do Brasil”.⁵²¹ Finalmente, para que se guardasse sigilo das negociações, recomendava que o negociador brasileiro fosse para Washington como integrante da delegação ligada à OPA.

Peixoto traz novos dados sobre as conversas travadas com autoridades do Departamento de Estado. Mais uma vez, segundo o Embaixador, os visitantes deixaram “patente a preocupação de evitar discussão pública sobre a competição econômica entre o mundo livre e comunista”.⁵²² Publicidade que interessava à lógica comercial do Brasil, pois com essa tática vislumbravam ganhar algum fôlego nas negociações. De fato, conforme memorando da conversa de Peixoto com Boonstra (chefe do setor leste da divisão de Assuntos Sul-americanos) e Briggs, haveria a disposição do governo dos EUA em evitar que novas polêmicas fossem postas em público de modo desnecessário. Peixoto relata que os visitantes salientaram “que seria conveniente entendimento prévio entre os dois governos para

⁵²⁰ Telegrama Secreto da BrasEmb ao MRE de 5/02/1959.

⁵²¹ Telegrama secreto-urgente da BrasEmb ao MRE de 12/02/1959.

⁵²² Telegrama secreto da BrasEmb ao MRE de 11/02/1959.

evitar a apresentação oficial e pública, perante os demais, dos respectivos pontos de vista”.⁵²³ Ao que teria respondido Peixoto sempre ter sido esta a vontade do governo brasileiro, atitude até o momento rejeitada pelo Departamento de Estado. Os representantes dos EUA justificavam que assim acontecia por ‘ciúmes’ dos mexicanos em relação às articulações bilaterais Brasil-EUA.

No entanto, os diplomatas brasileiros julgavam que haveria real falta de comunicação entre a Embaixada brasileira e o Departamento de Estado, alegando-se “que as negociações com o Brasil (...) eram tratadas como um jogo de ‘poker’ no qual o Departamento de Estado escondia os trunfos, situação essa incompatível com a intimidade das relações com o Brasil”. Ao que teriam replicado os representantes dos EUA que “tudo isso decorria do sistema político norte-americano, onde o Executivo depende muito do Congresso nas relações exteriores”. Neste sentido, os brasileiros explicaram que o discurso da OPA visava também impressionar o Congresso dos EUA. Porém, os americanos consideravam que este instrumento “poderia tornar-se contraproducente caso ‘forçássemos a mão’, querendo medidas imediatas de maior magnitude”. Finalmente, os americanos aconselham que “muito se poderia fazer nesse terreno se não pressionássemos o Executivo”.⁵²⁴

Fica patente, no relato de Peixoto, que os representantes dos EUA estavam ressentidos com a argumentação brasileira. Assim, as relações tornam-se mais tensas até que o Brasil decide romper as negociações com o FMI em junho de 1959. Processo que traria consequências para a política exterior do país, inclusive com a substituição do chanceler e do Embaixador nos EUA. Horácio Lafer é empossado no Ministério e Walther Salles reconduzido à Embaixada em Washington.

Horácio Lafer (...) assumiu o Ministério credenciado por sua experiência em assuntos ligados às relações econômicas internacionais, e por sua própria orientação em matéria de política econômica, como desenvolvimentista favorável à participação do capital estrangeiro.⁵²⁵

Lafer, que fora reeleito deputado federal por São Paulo em 1958, relatou na Câmara dos Deputados a posição assumida pelo governo de romper relações com o Fundo

⁵²³ Documento enviado anexo ao Telegrama Secreto da BrasEmb ao MRE de 5/02/1959.

⁵²⁴ Todas as citações contidas no documento anexo citado anteriormente.

⁵²⁵ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001. Consultado em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Horacio_Lafer no dia 20/04/2012 às 23h.

Monetário Internacional (FMI). Seu relatório argumentava que o FMI buscava impor uma política ortodoxa de combate à inflação, ações que eram incongruentes com o Plano de Metas de Kubitschek.

Para substituir Ernani Amaral Peixoto na Embaixada brasileira nos EUA, o presidente Kubitschek nomeou Walther Moreira Salles em julho de 1959, que já exercera o mesmo cargo no segundo governo de Getúlio Vargas. A ideia era utilizar o prestígio de Salles para manter um bom relacionamento com os Estados Unidos que, “desde a vitória da Revolução Cubana, mostravam-se mais sensíveis à reivindicação brasileira de adoção de um grande plano de cooperação econômica com a América Latina”.⁵²⁶

No entanto, tais medidas não pareciam surtir o efeito desejado. Em correspondência enviada da Embaixada do Brasil em Madri, informa-se ao chanceler Lafer a publicação no semanário madrileno “Mundo” do artigo intitulado “Tensas as relações entre o Rio de Janeiro e Washington”. O periódico publicara que, apesar de o Brasil ter sido considerado o melhor amigo dos EUA na América Ibérica, suas relações bilaterais vinham “perdendo muito da cordialidade que era seu traço característico do passado”. Entre as causas apresentadas pelo autor para tal deterioração estava à negativa dos EUA em conceder créditos ao Brasil. Considera-se, ainda, que após um breve período de melhora no clima bilateral, “voltou a recrudescer a campanha da imprensa antinorteamericana do Brasil, motivada pelos esforços realizados nos EUA para conseguir a extradição de um financista norteamericano, Lowell McAfee Birrel”. Também estaria o governo brasileiro insatisfeito com Washington, pois esse não se importava em colocá-lo a par das negociações com a União Soviética. Segundo o artigo:

Diz-se que Washington jamais se preocupou em ter os governos ibero-americanos ao corrente do que se vem fazendo e isso é motivo mais do que suficiente para que os mesmos procedam, daqui em diante, com muito maior independência do que no passado, inclusive nos contatos oficiais com a União Soviética.⁵²⁷

⁵²⁶ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001. Consultado em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/walther_moreira_sales no dia 20/04/2012 às 23h15min.

⁵²⁷ Correspondência da MadriEmb ao MRE de 16/09/1959.

Argumentos consoantes com o artigo publicado no Globo com o título “Fatores demagógicos ameaçam a amizade do Brasil pelos EUA”. Segundo o periódico, os EUA estariam correndo o risco de perder a ‘boa vontade’ do Brasil. Esta fora a declaração dada pelo professor Jordan Young em conferência na Universidade de Stanford. “Argumentou ser tal a preocupação dos brasileiros ante o poderio econômico que os EUA têm em seu país, que os demagogos poderiam facilmente fazer do Tio Sam o ‘inimigo número um’ de seu povo”.⁵²⁸

A Embaixada dos EUA repercute junto ao Departamento de Estado entrevista concedida por Augusto Frederico Schmidt ao Jornal do Brasil. Justifica-se a preocupação dos diplomatas estadunidenses, pois o representante brasileiro fazia uma série de considerações que poderiam impactar nas relações bilaterais. Ademais, Schmidt havia chefiado a delegação brasileira na XIV Assembleia Geral da ONU, sendo, portanto, pessoa influente nos círculos decisores do Brasil.

No referido artigo, mais uma vez, Schmidt apontava o ‘descaso’ dos EUA em relação à América Latina. Declarações que foram classificadas pelos diplomatas estadunidenses como ‘commonplace’. Também reitera a tese de que as definições ideológicas do futuro estariam conectadas com a ajuda às áreas subdesenvolvidas que devem ser estimuladas a adotarem a liberdade.⁵²⁹ No entanto, a autoridade brasileira também faz observações críticas ao Brasil e aos brasileiros que não estariam preparados ou interessados para solucionar problemas mundiais daquela conjuntura. Assim, tendem a transformar temas técnicos em problemas de soberania nacional e a culpar os estrangeiros pelas suas próprias dificuldades.

No que se refere à OPA, ele acreditava que a proposta está encontrando acolhida positiva de modo lento, apesar do tímido reconhecimento oficial do governo dos EUA e do silêncio da imprensa.⁵³⁰ A respeito desta última constatação, Schmidt acrescenta que a imprensa estadunidense possui uma “absolute lack of curiosity concerning any positive initiative taken by countries without economic importance. (...) He complains that during his stay in the US the most important news with respect

⁵²⁸ O Globo, 12/10/1959, p.9.

⁵²⁹ Correspondência confidencial da BrazEmb ao DE de 10/11/1959.

⁵³⁰ Idem.

to Brazil was concernig the rhinoceros".⁵³¹ Explica-se: o fato de o rinoceronte Cacareco ter sido eleito para um cargo público em São Paulo.

O tom do descontentamento com os EUA seria mais grave na fala do Presidente Kubistichek ao discursar na Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Sob o olhar do Embaixador John Cabot, discursa declarando que "the United States can no longer take the friendship of Brazil for granted"⁵³². E segue avaliando que ainda persistiam os problemas básicos que levaram ao ataque de Nixon em Caracas em 1958. Ele também desaprovava o fato de a América Latina ainda ser mantida como uma zona de indiferença para o governo dos EUA e que teria havido quebra de confiança entre os líderes brasileiros e os EUA.⁵³³ Continuava criticando o fato de a OPA ter recebido tão pouco apoio em Washington, negligência que teria contribuído para recrudescer sentimentos negativos aos EUA. Neste sentindo, ele enfatiza que o problema seria mais psicológico do que econômico. Assim, considerava que "the US must do something dramatic soon, not necessarily in economic terms, if the atmosphere is to change".⁵³⁴

Tais ideias eram compartilhadas por amplos setores sociais e políticos do Brasil, inclusive pelos opositores de JK. Constatação que seria um choque, considerando-se que o Brasil era visto como o mais velho e leal aliado dos EUA no hemisfério.⁵³⁵ No entanto, as diferenças a respeito da postura econômica seria apenas uma das causas de tal ressentimento. Mais importante seria a percepção dos brasileiros de que estariam sendo negligenciados diplomaticamente e tratados com indiferença pelos EUA. O jornalista estadunidense considerava a seguinte fala como uma média do que se vinha declarando sobre os EUA: "We are sick and tired of being treated as a banana republic in Washington." Enfim,

with a presidential campaign under way in Brazil, a nationalist storm now gathering may burst. This is the opinion of sober persons in Brazil, who add that Washington's problems with Fidel Castro's Cuba may see a mild squall in comparison to what could happen here [Brazil].⁵³⁶

⁵³¹ Idem.

⁵³² Washinton Post, 12/11/1959.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

Assim, nos meses finais do ano de 1959, conforme descritos nos trechos iniciais do capítulo 4, o clima era explosivo. Ilustra tal percepção a decepção do Presidente Kubitschek com as ações dos EUA. Neste sentido, o presidente escreve ao Embaixador Salles fazendo ponderações sobre o fato e pedindo que transmita ao governo estadunidense sua 'preocupação'. Ele escreve:

Vejo aproximar-se a data da undécima Conferência Interamericana, sem ter notícia de que se esteja fazendo algo para justificar a expectativa criada em torno da OPA. (...) [T]eremos, na opinião pública, uma impressão de fracasso da OPA, daí resultando fatalmente **um aumento das tensões e um triunfo para a propaganda divisionista em nosso continente**. Nessas condições, confio agora ao tino diplomático e à atuação dinâmica de Vossa Excelência a importante missão de transmitir ao Governo desse país a **funda preocupação do governo brasileiro** diante do estado de coisas acima exposto, fazendo sentir aos mais altos responsáveis pela política externa norte-americana que este é o momento adequado para uma colaboração mais ativa em prol do nosso objetivo comum. (...) Rogo a Vossa Excelência que insista sobre os benefícios da apresentação das grandes linhas de um plano conjunto de desenvolvimento, não só pelos **efeitos psicológicos**, mas também pela necessidade de que os países participantes adquiram noção mais nítida da tarefa que lhes incube no plano interno para a obra de saneamento econômico. Vossa Excelência também ponderará ao governo desse país e, se possível ao Presidente Eisenhower em meu nome, que a notícia de um decidido apoio norte-americano aos projetos da OPA contribuirá poderosamente para **desanuviar a atmosfera da América Latina**. (grifos do autor).⁵³⁷

Ressalta-se na fala presidencial argumentação que insiste em utilizar elementos da 'psicologia' da sociedade latino-americana. Em larga medida, do sentimento negativo nutrido pelos EUA. Assim, a despeito das distintas concepções e causas de tal 'ressentimento', culpa-se os EUA pelo clima de animosidade criado no continente e, particularmente, no Brasil. Tal 'sentimento', conforme demonstrado, foi instrumentalizado pelo governo brasileiro de modo a tentar redimensionar os parâmetros de suas negociações com os EUA. Assim, explicita-se que se manifestou, no período em análise, o que nesta tese se conceituou como 'antiamericanismo de cátedra'.

⁵³⁷ Telegrama secreto do MRE à BrasEmb de 26/11/1959.

Conclusão

Gentlemen, I think we never deceived ourselves about our relations with the United States and the Soviet Union; (...). We don't want to be in the camp of either of these nations. What we desire is Sarkhan's independence and development. This means that we'll take aid and assistance from anyone who will help us, but not at any price. And not at the price of loss of our independence. So the Communists accuse us of being 'lackeys of the colonialists' and the Americans say we are 'neutralists' (...). We'd like to be helped but without any strings; but this, apparently, is almost impossible. (...) As a result we do what any small nation surrounded by powerful nations must do: we bargain. I think we're agreed that there are only two types of men with whom one can bargain with profit: with the wise man who can see one's problem clearly and is without vanity or pride; or with the stupid man. The Americans, for reasons which are not clear to me, have chosen to send us stupid men as ambassadors.

The Ugly American
LEDERER; BURDICK. 1958 (1999).

Assim como para o imaginado reino de Sarkhan, as relações bilaterais com os EUA também se tornam mais complexas para o Brasil na década de 1950, pois o país passava por importantes modificações em sua estrutura interna. O modelo nacional desenvolvimentista - que tivera alguma possibilidade de barganhar pelos seus interesses durante o primeiro governo de Getúlio Vargas - levava o Brasil a querer avançar em seu processo de transformação econômica. No entanto, o ambiente internacional era outro. A amarra ideológica da bipolaridade constituída no após II Guerra Mundial ditava a prioridade global da política exterior dos EUA, em detrimento de seu anterior isolacionismo continental.

Neste contexto, o sentimento de abandono é compartilhado por toda a América Latina devido à prioridade que os EUA passam a dar ao palco 'quente' da Guerra Fria. A percepção dos estadunidenses era de que a América Latina seria uma zona de baixa densidade no que se referia à segurança global. Isso se dava, pois na década de 1940 firmaram-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Mas, apesar do relativo 'conforto continental' percebido pelos governantes dos EUA, o sentimento de descontentamento é vivo e cresce em intensidade durante o período pós-guerra em toda a América Latina. O Brasil, de modo particular, ressentia-se da condição de 'renegado' e passa a, crescentemente, divergir das posições dos EUA. Devido suas condições internas conturbadas, vive uma algaravia de sentimentos contraditórios em relação aos seus 'melhores amigos' no continente. O 'mito da relação especial' estava sendo derrubado. Esgotada a fórmula da política da 'boa vizinhança' posta em curso pelo governo Democrata de F.D. Roosevelt a partir de 1930, os novos mandatários Republicanos, investidos no poder com Eisenhower, em 1953, adotam a fórmula da 'boa parceria'. A contraposição era óbvia: a primeira buscava a aproximação pela lógica política; a segunda, pela econômica e da segurança.

Nesta conjuntura, reacendem e se intensificam os sentimentos negativos e reativos aos EUA que, segundo foi demonstrado nesta tese, compunham o quadro da 'cultura política internacional' de boa parte da América Latina e, particularmente, do Brasil. Sentimento que se conforma no nascedouro do país e ganha contornos típicos às distintas conjunturas históricas vivenciadas pelo Brasil. Assim, foram destacados, neste estudo, os governos brasileiros que geriram a política exterior do país entre os anos 1951 e 1959, sendo a IV Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA e o intenso ano de 1959 utilizados como balizas cronológicas. Ressalvando-se que o entendimento do processo histórico não permite compartimentalizações temporais rígidas e que, portanto, referências anteriores e posteriores ao período foram cabíveis para a análise.

Neste sentido, observa-se que já no governo Dutra (1946-1951) o sentimento de decepção relativa aos EUA se manifestava nos círculos oficiais do governo brasileiro. A pretendida recompensa que adviria da aliança dos tempos da II Guerra Mundial não se materializa, gerando reações contrárias aos posicionamentos dos EUA na política internacional e, particularmente, na continental.

Assim, a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, para seu primeiro mandato constitucional democrático valeu-se do sentimento nacionalista do eleitorado de um país governado por elites conservadoras. Sendo o sentimento reativo aos EUA,

apesar de ainda difuso nos diversos setores da sociedade, um importante componente do debate da conjuntura. Fato que se explicitaria de modo dramático no teor da 'carta testamento' endereçada à sociedade brasileira e que conformaria o espólio do getulismo na política brasileira a partir de agosto de 1954.

Momento que se conjuga com a ascensão (1953) e os primeiros movimentos dos republicanos, com Eisenhower, na presidência dos EUA. Tal modificação traria importantes impactos para a PEB, já que a lógica de relacionamento continental adotada pelos novos gestores do Departamento de Estado era fortemente influenciada pelas ideologias econômicas liberais e pelos preceitos de segurança da contraposição com o mundo socialista e de tudo o que viesse a representar a influência dessas ideias. Portanto, a concepção de um Estado empreendedor defendido pela elite brasileira era combatida pelos governantes e outros grupos de interesse dos EUA.

Assim, observa-se que a esperança nutrida pelos brasileiros ao ouvirem os discursos dos Republicanos estadunidenses que criticavam o descaso de seu país com a América Latina logo se esvai. Também se revela ineficaz a tática das alianças ideológicas com os EUA, uma vez que ganhava projeção o debate relativo ao desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. O espírito do tempo da década de 1950 abrigava o não alinhamento e o debate norte-sul como importantes variáveis na composição das políticas externas dos países na periferia do sistema. No Brasil não foi diferente.

Apesar de o governo Café Filho tentar desdramatizar as relações com os EUA, subjaz o crescente descontentamento de certos círculos políticos e diplomáticos que, após a transição eleitoral chegam ao poder com Juscelino Kubitschek. Governante de impressionante capacidade de composição política, ele concede ao Itamaraty, inicialmente, algum grau de autonomia para gerir a política de Estado. No entanto, a grave situação econômica brasileira e a conseqüente urgência para a aquisição de capitais impunham novas necessidades ao Brasil. Vontades quase sempre não atendidas pelos poderosos vizinhos do Norte. A percepção dos setores influentes na composição da PEB vai, crescentemente, modelando-se no sentido de reagir aos EUA na razão direta pela qual a lógica do desenvolvimento "50 em 5" de

JK chocava-se com a pregação de equilíbrio macroeconômico emanada da secretaria do tesouro do governo dos EUA.

Conseqüentemente, agrega-se o 'antiamericanismo de cátedra' aos demais sentimentos reativos aos EUA, como a crítica feita pelos comunistas e nacionalistas extremados. Tal manifestação é fruto do convencimento de setores conservadores da sociedade que compunham o aparato estatal e influíam na formulação da PEB. Não se identificam com as críticas mais radicais, pois não propunham a mudança radical do sistema socioeconômico como queriam os comunistas, mas antes reverberam o sentimento de decepção e mágoa pelo desprestígio e negligência com a qual estavam sendo tratados pelos antigos aliados especiais.

Neste sentido, havia convergência com o mesmo sentimento vivido pela porção latina da América, apesar de os brasileiros invocarem a tese de que deveriam ser tratados de maneira especial pelos EUA. Tese que, ao ser rechaçada pelos governantes dos EUA, geraria novo elemento de infelicidade no Brasil. Revela-se na documentação diplomática todo o esforço brasileiro em renovar o interesse estadunidense pelo país. Ao verem-se preteridos, os governantes brasileiros admitem como recurso invocar a 'psicologia' da opinião pública que, segundo eles, caminhava para uma intensidade antiamericana perigosa, como moeda de troca para negociações bilaterais.

De fato a história passa a fornecer exemplos 'úteis' para tal argumentação. O relatado ataque sofrido pelo vice-presidente Nixon em Caracas, as muitas manifestações de repúdio à intervenção dos EUA no continente em nome do combate ao comunismo e a Revolução Cubana são alguns exemplos que contribuíram para que os EUA considerassem rever alguns pontos de sua política externa para a América.

O senso de oportunidade da diplomacia brasileira manifesta-se com a proposição de uma operação continental que contribuísse para a superação das seduções do socialismo. Por isso, a Operação Pan-Americana (OPA) defende a necessidade de políticas que levassem ao fim do subdesenvolvimento de grande parcela do continente, causa suprema da conversão dos povos ao socialismo. Palavra que, na

conjuntura, causava arrepios nos corredores do Departamento de Estado. Heresia máxima para a doutrina capitalista em tempo de Guerra-Fria. No entanto, mesmo tal tese é recebida com frieza pelos estadunidenses que não concordavam em vincular desenvolvimento à segurança. Mais uma contraposição à vontade do Brasil, mais um elemento a compor o 'antiamericanismo de cátedra'. Variável cada vez mais presente no discurso diplomático e na composição das percepções dos círculos decisórios da PEB.

Neste sentido, a agenda de pesquisa que se estabelece neste estudo contribui para a maior visibilidade e importância analítica das variáveis consideradas subjetivas para a análise da PEB. Sobreleva-se como uma das variáveis fundamentais a 'cultura política internacional', que conforme discutido na introdução deste trabalho, contribui para superar o individualismo metodológico e a negligência com os aspectos culturais para a análise da política exterior do Brasil. Assim, ao se fixar o conceito de 'antiamericanismo de cátedra', contribui-se para a ampliação do entendimento dos estudos que se debruçam sobre a política exterior do Brasil. Igualmente fundamental à estrutura analítica aqui desenvolvida foi a utilização da metodologia histórica vinculada ao princípio da 'história problema', tão caro à historiografia francesa. Portanto, a exposição dos fatos vincula-se à prévia formulação da hipótese construída pelo estudo.

Desta forma, através da junção dos princípios de APE e da metodologia histórica, a tese aqui defendida demonstrou que a manifestação do 'antiamericanismo de cátedra' foi variável influente, ressaltando-se não ser a única, para a resultante da política exterior do Brasil na década de 1950. Para tanto, ancorou-se em documentação primária, recolhida em arquivos da diplomacia brasileira e estadunidense, para revelar a emergência do sentimento antiamericano em setores antes alinhados com os EUA. Argumentação que se valia da conjuntura pródiga em desencontros entre as posições dos dois países para tentar readquirir a atenção dos governantes estadunidenses. Logo, o 'antiamericanismo de cátedra' passou a fazer parte dos debates e divergências entre as duas maiores nações do continente americano.

Por fim, cabe ressaltar que o tema do antiamericanismo, conforme demonstrada na introdução, ainda embala os debates relativos à política exterior do Brasil. Assim, acredita-se que o conceito de 'antiamericanismo de cátedra' defendido por esta tese é útil para que se analisem, ontem e hoje, as históricas e centrais relações bilaterais Brasil-EUA. Agenda de pesquisa que sempre se renova aos interessados em compreender os caminhos da inserção do Brasil no mundo.

Bibliografia

Livros

ALMEIDA; BARBOSA; ROGIDO (Orgs). **Guia dos arquivos americanos sobre o Brasil – Coleções documentais sobre o Brasil nos EUA**. Embaixada do Brasil em Washington, 2002. Consultado em 30/05/2012.

<http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/59GuiaArquivosEUA.pdf>,

BANDEIRA, Moniz. **As relações perigosas: Brasil - Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Relações Brasil - Estados Unidos: A Presença dos EUA no Brasil**. Edição Revisada. São Paulo: Editora Senac. 1997a.

_____. **Relações Brasil - Estados Unidos: Rivalidade Emergente (1950-1988)**. 2 Edição. São Paulo: Editora Senac. 1997b.

BRAVO, Álvaro F. (ORG.) **La invención de la nación – Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Ediciones Manantial SRL. Buenos Aires, 2000.

BUENO, C.. O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, C.H.; ALMINO, J. (Org.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 359-392.

CALHOUN, Craig. In. **Nacionalismo no novo mundo**. Pamplona e Doyke (Orgs), RJ: Record, 2008.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa – memórias**. 2 volumes, 4ª edição, Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. **Os brasileiros e a nossa América**. In: Recortes. SP: Cia. Das Letras, 1993.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica Brasileira e Relações Internacionais nos Anos 50:O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **Historia da Política Externa do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. Edição. São Paulo: Ática, 1992.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FERREIRA, J.; REIS, D. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANKEL, Joseph. **The making of foreign policy: an analysis of decision making**. Oxford, Oxford University Press, 1968.

JANIS, Irving. **Groupthink**. Boston, Houghton Mifflin Company, 1982.

JERVIS, Robert. **Perceptions and Misperceptions in international politics**. NJ. Princeton University Press, 1976.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York, Palgrave Macmillan, 2003.

HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. FGV de Bolso/Série Entenda o Mundo, Rio de Janeiro, 2009.

HUDSON, Valerie. **The history and evolution of foreign policy analysis**. In: SMITH; HADFIELD; DUNNE. **Foreign Policy. Theories, Actors and Cases**. Oxford University Press, 2008.

HOLSTI, O. **Foreign Policy Decision-Makers Viewed Psychologically: Cognitive Processes approaches**. In BOHAN; SHAPIRO, **Thought and Action in Foreign Policy**. Basel and Stuttgart, Birkhauser, 1977.

HOLLANDER, P. **Anti-Americanism: critiques at home and abroad, 1965-1990**. (New York; Oxford: Oxford University Press, 1992.

HURRELL, Andrew J. **The quest for autonomy – the evolution of Brazil's role in the international system (1964-1985)**. D.Phil.Thesis, Oxford, 986.

KATZENSTEIN, Peter J. e KEOHANE, Robert O. (Eds.). **Anti-Americanisms in World Politics**. Nova York: Cornell Paperbacks, 2007.

LAFER, Celso. **Paradoxos e Possibilidades**. RJ: Nova Fronteira, 1982.

LEDERER, W.; BURDICK, E. **The Ugly American**. W.W. Norton & Company. New York. 1999.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M.. **O Brasil e Os Estados Unidos: Dilemas e Desafios de Uma Relação Complexa**. In: Gelson Fonseca Junior; Sergio Henrique Nabuco de Castro. (Org.). TEMAS DE POLITICA EXTERNA BRASILEIRA II, 2 VOLS. SAO PAULO: PAZ E TERRA, 2ª edição, 1997, v. , p. 43-64

LIMA, P.T. Flecha. **Caminhos diplomáticos – 10 anos de agenda internacional 1985-1995**. Francisco Alves, RJ.1997.

LOVE, Joseph. **A construção do terceiro mundo – teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1998.

LOWENTHAL, A. **The United States and Latin America: Ending the Hegemonic Presumption**. Foreign Affairs, Oct.1976, p.199.

McCANN, Jr. Frank. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945**. RJ. Biblioteca do Exército, 1995.

MORSE, **Espelho de Próspero, Cultura e Ideias na América**. Companhia das Letras, 2000.

MOTA, C. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. SP: Ed.34, 2008.

MOURA, Gerson **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. **Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

_____. **Tio Sam Chega ao Brasil - A penetração cultural americana**. SP. Brasiliense, 4ª edição. 1986.

O Brasil Republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)/ por Angêla Maria de Castro Gomes... [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 9. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: Il. – (História geral da civilização brasileira; t.3; v.10).

PANG, Eul-Soo. **Brazil and the United States**, in *United States Policy in Latin America: A Decade of Crisis and Challenge, 1981-1991*, ed., John D. Martz (Lincoln and London.: The University of Nebraska Press, 1995). 144-83.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil - entre o povo e a nação**. São Paulo, Paz e Terra, 1990

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos**. 3a edição ampliada e atualizada. 3a. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Caio Navarro de Toledo (Org). Rio de Janeiro: Editora Revan: 2005, 201-232.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Seis interpretações sobre o Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 5 (3), 1982: 269-306.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. RJ: MEC – ISEB, 1956.

PYE, L.; VERBA, S. (Eds.). **Political Culture and Political Development**. Princeton, PUP, 1965.

REIS, J. Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. RJ: Editora FVG, 2007.

REVEL, Jean-François. **A obsessão antiamericana – causas e consequências**. Rio de Janeiro: UNIVERCIDADE, 2003.

RICUPERO, Rubens. **Um personagem da república**. 1995, In: José Maria da Silva Paranhos/Barão do Rio Branco/Uma biografia fotográfica, FUNAG Brasília, 1995.

ROSENAU, J.. **Pre-Theories and theories of Foreign Policy**. In FARELL (Ed.). **Approaches to Comparative and International Politics**. Evanston, Northwestern University Press, 1966.

SCHMIDT, Augusto F. **Antologia política**. RJ: UniverCidade: Fundação Yêdda e Augusto Frederico Schmidt, 2002.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 10 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SNYDER; BRUCK; SAPIN. **Decision-making as an approach to the Study of International politics**. Foreign Policy Analysis Project Series. Princenton, NJ, 1954.

SPROUT, H.; SPROUT, M.. **Man-Milieu Relationship Hypotheses in the context of international politics**. Princeton, NJ, 1956.

SOUZA, Melissa de. **Brasil e Estados Unidos**. Brasília, FUNAG, 2008.

SUSSEKIND, Flora. In: **Intérpretes do Brasil**. Vol. 1. RJ, Nova Aguilar, 2002.

WEIS, M. **Cold warriors and coups d'état: Brazilian-American relations, 1945-1964**. University of New Mexico Press, 1993.

Artigos e Teses

BANDEIRA, Moniz. **Brazil as a Regional Power and Its Relations with the United States**. Latin American Perspectives, Issue 148, Vol. 33 N. 3, May 2006 12-27.

BRECHER, M. et alli. **A framework for research of foreign policy behavior**. Journal of Conflict Resolution, vol.13, n.1, 1969.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Relações Estados Unidos – América Latina: uma interpretação**. In: RBPI, vol.2, n.2, 1959.

CURADO, M; VARGAS DA CRUZ, M. **Investimento Direto Externo e Industrialização no Brasil**. (In) R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

Exposição de Motivos n. 003-b de 10/12/1959 enviada ao Sr. Presidente da República pelo chefe do E.M.F.A.(13folhas).

FELGUEIRAS, Carmen L. T. **Os arquitetos do futuro. Os EUA segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n.27, 2001.

HERZ, Mônica. **Análise cognitiva e Política Externa**. Contexto Internacional: Vol.16, n1, 1994.

HILTON, Stanley. **The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship**. The Journal of American History, Vol. 68, No. 3. (Dec., 1981): 599-624.

_____. **Brazil's International Economic Strategy, 1945-1960: Revival of the German Option**. Hispanic American Historical Review, 66:2, 1986.

MELLO E SILVA, A. **A política externa de KUBITSCHKEK – A operação Pan-americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____. **Ideias e Política Externa Brasileira Na Liga Das Nações e Na ONU**. RBPI – Vol. 41 – Nº 2, 1998.

_____. **O Brasil no Continente e no Mundo: atores e imagens na política externa contemporânea**. In Estudos Históricos, n.15. 1995/1.

MOURA, Gerson. **As razões do alinhamento: a política externa brasileira no após-guerra, 1946-1950**. RBPI, ano XXVIII, primeiro semestre, 1985.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Seis interpretações sobre o Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 5 (3), 1982: 269-306.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea**. Contexto Internacional, v.22, jul./dez. 2000, pp.305-335.

RUBISTEIN, A; SMITH, D. **Anti-Americanism in the third world**. Annals of the Academy of Political and Social Science, vol. 497, 1988.

SOUTO MAIOR, L. A. P. **Brasil – Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico**. In. RBPI, 4(1):55-68, 2001.

TSAKONA, Anna Elizabeth. **Anti-Americanism and Opinion makers in Greece during the war on Iraq**. MIMEO. 2003

VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Nacionalista na América Latina e a Reivindicação da Identidade Econômica (1920-1940)**. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, Gabriel. **Lula's foreign policy: the autonomy through diversification strategy**. In: International Studies Association 48th Annual Convention, 2007, Chicago. Politics, policy and responsible scholarship. Tucson, Arizona : ISA, 2007. v. 48.

VIZENTINI, P. **O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)**. in; Rev. Bras. Polít. Int. 37 (1):24-36 [1994].

WARDE, M. J. **Americanismo e Educação - um ensaio no espelho**. In. São Paulo Perspectiva. vol.14 no. 2 São Paulo April/June 2000

WEFFORT, F. C. **Notas para uma história das ideias no Brasil**. In. RBCS Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005.

_____. **A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Mito da Relação Especial**. In. Revista Brasileira de Política Internacional. 29. 2 (Julho, 1986), 57-82.

_____. **O Debate sobre Desenvolvimento entre o Brasil e os Estados Unidos na Década de Cinquenta**. In Antropolítica, 10/11 (Julho, 2003), 105-138.

Arquivos

Arquivo Histórico do Itamaraty

Telegramas e Correspondências Secretos, Confidenciais e Ostensivos
Bilaterais de 1950-1960

National Archives (NARA)

Partes do Record Group 59 e do RG 263

CPDOC

Fundo GV e Oswald Aranha.

Periódicos

Christian Science Monitor

Correio da Manhã

Diário de las Americas

Diário de Notícias

Jornal do Brasil

Jornal da Tarde

La Nation

Mundo

New York Herald Tribune

New York Times

O Estado de São Paulo

O Jornal

O Globo

Revista Visão

Revista Veja

Revista Cruzeiro

Toronto Daily Star

Washington Post

Filmes

TENDLER, Silvio. **Os Anos JK - Uma Trajetória Política**. 1980.

ENGLUND, G. (Director); LEDERER, W. (novel), BURDICK, E. (novel). **The Ugly American**. 115 min, Drama, 2 April 1963, USA.

Anexos

1.

SETOR EXTERNO		
Valor em dólares do intercâmbio comercial com os principais países — 1938-1987		
ANOS	INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ 1 000)	
	Exportação	Importação
ESTADOS UNIDOS (1)		
1948	510 707	580 972
1949	550 454	468 505
1950	739 052	374 174
1951	867 006	831 382
1952	731 191	824 891
1953	745 262	366 344
1954	578 378	537 049
1955.....	601 526	308 817
1956.....	734 312	354 026
1957.....	659 141	548 140
1958.....	534 402	482 692
1959.....	592 141	461 287
1960.....	563 659	443 124
1961.....	562 773	514 714

FONTE — Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

2.

SETOR EXTERNO			
2 - Exportações (FOB), Importações (FOB) e Balança Comercial: 1946-1960 (US\$ milhões)			
Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1946	985,0	594,0	391,0
1947	1.157,0	1.027,0	130,0
1948	1.183,0	905,0	278,0
1949	1.100,0	947,0	153,0
1950	1.359,0	934,0	425,0
1951	1.771,0	1.703,0	68,0
1952	1.416,0	1.702,0	-286,0
1953	1.540,0	1.116,0	424,0
1954	1.558,0	1.410,0	148,0
1955	1.419,0	1.099,0	320,0
1956	1.483,0	1.046,0	437,0
1957	1.392,0	1.285,0	107,0
1958	1.244,0	1.179,0	65,0
1959	1.282,0	1.210,0	72,0
1960	1.270,0	1.293,0	-23,0
Fontes: IBGE			

3.

SETOR EXTERNO													
13 — Balanço de pagamentos — 1947-59													
ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)												
	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Exportação (FOB)	1 157,0	1 183,0	1 100,0	1 359	1 171	1 416	1 540	1 558	1 419	437	107	65	72
Importação (FOB)	1 027,0	905,0	947,0	934	1 703	1 702	1 116	1 410	1 099	1 483	1 392	1 244	1 282
B. Serviços	- 257,0	- 273,0	- 232,0	- 283	- 469	- 336	- 355	- 338	- 308	1 046	1 285	1 179	1 210
Transportes e seguros	- 160,0	- 166,0	- 110,0	- 130	- 260	- 232	- 138	- 159	- 142	- 369	- 358	- 309	- 373
Rendas de capitais	- 36,0	- 63,0	- 62,0	- 74	- 90	- 36	- 127	- 97	- 78	- 127	- 122	- 108	- 96
Juros	- 13,0	- 25,0	- 21,0	- 27	- 20	- 22	- 34	- 48	- 35	- 91	- 93	- 89	- 116
Lucros e dividendos	- 23,0	- 38,0	- 41,0	- 47	- 70	- 14	- 93	- 49	- 43	- 67	- 67	- 58	- 91
Outros serviços	- 61,0	- 44,0	- 60,0	- 79	- 119	- 68	- 90	- 82	- 88	- 24	- 26	- 31	- 25
C. Mercadorias e serviços (A + B)	- 127,0	5,0	- 79,0	142	- 401	- 622	69	- 190	12	- 151	- 143	- 112	- 161
D. Transferências	- 24,0	- 7,0	- 3,0	- 2	- 2	- 2	- 14	- 5	- 10	68	- 251	- 244	- 301
E. Transações correntes (C + D)	- 151,0	- 2,0	- 82,0	140	- 403	- 624	55	- 195	2	- 11	- 13	- 4	- 10
F. Capitais	12,0	- 51,0	- 74,0	- 65	- 11	35	59	- 18	3	57	- 264	- 248	- 311
Investimento direto líquido (1)	36,0	25,0	5,0	3	- 4	9	22	11	43	151	255	184	182
Empréstimos e financiamentos	32,0	9,0	40,0	28	38	35	44	109	84	89	143	110	124
Capitais de curto prazo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	231	319	373	439
Amortizações	- 48,0	- 61,0	- 107,0	- 85	- 27	- 33	- 46	- 134	- 140	—	—	—	—
Outros	- 8,0	- 24,0	- 12,0	- 11	- 18	24	39	- 4	16	- 187	- 242	- 324	- 377
G. Total (E + F)	- 139,0	- 53,0	- 156,0	75	- 414	- 589	114	- 213	5	18	35	25	- 4
H. Erros e omissões	- 43,0	29,0	82,0	- 23	123	- 26	- 98	10	12	208	- 9	- 64	- 129
I. Superavit (+) ou deficit (-)	- 182,0	- 24,0	- 74,0	52	- 291	- 615	16	- 203	17	- 14	- 171	- 189	- 25
J. Demonstrativo de resultado	182,0	24,0	74,0	- 52	291	615	- 16	203	- 17	194	- 180	- 253	- 154
Haveres de curto prazo (aumentados)	30,0	9,0	9,0	55	238	103	62	50	- 69	- 194	180	253	154
Ouro monetário (aumento(-))	0	37,0	- 1,0	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	- 165	143	59	176
Operações de regularização	0	0	38,0	0	28	- 28	486	200	61	- 1	—	- 1	- 1
FMI	0	0	38,0	0	28	- 28	28	0	0	- 28	37	195	- 21
Outros	80,0	0	0	0	0	0	458	200	61	- 28	37	37	- 21
Atrasados comerciais	72,0	- 22,0	28,0	- 106	26	541	- 563	- 46	- 8	0	0	158	0
										0	0	0	0

FONTE — Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro:

4.

Tabela 1: Investimentos externos no Brasil, origem de propriedade do capital* em (%)

País	Até 1950*	1951-1960	1961-1969	Acumulado até 1979
EUA	29,25	37,15	27,89	28,00
Canadá	28,8	5,8	5,6	4,00
Reino Unido	11,08	6,6	4,34	5,70
Suiça	7,8	14,29	11,12	11,60
Itália	2,6	0,5	3,4	1,50
França	2,2	4,13	5,05	4,20
Holanda	1,5	1,7	4,43	2,10
Japão	0,43	2,7	3	10,00
Alemanha	n.d	13,08	17,51	15,10
Total do Grupo	83,66	85,95	82,34	82,20

Fonte: Separata do Banco Central do Brasil, dez. 1979. Elaboração própria.

* Até 1950: refere-se ao estoque, assim como o acumulado até 1979. As informações relativas aos períodos 1951-1960 e 1961-1969 referem-se aos fluxos.

fonte: CURADO, M; VARGAS DA CRUZ , 2008, p.420.